UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA E MUSEOLOGIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

LUÍS PAULO SANTANA DA SILVA SANTOS

ENTRE CHOQUES, APAGAMENTOS E IRRUPÇÕES: o caso da região de Suape e do quilombo ilha de Mercês

Recife

2022

LUÍS PAULO SANTANA DA SILVA SANTOS

ENTRE CHOQUES, APAGAMENTOS E IRRUPÇÕES: o caso da região de Suape e do quilombo ilha de Mercês

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Antropologia.

Área de concentração: Antropologia

Orientadora: Profª. Dra. Vânia Rocha Fialho de Paiva e Souza.

Coorientador: Profº. Dr. Pedro Castelo Branco Silveira.

Recife

2022

Catalogação na Fonte
Bibliotecário: Rodriggo Leopoldino Cavalcanti I, CRB4-1855

S237e Santos, Luís Paulo Santana da Silva.
Entre choques, apagamentos e irrupções : o caso da região de Suape e do Quilombo Ilha de Mercês / Luís Paulo Santana da Silva Santos. – 2022.
252 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora : Vânia Rocha Fialho de Paiva e Souza.
Coorientadora : Pedro Castelo Branco Silveira.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Recife, 2022.

Inclui referências.

1. Antropologia histórica. 2. Quilombo Ilha de Mercês (PE). 3. Quilombolas. 4. Suape Complexo Industrial Portuário. 5. Territorialidade. 6. Violação socioambiental. I. Souza, Vânia Rocha Fialho de Paiva e (Orientadora). II. Silveira, Pedro Castelo Branco (Coorientador). III. Título.

301 CDD (22.ed.) UFPE (BCFCH2023-095)

LUIS PAULO SANTANA DA SILVA SANTOS

ENTRE CHOQUES, APAGAMENTOS E IRRUPÇÕES: o caso da região de Suape e do quilombo ilha de Mercês

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Antropologia.
Área de concentração: Antropologia

Orientadora: Prof. Drª. Vânia Rocha Fialho de Paiva e Souza

Aprovada em: 23 / 08 / 2022.

BANCA EXAMINADORA

Profª. Drª. Vânia Rocha Fialho de Paiva e Souza (Presidente/Orientadora)

Universidade Federal de Pernambuco

Profº. Dr. Russell Parry Scott (Examinador Interno)

Universidade Federal de Pernambuco

Profª. Drº. Henyo Trindade Barretto Filho (Examinador Externo)

Universidade de Brasília

À comunidade quilombola de Ilha de Mercês.

AGRADECIMENTOS

No momento em que pensei escrever estes agradecimentos, me veio à mente a lembrança de “Uma Oração”, um pequeno poema de Jorge Luís Borges. Nele, o autor enuncia em um dos versos que *“O processo do tempo é uma trama de efeitos e causas”*, o processo do tempo como *“uma trama de ferro”*. Ter lembrado dessas sentenças me fez relembrar e pensar como foi viver esses últimos anos, como foi de fato chegar até aqui e todos seus movimentos de causas e efeitos, isto é: inserido no contexto nacional de uma generalizada tribulação e simultaneamente mergulhado no ambiente de um mestrado acadêmico, este também igualmente imerso e afetado pela situação de um país em crise. Ou seja: soterrado pela lógica neoliberal de produtivismo e chantagem precarizadora.

Não foram poucos os momentos no qual sucumbi à Síndrome do Impostor ou a situações onde pensei em até mesmo desistir. Prazos, demandas, obstáculos, decepções e pouquíssimos retornos positivos me atormentaram, assim como, vez ou outra, ainda me atormentam. Por outro lado, nos momentos de calmaria e sobriedade, felizmente foi possível enxergar e compreender, pelo menos em parte, onde estou em todo esse enredo de causas e efeitos e, dessa maneira, seguir meu caminho.

Dito isso, não tenho o intuito nesses agradecimentos de criar ou cair em uma atmosfera de gratidão integral por seu fechamento – até porque acredito que certas adversidades não têm que ser naturalizadas – mas dizer que todo esse ambiente em que estive imerso, de alguma maneira inexplicável, fortaleceu ainda mais meus ideais e convicções.

Escrever essas palavras, além de me fazer rememorar toda essa jornada, me faz também recordar e a me identificar com outro fragmento do mesmo poema que inicialmente citei: *“desconhecemos os desígnios do universo, mas sabemos que raciocinar com lucidez e agir com justiça é ajudar esses desígnios, que não nos serão revelados”.* Um pouco esotérico talvez. Entretanto, penso que ter presenciado contextos de violações e poder, de alguma maneira, denunciar e contribuir para a luta quilombola é ajudar os desígnios do universo.

Enfim, escrever e entregar essa dissertação foi um desafio dos grandes, contudo foi um trabalho pelo qual me mostrou verdadeiramente o porquê de eu querer ter estado durante esses últimos tempos na antropologia. Um desafio que me fez perceber que todo o caminho traçado nunca foi realizado de maneira desacompanhada, mas sim marcada pelas várias pessoas e contextos que, diretamente e indiretamente, as atravessaram e a inspiraram.

Dessa forma, pensando nessa série de encontros e confluências que ajudaram a forjar este trabalho que, primeiramente, agradeço a todas as pessoas de Mercês, especialmente aos griôs e a AQIM (Associação Quilombola Ilha de Mercês), que me permitiu realizar a pesquisa.

Gratidão também ao meu principal interlocutor, Magno Araújo, pelo suporte e por abrir de fato as portas do meu campo, por seu apoio nos meus deslocamentos para comunidade, pelas fortes e instigantes conversas, pelas andanças no território, pelo bom humor e pela amizade construída.

Agradeço a Vânia Fialho por me aceitar ser seu orientando, por suas indicações de leitura, por sempre me alertar para o outro lado da moeda das perspectivas teóricas e por estar sempre me encorajando, me convidando e me permitindo a integrar ainda mais a antropologia por meio de outros projetos além da dissertação.

Agradeço a Pedro Silveira por fazer parte da minha banca de qualificação com seus valiosos comentários, pela posterior aceitação em ser meu coorientador, pelas indicações de leitura, bem como pelas trocas intelectuais realizadas nas reuniões estimulantes e animadoras onde discutimos vários textos teóricos.

Agradeço a Sílvia Poletti pela amizade, pela parceria no *freefire*, pelas correções, trocas de leitura e ideias ao longo da pandemia e escrita dessa dissertação.

Agradeço a Andrea Steiner pelo cuidado, lembrança e parceria que vem ocorrendo desde a época em que foi minha orientadora na graduação.

Gratidão também aos amigos de sempre e para sempre apenas por eles serem eles: Taynah, Joca, Renata, Pedro, Kaíque, Hugo, Tereza e Amarílio.

Aos (não tão) novos amigos que entraram na minha vida: Glícia, Katarina, Tati e Jayne.

Aos amigos do aikido: Henrique, Pedro, Will e Laura.

À minha mãe pelo porto seguro de sempre.

À música por ser minha grande válvula de escape dessa realidade.

E um agradecimento especial à minha não humana favorita e companheira de todas as horas, Rukia, que esteve durante toda a escrita desta dissertação literalmente ao meu lado – dormindo ou esperando com um brinquedo para que eu terminasse a cota de escrita do dia.

Ela vence demanda,
É a luz do firmamento,
Com sua espada,
É a dona do vento.
(Ponto de Umbanda. Iansã é minha Luz.)

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo apresentar a dinâmica de esmagamentos, apagamentos e invisibilidade promovido pela territorialidade do Complexo de Suape sobre a específica territorialidade do Quilombo Ilha de Mercês. Para isso, primeiramente é realizada uma exposição histórica do desenvolvimento da constituição do que denomino por elementos e espaços hegemônicos. Em seguida, com a finalidade de contrapor e evidenciar o processo de entrelaçamento daqueles elementos descritos com outros antagônicos que igualmente se efetua um levantamento histórico do desenvolvimento do processo de concepção dos componentes denominados como não hegemônicos até o momento de irrupção do empreendimento portuário. Posteriormente, é realizada a descrição e análise da atual lógica territorial que se faz hoje preponderante na região, isto é, do Complexo Portuário de Suape. Destarte, após se chegar à apresentação e compreensão do constitutivo e intrincado enredo atual na região de Suape, é efetuado a exposição de uma das comunidades que se encontra em processo de desterritorialização e luta contra o grande projeto de desenvolvimento pela conservação de seu estilo de vida: o Quilombo Ilha de Mercês. Para tal, a metodologia desta pesquisa se constituiu de acompanhamentos e visitas à comunidade quilombola Ilha de Mercês, hoje englobada e localizada dentro do empreendimento portuário, em Ipojuca/Pernambuco, assim como pela análise de arquivos e documentos oficiais. Ademais, exames das abundantes teses e dissertações nas áreas da história, geografia, antropologia, serviço social, dentre outras sobre a região da zona da mata do nordeste brasileiro no século XIX e XX, como também de obras clássicas que documentam mais especificamente a região de Suape e da zona da mata sul de Pernambuco foi igualmente realizado. Isto posto, o presente trabalho buscou mostrar a existência de uma precedente heterogeneidade constitutiva de ocupações e territorialidades na região que compreendemos por Suape e, consequentemente, evidenciar e apontar para a gravidade das violações que vem ocorrendo na localidade, isto é, da subjugação e transformação de uma gama de territórios e territorialidades não hegemônicas a uma hiper lógica territorial em prol da soberania do Estado e do mercado econômico, utilizando para isso do caso mais específico do

Quilombo Ilha de Mercês, uma das comunidades em conflito mais intenso com empreendimento portuário.

Palavras-chave: antropologia histórica; quilombo ilha de mercês; complexo portuário de suape; territorialidade; violação socioambiental.

ABSTRACT

The present dissertation aims to present the dynamics of crushing, erasure and invisibility promoted by the territoriality of the Suape Complex on the specific territoriality of the Quilombo Ilha de Mercês. For this, first, a historical exposition of the development of the constitution of what I call hegemonic elements and spaces is carried out. Then, in order to contrast and highlight the process of intertwining those described elements with other antagonistic ones, a historical survey is also carried out on the development of the design process of the components called non-hegemonic until the moment of irruption of the port enterprise. Subsequently, the description and analysis of the current territorial logic that is predominant in the region is carried out, that is, of the Suape Port Complex. Thus, after arriving at the presentation and understanding of the constitutive and intricate current plot in the Suape region, an exposition of one of the communities that is in the process of deterritorialization and fighting against the great development project for the conservation of its lifestyle: the Quilombo Ilha de Mercês. To this end, the methodology of this research consisted of monitoring and visits to the quilombola community Ilha de Mercês, today included and located within the port enterprise, in Ipojuca/Pernambuco, as well as the analysis of files and official documents. In addition, examinations of the abundant theses and dissertations in the areas of history, geography, anthropology, social work, among others on the region of the zona da mata of northeastern Brazil in the 19th and 20th century, as well as classic works that more specifically document the region of Suape and the Zona da Mata Sul of Pernambuco was also carried out. That said, the present work sought to show the existence of a precedent constitutive heterogeneity of occupations and territorialities in the region that we historically understand by Suape and, consequently, to highlight and point to the seriousness of the violations that have been occurring in the locality, that is, of the subjugation and transformation of a range of non-hegemonic territories and territorialities to a territorial hyper logic in favor of state and market sovereignty, using the more specific case of Quilombo Ilha de Mercês, one of the communities in most intense conflict with port enterprise.

Keywords: historical anthropology; quilombo ilha de Mercês; suape port complex; territoriality; socio-environmental violation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Paisagem com Plantação, Frans Post. 1668.	41
Figura 2 –	Engenho Massaipe, por Zacharias Wagner. c. 1634-1639.	42
Figura 3 –	Área Colhida (ha) de Cana de Açúcar.	58
Figura 4 –	Produção total de cana de açúcar - Brasil - 1975-2015.	59
Figura 5 –	Fotografia do primeiro esboço da localização do Complexo Portuário, do ano de 1971.	64
Figura 6 –	Lançamento da Pedra Fundamental do porto de Suape, em 1974.	66
Figura 7 –	Mapa do Território Estratégico de Suape.	76
Figura 8 –	Mapa da área de Influência Direta do Complexo de Suape.	77
Figura 9 –	Mapa da área de Influência Indireta do Complexo de Suape.	78
Figura 10 –	Zoneamento da área correspondente ao Complexo de Suape.	79
Figura 11 –	Cientistas protestam contra superporto na baía de Suape.	86
Figura 12 –	Panfleto da década de 1980 da Associação Pernambucana de Defesa da Natureza (ASPAN)	87
Figura 13 –	Devastação dos manguezais de Suape.	87
Figura 14 –	Fotografia de trecho do Relatório sobre Sítios Históricos na região de Suape.	88
Figura 15 –	Fotografia do Relatório sobre os impactos ambientais da implantação do Porto de Suape.	88
Figura 16 –	Bloqueio do Rio Tatuoca.	89
Figura 17 –	Tentativa de contenção ao vazamento de óleo causado pela Refinaria Abreu e Lima.	90
Figura 18 –	Observando o aterramento do mangue do Taveira.	91
Figura 19 –	Imagem de satélite da região de Suape. Ano de 1984.	92

Figura 20 –	Imagem de satélite da região de Suape. Ano de 1987.	92
Figura 21 –	Imagem de satélite da região de Suape. Ano de 1988.	93
Figura 22 –	Imagem de satélite da região de Suape. Ano de 1997.	93
Figura 23 –	Imagem de satélite da região de Suape. Ano de 1998.	94
Figura 24 –	Imagem de satélite da região de Suape. Ano de 2000.	94
Figura 25 –	Imagem de satélite da região de Suape. Ano de 2002.	95
Figura 26 –	Imagem de satélite da região de Suape. Ano de 2003.	95
Figura 27 –	Imagem de satélite da região de Suape. Ano de 2006.	96
Figura 28 –	Imagem de satélite da região de Suape. Ano de 2008.	96
Figura 29 –	Imagem de satélite da região de Suape. Ano de 2009.	97
Figura 30 –	Imagem de satélite da região de Suape. Ano de 2010.	97
Figura 31 –	Imagem de satélite da região de Suape. Ano de 2011.	98
Figura 32 –	Imagem de satélite da região de Suape. Ano de 2012.	98
Figura 33 –	Imagem de satélite da região de Suape. Ano de 2013.	99
Figura 34 –	Imagem de satélite da região de Suape. Ano de 2014.	99
Figura 35 –	Imagem de satélite da região de Suape. Ano de 2015.	100
Figura 36 –	Imagem de satélite da região de Suape. Ano de 2016.	100
Figura 37 –	Imagem de satélite da região de Suape. Ano de 2019.	101
Figura 38 –	Líderes empresariais vão lutar por Suape.	108
Figura 39 –	CDL-Recife externa apoio ao Governo do Estado pela execução do Projeto Suape.	108
Figura 40 –	Imagem de satélite da localização do Baobá na região de Suape.	123
Figura 41 –	Baobá do Quilombo Ilha de Mercês em 1988, com a fenda em seu tronco ainda larga.	124
Figura 42 –	Baobá do Quilombo Ilha de Mercês em 2003.	125
Figura 43 –	Baobá do Quilombo Ilha de Mercês em 2016, com a fenda em seu tronco mais fechada.	126
Figura 44 –	Baobá do Quilombo Ilha de Mercês em 2019, com a fenda já em processo de fechamento total.	127

Figura 45 –	Relação dos engenhos segundo o zoneamento do CIPS.	143
Figura 46 –	Mapa Oficial do Complexo Portuário de Suape.	149
Figura 47 –	Zoneamentos do CIPS.	150
Figura 48 –	Foto aérea de parte do Porto Organizado.	151
Figura 49 –	Foto aérea da Refinaria Abreu e Lima, localizada em uma parcela do espaço da ZI.	152
Figura 50 –	Imagem de parte da ZCS, possuindo como principal ponto o Centro Administrativo de Suape.	153
Figura 51 –	Imagem aérea de parte da ZPEC.	154
Figura 52 –	Imagem de parte do Parque Armando Holanda, localizado na ZPC.	155
Figura 53 –	Imagem aérea da Ilha de Cocaia.	155
Figura 54 –	Mapa da ZIP com aproximação realizada pelo próprio autor.	157
Figura 55 –	Imagem de Satélite da ZIP do ano de 2022.	158
Figura 56 –	Mapa dos limites do Porto Organizado.	159
Figura 57 –	A ZIP no planejamento de curto prazo da CIPS.	161
Figura 58 –	A ZIP no planejamento de médio prazo da CIPS.	162
Figura 59 –	A ZIP no planejamento de longo prazo da CIPS.	163
Figura 60 –	A ZIP no planejamento da CIPS após o ano de 2035.	164
Figura 61 –	Fotografia das áreas reivindicadas pelo Quilombo Ilha de Mercês.	165
Figura 62 –	Fotografia das áreas atualmente ocupadas pelo Quilombo Ilha de Mercês.	166
Figura 63 –	Imagem do campo do Poeirinha ao fundo. Um dos espaços de sociabilidades do Quilombo Ilha de Mercês.	167
Figura 64 –	Imagem de uma roça familiar do Quilombo Ilha de Mercês.	167
Figura 65 –	Parte da estrutura da Sede em construção da Associação Quilombola Ilha de Mercês - AQIM.	168

Figura 66 –	Horta comunitária do Quilombo Ilha de Mercês.	168
Figura 67 –	Mapa de Uso e Ocupação do Solo do entorno do Porto de Suape.	170
Figura 68 –	Casas do Conjunto Habitacional Governador Eduardo Campos.	177
Figura 69 –	Casas da nova Vila Claudete.	178
Figura 70	Mapa sem nome, de 1842. Arquivo Público de Pernambuco	181
Figura 71 –	Pintura do antigo Engenho Mercês.	182
Figura 72 –	Parte do Mapa de Empresas hoje instaladas no Complexo Portuário, no que compreende ao território do Quilombo Ilha de Mercês e além.	183
Figura 73 –	Torres de energias e fios de alta tensão sobre o território quilombola.	184
Figura 74 –	Torre de energia ocupando e impedindo um caminho que antes era bastante utilizado pelos quilombolas de Mercês em seu território.	185
Figura 75 –	Torre de energia em meio a uma roça familiar.	186
Figura 76 –	Placa em pleno território quilombola alertando para a existência de dutos de gás, que por sua vez impossibilita qualquer tipo de uso e trabalho com o solo na área.	187
Figura 77 –	Sinalização apontando para existência de um gasoduto da Refinaria Abreu e Lima atravessando a casa de um morador em mercês.	187
Figura 78 –	Outra sinalização apontando para existência de um gasoduto da Refinaria Abreu e Lima. Esse atravessando o quintal de uma casa.	188

Figura 79 –	Fábricas da Bunge ao fundo da paisagem às margens do Rio Tatuoca.	188
Figura 80 –	Baobá do Quilombo Ilha de Mercês.	194
Figura 81 –	Igreja de Nossa Sra. das Mercês, do século XIX, construída por volta de 1835.	195
Figura 82 –	Parte do que foi a antiga Casa Grande do Engenho Mercês.	196
Figura 83 –	Antigo Pilão da comunidade.	197
Figura 84 –	Senzala pertencente ao antigo Engenho Mercês.	198
Figura 85 –	Parte interna da antiga Senzala sem as telhas devido a um recente ataque da Usina Salgado no ano de 2020.	199
Figura 86 –	Mapa colaborativo criado pelo autor e Magno Araújo, um dos líderes quilombolas da comunidade de Mercês, do que seria o território originário do Quilombo com suas regiões tradicionais.	202
Figura 87 –	Martins e o campo do Poeirinha ao fundo.	203
Figura 88 –	Dia de jogo do Poeirinha F.C.	204
Figura 89 –	Quando o espaço não está ocupado pelo time, frequentemente as brincadeiras das crianças tomam conta.	204
Figura 90 –	Porto da Pedra, localizado na antiga área chamada Sangue, hoje comumente conhecido por Poeirinha.	205
Figura 91 –	Rio Tatuoca com seus topônimos nativos.	207
Figura 92 –	Plantação familiar em Mercês vista por cima.	209
Figura 93 –	Martins e sua plantação de macaxeira.	210
Figura 94 –	Alimentando os porcos com lavagem.	210
Figura 95 –	Suinocultura familiar praticada no Quilombo Ilha de Mercês.	211
Figura 96 –	No Porto da Pedra durante a preparação para a saída de madrugada para a pesca de camboa.	212
Figura 97 –	A lua e seu brilho, ou “maré de claro” como é chamado	213

	pelos quilombolas, nos acompanhando na ida pela madrugada à camboa do Maracujá.	
Figura 98 –	Ajustando as redes de camboas durante a madrugada.	213
Figura 99 –	Espera para a baixa da maré.	214
Figura 100 –	Raiar do dia e ajustes às redes de camboa de acordo com diminuição da maré.	214
Figura 101 –	Estaleiro Atlântico Sul, integrante do Complexo Portuário, enquanto desestabilizador ecológico, social e paisagístico.	215
Figura 102 –	Coleta dos peixes presos às redes de camboa.	215
Figura 103 –	Devolvendo filhote de peixe Mero, em risco de extinção, ao rio.	216
Figura 104 –	Cooperação, socialização e alegria são integrantes da pesca de Camboa.	216
Figura 105 –	Viver e trabalhar em família.	217
Figura 106 –	Fim de pesca e limpeza dos peixes enlameados.	217
Figura 107 –	Depois de pescar o aratu, é necessário cozinhá-lo.	221
Figura 108 –	Depois de cozinhado, o trabalho seguinte é tirar o filé do aratu.	222
Figura 109 –	Mãos calejadas de uma vida por e pela terra.	223

Figura 110 – Stand da COPERQIM durante o 27º Agrinordeste 232

LISTA DE SIGLAS

AQIM	Associação Quilombola Ilha de Mercês
Aspan	Associação Pernambucana de Defesa da Natureza
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CDL	Clube de Diretores Lojistas
CIA	Centro Industrial Aratu
CIPS	Complexo Portuário de Suape
CONDEPE	Instituto de Desenvolvimento de Pernambuco
COOPERQIM	Cooperativa Quilombola Ilha de Mercês
Covid-19	Coronavírus Disease 2019
CRC	Companhia de Revenda e Colonização
et al.	E outro
FIDEM	Fundação de Desenvolvimento Municipal
I.A.A	Instituto do Açúcar e do Álcool
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ISO	International Organization for Standardization
PAC	Plano de Aceleração de Crescimento
PGE	Projeto de Infraestrutura de Grande Escala
PGL-1	Píer de granéis líquidos e gasosos
PIB	Produto Interno Bruto
Planalsúcar	Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar
Proálcool	Programa Nacional do Álcool
Proasal	Programa de Apoio ao Setor Sucroalcooleiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
S.A.	Sociedade Anônima

SDEC	Secretaria do Desenvolvimento Econômico
SEA	Setor Especial Ambiental
SEAS	Secretaria Extraordinária para Assuntos Relativos à implantação do Complexo Industrial Portuário de Suape
SEHIS	Setor Especial de Habitação de Interesse Social
SPC	Setor de Preservação Cultural
SEPLAG	Secretaria de Planejamento e Gestão
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TID	Tribunal Internacional de Despejos
TDR-Sul	Tronco Distribuidor Rodoviário Sul
VAB	Valor Adicionado Bruto
ZAF	Zona Agrícola e Florestal
ZCA	Zona Central Administrativa
ZCS	Zona Central de Serviços
ZIP	Zona Industrial Portuária
ZI	Zona Industrial
ZI-3A	Zona Industrial 3A
ZI-3B	Zona Industrial 3B
ZPE	Zona de Processamento de Exportação
ZPEC	Zona de Preservação Ecológica
ZPC	Zona de Preservação Cultural
ZR-3D	Zona Residencial 3D

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO**	**23**
2	**DA CONSTRUÇÃO DA HEGEMONIA**	**38**
2.1	DOS ENGENHOS BANGUES	42
2.2	DA CONCEPÇÃO Á MATURAÇÃO: O DESENVOLVIMENTO DO EMPREENDIMENTO PORTUÁRIO DE SUAPE	59
2.3	DAS TERRITORIALIDADES HEGEMONICAS DA REGIÃO DE SUAPE	102
3	**ENTRELAÇOS TERRITORIAIS ESBOÇO DE UMA PEDOGÊNESE SÓCIO HISTÓRICA**	**112**
3.1	BRECHAS, DISSIDÊNCIAS E IRRUPÇÕES	135
3.2	NOVAS FORMAS DE DOMÍNIO E (NÃO) TRANSFORMAÇÃO DE TERRITÓRIOS NÃO HEGEMONICOS	135
4	**A TERRITORIALIDADE DO COMPLEXO DO SUAPE: HOJE, AMANHÃ E DEPOIS**	**147**
5	**UMA ILHA EM MEIO A UM PORTO**	**180**
5.1	O QUILOMBO	180
5.2	LUGARES DE MEMÓRIA	189
5.3	DOS TOPÔNIMOS	200
5.4	PRÁTICAS E RELAÇÕES SOCIAIS	207
5.5	A TERRITORIALIDADE DE MERCÊS	218
6	**CONSIDERAÇÕES FINAIS OU A PARTIDA PARA UM REMATE QUE NÃO SE FINDOU**	**227**
	REFERÊNCIAS	**237**

1 INTRODUÇÃO

"Suape" na língua Tupi significa "caminhos sinuosos", referência dos indígenas que ali residiam a um dos rios locais, o Massangana, o qual possui uma trajetória tortuosa em sua desembocadura com o mar (SILVEIRA, 2010). E tal como característico da maior parte das investigações científicas, sinuosos também foram os caminhos trilhados pela presente dissertação. Encontros, desencontros, descobertas, surpresas, limites, idas e voltas deram a tonalidade do percurso. Nesse sentido, acho sempre interessante pensar e contemplar a ideia de confluências, de como as aleatoriedades da vida pode nos levar a rotas e coalizões inesperadas.

Lembro-me da época de ser um recente egresso da área de Ciência Política e um novato no campo Antropologia, imerso nos textos e pensando em possíveis projetos para um futuro mestrado. Procurava por possíveis temáticas e "objetos de pesquisa", mas naquele período não encontrava nada que verdadeiramente me capturasse. Certo dia, porém, aconteceu acidentalmente de me deparar com uma reportagem em uma postagem eventual de um amigo em minha conta no Facebook. A matéria em específico era da Folha de Pernambuco[1] que, em linhas gerais, reportava a denúncia dos quilombolas da Ilha de Mercês ao arcebispo de Olinda e Recife, dom Fernando Saburido, acerca das violações dos direitos humanos praticadas pelo Complexo Portuário de Suape (CIPS).

Tudo aquilo me impressionou bastante. Antes da leitura da reportagem, me encontrava conforme maior parte do senso comum que pensa a respeito da região de Suape como uma grande área de negócios, reservada exclusivamente às empresas, fábricas e ao porto propriamente dito. Um local unicamente voltado às questões relativas ao que chamam de "desenvolvimento econômico". É bem verdade que, com as constantes violações e imposições que vêm se acentuando ao longo de suas quatro décadas de existência, isto tem se tornado cada vez mais uma

[1] COSTA, Priscilla. Moradores da Ilha de Mercês recorrem ao arcebispo contra milícias que atuaria em Suape. 29/12/2017. Disponível em: <https://www.folhape.com.br/noticias/moradores-da-ilha-de-merces-recorrem-ao-arcebispo-contra-milicia-que-a/53700/>. Acesso em: 11 de jan. de 2022.

realidade, ou seja, a região de Suape tem se tornado um ambiente voltado primordialmente às pautas do mercado.

Entretanto, naquele período, não passava em minha mente a possibilidade que na localidade existisse, por exemplo, um Quilombo e outras comunidades de diferentes naturezas, e muito menos que houvesse conflitos e violações do tipo promovidas pelo empreendimento. Pelo contrário, a imagem que chegava até a mim do Complexo Portuário de Suape era a divulgada pela grande mídia: de uma empresa pública responsável, para além das questões portuárias, pela implantação de um distrito industrial, de maneira a proporcionar assim a geração de empregos e de investimentos. Tudo dentro dos parâmetros mercadológicos e das certificações ISO (International Organization for Standardization). Tratava-se, de minha parte, confesso, ingenuidade e desconhecimento.

Ter consciência deste cenário de violências me deixou atônito – na verdade, ainda me deixa sempre que penso acerca daquela região – e ainda mais curioso acerca daquele quadro social em específico. Depois da matéria jornalística em questão, minha procura por mais informações sobre o que ocorria só era corroborada através dos mais variados trabalhos acadêmicos de diversas áreas[2] que apresentavam, provavam e denunciavam as variadas violações que vêm ocorrendo desde sua implantação na década de 1970. Visualizar o ávido e amplo interesse econômico por parte do Estado e empresas em detrimentos de vidas é desolador. Para o meu caso, enxergar e presenciar o processo de desenraizamento do Quilombo Ilha de Mercês – mais uma entre as várias comunidades locais que foram desterritorializadas – causado por e em meio a grandes conglomerados é presenciar

[2] Estudos sobre a região de Suape, no que se refere aos impactos ambientais do Complexo Portuário e aos conflitos socioambientais que envolvem as diversas comunidades ali inseridas, são vastos em várias áreas acadêmicas, como a geografia (ALVES, 2011; OLIVEIRA, 2016; PÉREZ, 2016; SILVA, 2016), história (PEDROSA, 2017) serviço social (SANTOS, 2013; SILVA, 2020), administração (MENDES, 2015), oceanografia (CHAGAS, 2003; FÔNSECA, 2003; SILVA, 2004; ARAÚJO, 2008; REIS, 2012; LEMOS, 2013), antropologia (MOTTA, 1978; SILVA, 2013; SILVA 2014), sociologia (RAMALHO, 2011; RODRIGUES, 2012), economia (NASCIMENTO, 2018), ciência política (GUMIERO, 2015, 2018), engenharia civil (ALMEIDA, 2003), engenharia de pesca (NASCIMENTO, COELHO FILHO, CASTRO, 2016), psicologia (SILVA, 2015; OLIVEIRA, 2016) e áreas interdisciplinares, como, por exemplo, “desenvolvimento e meio ambiente” (SILVEIRA, 2010; SANTOS, 2011; BARBOSA, 2015; SILVA, 2018), “geociências” (MORAES, 2009) e “saúde pública” (MARQUES, 2014).

verdadeiros arruinamentos que são exibidos enquanto modelos de progresso e modernização.

Enfim, foi por constatar a presença do “véu” do Estado e Empresas que encobrem a existência da comunidade, que se faz através da construção e da imposição de relações e de uma imagem corporativa-industrial daquele e naquele território no qual achatam outros modos de vida que meu interesse e curiosidade por melhor compreender aquela situação social em específico surgiu e só se expandiu, chegando, finalmente, aos primeiros contatos com as lideranças da Ilha de Mercês e a um projeto que acabou por desembocar no presente trabalho.

Talvez para o leitor todo esse relato inicial possa parecer repetitivo, como mais uma dentre várias outras histórias similares de opressão que, infelizmente, sempre se replicaram para as chamadas comunidades tradicionais, isto é, histórias marcadas pela invisibilidade e negação da existência imposta em meio a tantas outras violências cotidianamente sofridas. Porém, tal recorrência, antes de ser uma fraqueza quanto à relevância do assunto, implica exatamente o contrário: no caráter de urgência quanto às questões de direito à terra, à autodeterminação e a um viver digno que, lamentavelmente, continua a ser um problema não resolvido na história do Brasil. Logo, é justamente por tais problemas serem frequentes, pela constante ocorrência do descaso, da desconsideração e, em raros casos, do dessaber por parte das Instituições, dos grandes empreendimentos e da grande mídia por essas vozes e suas reivindicações que se torna ainda mais indispensável a colaboração em contribuir a se fazer manifesto essas existências que lutam para evidenciar seus campos de sentidos específicos. No entanto, antes de avançar para a almejada discussão propriamente dita, reservada aos capítulos posteriores, acerca da trama histórica e presente da região, penso, primeiramente, na necessidade de ponderar antes sobre as condições de realização desse trabalho, ou seja, sobre suas *circunstâncias* epistêmicas e metodológicas. Em outras palavras, apresentar como os caminhos tortuosos engajaram esta estrutura de pesquisa.

***

Assim sendo, pensar sobre sua construção, bem como refletir e ter atenção a respeito da própria situação do processo de reflexão e concepção do trabalho é considerar a criação, o desgaste, a intensificação e mitigação de — quem sabe — novos contornos, limites e possibilidades que o cenário da pandemia da Covid-19 (Coronavírus Disease 2019), um imponderável de grandes magnitudes, gerou — não apenas — nesta pesquisa. Destrinchar, portanto, aquilo que fez parte de sua "constituição ambiental" possibilita perceber as amarras intrínsecas a ela, que com certa frequência se passa despercebida e dita, ou pode, pelo menos predominantemente, ditar o rumo das investigações, assim como, em certas ocasiões, suas boas ou más qualidades. Situá-la então me leva a reconhecer, de maneira mais ampla, o ecossistema o qual está inserida e ao qual foi concebida.

Dessa maneira, a intenção ao levantar este ponto, ou seja, do contexto imbricado da investigação, é de pôr na equação, de considerar a respeito e reconhecer seriamente as (não tão) novas circunstâncias que atravessam a produção do saber e do fazer antropológico no Brasil. Em outras palavras: de perceber os atravessamentos no presente trabalho dos contextos de crise epistêmica[3], política, econômica, social, sanitária e ambiental, ou melhor, o cenário da presença e permeação de um mundo de hiper fluxos de informações, de contextos de algoritmização, de uma pandemia fora de controle, da destruição e do aumento dos desmontes de direitos sociais e ambientais, da retomada do crescimento das desigualdades sociais e intensificação de políticas neoliberais, bem como as volumosas demandas referentes aos prazos, produções, métricas, metas e rendimentos que são simultaneamente constitutivos do empreendimento acadêmico em si.

Consequentemente, levar em consideração e esmiuçar-se sobre essas conjunturas de perturbações nas quais a produção do conhecimento se assenta é tomar consciência e perceber — através das angústias causadas pelos

[3] Emersão dos cenários de Pós-verdade, isto é, de contextos que estão cada vez mais presentes nas grandes sociedades, no qual possuem como condição epistêmica a sua mediação efetuada por meio de uma arquitetura neoliberal da mídia digital (CESARINO, 2020).

impedimentos ao prosseguimento ou prolongamento presencial do “ir ao campo”, das parcas bolsas e estímulo à pesquisa, da impossibilidade de se manter com projetos antes acordados, dos quadros de transtornos mentais surgidos e, ou acentuados — a solidão e a precarização aguda que se faz presente no fazer e viver de pesquisa no Brasil, que, por sua vez, se exterioriza simultaneamente no âmbito individual e coletivo, embora as manifestações nestas esferas se deem de maneira distinta, ou seja, no sentido daqueles que vivem desse ofício — eu incluso — se encontrarem e sentirem as dores e angústias de forma insular, mas compartilharem conjuntamente dos mesmos sintomas, isto é, de sofrimentos psíquicos advindo de uma sociedade do desempenho (HAN, 2015).

Nesse sentido, expor e indicar esse quadro contextual é assinalar a necessidade de dar mais evidência e enxergar com mais clareza variáveis que geralmente são tomadas como “intervenientes”, ou seja, de melhor perceber aqueles fatores que são comumente compreendidos pela incapacidade de serem vistos, medidos e controlados. É – de pelo menos tentar – introduzir para a equação metodológica que buscamos apresentar às condições, os obstáculos e possibilidades de práticas que estão e que são postas no momento que se faz presente da elaboração do conhecimento e do projeto científico. Em suma: é ter uma atenção crítica ao jogo que se joga, de tornar perceptível a afluência do ambiente na criação, reflexão e operacionalização do saber.

Tais apontamentos não dizem respeito apenas a um alertar ou a uma espécie de denúncia sobre o ambiente o qual estou envolto junto a meus pares, mas, concomitantemente, da necessidade de pôr em jogo e expor o avesso das linhas de costura da pesquisa, isto é, de levar a sério e reconhecer que, para os decorrentes resultados obtidos, o local e as circunstâncias do conhecimento também importam – algo que muitas vezes não está visível ou exposto em trabalhos e colocado muitas vezes dentro de uma caixa-preta. Transparecer isto é reconhecer ainda mais a complexidade que gravita em torno do ofício do antropólogo. Em outras palavras, de perceber que a construção do conhecimento não se dá de maneira mecânica, com *feedbacks* imediatos, mas por meio de roteiros inesperados, além também de ser uma maneira de compreender que aquilo que muitas vezes é ou

pode ser lido como “restrição” ou “limitação” seja tomado igualmente como abertura para novos caminhos e diferentes naturezas de reflexões e produções de saberes.

Entretanto, convém registrar que se pode contra-argumentar, corretamente, afirmando que desafios no fazer antropológico devido ao contexto não é bem uma novidade na Antropologia. Autores, para elencar alguns famosos, como, Lewis Morgan, Marcel Mauss, Ruth Benedict, Marshall Sahlins, Jean e John Commaroff trabalharam à distância, em arquivos, por escolha própria ou impossibilidade de estar presente “no campo” — ao mesmo em que se deva levar em consideração que o próprio sentido da ideia de “estar no campo” é também amplo e relativo. Além disso, atualmente, também há novas áreas de estudos que se debruçam acerca das questões do mundo virtual, bem como das novas formas de observação participante através da internet. Logo, embora pareça haver, em certo sentido, nas circunstâncias atuais, um certo regresso ao gabinete, tal ocorrência, é verdade, não se traduz integralmente em um ineditismo.

Porém, o esforço aqui de tornar explícitas as condições deste engendrar é menos uma tentativa de atribuir uma possível singularidade de estatuto deste *fazer* neste período específico, e mais uma intenção de estimular a percepção quanto ao “caráter artesanal” que a situação – tomando esse substantivo em um sentido não de um caso específico, mas de maneira mais ampla – compele para a produção do saber. Ou seja, compreender que mesmo a dada similaridade das questões e desafios metodológicos sempre presentes na história da antropologia, a conjuntura sempre adiciona algo de particular. De maneira que os produtos antropológicos são, em geral e ao fim, de naturezas simultaneamente semelhantes e dessemelhantes. Imperativamente parciais. Nesse sentido, é entender que os “artefatos” resultantes das pesquisas são acúmulos de ações e reações do pesquisador, este artesão (MILLS, 2009) que vive envolto de distintos materiais sensíveis, animados e inanimados, e munido de ferramentas e enquadramentos específicos. A pesquisa, assim, parece efetuar um movimento similar a própria ideia de ontogênese (INGOLD, 2019), isto é, do seu crescimento e maturação se realizarem através não da primazia de possíveis causas internas ou externas à pessoa, mas por meio do entrelaçamento delas em um determinado ambiente. À vista disso, este é o motivo

de destacar a necessidade de se tornar sensível e atento ao local no qual o conhecimento foi encadeado.

Deste modo, ao apontar e expor tais condições específicas enfrentadas no executar desta pesquisa, chego à percepção, convergente com a de Donna Haraway (1995), de que metodologias e práticas científicas não são empreendidas sob condições absolutamente controláveis, muito menos são realizáveis através de um “ente completo”, sendo, portanto, os resultados obtidos nunca totais, mas sempre parciais. Entretanto, importante salientar, tal incompletude constitutiva da investigação que a torno explícita para e na reflexão não significa e não implica em ausência de rigorosidade, muito menos de objetividade. Pois, o propósito não é de realizar a defesa da parcialidade em si mesma, enquanto uma justificativa trivial, mas sim de dar conta, de reconhecer e indicar que o contexto específico desta pesquisa obstruiu a construção de determinados nexos, ao mesmo tempo em que me possibilitou, me visualizou e me permitiu construir conexões de conhecimento que, certamente, em outras condições não seriam possíveis. É compreender, por conseguinte, que não se trata de ser um “apesar de”, mas sim “em virtude de”. Deste modo, levar metodologicamente a sério estas variáveis e circunstâncias inerentes — que se entrecruzam num jogo de forças, sendo eu, no papel de pesquisador, também uma delas — é posicionar-se e ter consciência da responsabilidade da estruturação de um saber específico e escrupuloso, aberto a conexões e possibilidades de avaliações críticas e racionais (HARAWAY, 1995), assim como também da atenção àqueles que confiaram em se abrir a mim para a edificação da dissertação.

Em outras palavras, o que trago para a reflexão metodológica se trata da exposição e defesa de uma investigação que se propõe a assumir o contexto político-pessoal e a influência do pesquisador nas suas práticas antropológicas, tomando-as não apenas como possíveis entraves e adversidades — o que também não deixam necessariamente de ser —, mas, simultaneamente, como recursos e posições para novos insights, admitindo e atentando, portanto, aos vários âmbitos que coexistem, e não necessariamente se anulam. É, desta maneira, procurar seguir o significado da palavra “parcial” no sentido apontado por Stengers (DIAS et al,

2016, p. 174), isto é, de *"tomar partido, [...], de não ser neutro, ser parcial nas [...] escolhas"*. Compreendendo, deste modo, a pesquisa como um processo de engajamento no mundo, enquanto um caminho de "errância", de encontros e descobertas por mundos não inertes. Longe, portanto, da defesa de qualquer forma de pureza, haja vista que para uma ciência que aspira ter compreensão dos recortes da existência é preciso perceber que *"a vida erra"*, que ela *"é gloriosamente impura"* (BEY, 2007, pág 12).

Logo, dando prosseguimento ao raciocínio, a situação da pesquisa aqui exposto — de sua construção em meio a pandemia da Covid 19, de um acentuamento da crise ambiental, econômica, política e social, bem como a intensificação da precariedade para se fazer pesquisa no Brasil — me conduziu a escolher caminhos metodológicos específicos, de encaixes, de me levar a executar uma "metodologia de retalhos" (GÜNEL, VARMA, WATANABE, 2020). Por "retalhos", a metáfora pode ser compreendida como a junção e utilização de distintas rotas e pelas diferentes durabilidades de permanências no que concerne ao executar delas na busca do objetivo almejado na dissertação — que é apresentar a dinâmica de esmagamentos, apagamentos e invisibilidade promovido pelo que denomino por "territorialidade de Suape" sobre a "territorialidade do Quilombo Ilha de Mercês". Em outras palavras: "retalhos" se referem à união dos vários tipos de estratégias e técnicas de pesquisa com distintos tipos de intensidade na execução delas.

Nesse sentido, foi possível realizar pesquisa de campo de maneira intermitente. Realizei visitas mensais preliminares à comunidade quilombola Ilha de Mercês, localizada em Ipojuca/Pernambuco, do mês de junho de 2019 até março de 2020 — com a interrupção nas visitas devido à chegada da pandemia da Covid-19 no Brasil. Retomei as visitas entre outubro de 2020, com a reabertura da comunidade, até março de 2021, e novamente tive de interrompê-las dado o colapso generalizado da rede de saúde no Brasil. Com a relativa melhora do quadro sanitário, outros trabalhos de campo foram realizados na comunidade de maneira pontual entre os meses de janeiro e março de 2022. Tais idas, em sua maioria, com duração do período da manhã até o período da noite, constituíram em observações

participantes das reuniões da AQIM (Associação Quilombola Ilha de Mercês), bem como andanças pela comunidade, ou seja, com ida às plantações, às casas, aos locais históricos, acompanhamento das atividades de pesca, com caminhadas à beira da rodovia PE-009, participação em eventos fora do Quilombo com pessoas da comunidade, e por entrevistas e conversas[4] formais e informais com os moradores. Foi, portanto, através destas técnicas específicas em sua maioria que pude compreender, no que foi exequível, a territorialidade de Mercês[5].

Além disso, um pouco antes e durante a pandemia da Covid 19, também foi realizando a análise de arquivos (documentos jurídicos do Ministério Público e de instituições que atuam conjuntamente com eles, como o Fórum de Suape; de documentos disponibilizados pelo site do próprio Complexo Portuário de Suape; de documentos de Comunicação Técnica do "Programa ecológico e Cultural do Complexo Portuário de Suape" de 1977 da Condepe (Instituto de Desenvolvimento de Pernambuco), em posse da biblioteca da FIDEM (Fundação de Desenvolvimento Municipal); de mapas (Oficiais e históricos - localizados no próprio site do Complexo Portuário; no Arquivo Público de Pernambuco; no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano; e em posse da AQIM); e de vídeos e imagens dos conflitos gravados pelos moradores de Mercês.

Ademais, examinei teses e dissertações de história, geografia e serviço social sobre a região da zona da mata do nordeste brasileiro no século XIX e XX, assim como de obras clássicas que documentam mais especificamente a região de Suape e da zona da mata sul de Pernambuco ("100 anos de Suor e Sangue" de Manoel do Ó; "O Povoado de Suape: Economia, Sociedade e Atitudes" de Roberto Motta; "Aspectos açucareiros de Pernambuco" e "Aspectos da economia açucareira" de Gileno de Carli; "Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco (1840/1910)" de Peter Eisenberg; "Viagens ao Nordeste do Brasil" de Henry Koster; e "Notas Dominicaes" de 1816, 1817, 1818 de Louis-François Tollenare).

---

[4] No geral, conversas em vez de entrevistas foram preponderantemente priorizadas e utilizadas, haja vista que percebi que a noção e dinâmica de entrevistas geravam maiores obstáculos no que se refere a troca de informações.

[5] É comum se referir ao Quilombo Ilha de Mercês apenas como "Mercês".

A procura e análise dos documentos em posse de outras instituições foram feitas nos momentos de possibilidade de deslocamentos, enquanto a busca e o exame dos documentos disponíveis na internet foram realizados principalmente nos momentos de picos da crise causada pela pandemia da Covid-19 e pela sua perniciosa gestão governamental no âmbito do cuidado à saúde pública. Dessa maneira, no que se refere à investigação da territorialidade construída pelo Estado na região de Suape, a apreensão daquele processo se deu, em sua maior parte, por meios de arquivos, através de registros específicos (documentos oficiais, mapas, vídeos, imagens), tanto por uma abordagem sincrônica como diacrônica.

Como é possível notar, a navegação por e entre os diferentes tipos de dados se deu a cada eclosão de novos colapsos do contexto. Assim, o percurso por mim realizado pode ser dividido em quatro momentos: (1) em um primeiro instante, de 2019 a 2020, a investigação, sobretudo presencial, foi executada em meio a um cenário de crise político-social-econômico-ambiental, mas sem a presença do coronavírus; (2) no segundo momento, do início de 2020 até a sua primeira metade, já com a eclosão e presença da Pandemia, a pesquisa se sucedeu mediante novos contornos, buscas e esquivas em meio às limitações impostas por um cenário da crise sanitária referida, com a investigação ocorrendo, quando possível, presencialmente de maneira limitada e por via remota; (3) no terceiro, da metade final do ano de 2020 ao início de 2021, com o descontrole e acentuamento em todos os níveis do colapso político-econômico-social-ambiental-sanitário do contexto, restringindo a procura e exame de dados disponíveis apenas ao plano da internet; (4) e no quarto e último momento, com a melhora do quadro da Pandemia no território nacional, de janeiro a março de 2022, com a volta definitiva ao campo em Mercês, com visitas pontuais sendo realizadas. A pesquisa se deu, portanto, através de um navegar impreciso.

***

Expostos os caminhos e as respectivas estratégias e ferramentas metodológicas escolhidas, penso, todavia, que embora se visualize o fechamento da pesquisa, sua conclusão é apenas parcial. O fim de uma etapa, início de outra. Por consequência, este fazer antropológico e sua trilha não estão findados, mas sim em

um constante processo de aprimoramento e diálogo para com aqueles com que trabalhei. Tal movimento, que é um lapidar, faz parte do próprio cerne da Ciência, e sendo a Antropologia uma não seria, portanto, diferente. No mais, acredito que enquanto eu estiver em contato com meus interlocutores e amigos de Mercês – ou quem mais tiver interesse sobre o assunto e problemática – existirá em abundância um tema intrigante, intricado, delicado, tocante e que ainda está longe de estar consumado, haja vista a localidade ser um ambiente de múltiplas ocupações históricas de outras naturezas, de grandes narrativas orais locais, de ampla resistência nativa, bem como também por ter se tornado de grande interesse por parte do Estado e mercado, que por sua vez vem promovendo grandes processos de transformações naquela região e expropriações daqueles que ali residiam, como também do assédio aos que ainda se encontram nele (SILVEIRA, 2010; PÉREZ, 2016; SILVA, 2020).

Assim, considerando tamanha magnitude e as várias nuances do massacre[6], a nível ambiental e social, e seus consequentes impasses, dado que se trata da expropriação de comunidades que residem, ou residiram, nos 27 engenhos que compõem o Complexo Industrial Portuário de Suape, que se torna necessário o exame daquele grande cenário por lentes distintas. Nesse sentido, como apresentado por Silveira (2010), até o ano de seu trabalho, a situação das comunidades ali envolvidas naquela conjuntura se deu de forma heterogênea, tanto quanto aos níveis de percepção deles do conflito, como no que se refere à natureza dos conflitos e violações causadas pelo empreendimento portuário, podendo estes, de acordo com a autora, serem “latentes” ou “manifestos”. Tais gradações refletem, apesar da proximidade geográfica, a diversidade de populações ali situadas, bem como os distintos interesses externos sobre os variados territórios em questão. Destarte, ao longo dos doze anos que sucederam o citado trabalho, aconteceram novas ameaças, desapropriações e remoções de comunidades inteiras para novos

[6] Utilizo do substantivo “massacre” ao invés de “conflito” justamente por ele traduzir melhor o que vem ocorrendo desde a década de 1970: um ato de esmagamento, mutilação e destruição por parte do Estado a entes que não possuem as condições mínimas e necessárias de defesa. A meu ver, a ideia de conflito, ainda que aceitável e entendível para o que ocorre naquele ambiente, transmite em alguma medida a imagem de que as partes ali envolvidas na interação possuam, mesmo que em desequilíbrio, forças para abalar um ao outro, o que de fato não ocorre, mas sim uma unilateralidade quanto aos ataques e imposições.

locais (PÉREZ, 2016; SILVA, 2020); comunidades viram a progressão ainda maior da redução de seus territórios, bem como passaram por novos processos identitários e reestruturaram suas estratégias de resistência frente à desterritorialização compulsória. Assim, o quadro de violações socioambientais, apesar de diferente do passado recente, conserva certo status de heterogeneidade quanto às problemáticas que os afligem.

Dessa forma, se faz necessário distinguir as extensões dos problemas e questões que existem naquele espaço, isto é, compreendê-las enquanto múltiplas problemáticas. Dito isso, é necessário ter em mente que a referência à “Problemática Suape” seja apreendida como uma abordagem e visão mais generalista do conflito, ou seja, como uma consciência acerca do impacto mais amplo do empreendimento portuário nos 13.500 hectares que ocupa na histórica região conhecida como Suape. Logo, para a grande “Problemática Suape”, existem outras problemáticas menores, mas não menos graves e que compõem este grande conjunto de problemas.

Assim sendo, a “Problemática Mercês”, um dos focos desta dissertação, diz respeito às violações e ataques sofridos pelo Quilombo Ilha de Mercês, hoje situado entre porções da Zona Industrial Portuária (ZIP), Zona Industrial (ZI) e Zona de Preservação Ecológica do Complexo Portuário (ZPEC). Tal problemática abarca problemas, para citar alguns que serão mais adiante apresentados, como a redução exponencial do seu território realizada com a desapropriação de várias famílias de suas terras para a construção da Zona Industrial; o retalho de seu território pelas rodovias de acesso ao porto; os ataques ao Baobá sagrado à comunidade; o vazamento de petróleo pela Refinaria Abreu e Lima ao mangue; o bloqueio de quase 14 anos do rio Tatuoca pelo Estaleiro, que prejudicou severamente a subsistência dos que dele tiram o sustento, ou seja, de toda a comunidade. A gravidade da violência é tamanha que o caso do Quilombo Ilha de Mercês foi considerado pelo Tribunal Internacional de Despejos (TID), durante o Fórum Social Mundial em 2018,

como um dos casos mais emblemáticos de violações ocorridas no Brasil[7] praticadas pelo Poder Público, proprietários privados e outros.

No mais, a citada problemática, para além dos problemas referidos, se particulariza também por sua intensidade, esta agravada devido a sua localização específica, isto é, por se desenrolar na cobiçada área de expansão portuária do empreendimento, tornando, portanto, o conflito e a pressão sobre a comunidade quilombola progressivamente mais intensa.

Essa problemática, no que lhe toca, se diferencia das de outras comunidades locais, que denomino como "Problemática Tabatinga", "Problemática Jurissaca", "Problemática Boa Vista I", "Problemática Ilha" e assim sucessivamente. Salientar, portanto, a importância quanto a esses tipos de escalas de problemas é fazer notar a variedade de comunidades que ali ainda vivem, bem como as que viveram, para deste modo não cair na armadilha homogeneizante de que todos os imbróglios existentes se tratem de problemáticas rigidamente iguais e que, por sua vez, dizem respeito a um suposto espaço uniforme e que suas prováveis soluções sejam de naturezas rigorosamente similares, como assim é apresentado e defendido no discurso do empreendimento portuário e assim transmitido pela grande mídia.

Isto posto e tendo esta dissertação seu foco na "Problemática Suape" e na "Problemática Mercês" — conjuntos estes de problemas que giram essencialmente em torno das questões fundiárias — que se faz necessário ter previamente atenção quanto ao conceito de "território", isto é, de tomá-lo para além de um mero sinônimo de concepções como "área", "extensão", "superfície", "lugar", "espaço" e "região". De apreendê-lo e ter a compreensão dele na qualidade de um conceito atrelado à questão do Poder — este concebido não como uma coisa em si, mas enquanto relações. Em outras palavras, compreender a noção de "território" como um exercício e projeção de tipos de relações específicas de poder em um dado espaço, sejam elas heterônomas ou autônomas (SOUZA, 2009). Ademais, outro conceito derivado de território e mais adiante trabalhado, "territorialidade" é aqui

[7] Tribunal Internacional de Despejos. Brasil — Casos e Recomendações. Disponível em: <https://www.terradedireitos.org.br/uploads/arquivos/publicacao-TID%281%29.pdf>. Acesso em: 01 de fev de 2022.

compreendido como a lógica da organização territorial, como práticas sociais que regulam o uso de uma dada área (GALLOIS, 2004). “Território” e “Territorialidade” tomados, por conseguinte, enquanto conceitos congêneres ligados à raiz das relações de poder. Baseado então nestes pressupostos, objetivando dessa maneira avançar no entendimento destas denominadas problemáticas que os quatro capítulos subsequentes foram elaborados.

Os capítulos 2 e 3, “Da Construção da Hegemonia” e “Entrelaços territoriais: esboço de uma ‘pedogênese sócio-histórica’”, possuem objetivos mais amplos, com a finalidade de compreender e explicitar a “Problemática Suape”, isto é, o modo como se chegou à situação que se encontra atualmente os territórios situados na região de Suape — o Complexo Portuário e as demais comunidades nativas. Para a construção deles, foi realizado um levantamento histórico do desenvolvimento da ocupação fundiária da região de Suape baseado nas teses históricas da localidade, bem como pela análise de relatos historicamente documentados, ao longo dos séculos, de indivíduos que presenciaram o processo em si de ocupação, seja da localidade em específico, como também da extensão de toda zona da mata[8] de Pernambuco.

Para isso, com a finalidade tornar a descrição mais inteligível, foram classificadas as existentes e subsequentes lógicas de organização territorial que estiveram entrelaçadas umas às outras e que se sucederam ao longo da história naquela área em “hegemônicas” e “não hegemônicas”. As territorialidades hegemônicas dizem respeito às lógicas territoriais que se fizeram predominantes — os latifúndios da cana de açúcar e o Complexo Portuário — e ligadas em alguma medida ou totalmente com o Estado, enquanto que as chamadas territorialidades não hegemônicas se referem às pequenas práticas sociais marginais de gestão territorial ou às pequenas propriedades, estas e aquelas frutos de brechas afetivas e políticas, bem como de tentativas de produção alternativas decorrentes das contradições sociais existentes, que quando não se desenvolviam na

[8] Sub-região do nordeste brasileiro que se estende do litoral do Rio Grande do Norte até o litoral sul da Bahia.

clandestinidade, eram levadas a condições marginais, como as existentes comunidades pesqueiras, rurais, Quilombos da região, entre outros.

O capítulo 4, “A Territorialidade do Complexo de Suape: hoje, amanhã e depois”, busca compreender mais detalhadamente a atual territorialidade do Complexo de Suape e como ela ali se faz hegemônica. Para este fim, é examinado o segundo Plano Diretor (2011) da localidade e outros documentos oficiais disponibilizados pelo próprio empreendimento portuário, como o “Plano de Desenvolvimento e Zoneamento Portuário de Suape”; “Relatório de Sustentabilidade” dos anos de 2017, 2018 e 2019; o “Relato Integrado” de 2020; o “Regulamento de Exploração do Porto de Suape”; a “Poligonal do Porto Organizado de Suape”; e o “Novo Terminal de Contêineres”. Simultâneo ao exame do conteúdo ali inscrito, também são analisadas as imagens neles registradas, isto é, os mapas e seus consequentes meios de expressar seus modos de concepção, projeção e consumação do referido território, tanto no passado recente, como tempo presente e futuro. Ademais, imagens e descrições frutos das observações e caminhadas realizadas durante o período de campo, entre os anos de 2019 e 2022, são também empregues.

O capítulo 5, “Uma ilha em meio a um porto”, tem como objetivo compreender a “Problemática Mercês”, isto é, os desafios e as maneiras como o Quilombo Ilha de Mercês regem seu território no tempo presente frente aos ataques e cerceamento da territorialidade do Complexo Portuário de Suape. Para tal, a lógica territorial quilombola é abordada e descrita por meio da observação participante realizada e das escutas dos habitantes locais sobre suas próprias relações territoriais entre os anos de 2019 e 2022, bem como pela análise de mapas e documentos produzidos pela Associação da própria comunidade.

Por fim, o último capítulo, “Considerações finais ou a partida para um remate que não se findou”, objetiva pensar uma possível ressemantização do que é compreendido por “Suape” no imaginário social, assim como refletir e indicar possíveis soluções para o conjunto de problemas que naquela região se manifestam.

2 DA CONSTRUÇÃO DA HEGEMONIA

> “Você nunca pensou como o perigo deve cercar o poder, assim como a sombra faz com a luz?” (Ursula K. Le Guin)

De acordo com os limites da geografia política atual, a localidade historicamente compreendida por Suape se encontra na zona da mata sul, entre os limites do município do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, no Estado de Pernambuco. Nome dado pelos indígenas Caetés, no princípio, a palavra se aludia a um importante rio local, o Massangana, contudo, após invasão dos europeus, o nome passa a se referir à área concernente ao ancoradouro presente na ilharga do Cabo de Santo Agostinho, o qual se encontrava separado do mar por um cordão de recifes de arenito, o que possibilitava o acesso das embarcações ao local e, consequentemente, ao seu uso enquanto base portuária (VAINSENCHER, 2020). Ademais, contíguo a este acidente geográfico, também deságua três importantes rios da região: o Tatuoca, o Ipojuca e o já citado Massangana.

Assim, foi por sua geomorfologia característica que a região de Suape, antes ocupada pelos indígenas Caetés, se tornou inicialmente cobiçada, sendo posteriormente invadida por colonizadores europeus. Servindo desde o início da colonização portuguesa como base portuária, a localidade se tornou de amplo valor estratégico comercial e militar (ANDRADE, LINS, 1984; SILVEIRA, 2010; MATTOSO, 2013; VAINSENCHER, 2020). A região, mais do que de ser apenas uma rota de mercadorias, tornou-se igualmente destino do comércio e do tráfico de escravos africanos (SILVA, 2012; MATTOSO, 2013; CARVALHO, ALBUQUERQUE, 2016). Além disso, com a ocupação colonial e seu restringimento à economia do açúcar, a Mata Atlântica, antes predominante, passou a ser exponencialmente substituída pela *plantation* da cana-de-açúcar, de modo a se suceder naquela área a construção de uma série de engenhos próximos ao litoral (ANDRADE, 1986, 1990, 2001a, 2001b; MATTOSO, 2013; SANTOS, 2014).

Em suma, se antes a localidade era predominantemente constituída por um ambiente de Mata Atlântica com a presença dos Caetés, após a invasão dos

colonizadores, a área passou a ser um espaço majoritariamente organizado pela economia da cana-de-açúcar através do grande latifúndio com mão de obra escrava inicialmente indígena e, posteriormente, africana sob o controle de um único proprietário, o chamado senhor de engenho (ANDRADE, LINS, 1984; AQUINO, 2015; SCHWARTZ, 1985; ANDRADE, 1986, 1990; GOMES, 1998; MATTOSO, 2013; BARROS, 2017).

Essas grandes propriedades se estabeleceram não somente na região de Suape, como também em grande parte do Nordeste oriental brasileiro, isto é, na região da zona da mata e litoral. Os chamados engenhos, representavam, sustentavam e produziam grande parte[9] da territorialidade oficial do Estado nos respectivos locais os quais estavam assentados através de uma lógica planificadora que consistia em tornar o espaço interciso e rígido, ordenando respectivamente a economia, as relações sociais e os corpos que ali se encontravam. Tais infraestruturas[10] se tratavam de um ordenamento ecológico-paisagístico constituído por complexos arquitetônicos que, apesar de suas distintas funções e representações, estavam conectados entre si, objetivando ao fim a produção do açúcar e seus derivados.

Sendo variável a capacidade de produção e importância, alguns possuíam lugarejos semiautônomos com outras produções, ao passo que outros se limitavam unicamente ao trabalho do açúcar (ALENCASTRO, 2000; AZEVEDO, 2009; SANTOS, 2014). Além disso, acerca do arranjo paisagístico, os mesmos se caracterizavam por sua natureza interna labiríntica e por seu caráter isolado, se assemelhando deste modo a “ilhas”, com paisagens monótonas e localização em áreas de difícil acesso com vários obstáculos naturais, como relevos montanhosos e solos argilosos que, principalmente em épocas de grandes precipitações

[9] É importante salientar que as Territorialidades Hegemônicas dos Engenhos, principalmente no início da colonização portuguesa no Brasil, foram em muitos momentos contingentes, como mostra Luiz Felipe de Alencastro (2000). Nesse sentido, existiu uma pluralidade de atores hegemônicos que coordenavam e buscavam o poderio tanto na colônia, como na metrópole, ou seja, a hegemonia dos engenhos e seus senhores tiveram momentos de não preponderância.

[10] Infraestruturas aqui compreendidas não somente como objetos em si, mas também como relações entre eles. Nesse sentido, as infraestruturas estão constantemente operando na redefinição e relacionamentos dos atores humanos e não humanos envolvidos (JENSEN, MORITA, 2015).

pluviométricas, dificultava a mobilidade dos que ali residiam (ANDRADE, 1986; FERREIRA FILHO, 2016).

De maneira geral, os engenhos de açúcar do Nordeste compartilhavam basicamente de cinco estruturas: (1) a fábrica ou moita, a qual abrigava a moenda, que extraía o sumo da cana-de-açúcar, e a casa das caldeiras, onde o caldo era cozido; (2) a casa grande, o local de moradia, como também símbolo do poder e autoridade do senhor de engenho; (3) a senzala, lugar que abrigava as pessoas escravizadas; (4) a capela, que demonstrava a devoção e o respeito à Igreja; e (5) os canaviais, grandes extensões de monocultura de cana-de-açúcar estabelecidas a partir do trabalho escravo e da remoção de vegetações nativas (GOMES, 1998; AZEVEDO, 2009; MENEZES, MUNIZ, SILVA, 2014).

Para além dessas estruturas básicas, também existiam as casas dos agregados, isto é, dos trabalhadores livres e pobres que prestavam serviços específicos em troca de auxílio e proteção do proprietário das terras (ANDRADE, 1986; SCHWARTZ, 2001; AZEVEDO, 2009; SANTOS, 2014). Nos espaços destinados a esses trabalhadores, era comum a existência, quando permitidos, de roças destinadas ao plantio de alimentos comuns à “dieta nordestina”, como mandioca, milho e feijão (MONTEIRO, 1980; SCHWARTZ, 2001; SANTOS, 2014; FERREIRA FILHO, 2016). Desse modo, dada a necessidade de uma grande mão de obra para sustentar o tipo de empreendimento almejado, muitos engenhos se assemelhavam na maior parte dos casos a um povoado (ANDRADE, 1986; SIMONSEN, 2005).

Mais especificamente a respeito de sua localização, era comum aos engenhos da zona da mata do nordeste brasileiro se estabelecerem próximos aos rios locais, plantações e florestas para a extração de madeira (ANDRADE, LINS, 1984; AQUINO, 1985; ANDRADE, 1986, 1990, 2001b; GOMES, 1998; FOREST, 2006; ROGERS, 2010; SANTOS, 2014; FREYRE, 2015). No que se refere à topografia, quando acidentada, as partes mais altas dos terrenos se destinavam à casa grande e à capela, podendo esta estar ao lado ou mesmo acima da residência do senhor de engenho, enquanto nas partes mais baixas se encontravam as demais edificações (FOREST, 2006; MENEZES, MUNIZ, SILVA, 2014). Nesse sentido, a

organização espacial, assim como a própria especificidade e variedade dos materiais constitutivos de cada tipo de construção dos engenhos, seguia uma lógica que almejava e evidenciava um controle social e planificação intencionalmente segregada do espaço (FOREST, 2006; FERREIRA FILHO, 2016), de maneira, portanto, àquela territorialidade manifestar, representar e reproduzir relações de hierarquia social, controle da terra, divisão e disciplina do trabalho imposta (GAMA, 1983; ANDRADE, 1986, 2001a; FERREIRA FILHO, 2016).

A taxonomia dos antigos engenhos pode ser visualizada através das obras dos pintores que vivenciaram aquele período retratando as paisagens do então chamado Novo

Figura 1. Paisagem com Plantação Mundo.

Fonte. Frans Post.(1668)

Na pintura, é possível observar na parte mais elevada a casa grande e a capela, e nas partes mais baixas a casa de moenda, a senzala e as moradias ao fundo da paisagem, além da existência e proximidade de um rio.

Figura 2: Engenho Massaipe

Zacharias Wagner (c. 1634-1639)

Da mesma maneira, na imagem acima é possível também visualizar a vida de um engenho em atividade e o modo como suas edificações se dispunham na paisagem obedecendo a uma lógica social e topográfica vertical.

2.1 DOS ENGENHOS BANGUÊS ÀS USINAS

Seguindo na exposição dos primeiros engenhos de açúcar estabelecidos na região da zona da mata do Nordeste, que remontam a época da colonização portuguesa, os chamados engenhos banguês se caracterizavam pelo baixo nível de técnica empregada, apesar de compensarem sua produção pela abundância e grande fertilidade das áreas de cultivo, assim como pelo uso incessante de tração animal e mão de obra escrava (EISENBERG, 1977; MONTEIRO, 1980; AQUINO, 1985; ANDRADE, 1986, 1990, 2001a, 2001b; MOURA, 1998; SCHWARTZ, 2001; MATTOSO, 2013; FERREIRA FILHO, 2016). Todavia, ainda que limitados pelo uso da baixa tecnologia — o que o tornavam vulneráveis no mercado internacional do açúcar devido à forte concorrência com os produtores de outros países —, estes

engenhos perduraram por um longo período (EISENBERG, 1977; MONTEIRO, 1980; ANDRADE, 1986; MOURA, 1998; LISBOA, 2014).

As razões para este fato se deram principalmente pela busca da manutenção do *status quo*, isto é, pelo empenho da própria casta dos senhores de engenho por sua conservação e aspiração pelo controle do poder político local, como também pela existência de rentabilidade através desses empreendimentos junto ao Estado, haja vista que a economia do açúcar não se limitava somente a produção e a venda deste e seus derivados, mas igualmente do tráfico de escravos que era um dos seus alicerces, estando imbricada nessas transações a precificação de contratos e cobrança de impostos (EISENBERG, 1977; ANDRADE, 1983; ALENCASTRO, 2000; SILVA, 2004; LISBOA, 2014). Em outras palavras, é possível afirmar que a somatória da abundância de terra, mão de obra barata, ignorância e soberba dos grandes proprietários levaram a formação de uma atitude conservadora e rotineira em relação à inovação tecnológica, tornando suscetíveis a crises, ficando este modelo de produção e propriedade dependente dos subsídios oferecidos pelo Estado para a sua sobrevivência (EISENBERG, 1977; LISBOA, 2014), perdurando aproximadamente até a Proclamação da República, já ao final do século XIX.

Assim sendo, o que se pode perceber a partir dos aspectos até aqui descritos é que os banguês, enquanto um dos principais representantes, produtores e reprodutores da territorialidade do Estado colonial nas regiões em que repousavam se assentavam em uma lógica territorial autoritária e replicante, no qual retalhava e domesticava a paisagem de modo desta se ordenar através de composições homogêneas, segregadas, desiguais e hierárquicas. Tal configuração correspondia e evidenciava o arranjo socioespacial colonial, baseado na imposição da força, isto é, realizado através da conquista (WEIL, 2019). Conquista esta que se dava pela sujeição dos corpos indígenas e negros ao branco, como também do ecossistema nativo de mata atlântica à *plantation* da cana-de-açúcar.

Melhor dizendo: é possível observar que aquilo que se compunha na primeira fase da territorialidade do açúcar se tratava de uma relação socioespacial baseado em quatro aspectos: na (1) coerção, haja vista que se baseava no uso da força, seja para escravização de corpos, como para as extrações compulsórias do solo até seu

esgotamento através da monocultura; na (2) replicabilidade, à medida que sua forma de expansão se dava por meio de uma padronização quanto às formas de ocupação do solo, isto é, seus modos de reprodução e ampliação de sucediam por meio de criações de zonas congêneres umas às outras; na (3) escalabilidade, esta intrinsecamente ligada às duas características anteriores, tendo em vista que se tratava da busca de um projeto com capacidade de expansão sem mudar sua natureza (TSING, 2019), de forma a possibilitar a produção em grande escala para o mercado mundial; e na (4) condensabilidade, considerando que o movimento existente na unidade produtiva tencionava e gravitava em torno do próprio eixo.

Tais aspectos (coerção, replicabilidade, escalabilidade e condensabilidade) se manifestavam através da escravatura, da concentração fundiária e do sistema manufatureiro, de forma daqueles se reverberarem por meio destes mediantes a formação de uma paisagem artificialmente[11] uniforme, e pela criação de trabalhos distintos com uma finalidade central e pela conservação e sustentação de uma sociedade vertical e estratificada formada por senhores de engenhos, escravos e trabalhadores livres (MONTEIRO, 1980; AQUINO, 1985; ANDRADE, 1986; FERREIRA FILHO, 2016). Esta lógica territorial revelava, portanto, um espaço rígido composto por relações desiguais sem grandes aberturas para criação de outros territórios e territorialidades – ainda que resistências cotidianas, dissidências e fugas irremediavelmente sempre despontarem[12] no horizonte enquanto formadores de nanoterritórios[13] com variáveis durabilidades.

O esgotamento completo do banguê veio a calhar devido ao acúmulo e aprofundamento de simultâneas e sucessivas crises ambientais, econômicas, políticas e sociais ao longo dos séculos que acabaram por desmantelar seus principais alicerces. Porém, anterior às crises que viriam atingir, é possível afirmar que a derrocada deste modelo tem suas origens primordiais, por assim dizer, na aposta em um modelo econômico com ênfase nos produtos para exportação em detrimento daquelas destinadas ao mercado interno, além também da recusa em

[11] Artificial não no sentido de ser falso, mas por se tratar de uma estabilidade forçosa.
[12] Quilombos e moradas criadas em grandes propriedades permitiam o florescimento de projetos não escaláveis (TSING, 2019).
[13] Termo cunhado por Marcelo Lopes de Souza (2006, 2009) para se referir a territórios que são criados em escalas geográficas muito reduzidas.

acompanhar modernização dos meios de produção do açúcar de acordo com os moldes internacionais, o que acarretaria por sua vez na dependência pela valorização do açúcar no mercado mundial e na desvantagem produtiva com relação a concorrência de outros países, que utilizavam de melhores tecnologias de produção, o que forçava a desvalorização do produto, provocando, por consequência, na queda de seu preço (EISENBERG, 1977; AQUINO, 1985; ANDRADE, 1986, 1987, 1990, 2001a, 2001b; MOURA, 1998).

Dessa maneira, a desvantagem que já existia, mas que era parcialmente compensada em termos de produtividade pela vastidão de terras férteis e pela utilização contínua de mão de obra escrava, se aprofundou à medida que crises vieram se abater nestes pilares de sustentação. Toda estrutura fundiária baseada na concentração de terra que se voltava majoritariamente para o cultivo da cana de açúcar em detrimento de outras culturas demandava a utilização de uma grande quantidade de força de trabalho, que por sua vez era suprida pela mão de obra escrava. Porém, a vida útil dos escravos era relativamente curta, em torno de 25 anos, o que exigia uma reposição contínua (MONTEIRO, 1980). Em esquema de trabalhos intensivos[14], os proprietários de terra utilizavam os escravos em regime de produtividade máxima, haja vista que em torno de 14 a 24 meses estes produziam o suficiente para igualar o valor de sua compra. O viajante francês, Louis-François Tollenare, que visitou Pernambuco entre 1816, 1817 e 1818, mais especificamente o Engenho Salgado em Ipojuca, atestou:

> "*Durante os quatro ou cinco mezes que dura a safra do assucar, o trabalho dos negros no engenho é mais violento; revezam-se por forma a poderem estar de pé 18 horas*". (TOLLENARE, 1975, pág. 78)

Nesse sentido, através de um mero e perverso cálculo econômico que os donos de engenhos acreditavam ser mais compensatório manter este mercado em

[14] Dadas jornadas de trabalho escravo possuíam seu início no raiar do dia, terminando no final da noite. No estado de Pernambuco e no estado de Alagoas, tal sistema de trabalho era denominado como "Quinguigú". Termo de origem quimbundo, língua originária no nordeste de Angola (LEWIS, 2009), se referia tanto à jornada diária em si, como também mais especificamente à atividade de limpar as moendas dos engenhos (MOURA, 1998; MENDONÇA, 2012).

pleno funcionamento do que ter possíveis despesas na manutenção de criá-los em longo prazo (SCHWARTZ, 2001). Assim, o comércio de escravos se tornava um fator crucial para que houvesse continuidade deste modelo.

No entanto, o avanço do movimento abolicionista e o fim do tráfico negreiro, em 1850, constituíram um grande abalo nas bases econômicas dos senhores de engenhos e no sistema banguê, haja vista a consequente e progressiva diminuição dos trabalhadores, seja para as plantações de cana de açúcar, como também para o plantio de outros gêneros alimentícios, o que, posteriormente, chegou até mesmo a gerar uma diminuição na oferta de alimentos e na alta de seus preços, causando mais tarde um desabastecimento nas cidades do Nordeste brasileiro no final do século XIX (MONTEIRO, 1980).

Somado a isso, crises ambientais, climáticas e intervenções não-humanas ocorridas ao longo do tempo contribuíram para a não sustentação e o acentuamento da crise do modelo banguê. Isto é, eventos como (1) o esgotamento do solo causado pelo sistema da *plantation*; (2) a epidemia de cólera que se abateu na região nordeste nas décadas de 50 e 60 do século XIX, rebaixando ainda mais a qualidade de vida, além claro de diminuir a oferta de trabalhadores; (3) pragas de lagartas que arrasaram lavouras; (4) infestação de gomose; (5) grandes e consecutivas secas na metade final do século XIX, associados ao fenômeno do El Niño, se assolaram por toda região (MONTEIRO, 1980; AQUINO, 1985; ANDRADE, 1986, 1990; MOURA, 1998, SANTOS, 2013; RODRIGUES, ROSS, 2020).

Ademais, cabe ressaltar que todos estes arruinamentos ambientais, econômicos e sociais elencados foram acompanhados, assim como também foram precedidos ou deram início a insatisfação, revoltas populares, disputas coloniais e guerras separatistas como, para citar algumas, “Insurreição Pernambucana”, “Revolução Pernambucana”, “Praieira”, “Ronco das Abelhas”, “Quebra-Quilos", “Guerra das Mulheres”, "Pano do Teatro São João", “Revolução dos Chinelos” e a movimentos denominados de banditismo rural (MONTEIRO, 1980, 1981; ANDRADE, 1986, 1987; COELHO, 2009; MATTOSO, 2013).

A decadência paulatina chegou a tal ponto que, dada a desvalorização do açúcar e a consequente crise na economia nordestina, os grandes proprietários do banguê passaram a se desfazer de partes de suas propriedades, de modo a passarem a vender escravos às fazendas de café do sul e sudeste (MONTEIRO, 1980, 1981; ANDRADE, 1987). Além disso, como relatado por Henrique Millet (1987), engenheiro e proprietário do engenho Santo Estevão, no Cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco, que vivenciou a queda do protagonismo do banguê, a crise atingiu tanto os citadinos quanto os camponeses, que não possuindo capital acumulado eram coagidos a viver do que em grande parte tiravam "*diretamente do solo, rios e matas*" (MILLET, 1987, pág. 31), haja vista que os engenhos passaram a dispensar a mão de obra, possuindo apenas o indispensável. Como consequência desses colapsos generalizados no século XIX que migrações em massa se sucederam para Amazônia e para região do sul do Brasil, bem como para e no próprio litoral do nordeste brasileiro (MONTEIRO, 1980, 1981; ANDRADE, 1987).

***

O dado período descrito impeliu a elite açucareira a procurar pela adoção de um novo modelo tendo em vista a sua sobrevivência e possibilidade de perdurabilidade na capacidade de produção de açúcar nordestino no contexto do mercado mundial (ANDRADE, 1990; SILVA, 2004). Foi então que dois novos modos de produção açucareira substitutos emergiram enquanto possíveis sucessores: os engenhos centrais e as usinas de açúcar. O início do processo de implementação deles se deu na metade final do século XIX, coincidindo com a queda do protagonismo do banguê. Os dois modelos tinham como promessa o fornecimento de melhores produtos com menores custos de produção, dado o maior aprimoramento tecnológico através da mecanização e racionalização do processo fabril. E, de fato, os novos métodos de fabricação do açúcar utilizados representaram uma evolução em termos de produtividade ao processo anterior (ANDRADE, 1986, 1990; RODRIGUES, ROSS, 2020).

Acerca das diferenças entre estes dois emergentes modelos de produção do açúcar, suas distinções se davam mais do ponto de vista organizacional e

econômico do que propriamente técnico (RODRIGUES, ROSS, 2020; GASPAR, 2021). Os engenhos centrais pertenciam a uma sociedade, geralmente de origem estrangeira, recebendo subsídios e garantias de juros do capital aplicado ao governo. Além disso, neles havia também restrições quanto à posse de terras para cultura e à utilização de mão de obra escrava, sendo a produção da cana-de-açúcar, que posteriormente viria a ser industrializada no processo, realizado por antigos senhores de engenho que vieram a se tornar apenas fornecedores da matéria prima (ANDRADE, LINS, 1984; AQUINO, 1985; ANDRADE, 1986, 1987, 1990, 2001b). Já as usinas, por outro lado, eram propriedades particulares, muitas delas de antigos senhores de engenho e suas famílias, que não separavam a produção da industrialização da cana-de-açúcar, além de utilizarem do trabalho escravo no período pré abolição da escravatura (ANDRADE, 1986, 1987, 1990, 2001b).

A implementação dos dois modelos substituiu por completo[15] os engenhos do tipo banguê enquanto referência de produção promovendo dessa maneira alterações sociais significativas. Dentre as principais mudanças, (1) a primeira diz respeito ao processo de intensificação da concentração fundiária, haja vista que a falência ou a transformação de grande parte dos engenhos banguês unicamente como fornecedores[16] de matéria prima resultou na incorporação de muitos destes às usinas, na qual a capacidade de maior produção da indústria implicava em maiores quantidades de terra; (2) já a segunda se refere ao surgimento de um novo ator político: o usineiro, que começou a se sobressair em relação aos senhores de engenho no contexto das políticas regionais e locais; (3) a terceira se relaciona com a criação de vilas e cidades em decorrência da industrialização e modernização do setor açucareiro, como, por exemplo, a cidade de Catende, em Pernambuco, assim como pela transformação e decadência dos velhos centros urbanos, tais como o Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, em Pernambuco (DE CARLI, 1940; ANDRADE,

[15] De acordo com Silva (2004), após surgimento e expansão de novas formas de produção, os engenhos do tipo banguê reduziram sua atuação em grande parte à faixa de transição entre as regiões do Agreste e do Sertão, servindo principalmente como fornecedores de cana-de-açúcar aos engenhos centrais e às usinas.

[16] Apesar da redução de seu papel a de fornecedores da cana-de-açúcar e de sua absorção, em sua maior parte, pelas Usinas, os limites dos engenhos banguês continuaram a existir, assim como suas áreas de lavoura permaneceram com os mesmos nomes originais (FERREIRA FILHO, 2016).

1990, SILVA, 2004; SILVEIRA, 2010; FERREIRA FILHO, 2016; RODRIGUES, ROSS, 2020).

Sobre o êxito da instalação destes então novos empreendimentos, no Nordeste brasileiro mais especificamente, os engenhos centrais mostraram dificuldades para se consolidarem, enquanto que as usinas se apresentaram mais afortunadas para se firmarem como nova referência de organização, produção e negócio. O insucesso da implementação dos engenhos centrais dentro do contexto do açúcar brasileiro tem sua raiz na sua própria concepção, por assim dizer. Ou seja, por não possuírem natureza centrípeta, sua estratégia de funcionamento era de que as atividades agrícolas fossem separadas das industriais, com cada plano se concentrando em sua respectiva atividade visando desta maneira atingir uma maior produtividade. Os engenhos centrais ficavam assim a depender do entrosamento destes dois polos para o funcionamento de sua engrenagem. Algo que não ocorreu.

De acordo com Eisenberg (1977), mais especificamente para o caso de Pernambuco, as autoridades da época atribuíram o fracasso dos engenhos centrais à má administração dos gestores, inabilidade de direção técnica e ausência de operários qualificados na área industrial. Pelo lado das companhias responsáveis por estes empreendimentos, o malogro foi atribuído aos problemas do maquinário utilizado, ao baixo preço do açúcar no mercado mundial e pela instabilidade no fornecimento da matéria prima pelos produtores, haja vista que os senhores de engenhos que se tornaram fornecedores da cana de açúcar aos engenhos centrais não procuraram modificar seus processos de cultivo e transporte de modo a acompanhar um novo padrão de produtividade. Dessa maneira, com os fracos resultados, os investimentos, seja através do capital estrangeiro ou nacional, diminuíram paulatinamente até o seu desaparecimento.

Aqui é possível observar que certo caráter extemporâneo deu o tom para o insucesso dos engenhos centrais com relação ao contexto e à estrutura histórica construída por uma territorialidade oficial anterior. Sua lógica demandava um tipo de produção descentralizadora, e pôr em ação essa forma de racionalidade implicava em transformações não apenas no nível de produção industrial, mas também nos processos agrários. Porém, por parte dos agora fornecedores, isto é, dos antigos

engenhos banguês restantes, as práticas que caracterizavam sua territorialidade permaneceram: a centralização de produção, o latifúndio, o não aperfeiçoamento do sistema agrícola, a utilização das terras para outros tipos de finalidades e usos por e entre seus moradores (EISENBERG, 1977; RODRIGUES, ROSS, 2020). O sucesso, portanto, dos engenhos centrais dependia da assimilação de uma outra lógica produtiva por parte dos proprietários e dos lavradores da cana.

As usinas, por outro lado, se afiguravam mais a uma atualização — em escala muito maior, é verdade — do banguê em si do que propriamente um modelo diferente (EISENBERG, 1977). Nelas, tanto a produção agrícola como a industrial se concentravam nas mãos de um mesmo proprietário. Todas as etapas produtivas estavam sob o controle de um mesmo senhor. Além das vantagens que o contexto acabava possibilitando em termos de gestão, é importante também apontar para a posse anterior do poder e prestígio político dos agora chamados usineiros — antes, em sua maioria, senhores de engenho — que, posteriormente, só se expandiu com a descentralização federativa promovida pela Proclamação da República, de modo aos governos — frequentemente possuindo integrantes desta classe em sua composição — ver com bons olhos tais projetos.

Ademais, fatores como (1) leis mais adequadas para suas atividades com menos possibilidades de fraudes; (2) e sistemas de empréstimos diretos em títulos, que obrigavam o concessionário a levantar o capital necessário no mercado financeiro brasileiro (EISENBERG, 1977), também favoreceram seu sucesso. Assim, o corolário da consolidação e da ampliação das usinas foi a absorção dos já debilitados engenhos centrais restantes. Em suma, é possível afirmar que o sucesso de um se deu mediante o fracasso do outro, por assim dizer.

Longe de querer apontar para certo determinismo da história, no entanto, compreender a ocorrência destes dois modelos à luz da noção de *evento* (SAHLINS, 1990), isto é, da relação entre um acontecimento e as estruturas envolvidas parece útil no sentido de entender a transformação sem mudança[17] ocorrida na

[17] Peter Eisenberg (1977) cunhou o termo “Modernização sem Mudança” para se referir a transição do banguê à usina. No entanto, escolho substituir o termo “modernização” por “transformação” devido ao fato do primeiro transmitir a ideia, consequentemente uma ênfase maior, às inovações

territorialidade hegemônica na região de Suape[18]. De compreender, portanto, como as usinas adquiriram significância histórica no que tange a sua consolidação, principalmente no contexto do açúcar no nordeste brasileiro.

Dito isso, é possível perceber que, embora o aquele contexto histórico específico (fim do protagonismo do modelo banguê somado às crises ambientais, econômicas e sociais) tenha se mostrado, em alguma medida, uma janela de oportunidade para adoção de um novo modelo de produção e gestão territorial, os acúmulos estruturais anteriores (centralização e verticalização do poder, conservadorismo econômico e político, concentração de terras, desigualdade social e racial) dificultou o irromper de diferentes descontinuidades em vários níveis. Em outras palavras, a vantagem adquirida proporcionada pela conjuntura por meio de seu caráter latifundiário e centralizador somado a continuidade de uma estrutura histórica de Estado gerida por e através do grande latifúndio possibilitou que esse empreendimento — a usina — se manifestasse enquanto um *evento;* como uma ocorrência que permitiu a esses atores se dotarem de protagonismo e, posteriormente, se erigirem como novo representante de um ciclo — caracterizado pela racionalização industrial, concentração e uniformização (DE CARLI, 1942) — e produtor da territorialidade hegemônica nas áreas em que se assentava.

***

Uma vez estabelecido, o modelo usineiro se alargou com maior intensidade, impondo sua ávida territorialidade por áreas agricultáveis cada vez maiores em busca do plantio de cana de açúcar. As razões para tal avidez tem raiz na sua maior capacidade de produção, como também pelo aumento da concorrência entre as próprias usinas, o que as impulsionavam a adquirir mais e mais terras resultando

---

tecnológicas adotadas, enquanto o segundo, possuindo uma denotação mais abrangente, parece melhor dar conta no que se refere às alterações ocorridas naquele momento histórico, para além do então novo método industrial. Nesse sentido, “transformação sem mudança” indica um paradoxo que melhor se aproxima, em termos descritivos, das contradições existentes no bojo daquela realidade social.

[18] Apesar de citar apenas a Territorialidade Hegemônica na região de Suape — foco do presente trabalho —, é possível afirmar que a Transformação Sem Mudança não se limitou somente àquela área, mas sim a toda “região do açúcar” em Pernambuco, isto é, a região da Zona da Mata.

assim na absorção de propriedades menores para a produção de canaviais ainda mais extensos (DE CARLI, 1940; SOUZA, 1970; ANDRADE, 1990).

O efeito desta compulsão por expansão foi a diminuição de áreas que antes eram reservadas aos moradores em torno, o que culminou por acentuar ainda mais — já considerando aqui o momento pós abolição — a concentração fundiária, a divisão do trabalho e a proletarização do trabalhador rural (MONTEIRO, 1980; ANDRADE, 1986, 1990; MOURA, 1998; SILVA, 2004; SILVEIRA, 2010; SANTOS, 2014). Tal avidez mirando uma maior lucratividade se fez por cima de corpos, em sua grande maioria, negros e pela deterioração daquele ambiente por meio de uma cultura vampírica que esgotava o solo massapê (DE CARLI, 1940; ANDRADE, 1986, 1990; FERREIRA FILHO, 2016). Ao fim, o resultado do processo usineiro era um circuito de predação, humana e não humana. Como foi apontado por Gileno De Carli (1940, pág. 24): *"a Usina é insaciável na ânsia de aumentar".*

Ainda que — em escala maior — as usinas se assemelharem e compartilharem das dinâmicas de relações de poder e de características geográficas iguais — como a proximidade a rios perenes — ao antigo engenho banguê, sua infraestrutura interna era variada e mais numerosa. Do seu corpo, era comum fazer parte os extensos canaviais, balanças, casa das caldeiras, casa de força, cristalizadores, destilarias, fornalhas, moendas, estradas de ferro, capelas, cinemas, cooperativas, escolas, espaço para práticas esportivas, moradas, vilas operárias e a casa do usineiro. Tais arcabouços internos centralizavam em absoluto toda a vida social ali situada (DE CARLI, 1940; SOUZA, 1970; FERREIRA FILHO, 2016).

Apesar disso, mesmo com a existência de uma maior diversificação infraestrutural, o ordenamento ecológico-paisagístico das áreas em posse das usinas, como nos antigos engenhos, evidenciava e almejava uma lógica segregacionista, estando as edificações, espacial e topograficamente, insulados (DABAT, 2003; FERREIRA FILHO, 2016). Dessa maneira, para exemplificar, a casa do usineiro se estabelecia em locais considerados melhores, mais altos e afastados, enquanto que as vilas operárias, perto umas às outras, ficavam próximas dos espaços das fábricas, em lugares mais poluídos (DE CARLI, 1940; FERREIRA FILHO, 2016). Uma organização espacial, portanto, que apartava e objetivava

possuir o controle total das forças de produção, modelando, consequentemente, as relações sociais ali localizadas (FERREIRA FILHO, 2016).

Nesse sentido, menos que o surgimento de um novo paradigma, a chegada das usinas acabou por representar mais o prosseguimento e fortalecimento da hidra[19], haja vista que as precedentes relações de poder estruturantes da territorialidade hegemônica se mantiveram, conservando e intensificando as dinâmicas sociais anteriores, isto é, de um quadro de uma acentuada concentração de terra e o cenário de desigualdade econômica, política e social (DE CARLI, 1940; EISENBERG, 1977; ANDRADE, 1986, 1990, 2001b; MOURA, 1998; SILVA, 2004; RODRIGUES, ROSS, 2020). Ou seja, sendo o modelo usineiro mais uma atualização do padrão anterior e possuindo deste modo os mesmos aspectos da territorialidade banguê, as diferenças entre os dois se davam mais em termos de grau e não de natureza.

Em outras palavras, a distinção das características da lógica territorial usineira se dava por sua maior intensificação predatória, principalmente no que tange às suas características replicáveis, escaláveis e condensadoras através dos processos de aprimoração e mecanização da produção e dos novos aportes que constituíam aquele e no espaço da usina. Em termos de coerção, a transformação se deu ao nível da lei, tendo em vista que as pessoas que antes estavam em condições escravas passaram a ocupar, legalmente, a condição de trabalhadores livres. No entanto, tais alterações, apesar de ser um avanço, na prática não representaram grandes mudanças, na medida em que a precarização da vida cotidiana se manteve conservada por meio de trabalhos alienantes, danosos, extenuantes e servis, somado também às péssimas ou inexistentes condições de saúde, de educação e do sistema viário — o que acabava por dificultar o deslocamento das pessoas —, assim como a ausência de fiscalizadores da lei acerca situação difícil e violenta vivida pelos moradores pelos grandes proprietários (GORENDER, 1991; DABAT,

[19] Na mitologia grega, a Hidra de Lerna era um animal com corpo de dragão e cabeças de serpente, que, quando cortadas, eram substituídas por duas que nasciam no lugar da que havia sido mutilada.

2003; SANTOS, 2014; FERREIRA FILHO, 2016). Em suma, o racismo estrutural[20] se conservou.

É verdade, porém, que todas as ações e manobras de opressão existentes nas usinas e engenhos do Nordeste brasileiro variavam em intensidade conforme as diferentes gestões dessas propriedades, assim como pelas distintas estruturas existentes que modalizavam o acesso ao trabalho, saúde, mobilidade, educação e lazer (SANTOS, 2014; FERREIRA FILHO, 2016). Assim sendo, a transformação sem mudança ocorrida na territorialidade hegemônica do açúcar, isto é, a passagem do banguê à usina se revelou mediante ao fortalecimento da força centrípeta em torno da vida social situada nos dados perímetros, isto é, no sentido dos movimentos envolvidos em seu processo alimentarem e se direcionarem ao seu centro. Portanto, a maior intensidade manifestada, seja pela mecanização e otimização da produção, que impelia a uma maior produtividade, como também pela maior quantidade de aparatos infraestruturais, que preenchiam e performavam um ordenamento social espontâneo, proporcionou e fortaleceu a formação de um conjunto de relações capturadas, voltadas unicamente ao movimento da usina.

Ou seja, apesar da estrutura interna mais diversificada, se comparado ao banguê, todo seu ordenamento interno centrípeto tencionava, refletia e acentuava a forte hierarquia já presente dentro das *plantations* (DABAT, 2003; FERREIRA FILHO, 2016). Ainda que sua disposição intestina fosse, aparentemente, mais completa e supusesse dar conta daquela dinâmica social, o seu caráter disposicional só tornava o controle da usina ainda mais fechado e rígido aos que ali residiam. Pois, ao colocar disponível aos trabalhadores, ilusoriamente e em miseráveis condições, tudo o que era necessário — moradia, educação, trabalho e lazer —, somado a inviabilidade quanto a mobilidade, reduzia a possibilidade para algum tipo de êxodo, garantindo dessa forma a disponibilidade permanente de mão de obra, assim como o rígido isolamento e confinamento destes (DABAT, 2003; SANTOS,

[20] De acordo com Silvio Almeida (2019), Racismo Estrutural diz respeito ao elemento que se faz integrante da organização econômica e política na vida social. Nesse sentido, se trata de uma manifestação que proporciona sentido, lógica e tecnologia para a reprodução de formas de desigualdade e violência que marcam a sociedade contemporânea.

2014; FERREIRA FILHO, 2016). Deste modo, o controle do grande latifundiário, principalmente nos limites de sua propriedade, ultrapassava a esfera de produção, atingindo também a esfera privada de seus moradores.

Assim sendo, na tentativa de reproduzir, ainda que em escala micro, através de seu aparato interior, certa dinâmica citadina e, consequentemente, concentrando toda vida econômica e social nas regiões em que se localizavam, as usinas acabaram por tornar responsáveis, em grande parte, pela decadência das cidades que gravitavam em sua volta (DE CARLI, 1940; SOUZA, 1970; SILVEIRA, 2010). Trazendo mais especificamente para o contexto pernambucano, cidades, para citar algumas, como Água Preta, Cabo de Santo Agostinho, Gameleira, Goiana, Igarassu, Ipojuca, Rio Formoso e Sirinhaém foram uma das que declinaram com o surgimento das usinas (DE CARLI, 1940; SOUZA, 1970).

Gíleno de Carli, agrônomo, deputado federal, presidente do Instituto do Açúcar e do Álcool[21] (IAA) que vivenciou a fase de domínio das usinas em Pernambuco relata como se deu a centralização da vida social em torno dessas propriedades:

> *"As dificuldades de transporte com o Recife fortaleciam os interesses dos proprietários em torno da vida social, económica e política do município. As mesmas dificuldades de comunicações forçavam a existência de verdadeiros entrepostos comerciais nas cidades do interior, onde os engenhos se abasteciam. Havia pois uma série de fatores fazendo o movimento e a riqueza da cidade. Com o advento das Usinas há a coincidência da construção das estradas de ferro e rodovias. As distâncias tenderam a desaparecer. A Usina raramente é fundada junto à cidade. Em antigos engenhos, perto do traçado ferroviário e às margens de rios*

[21] O Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA) foi criado pelo decreto nº 22.789 de 01/06/1933 e tinha como responsabilidade regular e fomentar a produção, o transporte e o comércio de cana de açúcar e álcool, sugerindo aos governos da União e dos estados todas as medidas que deles dependessem e fossem necessárias, inclusive as referentes a cotas de produção, impostos e taxas, fixando também os seus preços de compra e venda para a indústria e para o consumidor. Posteriormente, em 25 de julho de 1933, o decreto nº 22.981 aprovou um novo regulamento para o IAA, que passou a ter como fim assegurar o equilíbrio do mercado do açúcar, incrementando paralelamente a produção e o consumo do álcool-motor nacional. Em 10 de janeiro de 1951, o decreto nº 29.118 aprova novo regimento interno para o IAA. A finalidade do instituto passa então a ser a defesa e o fomento da lavoura canavieira e da indústria do açúcar e do álcool. Em 22 de julho de 1960, a lei nº 3762 criou os ministérios da Indústria e do Comércio e das Minas e Energia, transferindo o IAA para a órbita do primeiro. Em 24 de junho de 1975, uma nova portaria, nº 129, aprovou um novo regimento para que o IAA passasse a ser uma autarquia vinculada ao Ministério da Indústria e do Comércio, com a finalidade básica de executar a política agroindustrial açucareira do Brasil. O Instituto do Açúcar e do Álcool foi extinto pelo decreto nº 99.240, de 07/05/1990.

> *perenes, surgem as fábricas de açúcar. O usineiro é o homem que tem de manobrar o crédito na Capital. Crédito bancário ou com o comissário de açúcar que vive no Recife. O açúcar é também diretamente remetido para a Capital. O Usineiro instala o barracão, a casa comercial, para a venda de géneros de alimentação aos trabalhadores. Muitas vezes, o barracão vende louça, fazenda e chapéus. Além de armazém de sêcos e molhados, é armarinho e casa de fazendas de chita e sêda. O barração central vende para os barracões dos engenhos, tornando-se redistribuidor, substituindo o comerciante da cidade do interior. Veiu portanto a falência deste e seu desaparecimento. Todas as outras atividades do município foram assim se extinguindo. O senhor de engenho, que tanto movimentava a cidade, emigrou para a capital quando a Usina começou a adquirir as suas terras. Morreu assim a vida social. Ou melhor, houve uma descentralização.* ***A Usina, com sua vila operária, com a sua atividade espalhada pelos engenhos fez criar um outro centro de movimentação económica e social****. A Usina substituiu a cidade. A vida do interior da zona da mata de Pernambuco ressurge onde a Usina se instalou. É um consolo, mas inegavelmente não consola o aspecto daquelas tradicionais cidades caindo aos pedaços, com grandes prédios assobradados desmanchados para serem vendidos, lages, tijolos e madeirame. Grandes armazéns vazios. Casas senhoriais desabando. Igrejas em véspera de ruina. E, por toda parte, florescendo a casa de taipa do pobre".* (1940, pág 6, 7, grifo do autor).

Em resumo, a existência das usinas acabou por irradiar não apenas consequências sociais para as áreas que se assentavam, mas também às suas imediações. O resultado, portanto, da imposição de um movimento autocentrado foi a formação de núcleos compactos de grande gravitação.

***

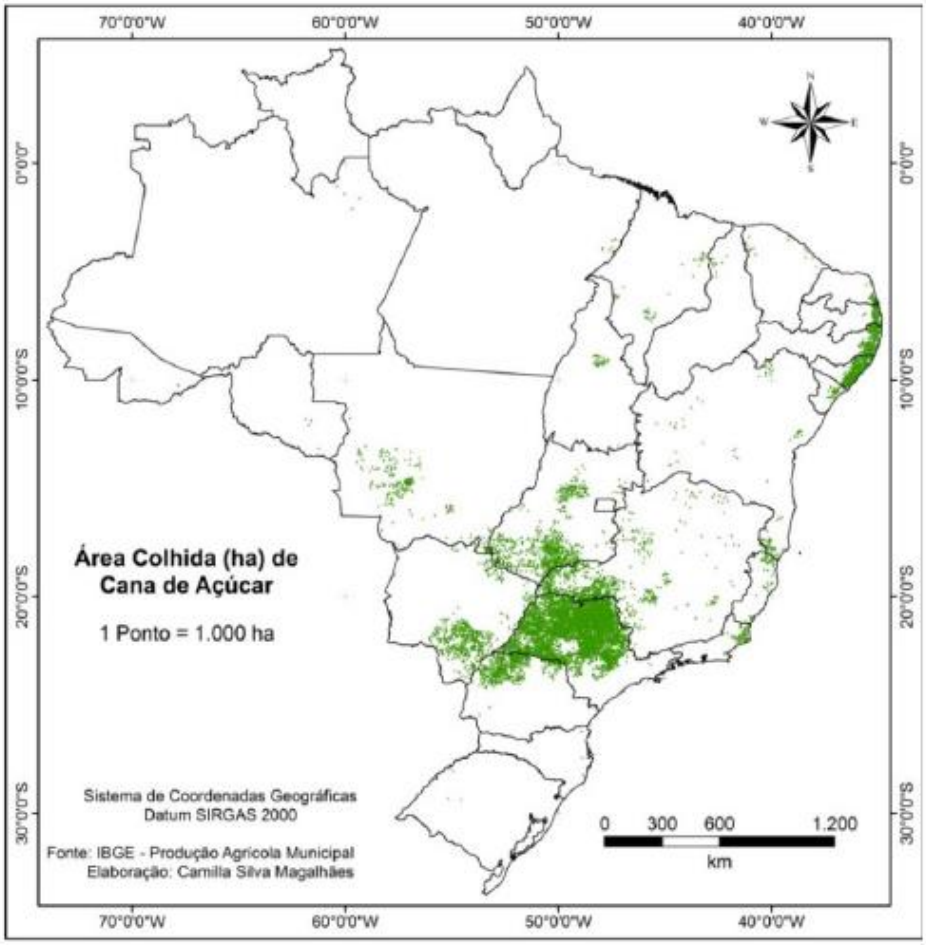
O desenrolar no restante do século XX e início do XXI do empreendimento da cana de açúcar brasileira — o que inclui a produção de todos os seus derivados — se deu mediante a continuidade dos impactos ambientais, instabilidades e vulnerabilidades de seus produtos derivados ao mercado internacional, da ausência de direitos sociais aos trabalhadores integrantes do processo, de subsídios e intervenções governamentais para sua sobrevivência, vide, para citar alguns, a criação do Instituto do Açúcar e do Álcool e programas nacionais como o Programa Nacional do Álcool (Proálcool) e o Programa de Apoio ao Setor Sucroalcooleiro (Proasal) (ANDRADE, LINS, 1984; ANDRADE, 1990, 1994, 2001b; DABAT, 2003; RAMOS, 2011; FERREIRA FILHO, 2016; ROSS, RODRIGUES, 2020).

Dessa maneira, embora tenha havido incremento tecnológico na produção com as usinas desde sua implementação, tal modernização, como foi exposto, não resultou em um melhor trato imediato com as questões ambientais, econômicas, sociais e políticas. Ao contrário, as mudanças ocorreram morosamente, e, por exemplo, ao nível de legislação ambiental, seu início se deu apenas a partir da década de 1980 (ANDRADE, 2001b; RODRIGUES, ROSS, 2020). Tais transformações, portanto, se manifestaram não por seu caráter descontínuo, mas sim por uma continuidade disfuncional que perdura até os dias atuais. O padrão, nesse sentido, se conservou.

Mais especificamente acerca da região do Nordeste brasileiro, no final do século XIX e durante o século XX, o empreendimento da cana de açúcar acabou por se moldar e ser afetado pelos cenários de instabilidade econômica e política causada por eventos nacionais (fim da República velha, Revolução de 1930, Estado Novo, Período Populista, Golpe militar de 1964, Milagre Econômico Brasileiro, Redemocratização) e internacionais (Crise de 1929, 1ª e 2ª Guerra mundial, Revolução Cubana, Crise do Petróleo). Tal travessia nesse sentido se realizou através de picos, positivos e negativos, o que por sua vez terminou por tornar sua indústria progressivamente mais débil, perdendo assim seu lugar no mercado nacional e internacional frente à produção da região sudeste, que dispunham de mais capital e melhores equipamentos (ANDRADE, 1990, 1994, 2001a, 2001b; RODRIGUES, ROSS, 2020).

Sobre Pernambuco e seus empreendimentos da cana-de-açúcar, em sua maioria localizada na região da zona da mata, mesmo com as frequentes crises enfrentadas ao longo dos séculos, o estado conseguiu ocupar o posto de principal produtor brasileiro de açúcar da época colonial até aproximadamente a década de 1950, perdendo posteriormente seu protagonismo (ANDRADE, 2001b, RODRIGUES, ROSS, 2020). No entanto, mesmo com a perda de sua posição de destaque e sua progressiva decadência ao longo dos anos, a indústria canavieira pernambucana se manteve protegida pelo Estado brasileiro, via o próprio governo pernambucano, através de créditos e empréstimos, e isolada de seus concorrentes de outras regiões dentro de seu mercado regional (ANDRADE, 1990, 1994, 2001a).

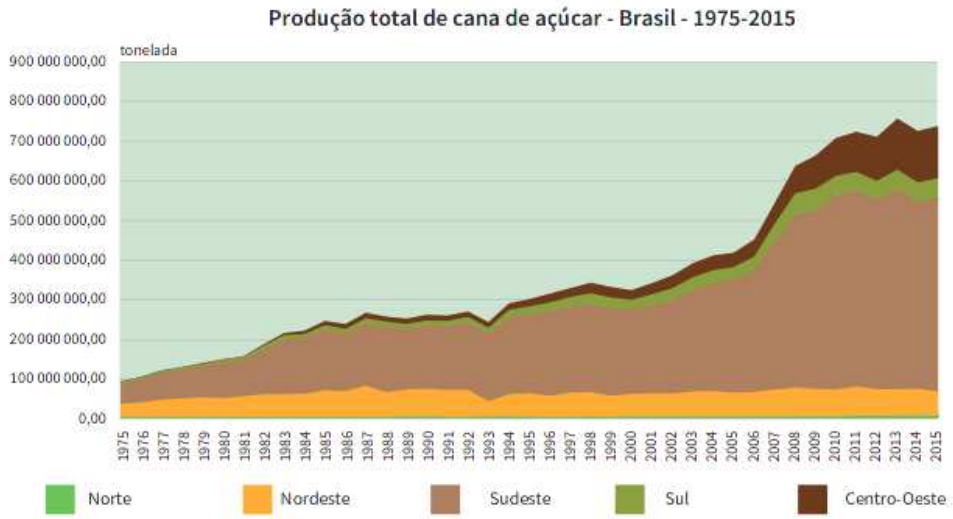
Figura 3: Área Colhida (ha) de Cana de Açúcar



Fonte: RODRIGUES, ROSS (2020)

Aqui, podemos observar neste mapa mais recente, de 2018, as áreas de colheita da cana de açúcar. Como se pode notar, mesmo com o declínio, parte da região da zona da mata do nordeste brasileiro permanece até os dias atuais como uma das regiões com maior intensidade no uso da *plantation* da cana de açúcar.

Figura 4. Produção total de cana de açúcar - Brasil - 1975-2015.



Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal (1975-2015)

Já neste gráfico, é possível notar a predominância da região sudeste e a estagnação da produção nordestina no fim do século XX e início do século XXI.

2.2 DA CONCEPÇÃO À MATURAÇÃO: O DESENVOLVIMENTO DO EMPREENDIMENTO PORTUÁRIO DE SUAPE

Nos municípios pernambucanos do Cabo de Santos Agostinho e Ipojuca, cidades onde está localizada a região de Suape, foco da presente pesquisa, o padrão geral no restante do século XX e início do XXI quanto aos territórios da cana de açúcar se seguiu, isto é, de uma existência em meio a crises e quadros de oscilações econômicas com a consequente perda progressiva do poder político e econômico. Tal cenário de instabilidade e decadência produziu uma abertura para o Estado pensar possibilidades acerca de novas configurações hegemônicas naquele espaço.

Mais especificamente sobre o início do processo de reconfiguração da região de Suape, o que corresponde ao período entre o fim da República Nova e o início da Ditadura Militar, vários acontecimentos a nível nacional e internacional ocorreram, influenciando consideravelmente as conjunturas locais. Porém, considero relevante indicar para a questão do rearranjo daquele espaço dois episódios que não

ocorreram de maneira isolada, mas sim entrelaçados, e que foram fundamentais para a consolidação da nova territorialidade hegemônica que estava por vir.

Quanto ao primeiro episódio, aponto aqui para o fato do grande declínio da indústria canavieira pernambucana após a Segunda Guerra Mundial. Vivendo desde o passado colonial em oscilação, entre ciclos de escassez e superprodução (RODRIGUES, ROSS, 2020), depois do fim do segundo grande conflito mundial, a desarranjo comercial global provocado pela guerra afetou consideravelmente toda a indústria brasileira do açúcar, com os impactos se dando simultaneamente no plano do comércio externo, haja vista que a Europa deixou de importar o açúcar do continente americano, diminuindo assim a demanda pelo açúcar brasileiro, bem como no plano nacional, no qual os impactos se deram na cadeia de abastecimento interno, já que os danos sofridos pelos navios brasileiros durante a Grande Guerra reduziu fortemente o transporte nacional de cabotagem[22], de modo a dificultar o fornecimento necessário do açúcar nordestino ao mercado interno açucareiro da região Centro-Sul (SZMRECSÁNYI, MOREIRA, 1991; ANDRADE, 1994; RODRIGUES, ROSS, 2020).

Tal cenário de atribulação levou os estados da região Centro-Sul do Brasil a pressionar o Instituto do Açúcar e do Álcool a aumentar suas cotas de produção com a finalidade de atender àquela demanda regional. Dessa forma, com a anuência e estímulo do IAA, os estados do Sudeste passaram a aumentar vertiginosamente seus produtos promovendo um novo cenário de concorrência regional e nacional. Sendo assim, possuindo naquele momento um parque industrial mais avançado que São Paulo foi capaz de melhor implantar uma indústria metalúrgica necessária para a produção de máquinas modernas mais aptas para a indústria açucareira. A evolução crescente da indústria paulista terminou por posteriormente suprir a própria região do Nordeste, superando assim a histórica hegemonia canavieira nordestina e passando então a disputar o mercado internacional e dominando, desta forma, não apenas a concorrência regional, mas o próprio processo de comercialização externa do açúcar brasileiro (ANDRADE, 1994).

[22] De acordo com Szmrecsànyi e Moreira (1991), a navegação costeira no Brasil possuía na época uma importância muito maior.

Ademais, na década de 1950, dentro do panorama canavieiro nordestino, ocorreu uma revolução agrícola no estado de Alagoas. O incremento de novas tecnologias agrícolas proporcionou uma considerável expansão dos canaviais alagoanos nos tabuleiros terciários[23] que no passado eram impróprios para a cultura da cana-de-açúcar. Dessa forma, o aumento vertiginoso da produção alagoana acabou também por, mais adiante, ultrapassar a produção açucareira pernambucana, que viu sua hegemonia regional fortemente ameaçada e em declínio mesmo com a continuidade do usufruto dos subsídios e apoios dados pelo IAA, como também pelas posteriores políticas criadas, pós 1964, pelo governo ditatorial brasileiro, através do Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar (Planalsúcar)[24] e do Programa Nacional do Álcool (Proálcool)[25] (ANDRADE, 1994; RODRIGUES, ROSS, 2020).

Nesse sentido, ainda que os frequentes incentivos governamentais e os seus decorrentes processos tenham continuado a estimular a produção e ampliação das usinas e das destilarias pernambucanas, isso não impediu a eminente queda de sua indústria canavieira, que, ao final, acabou por não conseguir recuperar seu antigo patamar (ANDRADE, 1990, 1994, 2001a, 2001b; RODRIGUES, ROSS, 2020). Dessa forma, o mesmo processo que proporcionou a sua continuidade e parcial ampliação, via subsídios do IAA e de políticas públicas como Planalsúcar e Proálcool, resultou não apenas no fiasco em retomar o nível anterior de protagonismo nacional, como também no endividamento de grande parte das usinas da zona da mata pernambucana, de modo a grande parte delas nos anos seguintes não lograrem em liquidar suas dívidas, o que acabaria por suceder — aqui se tratando da Região de Suape — na hipoteca das terras e na apropriação destas pelo Estado (SILVEIRA, 2010).

---

[23] Tabuleiros terciários são formas de relevo formadas por argilas coloridas e arenito do período terciário, constituída por pequenos platôs, com uma altitude entre 20 a 50 metros, limitados por escarpas abruptas, denominada barreiras.

[24] Programa de racionalização da indústria açucareira de apoio à Agroindústria.

[25] Política pública como uma resposta do governo brasileiro à elevação dos preços do petróleo no mercado internacional na década de 1970. Defendendo em sua concepção a ideia de que o país deveria buscar outras alternativas energéticas, se recorreu desta maneira à produção de álcool através da cana de açúcar, haja vista que, para além do lobby dos usineiros, já existia disponível a tecnologia de fabricação (ANDRADE, 2001b).

Assim sendo, o declínio do poder do empreendimento da cana de açúcar, que se tornou cada vez mais um dado, somado ao insucesso parcial das políticas públicas voltadas ao setor açucareiro e seus derivados, se comprovou ainda mais explícito com o passar do tempo, o que, por sua vez, terminou por se somar ao concomitante processo de queda da economia pernambucana frente à baiana, principalmente com a criação do Centro Industrial Aratu (CIA).

Quanto ao segundo episódio, aponto aqui para o fato de, na década de 1950, estudos realizados sobre a questão do desenvolvimento de Pernambuco e do Nordeste, por meio do Instituto de Desenvolvimento de Pernambuco (CONDEPE), diagnosticarem a existência da dependência da economia pernambucana à monocultura da cana-de-açúcar. Em consequência da conclusão dessas análises e em consonância com o contexto nacional da época de um projeto de nacional-desenvolvimentismo que tais pesquisas sugeriram ao governo de Pernambuco a necessidade de promoção de novos tipos de investimentos para sua diversificação produtiva (ALVES, 2011; GUMIERO, 2018; SUAPE, 2019). Uma das sugestões, elaborada tanto pelo teórico economista e padre dominicano, Louis Joseph Lebret, como por outro economista, Francisco Oliveira, foi a criação de incentivos ao fomento à indústria de base em um novo polo industrial. Este deveria se localizar em torno de um porto, o qual teria também que se situar próximo ao perímetro do Recife. Ademais, a construção e instalação deste futuro porto não deveria se limitar somente às demandas locais, mas que simultaneamente gerasse suas próprias necessidades, de modo a atrair novos investimentos industriais (CUNHA, LUCENA, 2006; GUMIERO, 2015; SUAPE, 2019).

De acordo com Gumiero (2015), na visão de Lebret mais especificamente, no contexto específico que se encontrava a economia pernambucana, não havia condições para a implementação de equipamentos industriais que exigissem conhecimentos especializados, dado a mão de obra desqualificada. Era preciso antes criar os pilares de uma infraestrutura básica para, posteriormente, estimular as indústrias de base e sua conexão com a economia, via indústrias de refino de petróleo, indústria de cimento, indústrias de metalurgia, indústria de alumínios, indústria mecânica para fabricação de navios, indústrias de química, entre outros.

Nessa então nova proposta, Lebret, apontando para a saturação existente no parque industrial do Recife, chamou atenção para a necessidade de se buscar implantar um novo parque industrial, através de um porto-indústria nos arredores da capital para mitigar a intensa circulação existente, assim como expandir, através da urbanização, as redes de estradas, água, eletricidade, esgoto e saneamento básico (GUMIERO, 2015; SILVA, 2020). Em suma, o projeto para a formação deste novo polo industrial, composto por indústrias consideradas estratégicas, deveria se efetivar em torno de um ancoradouro, haja vista que essa proximidade dinamizaria a logística e o escoamento dos produtos para outras regiões, como também estimularia consequentemente a geração de indústrias menores (CUNHA, LUCENA, 2006; GUMIERO, 2015).

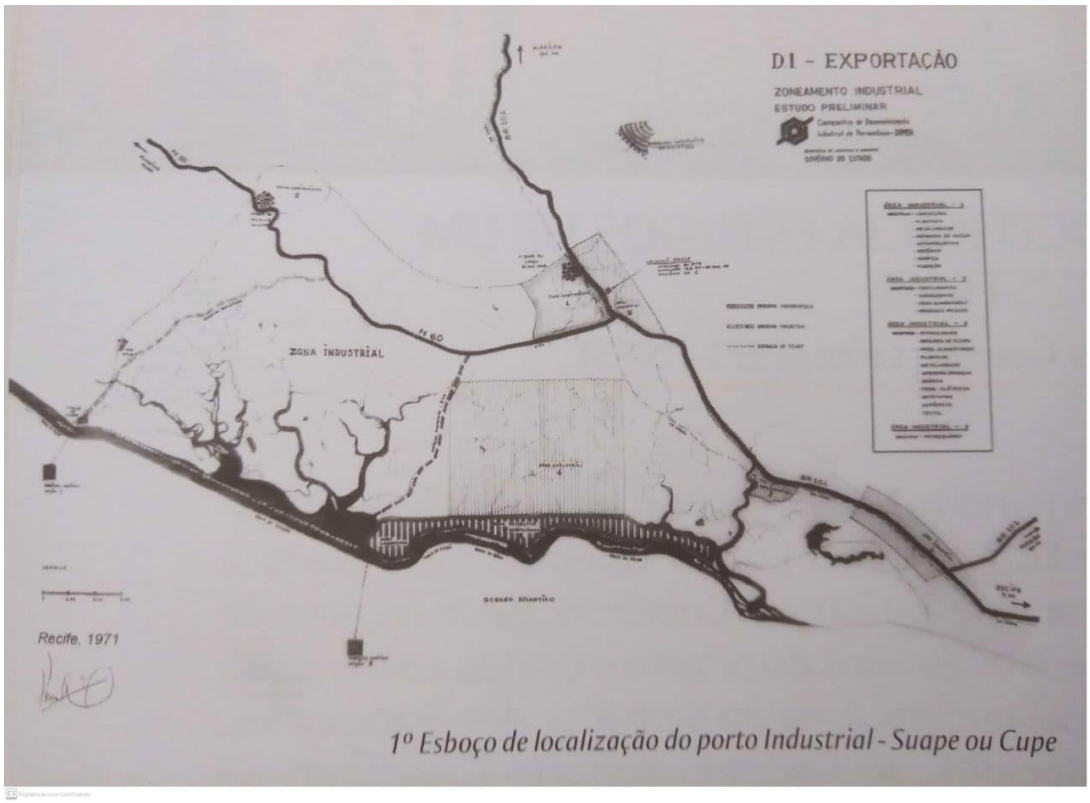
Tais orientações passaram gradativamente a ganhar força considerável dentro do governo pernambucano, haja vista o declínio das usinas de açúcar e a existência de um novo quadro regional de competição agroindustrial e industrial que emergiu[26], assim como a perda de posição relativa frente à economia baiana, a partir da criação do Centro Industrial de Aratu (SILVA, 1992; ALVES, 2011).

Mais adiante, em 1971, com o avanço da adesão política ao projeto e de mais estudos preliminares, cartas batimétricas da costa marítima de Pernambuco apontaram as áreas do Cupe e de Suape como a localização ideal para a implantação de um futuro Porto Industrial, dado possuírem uma profundidade de mais de 18 metros próximo à costa. Outros fatores já conhecidos como a existência de um quebra-mar natural e a extensas áreas, do ponto de vista do governo, livres para a construção de um novo parque industrial estimularam o prosseguimento do programa (CUNHA, LUCENA, 2006). Assim sendo, com a escolha da região de Suape como a opção definitiva de um local para a elevação de um Complexo Industrial que paulatinamente a defesa da proposta para a construção do empreendimento portuário passou a angariar um status de redentor à economia

[26] Para além do Complexo Petroquímico de Camaçari, na Bahia, outros empreendimentos à época foram implantados, como o Complexo Cloroquímico de Alagoas; o Pólo Siderúrgico do Maranhão; o Complexo Industrial de Base de Sergipe; o Pólo Têxtil e de Confecções de Fortaleza (Ceará); o Complexo Agroindustrial do Médio São Francisco (Petrolina/Juazeiro); o Pólo de Fruticultura Irrigada do Vale do Rio Açu (Rio Grande do Norte) (ALVES, 2011).

pernambucana, mesmo existindo considerável negligência e descrença por parte do governo federal (CUNHA, LUCENA, 2006; ALVES, 2011).

Figura 5. Fotografia do primeiro esboço da localização do Complexo Portuário, do ano de 1971.



Fonte: CUNHA, LUCENA; 2006

Importa ainda salientar que os anos finais da década de 1960, com a Guerra dos Seis Dias e a instabilidade no Canal de Suez, bem como na década de 1970, com as sucessivas crises relativas ao petróleo, acarretaram na busca por novas alternativas de portos, como de projetos ligado aos combustíveis fósseis. Assim, ainda no início dos anos de 1970, o governo pernambucano recebeu uma proposta do bilionário Daniel Keith Ludwig[27] de instalar um estaleiro no estado para recuperar sua frota de petroleiros. O projeto que inicialmente visava a Bacia do Pina, na cidade do Recife, foi persuadido pelo governo de Eraldo Gueiros a ser instalado na região de Suape. No entanto, por questões de disputas políticas, o então ministro de Transportes, Mario Andreazza, dificultou o prosseguimento deste investimento no

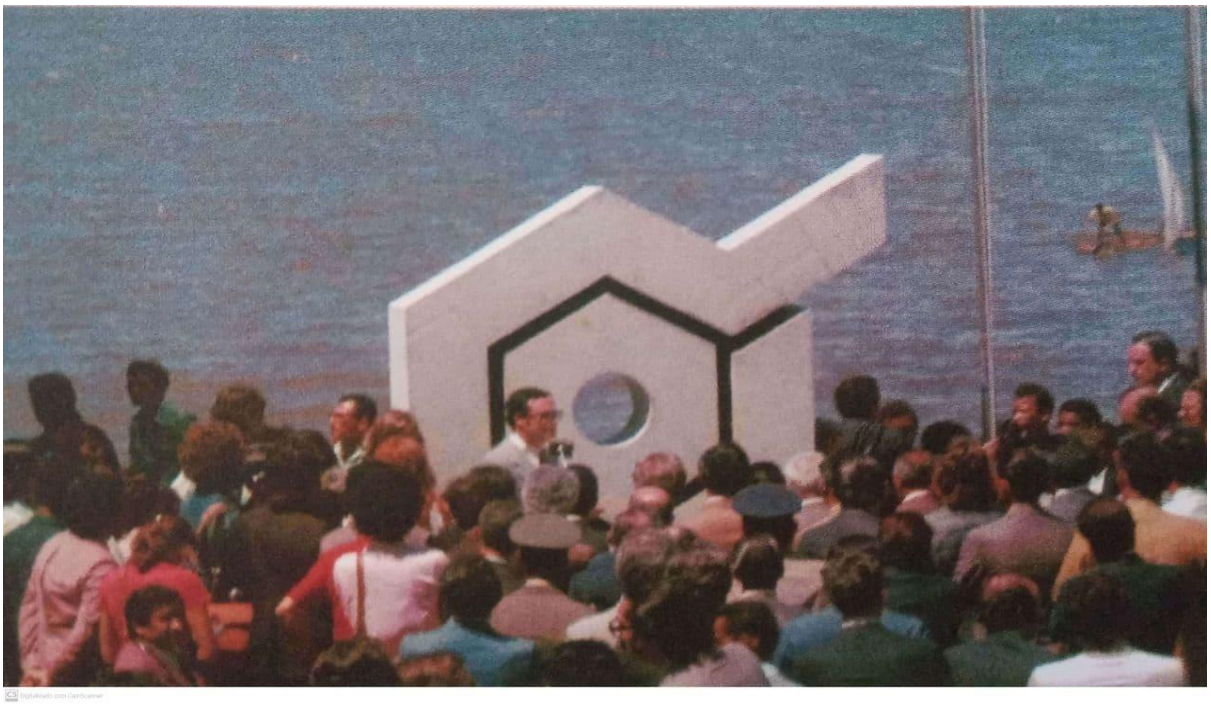
[27] Megaempresário estadunidense, mais conhecido pelo megalômano Projeto Jari, que produz celulose a partir de uma fábrica instalada na região da Amazônia brasileira.

estado de Pernambuco, que acabou por se realizar por completo somente três décadas depois (CUNHA, LUCENA, 2006).

Percebe-se com esses antecedentes que, mais do que apenas um projeto regional, a concepção do Complexo de Suape esteve desde sua fase embrionária em consonância e ambicionando a economia global. Foi dessa maneira sob um dado contexto de aposta, incerteza e instabilidade que se sucedeu o envolvimento do governo pernambucano com o projeto. O abraçamento foi tamanho que mesmo com o quadro de alta insegurança, o engajamento com o empreendimento não diminuiu. Pelo contrário, apenas se expandiu, chegando ao ponto de, mais a frente, para além das questões e razões políticas e econômicas mais explícitas levantadas em sua defesa, no próprio texto da placa de lançamento do empreendimento, o conteúdo escrito incorporar justificativas de caráter mítico, relativo à origem do porto de Suape e sua vocação histórica portuária que remete aos tempos da colonização:

> *"Suape não será apenas um porto. Suape vem de ontem, quando Dom João VI abriu suas portas às nações amigas. Suape é hoje nossa opção pelos caminhos do mar e será o nosso amanhã. Daí porque não interessa a Pernambuco quem o veja só pelo instante presente ou pelo instante a chegar. O tempo a quem todos devem interessar é o tempo social e histórico. Aqui se desenrolarão novas lutas, com outros objetivos, totalmente apoiados nos ambientes das futuras fábricas, com pranchetas e máquinas nos navios que atracarão trazendo desenvolvimento. É Pernambuco que afirma sua vocação histórica, da dimensão do futuro às conquistas do passado. Suape é isto".* (CUNHA, LUCENA, 2006, pág. 29).

Figura 6. Lançamento da Pedra Fundamental do porto de Suape, em 1974.



Fonte: CUNHA, LUCENA, 2006

O caráter ufanista foi tamanho que em nota anônima publicada no Diário de Pernambuco[28], ainda em 1975, chegam a citar: *"É inegável o otimismo fofo com que o projeto de Suape se viu cercado numa repetição atualizada do ufanismo".*

Disso, o que se observa então é o discurso estatal embebido de razões míticas, políticas e econômicas. Dada narrativa criada pelo governo estadual, portanto, se fundando através do entrecruzamento de um passado histórico de vocação portuária com as questões economicamente pragmáticas postas naquele presente tempo. O passado, nesse sentido, sendo acionado, revitalizado, acontecendo uma vez mais, mas por outros termos — de um capitalismo logístico mundial integrado — na fomentação de um futuro estimado. Em outras palavras, pensando aqui em acordo com Sahlins (1990), uma mitopráxis hegemônica é manifestada em favor da elevação do grande empreendimento.

Dessa maneira, do ponto de vista do governo pernambucano, estava clara a necessidade de trilhar e de incentivar uma nova rota de desenvolvimento

[28] DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, 08 abr. 1975, p. 4.

econômico, bem como desenvolver um novo parque industrial, haja vista que a médio e longo prazo o de Recife, incluindo simultaneamente o seu porto, indicava não possuir mais condições para sustentar o fluxo de carga e descargas previstas. Nesse sentido, do ponto de vista econômico estatal, a concepção de um Porto Industrial, que mais adiante viria a ser efetivamente implementado na região de Suape, se tornou cada vez mais desejável e viável — considerando a crise financeira das usinas locais — e se mostrou imprescindível para superação do estrangulamento da infraestrutura portuária pernambucana (CUNHA, LUCENA, 2006; SILVA, 1992; ALVES, 2011). Em suma: aos olhos do governo pernambucano, motivos não faltavam, a conjuração de uma janela de oportunidade política havia se formado, logo, o que antes era um sonho, passou a se tornar uma grande necessidade e ambição.

Assim, com a gênese de seu planejamento, a partir da década de 1970, mediante a finalização do Plano Diretor para a área, que se inicia o processo de desapropriação das terras dos antigos engenhos, usinas e áreas destinadas à reforma agrária (ANDRADE, LINS, 1984; SILVA, 1992; SILVEIRA, 2010; ALVES, 2011; PEREZ, 2016). Da mesma forma, o seu processo de justificativa e legitimação também avança dado às problemáticas locais relativas aos empreendimentos da cana de açúcar. Desse modo, a territorialidade hegemônica na região de Suape, que até então se manifestou historicamente por meio da *plantation* da cana de açúcar, começou a se reconfigurar, partindo para uma lógica logística-industrial.

***

De fato, o início do processo de institucionalização do porto se dá através do relatório do Governo de Pernambuco, denominado “Programa e Realizações” (1971), no qual assume o projeto do Porto de Suape como uma iniciativa governamental para a expansão do parque industrial estadual. Posteriormente, em 1973, o então governador, Eraldo Gueiros, solicita a inclusão do projeto de Suape no II Programa Nacional de Desenvolvimento[29] (PND), sendo, mais adiante, aceito e

[29] O II Programa Nacional de Desenvolvimento (PND) (1975-1979), instituído por Ernesto Geisel, foi um plano econômico brasileiro lançado durante o período da Ditadura Militar que tinha como

passando a receber investimento federal para a sua construção. Pouco tempo depois, a Lei Estadual nº 7.763, de 1978, é instituída, criando assim a empresa pública Suape para gerir o território, bem como administrar e monitorar o desenvolvimento das obras do Complexo e a subsequente implantação das atividades portuárias (CUNHA, LUCENA, 2006; ALVES, 2011; GUMIERO, 2015, 2018; SILVA, 2020).

A concepção do primeiro Plano Diretor do complexo portuário teve seu início em 1973, sendo finalizado em 1975 através da Secretaria Extraordinária para Assuntos Relativos à implantação do Complexo de Suape (SEAS) e a CONDEPE. Nesse primeiro documento, além do destaque dado às vantagens competitivas devido a sua localização geográfica, se salientou também que o projeto atuaria como um criador de efeitos multiplicadores, gerando empregos e crescimento aos municípios em torno. Um projeto que combinaria logística com o parque industrial (CUNHA, LUCENA, 2011; ALVES, 2011; GUMIERO, 2015, 2018; PEREZ, 2016; SILVA, 2020). Nesse sentido, o seu programa proposto apresentava uma tipologia industrial que objetivava criar uma série de polos de produção com perfis integrados. O critério então para a escolha das atividades industriais a serem executadas seria: (1) sua associação ao porto; (2) às indústrias já existentes na localidade; (3) e à infraestrutura disponível (SILVA, 1992).

De acordo com Alves (2011), todo processo de planejamento daquela então nova configuração espacial ocorreu através da busca por uma adequação ao contexto mundial das estruturas produtivas imperantes, isto é, intentando a implementação de um sistema que promoveria um ritmo de produção mais veloz, mais pontual e com baixo custo para execução dos serviços. Todo desenvolvimento do delineamento do (re)ordenamento da região de Suape realizado, portanto, em consonância com as novas arquiteturas logísticas, estas elaboradas para constituir e atender ao mercado cada vez mais globalizado, integrando, desta maneira, em uma mesma esfera de circulação, a produção multilocalizada, a montagem, o transporte e a distribuição final (MONIÉ, 2009).

---

finalidade estimular a produção de insumos básicos, bens de capital, alimentos e energia (SEGUNDO, PND, 1974).

Assim, à época, a previsão inicial na área do Complexo era a realização da construção de polos de fertilizantes; polo de minerais não metálicos; polo petroquímico; polo sucroquímico; polo metal-mecânico; polos de indústrias elétricas, eletrônica e de comunicações; e um terminal exportador de cimento. O porto em meio a essa estrutura serviria para abrigar tancagens para o álcool, melaço, produtos químicos líquidos, trigo e açúcar (SILVA, 1992; ALVES, 2011). Conforme apontado por Silva (1992), no momento da criação do Plano Diretor, o que se almejava buscar inicialmente era estabelecimento das indústrias de bens de capital às margens dos canais do porto interno, com elas investindo nos seus próprios terminais. As indústrias de bens intermediários, por conseguinte, viriam a partir do efeito multiplicador das indústrias de bens de capital. No que diz respeito às indústrias de bens de consumo, haveria um local específico a elas que serviria como um porto coletivo.

Todo esse espaço planejado se constituiria então através das instalações portuárias, que seriam desenvolvidas em função da concepção de um porto interno, que seria instalado em função da implantação de uma refinaria de petróleo, de uma indústria laminadora de aços planos e de uma indústria de ferro-esponja, que teriam o papel de indústrias matrizes, possuindo a função de atrair outros negócios ao local. Todavia, apesar da função crucial das indústrias para a construção do complexo, no Plano Diretor original, o objetivo principal era verdadeiramente a implantação do porto.

Durante o período entre os anos de 1979 e 1982, para o erguimento do arcabouço estrutural do empreendimento, foi realizada a construção e a pavimentação do Tronco Distribuidor Rodoviário Sul (TDR-Sul); a edificação de Barragens e Estação de Tratamento de Água; a construção do Centro Administrativo; a dragagem do istmo da Ilha de Cocaia; o aterro entre o arrecife e o continente, com o bloqueio do rio Ipojuca, para construção do Parque de Tancagem; a construção do molhe externo e a instalação do Píer de granéis líquidos e gasosos (PGL-1) e a construção do Tronco Distribuidor Ferroviário (PDZ, 2020).

No entanto, no que se refere à sua atuação, o Porto só conseguiu sair efetivamente do papel apenas em 8 de novembro de 1982, com a sua primeira

operação registrada (CUNHA, LUCENA, 2006). Contudo, tal evento não significou a completa conclusão da infraestrutura necessária para a possibilidade de movimentação de navios. Sua finalização só veio ocorrer dez anos depois (SILVA, 1992; ALVES, 2011). Destarte, apesar do ano do estabelecimento final para inauguração efetiva das atividades das embarcações ter sido em 1992, na década anterior algumas atividades operacionais se efetuaram tal como a movimentação de álcool pela Petrobrás, com a utilização do então inaugurado píer de granéis líquidos; assim como a construção do molhe em pedras para a proteção da entrada do porto interno, bem como para a preservação do píer de granéis líquidos situados no porto externo. Ademais, o início do erguimento do Cais de Múltiplos Usos foi igualmente efetuado nesse período (PDZ, 2020). Tal lentidão não ocorreu apenas no âmbito das questões relativas à construção do porto e suas instalações, mas igualmente acerca da implementação das primeiras empresas no local, que só veio a suceder somente em 1986, sendo elas: a Petrobrás, a BR distribuidora, a Texaco, a Esso e a Shell (PEREZ, 2016).

Nesse sentido, no que diz respeito à morosidade da execução do projeto, o que aconteceu foi que tanto a conjuntura nacional, quanto a internacional não deram condições para se pôr em prática o planejado, resultando nas modificações das metas (SILVA, 1992; ALVES, 2011; GUMIERO, 2015). As consequências da recessão mundial enfrentada ainda na década de 1970 somadas ao insuficiente interesse do governo federal em seguir adiante com os grandes investimentos necessários para a inicialização do Complexo Portuário — haja vista a concorrência com um polo industrial já existente, o de Camaçari na Bahia, e a ausência de uma empresa que de fato realizasse a ligação dos interesses do estado de Pernambuco com a União — não permitiu que o projeto adquirisse um caráter prioritário frente aos investidores (SILVA, 1992; ALVES, 2011; GUMIERO, 2015).

Outros fatores também como a crise econômica relativo à dívida externa brasileira e, mais a frente, o advento da Constituição Federal de 1988 que descentralizou os gastos públicos com as federações impossibilitaram que os rumos originais do projeto prosseguissem. Ademais, até o ano de 1992, a ausência de uma legislação específica impediu o empreendimento de funcionar plenamente como um

porto, o que gerou, consequentemente, um impasse entre o governo Estadual e o governo Federal, dificultando ainda mais na criação de um terreno atrativo para os investimentos (SILVA, 1992; LIMA, LIMA, 2010; ALVES, 2011; GUMIERO, 2015, 2018; SILVA, 2020). Contudo, mesmo sob uma má conjuntura política e econômica, o governo pernambucano se manteve a encampar a liderança no processo de incentivo para a construção da infraestrutura e implantação das indústrias.

Em resumo, além das já citadas implementações e atividades, o desenrolar da década de 1980 terminou por se dar com a construção das obras de infraestrutura, com a pavimentação do sistema viário, terminal de carga e descarga de combustíveis, redes de transmissão elétrica em 69 kv, interligação da central de telefonia à zona portuária, instalações para o sistema *roll-on-roll-off*[30] e a aprovação do Decreto Estadual n° 8.447/83, que junto a Legislação Federal de criação da ZPE/Suape da época subdividiu a área de 13.500 hectares[31] do Complexo em zonas: Zona Industrial Portuária (ZIP); Zona de Processamento de Exportação (ZPE); Zona Industrial 3 (ZI); Zona Industrial 3A (ZI-3); Zona Industrial 3A (ZI-3A); Zona Industrial 3B (ZI-3B); Zona Central Administrativa (ZCA); Zona de Preservação Ecológica (ZPEC); Zona Agrícola e Florestal (ZAF); Zona de Preservação Cultural (ZPC) e Zona Residencial 3D (ZR-3D) (CUNHA, LUCENA, 2006).

No entanto, dada a conjuntura política e econômica da época, uma série de entraves e alterações no Plano Diretor original do Complexo Portuário acabou por acontecer. Dentre essas alterações estavam: o abandono da ideia de criação de um pólo petroquímico; o pólo sucroquímico evoluiu para um pólo sucro-alcooquímico; empresas de produtos alimentares e transporte passaram a fazerem parte do empreendimento; e a desistência de relocalizar em Suape o terminal exportador de açúcar e o terminal receptor de trigo, situados naquele momento no Porto do Recife. (SILVA, 1992; ALVES, 2011; GUMIERO, 2015).

---

[30] Sistemas *roll-on-roll-off* se referem a categorias de navios que transportam cargas específicas que podem entrar e sair “rolando” de seus compartimentos. Essas modalidades de embarcações tem a vantagem de eliminar equipamentos que auxiliem nos processos de carga e descarga, como guindastes, facilitando deste modo tornando a operação mais eficiente, rápida e segura (LAMB, 2003; ROSSI, 2018).

[31] 13.500 ha de áreas já historicamente ocupadas — anteriormente e ainda presentemente formadas por comunidades surgidas a partir dos antigos engenhos de açúcar da localidade.

Dessa maneira, o período que equivale a aproximadamente às duas décadas seguintes após sua criação foi marcado pela mudança quanto aos rumos seguidos no que diz respeito à predominância de quem investiu no empreendimento. Em outras palavras, enquanto, no primeiro e breve momento, o que se sucedeu para a elaboração e construção daquele território hegemônico partiu principalmente da iniciativa, interesse e investimentos estatais; no segundo momento, aproximadamente nas duas décadas seguintes, ocorreu um afastamento parcial por parte do Estado, principalmente do governo federal, quanto aos investimentos. Dado recuo da União e estadualização[32] do Complexo Portuário implicou na maior abertura e procura pelo capital privado. Assim, como alternativa para atrair empresas, incentivos fiscais passaram a ser criados pelo governo pernambucano, através do Programa de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco (PRODEPE), instituído em 1991, como um modo de reduzir os custos para implantação dos negócios naquela referida região (SILVA, 1992; CUNHA, LUCENA, 2006; LIMA, LIMA, 2010; ALVES, 2011; GUMIERO, 2015, 2018; SILVA, 2020). Dessa maneira, por meio de estímulos que a iniciativa privada passa a atuar e a ocupar com mais ênfase o lugar deixado pelo governo federal quanto aos investimentos.

No entanto, o cenário de atribulação começa a se transformar à medida que o porto é regulamentado institucionalmente perante o governo federal, o que o possibilitou a funcionar plenamente. Da mesma forma, anos depois, em 1991, a inauguração das operações do Cais de Múltiplo Uso permitiu que o Porto de Suape adentrasse no grupo dos 11 portos prioritários do Brasil. O novo status recém adquirido favoreceu que o governo federal o considerasse, a partir da metade final da década de 1990, como um empreendimento estratégico para atração de recursos financeiros. Alcançar dado destaque foi essencial, haja vista que proporcionou ao Complexo de Suape maiores condições para atrair novas empresas, assim como expandir sua área e dinamizar os setores anexos ao seu território. Alçar essa posição possibilitou uma maior capitalização, o que viabilizou, posteriormente, a

[32] De acordo com Alves (2011), em 1992, o Porto de Suape passou por um processo de estadualização, haja vista que deixou de ser administrado pelo órgão federal, através da Companhia das Docas do Rio Grande do Norte, passando a ser gerido pelo governo do Estado de Pernambuco.

finalização da primeira etapa de seu porto interno, em 1999 (ALVES, 2011; ALVES, 2016; GUMIERO, 2015).

A partir dos anos 2000 se inicia de fato o período de grande atividade, pujança e expansão do Complexo de Suape, que ainda perdura até os dias atuais[33][34]. O começo dessa etapa é marcado pela mudança de postura por parte da União, que, assumindo o planejamento das políticas de desenvolvimento, enfim toma a frente no papel de atrair, gerar e impulsionar os investimentos com relação ao empreendimento (ALVES, 2011; GUMIERO, 2015, 2018; PEREZ, 2016; SILVA, 2020).

Entretanto, antes de prosseguir, convém frisar os fatores que entrelaçados proporcionaram o Complexo de Suape de atingir o seu vértice quanto aos investimentos auferidos e o êxito em relação à sua instalação, consolidação e expansão. Nesse sentido, aponto que as condições preliminares, como a fundamentação de sua estrutura portuária, assim como a demonstração de sua forte potência no que diz respeito à sua viabilidade enquanto um Projeto de Infraestrutura de Grande Escala[35] (PGE), somado, à época, a um ambiente político favorável — a ascensão de um governo federal de centro-esquerda (Partido dos Trabalhadores -

[33] Em 2020, o Complexo Portuário bateu o recorde com o maior volume de cargas movimentadas em sua história. Disponível em: <http://www.suape.pe.gov.br/pt/noticias/1426-com-25-6-milhoes-de-toneladas-movimentadas-em-2020-porto-de-suape-bate-novo-recorde-historico>. Acesso em 27 de julho de 2021.

[34] Em 2021, o Porto de Suape terminou na liderança nacional na movimentação de granéis líquidos e na navegação por cabotagem. Disponível em: <https://www.suape.pe.gov.br/pt/noticias/1600-suape-encerra-2021-na-lideranca-nacional-na-movimentacao-de-graneis-liquidos-e-na-navegacao-por-cabotagem>. Acesso em 25 de novembro de 2022.

[35] Nas palavras de Gustavo Lins Ribeiro (2008, pág. 111, 112): *"Os PGEs têm características estruturais que lhes permitem ser tratados como "expressões extremas" do campo do desenvolvimento: o tamanho do capital, territórios e quantidade de pessoas que eles controlam; seu grande poder político; a magnitude de seus impactos ambientais e sociais; as inovações tecnológicas que frequentemente criam; e a complexidade das redes que eles engendram. Eles juntam quantidades impressionantes de capital financeiro e industrial, assim como de elites e técnicos estatais e trabalhadores, fundindo níveis de integração locais, regionais, nacionais, internacionais e transnacionais. Como uma forma de produção ligada à expansão de sistemas econômicos, os PGEs conectam áreas relativamente isoladas a sistemas mais amplos de mercados integrados. Fluxos não-lineares de trabalho,capital e informação entre tais projetos têm acontecido em escala global. Os projetos de grande-escala têm se apoiado em instituições poderosas — tais como organizações governamentais e multilaterais, escolas de engenharia, bancos e corporações industriais —, que têm desempenhado papéis importantes na economia política dos últimos dois séculos. Muitas dessas instituições se tornaram centros de difusão de ideias sobre novos e até maiores projetos; sobre inovações tecnológicas; e sobre categorias, modelos e ideologias de progresso e expansão industrial*".

PT) alinhado a uma forma de atuação desenvolvimentista e em concordância com as subsequentes gestões que assumiram o governo pernambucano (primeiramente, o Movimento Democrático Brasileiro - MDB - e depois o Partido Socialista Brasileiro - PSB), bem como pela presença e influência de fortes atores locais na arena política nacional — possibilitaram o empreendimento de alcançar o status que atualmente ocupa (ALVES, 2011; GUMIERO, 2015, 2018; PEREZ, 2016).

Assim sendo, por meio de um efeito em cadeia que tamanha dilatação, territorial e de investimentos, terminou por atrair mais indústrias à localidade, o que promoveu, durante certo período, aumento de renda e da maior oferta de trabalho para determinados agentes e grupos sociais, assim como o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) pernambucano. Depois de mais de duas décadas após sair do papel, o empreendimento acabou por se tornar uma tempestiva janela de oportunidade para o emprego do capital público e privado. O assentamento desses negócios no Complexo resultou no aumento de seu valor adicionado bruto (VAB), no número de postos de trabalhos e nos setores ligados às empresas que se instalaram (GUMIERO, 2015). Em suma, foi mediante uma grande propulsão de investimentos promovida pelo Estado, dentro da ordem dos bilhões (GUMIERO, 2018), que grandes construções se efetivaram no local para a expansão do complexo portuário.

Destarte, a fim de exemplificação, a construção do Píer de Granéis Líquidos II; a dragagem de 1 milhão e 300 m³ de areia para a edificação da segunda etapa do porto interno; a duplicação da avenida portuária; a construção do prédio central de operações portuárias; a criação de duas subestações de energia de alta tensão; a inauguração da refinaria Abreu e Lima, bem como a chegada do Estaleiro Atlântico Sul, da Petroquímica Suape e BR Foods foram as implantações que mudaram totalmente o panorama no qual o PGE se encontrava, levando-o a se tornar o maior polo de investimento do Brasil na primeira década do século XXI (CUNHA, LUCENA, 2006; ALVES, 2011; PÉREZ, GONÇALVES, 2012; GUMIERO, 2015; PDZ, 2020).

Este referido remodelamento da região de Suape através da ocupação das empresas e indústrias foi impulsionado, mais especificamente, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e através do Plano de Aceleração de Crescimento (PAC), ou, melhor dizendo, por meio do próprio Estado

se fazendo em ação naquele espaço. Tais operações estatais, através de políticas públicas de grandes magnitudes, representaram não apenas o comprometimento da União em retomar o papel de indutor e promotor das atividades econômicas, mas também um novo marco definidor quanto à prevalecência da lógica territorial a ser operada naquele espaço.

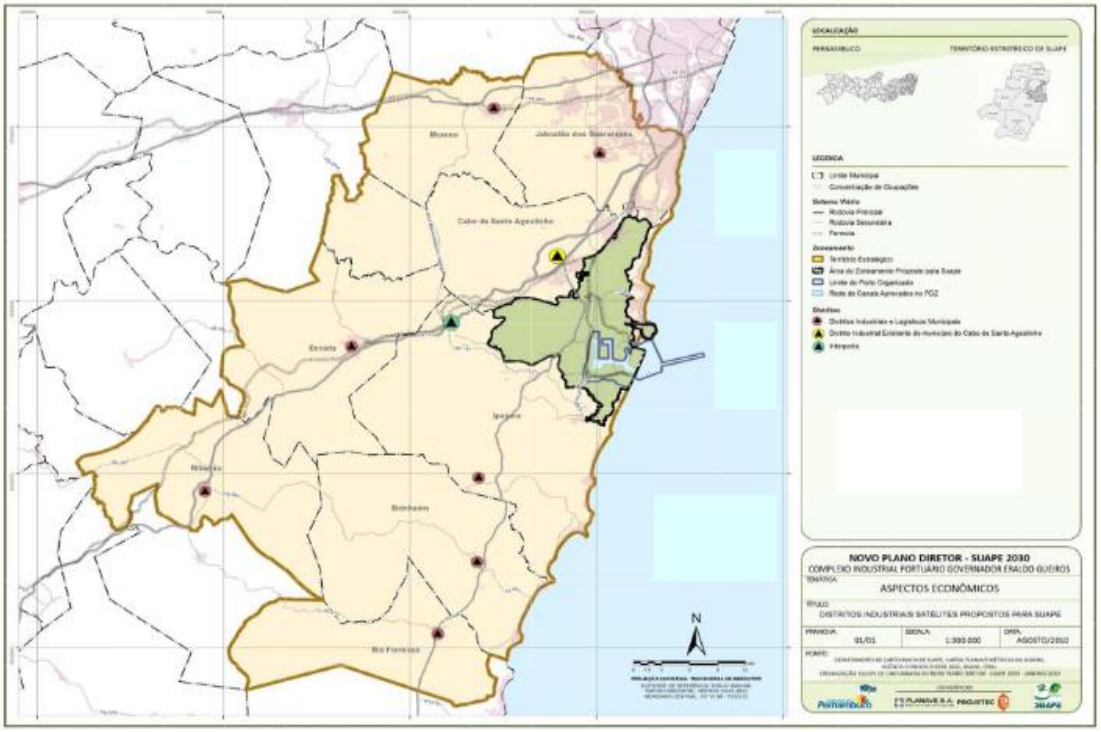
Em outras palavras, os investimentos do BNDES e do PAC mais as consequentes capitalizações decorrentes deles simbolizaram uma virada definitiva na territorialidade hegemônica da região de Suape. Ou seja, enquanto que antes historicamente a lógica territorial ali se manifestou por meio da *plantation* da cana de açúcar, dos engenhos e usinas, posteriormente e presentemente se revela mediante uma lógica territorial logística-industrial expressa e composta pelo porto, pela rodovia, pelos terminais de contêineres, navios, caminhões, dutos, indústrias, entre outras infraestruturas instauradas. Em resumo, a hegemonia inscrita no território trocou de mãos, passando da economia do açúcar para uma economia da hiper circulação e produção.

O tamanho poder de gravitação adquirido pelo Complexo de Suape para a instalação de empresas, bem como o consequente adensamento industrial na região sucedeu no planejamento e execução da ideia de expandir seu polígono para além do seu limite político administrativo original. O resultado foi o lançamento do projeto denominado Território Estratégico de Suape. Tal programa, elaborado pela Agência CONDEPE/FIDEM, foi demandado pelos municípios localizados no entorno do Complexo preocupados com os impactos gerados de seus investimentos. Dessa maneira, o documento ao criar o território expandido visou absorver as cidades adjacentes aos negócios do empreendimento, aumentando desse modo o desenvolvimento de Suape ao interior (CONDEPE/FIDEM, 2008; PONTES, 2009; ALVES, 2011).

Primeiramente, integraram ao referido território estratégico os municípios de Ipojuca, Cabo de Santo Agostinho, Jaboatão dos Guararapes, Moreno e Escada. Anos depois, as cidades de Sirinhaém, Ribeirão e Rio Formoso foram incluídas. Estas localidades são identificadas por áreas de influência direta I e II dos investimentos do Complexo. Ademais, no que se refere às áreas de influência

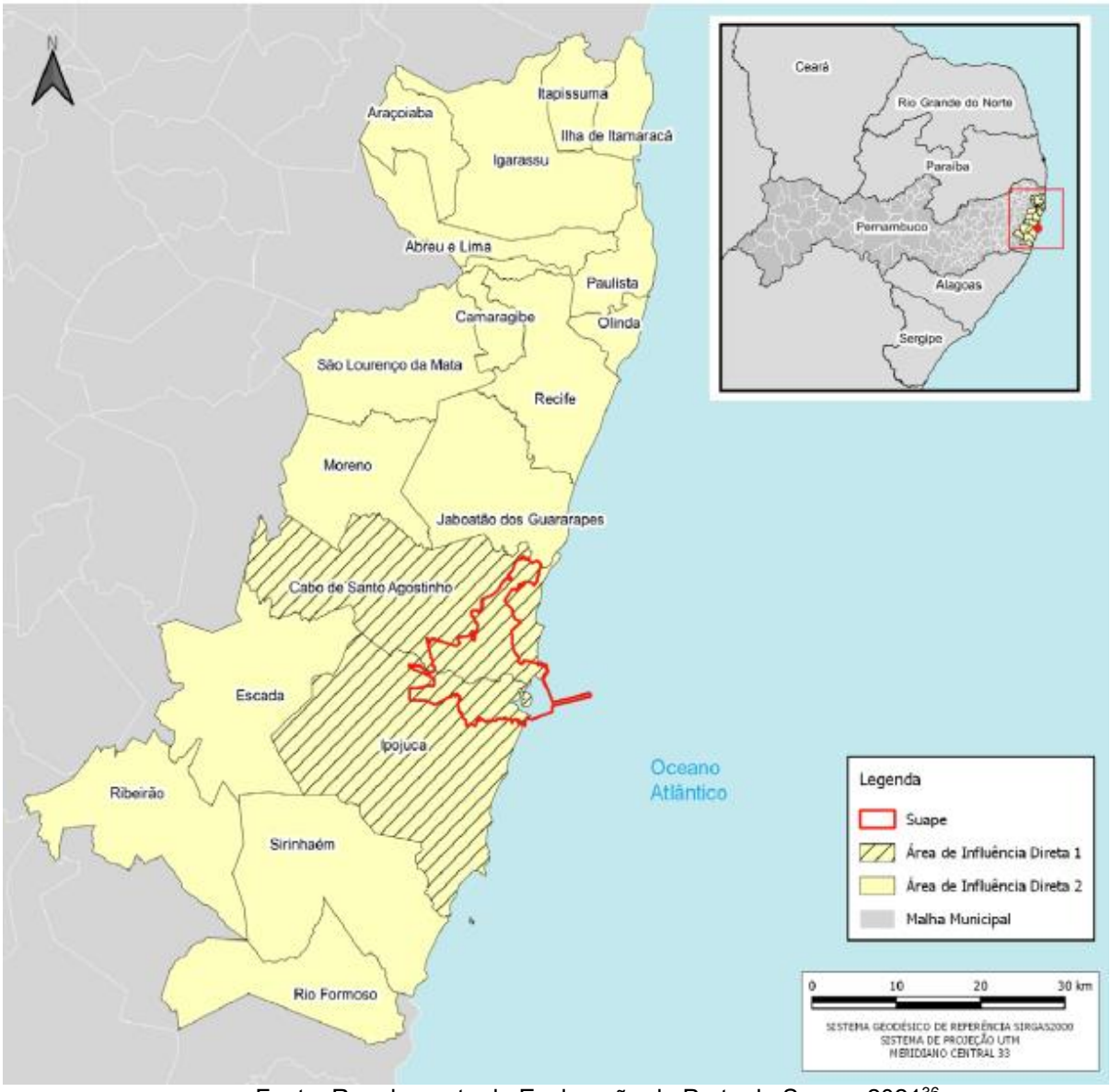
indireta, estão os municípios mais distantes de Pernambuco, bem como dos estados de Alagoas, da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Assim, com a ampliação de seu território e sua zona de influência, intervenções foram realizadas, principalmente no que se refere à estrutura rodoviária e aos outros campos logísticos existentes (CONDEPE/FIDEM, 2008; PONTES, 2009; ALVES, 2011; PDZ, 2020).

Figura 7. Mapa do Território Estratégico de Suape



Fonte: NOVO PLANO DIRETOR, 2011

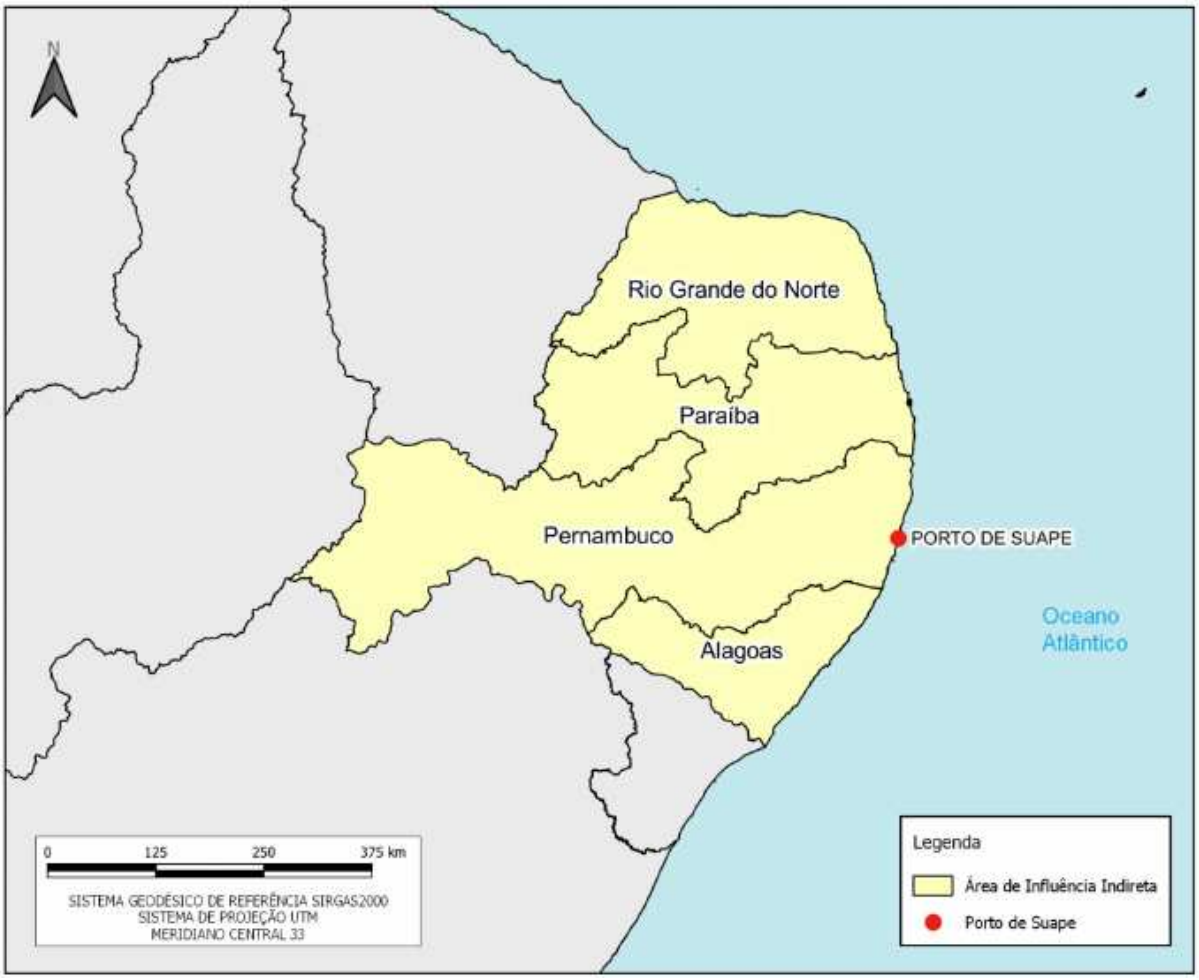
Figura 8. Mapa da área de Influência Direta do Complexo de Suape.



Fonte: Regulamento de Exploração do Porto de Suape, 2021[36]

[36] Regulamento de Exploração do Porto de Suape. Disponível em: <https://www.suape.pe.gov.br/pt/porto/regulamento-de-exploracao-do-porto-de-suape>. Acesso em: 31 de jan. de 2022.

Figura 9. Mapa da área de Influência Indireta do Complexo de Suape.



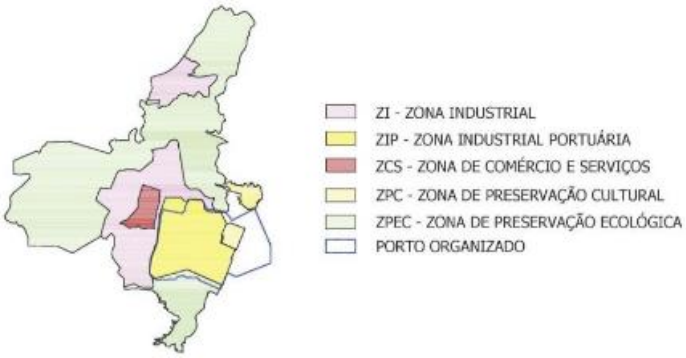
Fonte: Regulamento de Exploração do Porto de Suape (2021[37])

Dessa maneira, à medida que o novo processo de configuração e ocupação espacial se consolidou e avançou com a progressiva instalação das empresas, um novo plano de manejo do território se fez demandado, do ponto de vista do Complexo de Suape. Dado cenário impeliu o governo de Pernambuco, através da Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG) e Secretaria do Desenvolvimento Econômico (SDEC) em parceria com o Consórcio Projetec&Planave, a formular um novo plano diretor que conduzisse a atualizar as ações quanto a lógica de ordenamento do territorial a ser seguida na região de Suape (GUMIERO, 2015). Isto

[37] Regulamento de Exploração do Porto de Suape. Disponível em: <https://www.suape.pe.gov.br/pt/porto/regulamento-de-exploracao-do-porto-de-suape>. Acesso em: 31 de jan. de 2022.

posto, o até então mais recente[38] Plano Diretor - SUAPE 2030, foi lançado definitivamente através do Decreto nº 37.160/2011.

Figura 10. Zoneamento da área correspondente ao Complexo de Suape



Fonte: Plano de Desenvolvimento e Zoneamento Portuário de Suape Ipojuca (PDZ) (Suape, 2015-2035)

Em síntese, o Complexo Portuário apresenta-se como um grande perímetro, dividido e constituído por polos e grandes indústrias que ocupam e gerem suas respectivas áreas de acordo com suas próprias necessidades e objetivos, estando estes em estreita conexão com o porto, que por sua vez é alimentado por grandes aportes financeiros e ligado concomitantemente a projetos alhures de variadas escalas, formando deste modo grandes redes logísticas de cadeias nacionais e internacionais de negócios. Nesse sentido, foi buscando se aproximar ainda mais das exigências econômicas, nacionais e internacionais, bem como atingir um maior alinhamento com a dinâmica do comércio mundial e seus sistemas logísticos (NOVO PLANO DIRETOR, 2011; PDZ, 2020), que a necessidade de criação de um novo plano diretor emergiu. Mais detalhes acerca da atual territorialidade hegemônica da região de Suape serão descritos no capítulo 4 com base nos documentos oficiais citados, entre outros.

[38] Para o final do ano de 2022, já é esperado o lançamento de um novo Plano Diretor para a região de Suape.

***

Visivelmente, o que se pode perceber a partir do que foi narrado da criação e evolução do território do empreendimento de Suape é a emergência de uma outra dinâmica socioespacial — embora haja, em alguma medida, aspectos semelhantes às ocupações hegemônicas anteriores. Nesse sentido, quanto à sua lógica territorial, é possível nela visualizar aspectos (1) coercitivos, visto o autoritarismo ambiental que impõe àquele espaço, através da implementação de uma paisagem industrial que submete os entes situados — ecossistema marinho, manguezais, mata atlântica — a uma condição de mero recursos e descartabilidade[39], bem como da precariedade imposta, o deslocamento incentivado e a expulsão das comunidades assentadas[40], um fenômeno já característico dos grandes projetos de desenvolvimento (ZIAI, 2019); (2) escaláveis, por residir e ser componente do empreendimento, projetos e negócios que buscam pela expansão sem alteração de sua natureza (TSING, 2019); e (3) centrífugos, haja vista sua forçar apontar para longe de seu centro, visando a capilaridade das mercadorias para outros territórios adentro. Tal aspecto centrífugo de sua territorialidade está intimamente ligado ao sentido e ao propósito logístico-industrial do Complexo de Suape, ou seja, seu espaço e ordenamento territorial ser marcado por uma rede de infraestruturas voltadas para o aprimoramento e otimização do processo de recebimento, envio e escoamento de mercadorias, bem como também pela produção delas. Uma área voltada, portanto, ao transporte, à armazenagem e à manufaturação.

Dessa maneira, a sua atuação e força advinda de sua disposição espacial e do que nela é produzido, em vez de concentrar, como é o caso do grande latifúndio

---

[39] Descartabilidade pode ser mais bem compreendida como aspectos centrais das “zonas de sacrifício”. De acordo com Marcelo Lopes de Souza (2021), tais zonas se referem a um tipo de espaço segregado e estigmatizado, no qual é considerado apto para receber ações altamente impactantes e perigosas em relação a desastres ambientais ou contaminação ambiental. Indo ao empírico, em audiência pública na Defensoria Pública da União (DPU) sobre o bloqueio construído pelo Complexo de Suape ao rio Tatuoca, realizado em 10 de agosto de 2021, no Recife, o biólogo Clemente Coelho, da Universidade de Pernambuco (UPE), em sua apresentação apontou como o Complexo de Suape criou zonas de sacrifício em relação aos manguezais em prol da construção de infraestrutura para o Estaleiro ali situado.

[40] Trabalhos como os de Silveira (2010); Pérez (2016) e Silva (2020) relatam bem o processo de expropriação enfrentado pelas comunidades historicamente ali assentadas. Sendo mais específico, o processo de construção do Complexo afetou a vida e a organização das comunidades inseridas nos 27 engenhos integrantes do empreendimento portuário.

da cana de açúcar, na verdade se propaga com vista a atingir e se conectar a outros territórios. Uma territorialidade, portanto, na qual expressa um efeito irradiador, excêntrico. Em outras palavras, apesar de expressa *in loco*, sendo manifestada e constituída por grandes sistemas viários e ocupações de espaços em função das indústrias pesadas, ela transborda em grande volume seus efeitos (ambientais, econômicos, políticos e sociais) para outras regiões. Tanto é que o próprio empreendimento diferencia áreas quanto a sua influência direta e indireta (GUMIERO, 2015; PDZ, 2020).

Pôr em movimento esse programa significa se ligar a outras áreas, mas simultâneo a isso também quer dizer enredar o seu próprio território. Nesse sentido, a articulação total de seu espaço por meio do grande contingente populacional de funcionários, do porto, dos escritórios, da rodovia e estradas, das torres de energia e dos dutos se mostra crucial para a sustentação do Complexo Portuário, haja vista a indispensabilidade da conectividade entre e destes dispositivos e canais que são responsáveis pelo funcionamento e manutenção dos equipamentos inseridos, assim como do fluxo de mercadorias e das relações sociais que nele estão incorporadas. Em síntese e observando de uma ótica mais ampla, a lógica territorial do Complexo de Suape se expressa através de uma rede heterogênea de circuitos interiores interconectados (os múltiplos empreendimentos) que objetivam o aprimoramento e a otimização do processo de distribuição e acumulação de capital.

Tais conjuntos internos, os chamados polos de desenvolvimento[41] do Complexo Portuário, são marcados pela dinâmica industrial, laboral e corporativa. Dessa maneira, tal processo, que caracteriza e define sua razão de ser, se converte e direciona todas as potências e possibilidades do espaço da região de Suape para um único vetor: o do capital econômico, que se desdobra através da produção, armazenamento e escoamento, criando assim um movimento unilateral de operacionalização daquele espaço, inteiramente voltado à primazia das

[41] O Complexo de Suape denomina os espaços de atuação e negócios das empresas em seu território como “Polos de Desenvolvimento”. Eles são: Logístico, Granéis Líquidos e Gases, Naval e Offshore, Petroquímico, Pré-forma Plástica, Componentes Eólicos, Geração de Energia, Alimentos e Bebidas, Material de Construção, Metalmecânico e Farmacêutico. Disponível em: <http://www.suape.pe.gov.br/pt/negocios/polos-negocios>. Acesso em 15 de ago. de 2021.

mercadorias, produzidas ou recebidas sobre os demais entes que ali também habitam: comunidades rurais, quilombolas, pesqueiras, mangues, rios, mares, arrecifes, relevos e mata-atlântica, bem como da destruição e dobramento imposto destes pela lógica daqueles.

Logo, o processo que estabeleceu a construção para ocupação do solo pelo Complexo Portuário, isto é, o erguimento das indústrias, do porto, das tubulações, o asfaltamento, as dragagens, o aterramento de ecossistemas marinhos, a nivelação de terrenos se efetuou pela aniquilação e moldação dos entes já citados em benefício da criação de novas infraestruturas, que trazem e produzem consigo e nas interações, esperadas ou inesperadas, com os agentes situados novos papéis e novas condutas.

Assim sendo, a manifestação de sua lógica territorial logístico-industrial não só apenas diz respeito à execução de práticas que imprimem um sentido de ocupação, mas também se refere à materialização de conjuntos — formados por sujeitos humanos e não-humanos — inteiramente voltados à finalidade econômica. Desse modo, o panorama que se dá é de uma grande agregação formada e diversificada, tendo como parte integrante um corpo variado de funcionários que operam planejando, construindo e mantendo as atividades do empreendimento, como também das infraestruturas que executam e proporcionam manifestação do Complexo Industrial Portuário.

Ainda sobre as infraestruturas, muito mais do que serem meramente elementos inanimados de suporte e base estrutural, tais agentes não humanos são igualmente fomentadores, sustentadores e executores de formas, acordos e conflitos políticos, sociais e ambientais, à medida que criam novas formas sociabilidade, refazem e compõem paisagens, promovem e mediam novas formas de relações de poder, criando, arruinando e reconfigurando os entes situados e que atuam naquele espaço. Humanos e não humanos, em resumo, endossando ao fim a própria conjunção ao qual estão situados. Dessa forma, o sentido territorial do empreendimento, ainda que planejado a priori, se dá, no entanto, de maneira sincrônica, coparticipativa pela e na relação dos demais agentes envolvidos.

***

Com a finalidade de deixar mais claro o processo de criação daquele território, saliento mais uma vez que tal remodelamento daquela região e seu ambiente não se deram apenas como uma simples mudança e um calmo rearranjo dos entes ali situados, mas sim através de grandes conflitos, massacres, apagamentos, desapropriações, destruições e severos impactos ambientais, econômicos, sociais (ANDRADE, LINS, 1984; SILVA, 1992; SILVEIRA, 2010; ALVES, 2016; PEREZ, 2016; SILVA, 2020) e ontológicos[42].

Para além de sua construção e embates dentro da arena institucional, todo processo para uma nova formação, ocupação e expansão de nova lógica territorial hegemônica ocorreu, como já levantado por uma grande literatura, sem a devida discussão e consulta com as populações envolvidas na questão, resultando em conflitos socioambientais latentes (SILVA, 1992; SILVEIRA, 2010; ALVES, 2016; PEREZ, 2016; SILVA, 2020).

Alvo de grandes acusações desde sua concepção quanto às questões sociais e ambientais, o empreendimento nunca foi unanimidade entre os diversos atores e grupos da sociedade civil. Informes técnicos promovidos pela própria CONDEPE/FIDEM, órgãos do governo do estado, ainda na década de 1970 e pesquisadores acadêmicos de outras instituições já alertavam para as diversas consequências que iriam decorrer com a sua implementação, bem como, já após sua criação, seus impactos correntes continuaram a ser denunciados pelo movimento ambientalista pernambucano (ANDRADE, LINS, 1984; SILVA, 2013; PEDROSA, 2015; COSTA, 2017).

Como acertadamente prognosticado por Andrade e Lins (1984), severos impactos foram sentidos socialmente e ambientalmente com sua implementação. Dentre os efeitos concretos causados por sua implantação, podemos elencar, já na

[42] Por Ontologia, me baseio na definição de Blaser (2009), o qual o seu significado se assenta em três camadas: (1) Ontologias como maneiras de entender o mundo e suas suposições sobre os tipos de coisas que existem ou podem existir, e quais as condições de existência e relações de dependência; (2) Ontologias são moldadas através das práticas e interações de humanos e não humanos, isto é, ontologias se comportam em mundos; (3) Ontologias são compreendidas como encenações totais abrangendo aspectos discursivos e não discursivos.

década de 1980, de acordo com Silva (1992), o estudo realizado por Inaldo Moreira que apontava para os (1) impactos imediatos causados pela construção do porto externo na mudança dos padrões das correntes marítimas na área litorânea, o que afetou consideravelmente os pescadores locais da região de Suape.

Com o posterior avanço da infraestrutura do Complexo Portuário, principalmente com seu *boom* na primeira década do século XXI, que (2) poluição sonora, advinda das fábricas e da movimentação de cargas nas rodovias; (3) poluição atmosférica e hídrica das indústrias, produzida principalmente pela Refinaria Abreu e Lima[43]; (4) alteração da paisagem, com a construção dos megaempreendimentos (Estaleiro Atlântico Sul, Refinaria Abreu e Lima e os diversos pólos de desenvolvimento constituintes do complexo); (5) enchentes causadas pelo aplainamento da área para a construção da rodovia PE-60; (6) supressão do manguezal com o avanço da infraestrutura portuária, além de vazamentos de óleos advindos da Refinaria de Petróleo; (7) desapropriação forçada das comunidades locais para a construção e erguimentos das infraestruturas; (8) crescimento e ocupação desordenada da microregião, promovendo assim o sobrecarregamento dos equipamentos públicos, como, por exemplo, saúde e educação. Tal acúmulo de demandas não atendidas pela população intensificou o empobrecimento populacional, na precarização da moradia e violência urbana (PLATAFORMA DE DIREITOS HUMANOS, 2018). (9) Bloqueio total de quase 14 anos do rio Tatuoca[44], o que resultou em fortes impactos socioambientais ao mangue em torno, bem como à comunidade Quilombola local de Ilha de Mercês que viu uma de suas principais atividades tradicionais produtivas (pesca artesanal de peixes, camarões, caranguejos e ostras) afetadas devido às mudanças causadas com o impedimento do movimento das marés; (10) conduta abusiva de seguranças

[43] EBRAHIM, Raissa. “Refinaria Abreu e Lima emite gás tóxico além do permitido”. Marco Zero Conteúdo. 10/02/2021. Disponível em: <https://marcozero.org/refinaria-abreu-e-lima-emite-gas-toxico-alem-do-permitido/>. Acesso em 1 de Setembro de 2021; VALADARES, João. Vazamento de óleo em refinaria de Pernambuco atinge manguezal. Folha de São Paulo. 27/08/2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/08/vazamento-de-oleo-em-refinaria-de-pernambuco-atinge-manguezal.shtml>. Acesso em 1 de Setembro de 2021.

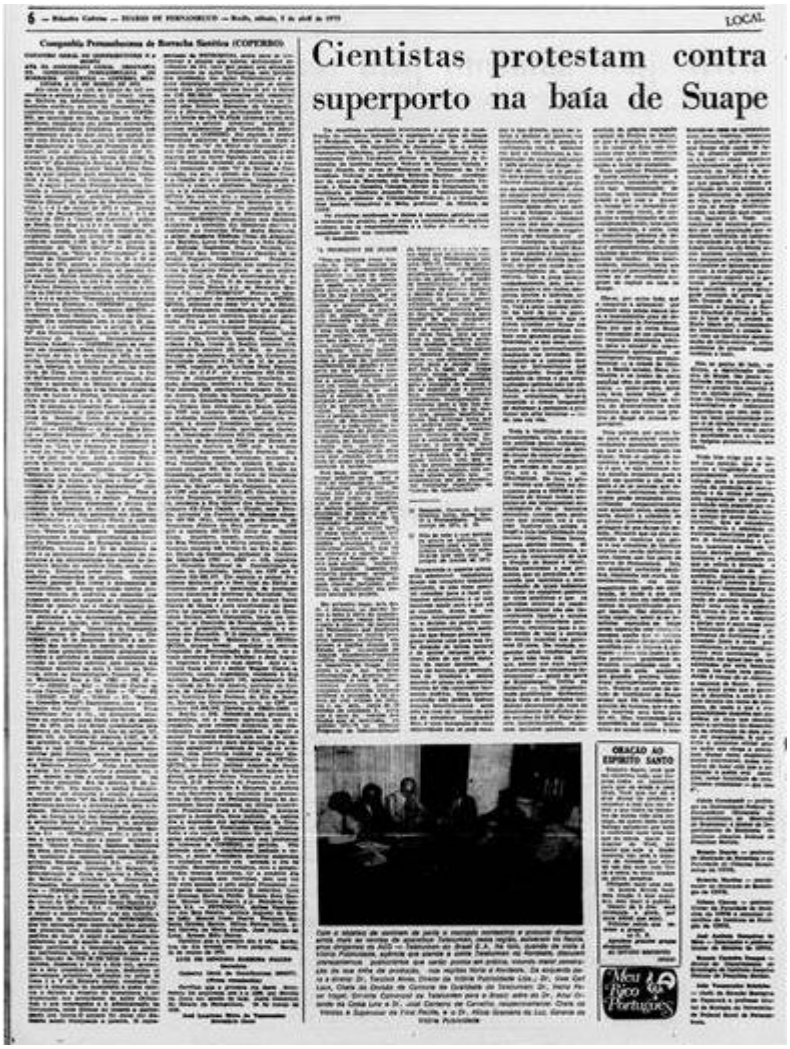
[44] EBRAHIM, Raíssa. Com 14 anos de atraso, Suape começa a retirar barreira que destruiu manguezal do rio Tatuoca. Marco Zero Conteúdo. 11/08/2021. Disponível em: <https://marcozero.org/com-14-anos-de-atraso-suape-comeca-a-retirar-barreira-que-destruiu-manguezal-do-rio-tatuoca/>. Acesso em: 12 de agosto de 2021.

da empresa Suape, que atuam destruindo lavouras, ameaçando os moradores do Quilombo, roubando seus materiais de construção e derrubando casas, cercas e plantações; (11) bloqueio do acesso às fontes d'água pela comunidades, reservando apenas para a Refinaria Abreu e Lima e a Petroquímica de Suape (SILVEIRA, 2010; ALVES, 2016, PÉREZ, 2016; SILVA, 2020); (12) apropriação de materiais de pesca e subsistência da comunidade quilombola pelos seguranças do Porto; (13) utilização do "correntão", uma técnica de desmatamento que proporciona a rápida retirada da vegetação nativa; (14) tentativas de derrubada do Baobá, importante símbolo do Quilombo Ilha de Mercês; (15) exigência, até um passado recente, aos habitantes de Mercês do pagamento de pedágio para a utilização da rodovia que atravessa o próprio território quilombola.

Além disso, tendo como título "Cientistas lançam manifesto contra o Complexo de Suape", publicado no Jornal da Cidade (Ano II, nº 24, 6-12 de abril de 1975), o economista e ecólogo, Clóvis Cavalcanti, professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e pesquisador do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, redigiu um manifesto contra o empreendimento, no qual foi subscrito por outros pesquisadores, como: Renato S. Duarte, professor do Mestrado em Economia e da Faculdade de Ciências Econômicas da UFPE; Roberto M. Martins, coordenador do curso do de Mestrado em Sociologia da UFPE; Nelson Chaves, professor titular da Faculdade de Medicina da UFPE, José Antônio Gonçalves de Mello, professor titular de História da UFPE; Renato Carneiro Campos, diretor do departamento de Sociologia do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais; e João de Vasconcelos Sobrinho – chefe da Estação Ecológica de Tapacurá e titular da disciplina de Ecologia da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

A fim de ilustração, abaixo estão algumas imagens da oposição à construção do Complexo de Suape e o alerta de alguns estudos técnicos do CONDEPE/FIDEM sobre suas iminentes consequências ambientais e sociais, assim como imagens recentes das violações ambientais promovidas pelo empreendimento portuário.

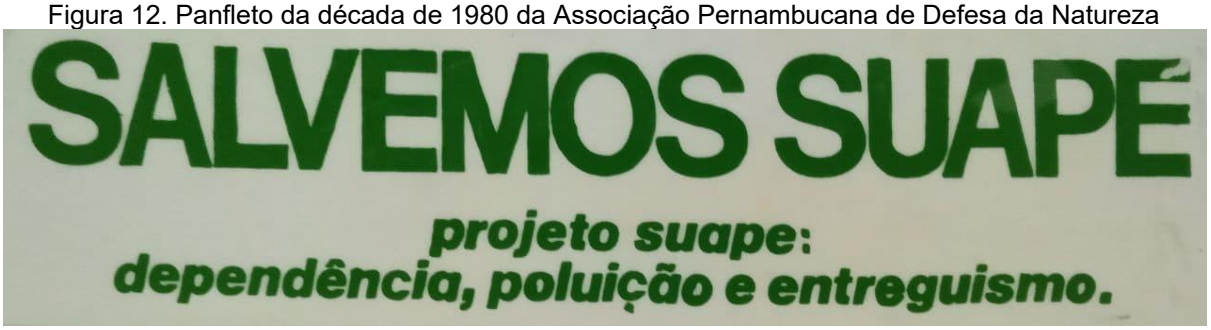
Figura 11. Cientistas protestam contra superporto na baía de Suape.



Cientistas protestam contra superporto na baía de Suape

Fonte: Diário de Pernambuco, 05 abr. 1975, p. 6

Figura 12. Panfleto da década de 1980 da Associação Pernambucana de Defesa da Natureza



Fonte: Arquivo Aspan

Figura 13. Devastação dos manguezais de Suape. Boletim informativo da ASPAN

JUNHO / 1986

aspan

BOLETIM INFORMATIVO

MEMBRO DO CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

Sentença exemplar contra a Enseada dos Corais

Maio. Um mês de vitória para o movimento ecológico de Pernambuco. Enfim, os culpados têm que começar a pagar pelos crimes que cometem contra a natureza. No dia 14 de maio último, os empresários pernambucanos Armando Monteiro Filho, Antonio de Queiroz Galvão e Homero Lacerda foram condenados pelo Juiz Petrúcio Ferreira da Silva, da Justiça Federal, a cumprirem um ano de prisão e a pagar uma multa equivalente a cem salários mínimos, pela devastação das matas "Zumbi" e "Duas Lagoas", do município do Cabo.

Mas a vitória não ficou por aí. A CPRH, a Fidem e a Prefeitura do Cabo foram indiciadas em processo, por terem sido coniventes com o desmatamento, quando aprovaram, sem autorização do IBDF, a construção do loteamento "Enseada dos Corais", empreendimento dos três empresários condenados, através da firma G. P. Terra.

O loteamento começou a ser construído no ano passado. A ASPAN, que já havia sido contra a sua aprovação, notou que estava havendo desmatamento da área, que é de preservação permanente, e denunciou ao setor de Defesa dos Direitos Humanos, da Procuradoria da República em Pernambuco, em dezembro passado. A Procuradoria, então, entrou com o processo na Justiça Federal, contra a firma loteadora. Como os réus são primários, entretanto, a prisão de um ano foi suspensa por dois anos, quando os criminosos terão que se apresentar à Justiça a cada três meses, sem poder mudar de residência ou deixar o Estado por mais de 30 dias.

Trata-se de um fato jurídico sem antecedentes, pois envolve criminalmente pessoas da alta sociedade pernambucana. Além disso, torna público que os órgãos públicos, que são especialistas em criar normas, no decorrer do tempo não os primeiros a infringi-las e desrespeitá-las. E isso merece sempre ser denunciado e punido.

Devastação dos manguezais de Suape

A ASPAN questionou a Procuradoria da República em Pernambuco, no mês de dezembro passado, sobre a legitimidade da intervenção do Complexo Industrial Portuário de Suape nos três mil hectares de manguezais daquela área estuarina de propriedade da União - já devastada em grande parte, onde se pretende instalar dezenas de indústrias altamente poluentes e uma refinaria de petróleo.

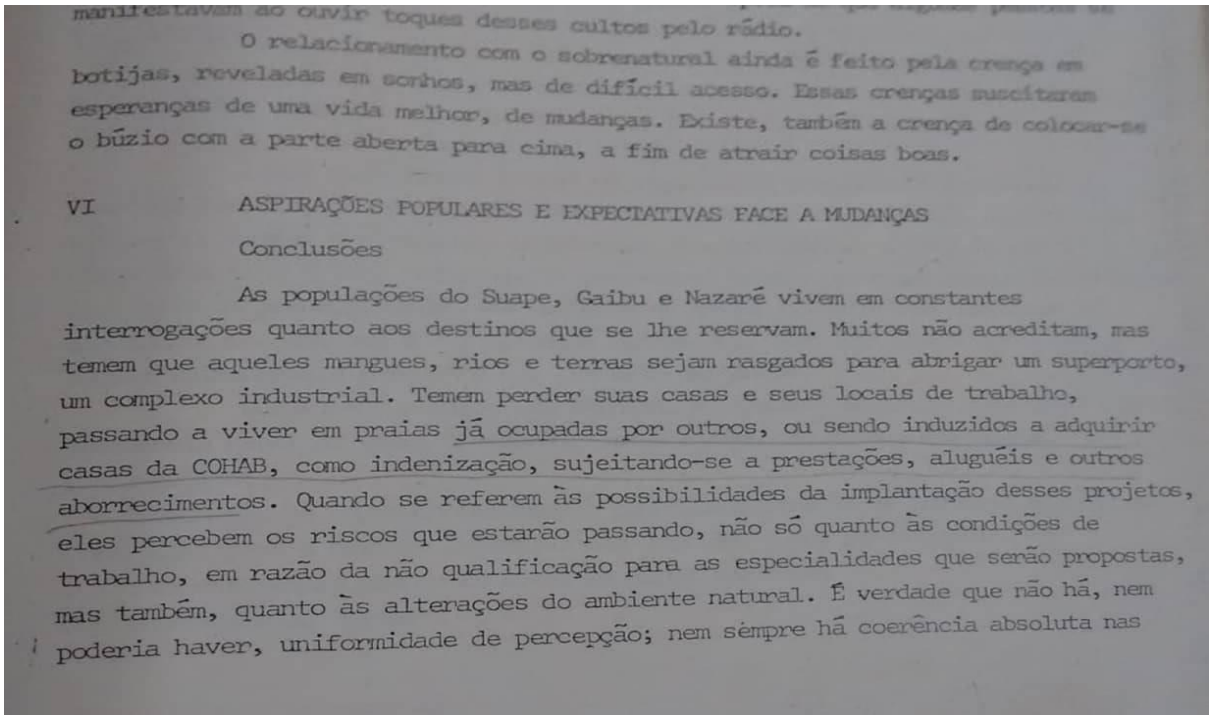
Na verdade, o questionamento, foi feito tendo como base tão somente antecedentes de autoritarismo e incompetência daquele órgão do Estado de Pernambuco. A resposta demorou a chegar, e só em fevereiro passado, se soube, através de uma carta do secretário de ecossistemas da SEMA, que o duvidoso empreendimento de Suape, além de impraticável econômica e ecologicamente, o era também juridicamente. Durante 12 anos, tudo foi feito sem qualquer autorização por parte da União. Agora, depois de ter tomado conhecimento da indagação da ASPAN, a alta burocracia estadual apressou-se em pedir à União a cessão da área, já amplamente destruída. Cessão que não pode ser autorizada por nenhum outro poder que não seja o Congresso Nacional - conforme esclareceu Clovis Cavalcanti em dois artigos publicados na Folha de São Paulo. Nem o próprio presidente da República estaria em condição de por remédio em mais um erro, desta vez fruto da incompetência, da burocracia poluidora instalada em Suape.

A ASPAN espera agora que a Procuradoria da República, com base na documentação que possui, indicie criminalmente os responsáveis pela implantação indevida do Complexo de Suape.

Semana do Meio Ambiente pág. 3
Desmatamento do Engenho Uchôa pág. 4

Fonte: Arquivo Aspan, jun. 1986

Figura 14. Fotografia de trecho do Relatório sobre Sítios Históricos na região de Suape.



manifestavam ao ouvir toques desses cultos pelo rádio.

O relacionamento com o sobrenatural ainda é feito pela crença em botijas, reveladas em sonhos, mas de difícil acesso. Essas crenças suscitaram esperanças de uma vida melhor, de mudanças. Existe, também a crença de colocar-se o búzio com a parte aberta para cima, a fim de atrair coisas boas.

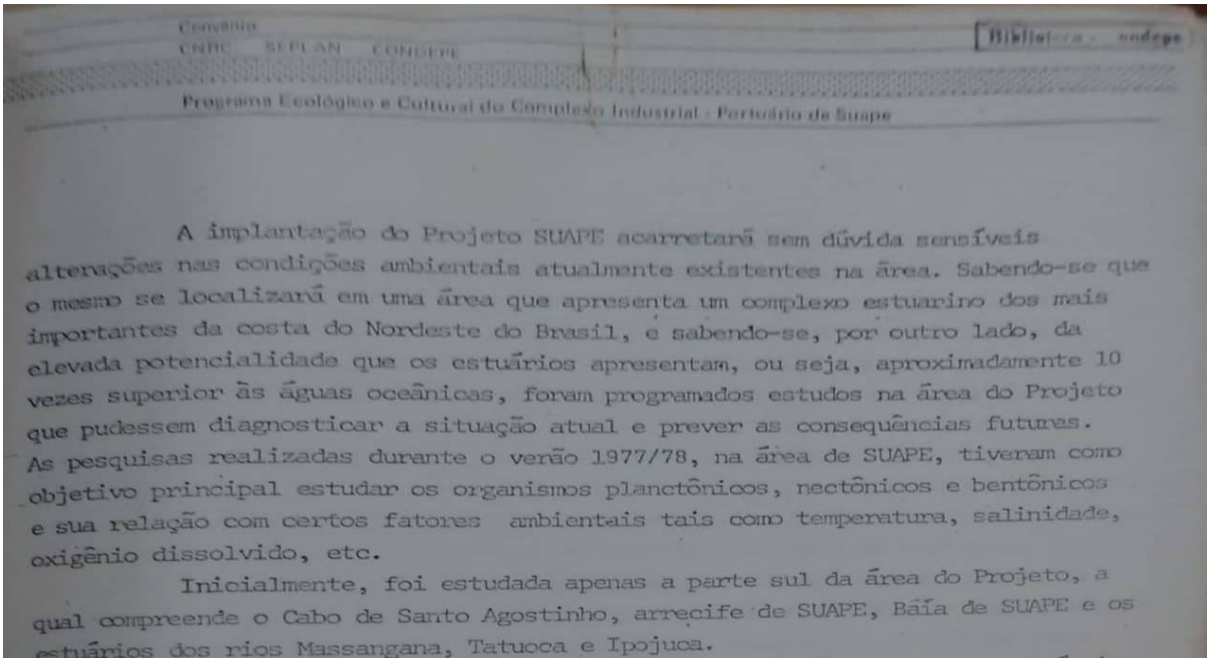
VI ASPIRAÇÕES POPULARES E EXPECTATIVAS FACE A MUDANÇAS

Conclusões

As populações do Suape, Gaibu e Nazaré vivem em constantes interrogações quanto aos destinos que se lhe reservam. Muitos não acreditam, mas temem que aqueles mangues, rios e terras sejam rasgados para abrigar um superporto, um complexo industrial. Temem perder suas casas e seus locais de trabalho, passando a viver em praias já ocupadas por outros, ou sendo induzidos a adquirir casas da COHAB, como indenização, sujeitando-se a prestações, aluguéis e outros aborrecimentos. Quando se referem às possibilidades da implantação desses projetos, eles percebem os riscos que estarão passando, não só quanto às condições de trabalho, em razão da não qualificação para as especialidades que serão propostas, mas também, quanto às alterações do ambiente natural. É verdade que não há, nem poderia haver, uniformidade de percepção; nem sempre há coerência absoluta nas

Fontre: PINHEIRO, Luciano. Sítios Históricos e ou Típico na Área de Suape. Abril de 1979. Informe Técnico nº 32, CONDEPE/FIDEM

Figura 15. Fotografia do Relatório sobre os impactos ambientais da implantação do Porto de Suape.



Convênio
CNPq SEPLAN CONDEPE

Programa Ecológico e Cultural do Complexo Industrial - Portuário de Suape

A implantação do Projeto SUAPE acarretará sem dúvida sensíveis alterações nas condições ambientais atualmente existentes na área. Sabendo-se que o mesmo se localizará em uma área que apresenta um complexo estuarino dos mais importantes da costa do Nordeste do Brasil, e sabendo-se, por outro lado, da elevada potencialidade que os estuários apresentam, ou seja, aproximadamente 10 vezes superior às águas oceânicas, foram programados estudos na área do Projeto que pudessem diagnosticar a situação atual e prever as consequências futuras. As pesquisas realizadas durante o verão 1977/78, na área de SUAPE, tiveram como objetivo principal estudar os organismos planctônicos, nectônicos e bentônicos e sua relação com certos fatores ambientais tais como temperatura, salinidade, oxigênio dissolvido, etc.

Inicialmente, foi estudada apenas a parte sul da área do Projeto, a qual compreende o Cabo de Santo Agostinho, arrecife de SUAPE, Baía de SUAPE e os estuários dos rios Massangana, Tatuoca e Ipojuca.

Fonte: CAVALCANTI, Lourinaldo Barreto. Resumo dos Resultados das Pesquisas em Biologia Marinha na Área do Projeto de Suape. 1978. Informe Técnico nº 23. CONDEPE/FIDEM

Figura 16. Bloqueio do Rio Tatuoca

Fonte: Clemente Coelho, 2021

Imagem do bloqueio total do rio Tatuoca, que se iniciou em 2008 e durou até 2021, com a liberação parcial de 30 dos 180 metros totais do barramento.

Figura 17. Tentativa de contenção ao vazamento de óleo causado pela Refinaria Abreu e Lima

Fonte: o autor, 2022

Aqui está a tentativa de contenção da Refinaria Abreu e Lima ao seu próprio vazamento de óleo, ocorrido em agosto de 2019, na região do Taveira, um local pertencente à comunidade quilombola Ilha de Mercês.

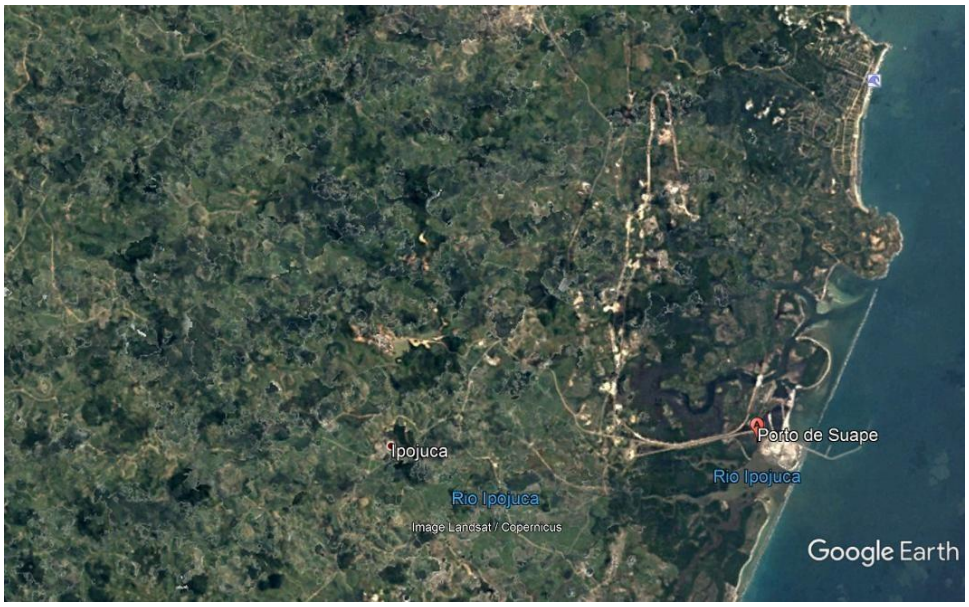
Figura 18. Observando o aterramento do mangue do Taveira.

Fonte: o autor, 2022

Nesta foto, um dos líderes quilombolas de Ilha de Mercês, Magno Araújo, observa o antigo “mangue do Taveira”. Um espaço que, anterior ao vazamento de óleo pela Refinaria Abreu e Lima, era tradicionalmente utilizado para a pesca de camarão, mas que infelizmente pereceu por ser contaminado, bem como teve grande parte de sua área agredida, sendo aterrada e transformada em um lago, sem qualquer aviso ao Quilombo.

Já neste ponto, através de imagens de satélite, é possível observar o processo de implementação do Complexo Portuário desde a década de 1980 e sua marcha agressiva de ocupação e transformação territorial. Como se pode observar, até o final da década de 1990, houve um avanço relativamente tímido do empreendimento portuário sobre o território.

Figura 19. Imagem de satélite da região de Suape.

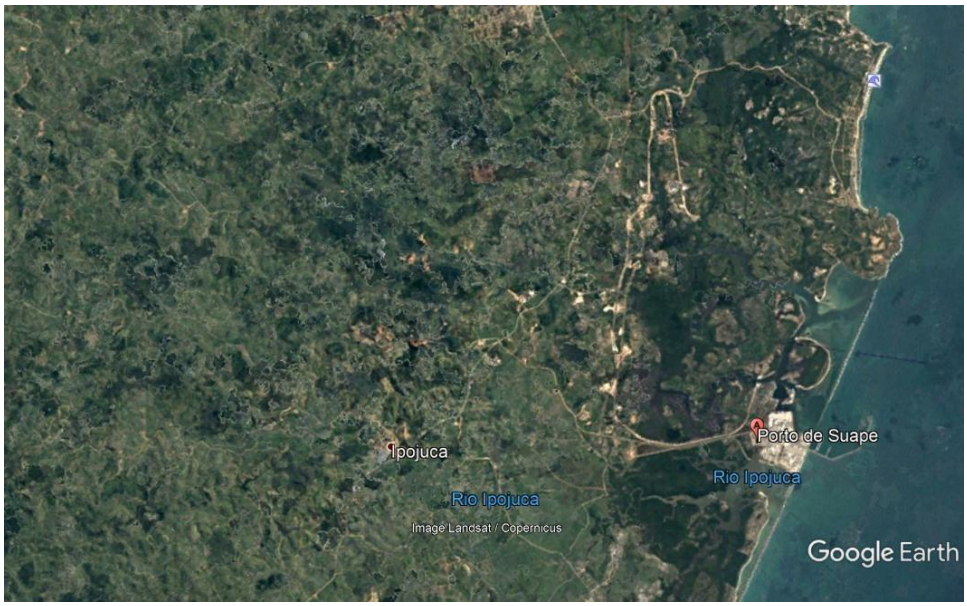


Fonte: Google Earth, 1984

Figura 20. Imagem de satélite da região de Suape.

Fonte: Google Earth, 1987

Figura 21. Imagem de satélite da região de Suape.



Fonte: Google Earth,1988

A partir da metade final da década de 1990, as transformações sobre o território passam a se dar com mais velocidade, haja vista a volta de maiores investimentos e atenção por parte do governo federal.

Figura 22. Imagem de satélite da região de Suape

Fonte: Google Earth (1997)

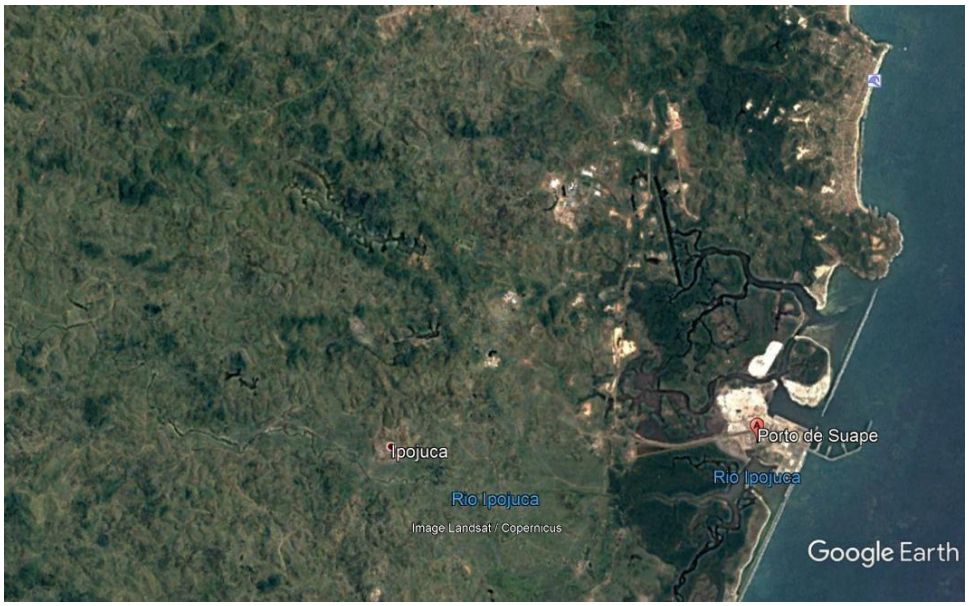
Figura 23. Imagem de satélite da região de Suape.

Fonte: Google Earth, 1998

Figura 24. Imagem de satélite da região de Suape

Fonte: Google Earth, 2000

Figura 25. Imagem de satélite da região de Suape



Fonte: Google Earth , 2002

Figura 26. Imagem de satélite da região de Suape

Fonte: Google Earth, 2003

Figura 27. Imagem de satélite da região de Suape

Fonte: Google Earth (2006)

A partir da metade final da primeira década do século XXI, em um momento de total convergência e concordância do Governo Federal com Estadual para com o avanço da implementação do empreendimento que a área correspondente ao Complexo de Suape passa então por iniciar o seu pico máximo de expansão no que se refere a sua conversão territorial.

Figura 28. Imagem de satélite da região de Suape.

Fonte: Google Earth (2008)

Figura 29. Imagem de satélite da região de Suape.

Fonte: Google Earth, 2009

Figura 30. Imagem de satélite da região de Suape.

,

Fonte: Google Earth, 2010

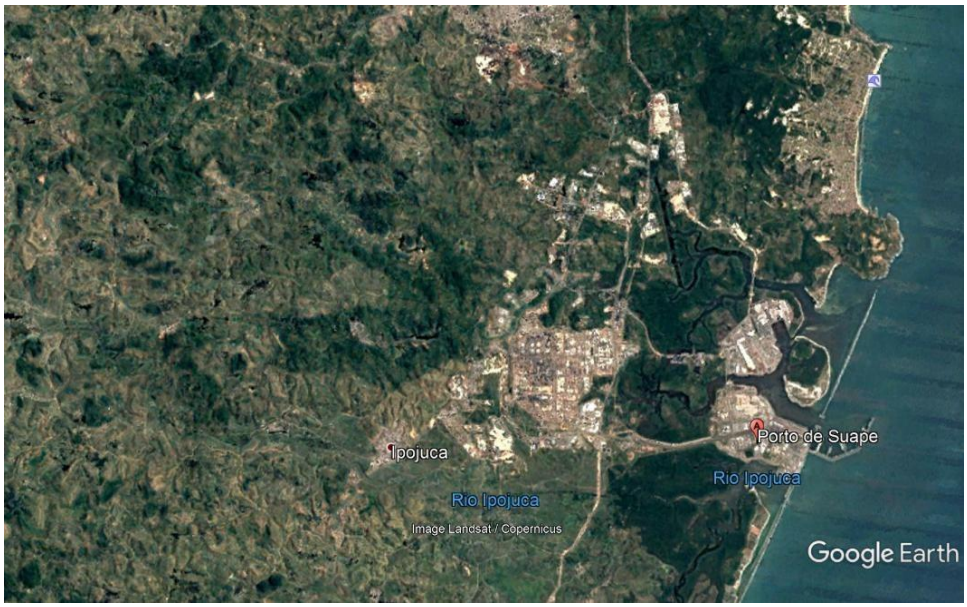
Figura 31. Imagem de satélite da região de Suape.

Fonte: Google Earth, 2011

Figura 32. Imagem de satélite da região de Suape.

Fonte: Google Earth, 2012

Figura 33. Imagem de satélite da região de Suape.



Fonte: Google Earth, 2013

Figura 34. Imagem de satélite da região de Suape.

Fonte: Google Earth, 2014

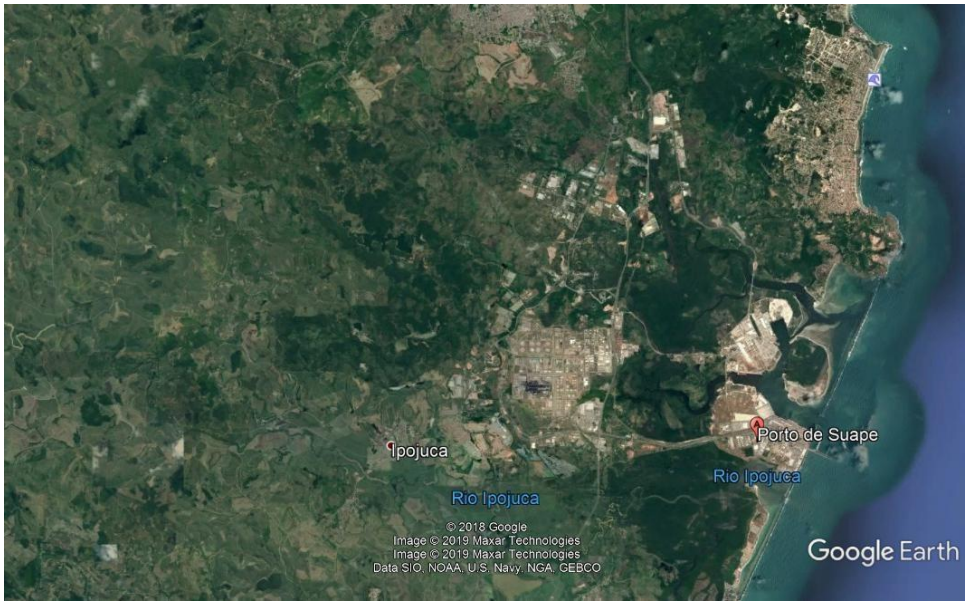
Figura 35. Imagem de satélite da região de Suape.

Fonte: Google Earth, 2015

Figura 36. Imagem de satélite da região de Suape.

Fonte: Google Earth, 2016

Figura 37. Imagem de satélite da região de Suape.



Fonte: Google Earth , 2019

Como é possível observar do conjunto de imagens de satélite apresentado, a partir do início do século XXI, com a ascensão do empreendimento, houve um grande impulso transformador no território, com uma progressiva alteração das áreas, antes preponderantemente rurais, para um ambiente majoritariamente industrial, voltado às empresas.

Sendo assim, a partir do quadro de violências expostas, compreendo que o conjunto de violações acarretou – como ainda continua a acarretar – na Insegurança Ontológica[45] (WILHELM-SOLOMON; KANKONDE BUKASA; NÚNEZ, 2017) que hoje habita as comunidades locais da região de Suape. Isto é, toda uma cadeia de relações ecológicas, sociais e existenciais, que antes eram em vários níveis estabilizadas, foi quebrada e, ou corrompida, dado a (1) redução/desapropriação das terras tradicionalmente ocupadas; (2) quebra de laços familiares; (3) a destruição ainda em andamento do ecossistema local, o que por sua vez resulta não apenas na

[45] Partido da noção de “Segurança Ontológica” de Giddens (1991), no qual o autor argumenta que para alcançar determinada condição resguardada é necessário que o “Eu” e a “Realidade” estejam em situação de estabilidade, e esta por sua vez apenas se efetua por meio de uma rede confiável de relações sociais e existências, que Wilhelm-Solomon, Kankonde Bukasa e Núnez (2017) propõem outro conceito derivado, isto é, a noção de Insegurança Ontológica, a ideia de que a instabilidade ontológica surge através da proliferação de estruturas ontológicas síncronas, disjuntivas e em evolução que existem em proximidade espacial.

contínua destruição dos entes não-humanos assentados naquele meio, como também no arruinamento e perturbação total de antigas relações sociais que estão enredadas a uma série de práticas e trabalhos extrativistas, que estão intimamente associadas a relações ontológicas específicas.

2.3 DAS TERRITORIALIDADES HEGEMÔNICAS DA REGIÃO DE SUAPE

Realizado um panorama histórico parcial do desenvolvimento da região de Suape através das atividades que se fizeram e ainda se fazem presentes e predominantes – a *plantation* da cana de açúcar e o Complexo Industrial Portuário – algumas questões, entretanto, irrompem. Isto é, para além da significância histórica desses projetos naquele espaço, existem entre eles similitudes? Se sim, o que tais ordenamentos territoriais possuem exatamente em comum? O que significa afirmar, como citei até então ao longo da exposição, que se trata de territorialidades hegemônicas? Em contrapartida, o que as diferenciam no que diz respeito às suas lógicas hegemônicas subjacentes? Qual a validade de discutir e evidenciar o caráter hegemônico destas lógicas territoriais? Antes de prosseguir com as reflexões, julgo importante, entretanto, fazer uma pausa com a finalidade de realizar alguns esclarecimentos conceituais sobre as noções aqui trabalhadas de “territorialidade” e “hegemônico”.

Assim sendo, para os objetivos propostos na presente discussão, territorialidade é aqui apreendida como formas e ordens que se inscrevem espacialmente. Logo, se tratando de sentidos e modelos de ocupação específicos, tal concepção toca não apenas acerca da geografia territorial em questão, mas simultaneamente das práticas sociais que regulam o uso de determinado espaço (GALLOIS, 2004).

No que diz respeito à noção de hegemonia, historicamente, o conceito possui suas origens ligadas à filosofia grega, no entanto, mais à frente, após o uso empreendido por autores como Lênin e Antônio Gramsci, que comumente se passou a atrelar a ideia à tradição marxista. Contudo, ao longo do tempo, à medida que foi largamente difundido – bem verdade em sua grande parte pelos marxistas – hegemonia tornou-se uma concepção de amplo uso, com diferentes

enquadramentos para distintas áreas do conhecimento (BOBBIO, 1998; ABBAGNANO, 2007; ALVES, 2010). Isto posto, sobre seu uso empregado, hegemônico é aqui compreendido e utilizado como o exercício de um domínio; uma junção de demandas que necessitam se contrapor a outras relações que lhe são antagônicas. Hegemonia, portanto, apreendida enquanto uma posição que se manifesta mediante conflitos e níveis incompatíveis a diferentes tipos de disputas (ALMEIDA, 2019).

Tomado então na análise na qualidade de uma ferramenta conceitual descritiva e reflexiva, hegemônico quando aqui utilizado adjetiva o conceito de territorialidade, apreendendo-o como um atributo de determinadas lógicas territoriais, ou seja, como um elemento de específicas territorialidades que são impressas em determinados espaços.

***

Voltando então para continuação das reflexões, desejo primeiramente me concentrar nas zonas comuns destes ordenamentos espaciais, isto é, ao vínculo entre a existência do caráter hegemônico das territorialidades até então aqui descritas com o Estado e seus corolários. Nesse sentido, iniciando com a *plantation* da cana de açúcar, à luz do dado panorama histórico apresentado dela na região de Suape, como também do padrão mais geral do empreendimento em si no nordeste brasileiro, foi possível perceber em sua lógica territorial – que ordena o espaço, produz e reproduz encontros específicos entre os agentes envolvidos – que seu desenvolvimento se deu alicerçado pelo Estado (ANDRADE, 1994), ou, em outras palavras, a presença do Estado se fez e se faz não como um exterior, ou como algo firmemente delimitado, mas enquanto um ente ativo, enredado e manifesto que operacionaliza suas continuidades e ajustes com os agentes envolvidos na produção daquela territorialidade hegemônica.

Desse modo, o cenário que se desdobrou e se conservou foi que enquanto de um lado estas organizações – e aqui me refiro mais especificamente às que conduziram os referidos grandes sistemas agrícolas, como o banguê, os engenhos centrais e as usinas – possibilitaram, em vários níveis, o provento ao Estado, seja

econômico, com a produção de capital econômico por meio dos derivados da cana de açúcar, como político, através da conquista e ocupação territorial de territórios outros; da outra parte, a sustentação também ocorreu, com o Estado garantindo o fortalecimento e suporte dessas organizações mediante incentivos, defesas, assentimentos e reconhecimento para a existência e amplificação destas propriedades e suas relações de poder inscritas nos espaços situados (ANDRADE, 1994).

Em outras palavras, ainda que o banguê, os engenhos centrais e as usinas não compartilhem, ao final, de uma mesma natureza com o Estado – dado seus distintos e mais delimitados campos de objetos[46] –, haja vista se tratarem de propriedades privadas, suas formas de existência se deram e ainda se dão – considerando o grande latifúndio da cana de açúcar algo que ainda perdura – mediante uma relação simbiótica com o Estado brasileiro, isto é, através da sustentação mútua de suas estruturas. Em suma, se trata de entes com predicados distintos, porém relacionados, visto que compartilham de uma série de relações e encontros específicos em comum.

Dessa forma, ainda que os objetos citados – os grandes latifúndios de açúcar e o Estado – se encontrem definidos por meio de uma delimitação, seja por bordas e pelas fronteiras onde atuam, bem como por determinadas funções, se apresentando assim como entidades demarcadas, suas condições de existências não são verdadeiramente delimitadas e dissociadas. Indo mais além, é possível observar como o Estado se faz presente com e nestes empreendimentos e, consequentemente, nas áreas onde estes estão inscritos, mesmo que, à luz dos olhos, esteja perceptivelmente ausente.

Melhor dizendo, sua atuação, quando não visível, realiza-se através de uma copresença, isto é, por meio de espectros. Aqui recorro à noção de espectros para pensar presenças não visíveis, ou "*a frequência de certa visibilidade. Mas a visibilidade não visível"* (DERRIDA, 1994, pág. 138). O espectro, nesse sentido,

[46] Campo de objetos é aqui tomado como *"âmbito que contém um tipo específico de objetos, e existem regras que vinculam esses objetos uns aos outros"* (GABRIEL, pág. 29, 2016).

entendido como algo que está à espreita, que observa, vigia e visita o acontecimento. Em outras palavras, a espectralidade do Estado se manifestando nas *plantations* da cana de açúcar através do ordenamento de sentidos dos entes que moldam e participam da ação no território no que se refere à organização espacial, arranjo temporal, especificação funcional, supervisão e vigilância (MITCHELL, 1999). Ordenamento estes que, por sua vez, têm como função alcançar um horizonte culminante concentracionário de poder que se exterioriza através da coerção, economia, símbolos e valores (BOURDIEU, 1999). Tais conjuntos de disposição de sentidos em dado espaço – o do latifúndio da cana de açúcar – se realizam através de um entrosamento quanto à orientação e relação ambiental, econômica, social, política e temporal estatal. Ao fim, os agenciamentos e modos de ordenamento acabam por se manifestar de maneira similar e entrelaçados, se esteando um no outro. Longe, portanto, de serem apartados como pode, à primeira vista, aparentar ser.

Quanto à territorialidade hegemônica do Complexo Portuário de Suape, antes de tudo, é preciso ter em mente que o empreendimento em si faz parte do próprio Estado, haja vista que se trata de uma empresa pública do estado de Pernambuco. Dessa maneira, diferentemente[47] dos engenhos e usinas, o ordenamento territorial do Complexo Portuário é concebido sob a competência estatal, isto é, sua territorialidade se trata de uma lógica espacial estatal. Dessa maneira, no que concerne ao movimento de produção do ordenamento do espaço e de sua gestão, o panorama muda de figura.

Em outras palavras, dentro de um quadro comparativo entre as hegemonias territoriais que se deram na região de Suape, o jogo quanto à primazia da iniciativa de quem planeja e implementa se inverteu, no sentido de que, enquanto anteriormente o Estado se manifestava nessas territorialidades do grande latifúndio através de uma copresença; por meio do Complexo Portuário, o Estado agora se provê de um extenso protagonismo, estando os entes privados – as empresas – a

[47] Os engenhos e as usinas inicialmente gestaram e gestam suas territorialidades em domínio de indivíduos e famílias, e só bem mais adiante, a partir do século XX, mediante sociedades anônimas (ANDRADE, 1990). Das vezes que ocorreu do Estado intervir, estas intervenções aconteceu ao sabor de determinadas conjunturas específicas sob a pressão de grupos políticos particulares (ANDRADE, 1994).

agirem através de uma coparticipação no que diz respeito aos desenhos da produção daquele ordenamento espacial.

A territorialidade estatal nesse caso, que é primordialmente logístico-industrial, mais do que almejar alcançar ou atingir algum tipo de distintividade, busca ir de encontro e se apresenta de acordo com a tendência neoliberal global da realidade logística, no qual as empresas passam a ter cada vez mais espaço de atuação no território em que operam (DIAS, ENDLICH, 2004). Dessa maneira, a operação do Estado brasileiro na concepção desta territorialidade consiste na promoção direta da construção e organização do ambiente necessário para as atividades dos empreendimentos que ali vão avançar. Ou seja, o Estado para o caso do Complexo Portuário de Suape atua no fomento das infraestruturas essenciais aos empreendimentos privados que ali operam (SILVA, 1992), que por sua vez não reduzem suas atuações somente àquele espaço, possuindo concomitantemente diversos níveis de ação – local, nacional e mundial –, transformando e integrando assim a área em posse da União em um espaço da economia global. Território que, nesse sentido, simultaneamente se metamorfoseia, se dilata e se capilariza.

Assim, como é característico dos atuais grandes empreendimentos industriais no Brasil, que apesar da grande e diversa composição de atores, estes não necessariamente se encontram apartados entre si ou apenas participando de apenas um grupo (BRONZ, 2013), a especificidade e diferença da territorialidade do Complexo de Suape com as demais em sua volta repousa em sua Ontologia de Negócios[48], isto é, todo seu arranjo e apoderamento do espaço, bem como as relações e existência dos entes envolvidos, objetiva e gira em torno de um projeto unicamente voltado às questões empresariais, comerciais e industriais. Nesse sentido, em termos comparativos, no que se refere à passagem de uma hegemonia territorial a outra, o que existiu com a emersão do empreendimento portuário foi uma transformação na natureza do caráter da soberania, o que, por consequência,

[48] De acordo com Mark Fisher (2020), Ontologia de Negócios se refere a um sistema de realidade de negócios, no qual os únicos objetivos e propósitos são os que podem ser realizados em termos de acordos e transações monetárias. Nesse sentido, a ideia do que é “público” nessa ontologia, a busca pelo interesse comum, não encontra espaço.

implicou na integração total e no unidirecionamento da região aos propósitos das empresas e dos mercados envolvidos.

Não obstante, o que se percebe então é que os protagonismos oficiais não necessariamente representam a verdadeira delimitação das fronteiras reais. Os limites entre o Estado e as empresas são acinzentados e movediços, principalmente porque o poder de regular e controlar não possui uma direção única, isto é, do Estado para essas organizações, mas sim por meio de uma mão dupla (MITCHELL, 1999; BRONZ, 2013). Estados e empresas, portanto, se encontram como produtos e produtores de um mesmo processo. E isso é evidente na própria história do empreendimento de Suape e, consequentemente, em sua relação inscrita naquele espaço.

Como pôde ser observado a partir do que até aqui foi descrito, embora sua eclosão, consolidação e posterior desenvolvimento e avanço tenha se consumado pela persistência da própria iniciativa estatal que se empenhou em criar um novo empreendimento visando à substituição de outros quanto a sua predominância, seu progresso, no entanto, ocorreu através do desejo e esforço em estar intimamente consonante com os agentes econômicos, bem como destes atuando e influenciando os atores do Estado, ou sendo simultaneamente constitutivos destas esferas – Estado e economia – e transitando entre elas, maximizando assim suas preferências.

Figura 38. Líderes empresariais vão lutar por Suape

Os empresários pernambucanos reunidos ontem no Centro das Indústrias, decidiram lutar pelo Projeto de Suape

Líderes empresariais vão lutar por Suape

Diário de Pernambuco (Recife, 13 out. 1978, p.1)

Figura 39. CDL-Recife externa apoio ao Governo do Estado pela execução do Projeto Suape.

CDL-Recife externa apoio ao Governo do Estado pela execução do Projeto Suape

"O Clube de Diretores Lojistas do Recife não pode silenciar nessa hora em que se investe contra o complexo industrial e portuário do Suape e hipoteca irretrita solidariedade ao governador Moura Cavalcanti para que o projeto tenha andamento normal dado os elevados objetivos a que se propõe e tendo em vista o apoio que já mereceu do Governo Federal que o incluiu no II PND".

A afirmativa é do presidente do CDL-Recife ,empresário José Anchieta Alves, ao anunciar, ontem, no almoço-assembléia do Clube haver a diretoria, com aprovação plenária, decidido publicar uma nota oficial reafirmando seu apoio ao Projeto Suape e hipotecando sua solidariedade ao Governo ante o memorial dos cientistas contrário a execução daquela obra.

Considera o presidente do CDL que o Complexo de Suape, nos termos em que se acha projetado é a maior opção econômica de Pernambuco, não só por trazer em seu bojo uma série de empreendimentos de mais elevada projeção mas, sobretudo, por indicar a implantação de um superporto para escoamento de nossa produção e, também, possibilitar a formação dos polos de fertilizantes, mecânico-metalúrgico e sucro-químico, que poderão deflagrar uma nova era para a economia regional.

SYLENO PONDERA

O professor Syleno Ribeiro ponderou, na oportunidade, que não se deve desprezar a advertência dos cientistas, dado a alta responsabilidade e conhecimento de causa dos que firmaram o memorial divulgado pela imprensa, levando-se em conta a necessidade de se adaptar o projeto Suape às condições naturais da região, principalmente no tocante à ecologia e defesa contra a poluição.

Disse o professor Syleno Ribeiro que, pessoalmente é favorável à implantação do Complexo de Suape, contudo, admite que o projeto necessita de algumas correções para que não incorramos no erro de se visar apenas o lado econômico em detrimento do humano, agredindo-se a natureza e elevando-se a poluição ambiental.

HOMENAGEM

Durante a reunião plenária do CDL foi prestada uma homenagem ao aniversário do Jornal do Comércio, com saudação do lojista Boris Kerstmann e mensagem de agradecimento do sr. Alcides Lopes, administrador judicial da tradicional empresa jornalística de nosso Estado.

Diário de Pernambuco (Recife, 16 abr 1975, p. 8)

À vista disso, é possível conceber, partindo de uma ótica comparativa, que, apesar das diferentes gramáticas hegemônicas exercidas na região de Suape – latifundiária e logística –, há uma similaridade quanto à crucialidade do papel do Estado, seja de maneira direta ou indiretamente na consumação desses empreendimentos. Ou seja, tais territorialidades que se fazem hegemônicas, preponderantes e dotadas de gigantismo nestes espaços se apresentam, no final, como prolongamentos e manifestações da máquina estatal que se inscrevem no solo em questão. Assim – apesar dos riscos da comparação –, tendo em vista se tratar de empreendimentos com temporalidades e substancialidades distintas, e com espacialidades particulares decorrentes delas, arrisco-me a dizer que o ponto comum deles repousa na presença do Estado e na sua intenção e vontade por hegemonia. Enfim, se tratam de territorialidades com e do Estado. Portanto, longe deste ser um ente abstrato, o Estado apresenta sua natureza e concretude no cotidiano por meio da disposição, reprodução e relação no e do espaço com os respectivos agentes nele situados[49].

Evidentemente, a *plantation* da cana de açúcar e o Complexo de Suape possuem suas particularidades e grandes diferenças entre si, mas é justamente por possuírem e serem afinados com determinados aspectos – como a busca por controle, a rigidez, a verticalidade social e ambiental, às relações desmedidamente assimétricas e, ou, a não coexistência com lógicas de organização territoriais antagônicas – que culminam, ao fim, no compartilhamento do caráter hegemônico no que se refere às suas configurações e disposições lógico-espaciais.

Nesse sentido, perceber essas formas de ocupação e uso do espaço exercido tanto pela *plantation* da cana de açúcar – que atua visando efeitos escaláveis de sua produção (TSING, 2019) –, bem como pelo Complexo Industrial Portuário – no qual

[49] Contudo, convém salientar que as diferenças existentes quanto à ação, influência e presença do Estado ao longo do tempo nas citadas territorialidades hegemônicas que se exerceram na região de Suape refletem também o próprio tipo de Estado que estava em exercício, bem como a própria conjuntura mundial no qual estava inserido. Isto é, enquanto que na era Banguê e das Usinas se tratou de um Estado com natureza respectivamente Colonial (colônia portuguesa), Imperial e mais adiante Republicano, englobado por um contexto mundial específico de um capitalismo, primeiramente, comercial e depois industrial. Com o advento do empreendimento portuário, o Estado brasileiro já se caracterizava por exercer um regime ditatorial militar e mais tarde democrático, ao mesmo tempo em que se encontrava já inserido em um contexto capitalista mundial financeiro e integrado.

opera não apenas produzindo projetos escaláveis[50], como também promovendo a melhoria da rede logística do seus espaços e outros adjacentes, o que, consequentemente, termina por proporcionar uma maior capilaridade dos produtos inseridos e produzidos em seu projeto em outros territórios adentro –, é compreender como tais territorialidades, onde repousam a produção e atividades de artefatos escaláveis, exigem processos existenciais dilatadores para sua própria sustentação. Em outras palavras, são ordenamentos espaciais que regularmente estão demandando pela expansão de suas áreas para a sustentação de suas engrenagens, arcabouços e efeitos escaláveis (TSING, 2011, 2019).

Dessa maneira, por se tratar de lógicas territoriais pouco sustentáveis[51] – haja vista o autoritarismo ambiental com a defesa pela monocultura em detrimento da policultura; a verticalidade abusiva mediante a estratificação e desigualdade social; e a pouca criatividade envolvida nos processos laboriosos tendo em conta a presença de atividades monótonas e estéreis –, se faz imperativo para o mantimento e prosseguimento de suas próprias funcionalidades a necessidade e a busca pelo domínio e sua expansão nos respectivos espaços onde estão situados. Estas ações, por sua vez, acabam por se converter na perseguição, contaminação e asfixia das territorialidades que lhe são antagônicas.

Territorialidades hegemônicas que se caracterizam, portanto, pela formalização de uma “gambiarra institucional”, na medida em que sempre estão lidando com morosidades, adversidades e com prazos não sendo alcançados, ou seja, com o planejado e ambicionado nunca sendo atingindo plenamente. Assim sendo, a existência do improviso por parte dessas lógicas territoriais dominantes se justifica pela busca de mostrar e robustecer, a todo o momento e a todo custo, sua presença e hegemonia frente a qualquer espécie de rugosidade (SANTOS, 2012)

[50] Polos de Desenvolvimento do Complexo. Disponível em: <http://www.suape.pe.gov.br/pt/negocios/polos-negocios>. Acesso em: 1 de fev. de 2022.

[51] Sustentabilidade é aqui compreendido de maneira mais geral, isto é, como a condição de um sistema de possibilitar sua permanência por determinado período. Nesse sentido, a referida não sustentabilidade das lógicas territoriais hegemônicas diz respeito à incapacidade delas de se expandir sem permitir a conservação da paisagem e dos entes que vivem ali em relação.

em seus territórios, enfatizando desta maneira a padronização e o desequilíbrio através da heteronomia dos entes envolvidos.

3 ENTRELAÇOS TERRITORIAIS: ESBOÇO DE UMA ‘PEDOGÊNESE SÓCIO-HISTÓRICA’

> “Se uma árvore cai numa floresta, e não houver ninguém por perto, ela faz barulho?” (George Berkeley)

Longe de ter sido um simples desdobramento linear, o desenrolar para o estado atual da região de Suape, no qual hoje predomina o Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros, não se deu apenas através dos elementos hegemônicos (Engenhos, Usinas e o Complexo Industrial Portuário) ligados diretamente ou indiretamente ao Estado, mas também por choques com componentes e criações outras, estas formadas por meio de desvios, de aberturas e fissuras de dentro e partir da territorialidade preponderante. Logo, ao contrário do que possa parecer ou do que é normalmente exposto pela narrativa oficial[52], a constituição da região de Suape não se deu por uma suposta e cômoda continuidade, mas sim mediante uma heterogeneidade de agentes, objetos, territorialidades e histórias entrelaçadas que por sua vez possibilitaram a eclosão de novos territórios hegemônicos, bem como dos territórios não hegemônicos, não visíveis ou inteiramente encobertos e sufocados.

Assim sendo, para a compreensão da atual Problemática Suape, se faz indispensável se atentar também aos elementos dissidentes que, apesar de serem historicamente constitutivos daquele espaço, são constantemente ocultados e ignorados. Portanto, menos que abrir parênteses, tencionar uma apresentação desses elementos é trazer para o centro do debate, com urgência, os acessos epistêmicos e narrativos destas comunidades e pessoas, não apenas pelas questões indispensáveis e urgentes de Justiça, mas por possibilitarem mudanças de ênfase, de importância, ao se contar as múltiplas histórias daquela região.

---

[52] Rebelo Neto (2018) apresenta como os principais jornais de Pernambuco desde o advento do empreendimento o legitimaram, assim como defenderam os projetos nele contidos, sem abrir espaços representativos para discussões acerca dos problemas intrínsecos e decorrentes dele, bem como pelas vozes dissidentes.

Nesse sentido, do que se tratam estes elementos não hegemônicos? Onde estão situados historicamente? Como surgiram? Como se deu e se dão às relações das territorialidades não hegemônicas com as territorialidades hegemônicas construídas desde então? Quais são as suas relações com aquele ambiente? O que está em jogo?

3.1 BRECHAS, DISSIDÊNCIAS E IRRUPÇÕES

Para responder às questões, o próximo passo é voltar novamente ao passado, não com o intuito de desconstruir a narrativa aqui apresentada no sentido de reescrevê-la por completo, mas sim de complementá-la e ampliá-la, transmudando dessa maneira a relevância, as ênfases, bem como desobscurecer e pôr em maior destaque outras peças e óticas por detrás destas dinâmicas. Dito isso, o que se busca, portanto, é apresentar e fortalecer a asserção – que foi em parte trabalhada em outros trabalhos de outras áreas do conhecimento (SILVEIRA, 2010; PÉREZ, 2016; SILVA, 2020) – da existência de uma pluralidade de lógicas territoriais não hegemônicas que existiram e que ainda existem na região de Suape desde a época colonial até o presente histórico.

Todavia, há a consciência de que existe certo limite quanto ao alcance “total” dos propósitos aqui almejados, haja vista a existência circunscrita de trabalhos históricos e dados mais específicos referentes aos agentes e espaços minoritários situados na Região de Suape, principalmente no que se refere à época colonial e ao início do século XX. Apontar para tais limites prova que ainda existe um terreno onde se tem muito por pesquisar e, portanto, um incentivo a mais para o avanço de futuras novas investigações. Assim sendo e com vista a lograr as respostas às perguntas lançadas, ou se aproximar o máximo possível delas, que os próximos movimentos aqui empreendidos na análise se darão por meio da apresentação de evidências locais da região de Suape, já trabalhadas e não trabalhadas pela historiografia, bem como por axiomas dedutivos e probabilísticos. Logo, voltemos.

***

Como já bem sabido e relatado no início do segundo capítulo, a região de Suape, bem como grande parte do nordeste brasileiro, desde o início do século XVI, com a colonização dos portugueses, foi ocupada pelos chamados engenhos de açúcar, isto é, pelos grandes latifúndios que se sustentavam através de um arcabouço social escravocrata, tendo no topo de sua estrutura e corpo social o grande proprietário, passando pelos moradores de engenho, lavradores, foreiros e os escravos em sua base (TOLLENARE, 1978; ANDRADE, LINS, 1984; ANDRADE, 1986, 1990; FERREIRA FILHO, 2016). Tais propriedades se muniam de aparelhos infraestruturais e de um grande contingente de pessoas que se concentravam inteiramente para a *plantation* e à sua produção de açúcar (EISENBERG, 1977; MONTEIRO, 1980; ANDRADE, LINS, 1984; ANDRADE, 1986, 1990, 2001a, 2001b; MOURA, 1998; SCHWARTZ, 2001; FERREIRA FILHO, 2016).

Contudo, apesar do progressivo avanço e da busca pela homogeneização do espaço e engessamento da estrutura social, certo padrão de desvios e dissidências, não raro nas colônias escravocratas portuguesas e espanholas (CARDOSO, 1987, 2009; SCHWARTZ, 2001; WOLF, MINTZ, 2003), também se desenrolou em Suape. Ou seja, mesmo com a rigidez e verticalização aspirada e imposta pelos colonos, o agenciamento dos sujeitos subalternos (escravos, moradores, foreiros, entre outros), bem como pela imprevisibilidade dos acontecimentos e eventos – além evidentemente da busca da elite por estratégias de garantia para o máximo e pleno funcionamento possível de sua produtividade para torná-lo compatível às estruturas ideológicas hegemônicas – que dinâmicas intestinas, próprias daqueles territórios, se formaram e se desenvolveram, possibilitando a geração de nanoespaços que, por sua vez, embora interconectados e limitados pelo ordenamento da grande propriedade, ajudaram a fundar novas socialidades e zonas de vida, de criação e de resistência.

Assim sendo, o que procuro aqui me referir com essa breve retomada histórica descritiva com foco nos desvios diz respeito a um dos embriões, surgidos ainda na época colonial, formadores das comunidades situadas na região de Suape – que terminaram por serem múltiplas, e concebidas por dentro, nas bordas e nos

interstícios dos territórios hegemônicos que emergiram e se consolidaram. Isto é, me refiro aqui às brechas encontradas e criadas – camponesa (CARDOSO, 1987), pesqueira (SILVA, 1988; RAMALHO, 2008) e afetivas – pelos sujeitos em condições subalternas nas colônias escravistas que escapavam e burlavam do sistema da *plantation*. Dadas brechas, não tencionadas e imprevistas pelos grandes latifundiários, eram com muita sagacidade aproveitada pelas pessoas escravizadas ou fugitivas que alteravam a natureza, completa ou parcial, da realidade de escravidão (WOLF, MINTZ, 2003), bem como pela população livre não abastarda (SCHWARTZ, 2001). Tais oportunidades, nesse sentido, serviram certamente como germes para a constituição e afirmação de territórios e territorialidades.

Mais especificamente sobre o fenômeno conhecido como brecha camponesa, para Ciro Cardoso (1987, 2009), tais momentos oportunos ou de abertura aconteceram por duas vias. (1) Primeiro, mediante uma economia independente de soberania alimentar e autogestão nos quilombos[53], territórios indígenas e de outros grupos sociais então nomeados como “camponeses” (ALMEIDA, 2007). Ou seja, em áreas que, na época colonial, foram concebidas e definidas por suas características de ser um espaço de fuga promovido por pessoas escravizadas; por possuir uma quantidade mínima de pessoas “foragidas”; ter uma localização marcada por certo isolamento; dispor de moradias consolidada ou não; e, por fim, usufruir de uma capacidade de consumo medida pela existência de pilões ou pela reprodução de uma condição à margem do âmbito do mercado (ALMEIDA, 1996).

(2) Segundo, por meio da concessão de pequenos lotes de terras dos senhores de engenho aos escravos não-domésticos, que dessa maneira coexistiam no interior e junto à grande propriedade. A ocorrência da cessão dos pequenos lotes aos escravos, no qual era permitido que eles pudessem possuir suas próprias roças – que podiam variar, de engenho para engenho, quanto ao tamanho, como também

[53] Tem-se consciência aqui que a concepção de Quilombo enquanto categoria ainda permanece em disputa no plano normativo e político. A atual amplitude do termo reflete as múltiplas formas de configurações sociais, de ambientes geográficos, de resistência e de inserção política dessas populações no tempo e no espaço. No entanto, o uso do conceito nessa presente página se refere à ideia historiográfica, ou seja, de comunidades formadas, principalmente, por escravos fugitivos que se estabeleceram nas mais diversas configurações organizacionais, além da grande propriedade (ALMEIDA, 1996).

ao tipo de cultura produzida –, tal prática, como apresentado pela historiografia (MONTEIRO, 1980; ANDRADE, 1986, 1990; CARDOSO, 1987; SCHWARTZ, 2001), de fato existiu – embora não em todas as grandes propriedades – não por qualquer espécie de benevolência dos escravocratas, mas sim pelo jogo de forças envolvido, ou seja, como um meio de se conseguir chegar a acordos mútuos e, por conseguinte, a uma maior colaboração para o prosseguimento da quantidade e qualidade necessária para a produção do açúcar, evitando ou enfraquecendo deste modo a sabotagem e revoltas das pessoas escravizadas.

Assim, concomitante aos incentivos negativos, vide os castigos, os chicotes e a insalubridade, alguns e limitados estímulos positivos eram também oferecidos pelos latifundiários, dentre eles, a possibilidade de produção familiar nos lotes de terras ofertados e a constituição de irmandades religiosas. Dadas atividades, eram realizadas antes ou depois das extenuantes jornadas de trabalho, bem como nos sábados e feriados religiosos (KOSTER, 1942; ANDRADE, 1986, 1990; MOURA, 1998; SCHWARTZ, 2001). Dessa maneira, a permissão de tais concessões oferecidas pode ser lida não somente por uma ótica puramente estratégica e econômica ligadas à continuidade da produtividade e a diminuição dos gastos com a alimentação dos escravizados, mas também por certo empenho em estar consonante com as questões religiosas preponderantemente envolvidas, haja vista que nos sábados e nos dias religiosos era proibida a ocorrência de atividades laborais. Ademais, também existiam os obstáculos ambientais implicados, já que a cana de açúcar possuía seu tempo para o plantio, amadurecimento, colheita e produção, bem como contava com seus adversários climáticos e ferais, como a instabilidade climática, as pragas de insetos, as ervas daninhas e os animais de criação “fugitivos” (cabras, porcos, bois e cavalos) que causavam estragos à lavoura da cana de açúcar (MONTEIRO, 1980; ANDRADE, 1986).

Tal dado pode ser apropriadamente constatado por alguns dos relatos da época, como o de Henry Koster – viajante inglês que morou no Brasil no início do século XIX, entre os anos de 1809 e 1815, e que chegou até mesmo a administrar um engenho de açúcar em Pernambuco (SCHWARTZ, 2001) – que provam da ocorrência de acordos, reivindicações e desejos na lavoura brasileira:

> *"Agora eu sei que o sábado de cada semana não é suficiente no Brasil para o escravo prover os seis dias restantes da semana, a menos que ele acrescente seus ganhos aos domingos e feriados, ou a menos que o trabalho de seu senhor seja feito por tarefa, o que pode habilitá-lo trabalhar uma hora todos os dias em suas próprias terras. Já ouvi alguns escravos das plantações, que se abastecem de comida e não trabalham por tarefa, reclamarem pesadamente de que o sábado não é suficiente. Eu também entendi de muitos proprietários e administradores que eles não consideravam isso como proporcionando tempo competente, a menos que o escravo tivesse algum ofício e pudesse trabalhar para seu senhor e ser pago, ou para alguma outra pessoa, em seus próprios dias. [...] Não posso de forma alguma acreditar que o trabalho de um dia seja suficiente para fornecer comida para quatorze. Se for assim, esta é uma prova da extrema avareza dos homens que trabalharão seus dependentes tantas horas por dia, quando eles poderiam ser enriquecidos por exigir deles muito menos esforço".* (CARNEIRO DA CUNHA, 1991, pág. 393)[54]
>
> *"Ha, entretanto, algumas propriedades possuídas por amos que dão o sabado de cada semana para que o escravo se sustente a si mesmo"*. (KOSTER, 1942, pág 514)
>
> *"O sabado não é suficiente para um escravo prover sua subsistencia a não ser que o seu amo trabalhe por tarefa, possibilitando termina-la cedo e a tempo de ir dedicar-se um pouco à sua roça. É verdade que ele pode melhorar sua situação reunindo os sabados com os domingos e dias santos e mesmo que o serviço do amo não seja dividido em tarefa ha recurso. Mas esse juizo não é justo porque os domingos e dias santos lhe pertencem por direito, mesmo que seja sustentado pelo amo. Mas, escravidão e justiça raramente andam lado a lado".* (KOSTER, 1942, pág 533).

Todavia, como anteriormente citado, o panorama podia mudar de região para região, ou mesmo de engenho para engenho. O francês, Louis-François Tollenare, afirmou que mais especificamente no Engenho Salgado – cuja localização hoje corresponde aos limites do que hoje é o Complexo Portuário de Suape – os escravos não tinham permissão de possuir roças, porém plantavam de maneira clandestina:

> *"recebiam para a sua alimentação uma libra de farinha de mandioca e sete onças de carne; destribuem-na aqui já cozida.* ***Ha poucas propriedades em que se permitte aos escravos cultivar alguma cousa por conta própria.*** *Percorrendo as mattas* ***encontrei ás vezes pequenas clareiras onde os negros tinham vindo furtivamente plantar um pouco de mandioca".*** (TOLLENARE, 1975, pág, 78, grifo do autor).

[54] Este texto de Henry Koster foi redescoberto por Manuela Carneiro da Cunha e republicado pela autora.

Além disso, o viajante francês também atestou a existência de territórios outros que coexistiam na região e que certamente possuíam processos produtivos distintos da *plantation* da cana de açúcar:

> *"Ao Sudoéste e contigua á habitação de Sibiró,* ***ha uma matta que serve de couto a negros quilombolas*** *e não pôde ser atravessada com segurança. [...].* ***Perto dali ha duas aldeias de indios convertidos****, debeis restos dos trabalhos dos Jesuitas nestas regiões. É assaz extraordinário ouvir dizer que as terras por elles occupadas foram dadas, pelo rei de Portugal, a estes indios da tribu dos Cahetés, e antigos proprietarios de todo o littoral de Pernambuco; esta doação foi feita em recompensa dos serviços que prestaram por occasião da expulsão dos Hollandezes.* ***As suas terras são cobiçadas por especuladores que as julgam próprias ao estabelecimento de quatro bons engenhos****".* (TOLLENARE, 1975, pág, 97, 98, grifo do autor)[55].

Simultâneo a brecha camponesa, também existiram, como já indicado pela historiografia, brechas ligadas à atividade pesqueira (SILVA, 1988; RAMALHO, 2008; FREYRE, 2015). Tais aberturas, ocorridas principalmente nos engenhos localizados nas regiões litorâneas do Nordeste, acarretavam em oportunidades para que os escravos, junto aos trabalhadores livres, pudessem exercer e desenvolver – sempre na medida do possível – práticas de autonomia e as habilidades do ofício que permitiam a geração e usufruição dos momentos de escape da realidade escrava. Assim sendo, as áreas de maré e mangue acabavam por se traduzir simultaneamente em espaços de trabalho, de subsistência (SILVA, 1988) e de liberdade relativa. Tal fato se mostra significativo, pois dá boas pistas sobre uma das prováveis causas do surgimento de uma quantidade considerável de povoados litorâneos no nordeste que viviam, ou que ainda vivem, parcial ou completamente, da atividade pesqueira (SILVA, 1988), bem como da existência de distintos meios, ou brechas melhor dizendo, além das ligadas a uma produção do tipo rural.

O viajante inglês, Henry Koster, em um contexto próximo à cidade de Recife, narrou sua impressão sobre os pescadores e camponeses:

> *"Os trabalhadores dos canaviais nos distritos vizinhos, perto da costa, e os pescadores, têm caracter semelhante, todavia falam mais favoravelmente dos primeiros que dos ultimos, e eu confesso que prefiro como creado um homem que tenha sido plantador de mandioca áquele cuja vida se passou sobre uma jangada. Essa gente, dizem, é menos corajosa, menos sincera e*

[55] Sibiró diz respeito ao Engenho que existiu onde hoje é a cidade de Ipojuca.

> *menos hospitaleira que os sertanejos, mas são geralmente menos vingativos, mais obedientes e mais facilmente dirigidos e mais religiosos".* (KOSTER, 1942, pág 399).

Já Tollenare, em sua passagem pela capital de Pernambuco, relatou:

> *"Não conhecendo os costumes do paiz, suppuz fossem senhoras da cidade que tivéssem vindo se recrear sob estas habitações temporarias, as mulheres vestidas de finas musselinas bordadas que encontrei deitadas sobre esteiras á porta das cabanas; fui tentado a lhes tirar o chapéu. Não passavam de gente miserável de quem a elegante camisa de musselina forma todo o enxoval. O marido vae apanhar alguns carangueijos nos mangues, compra um punhado de farinha de mandioca, por 3 ou 4 soldos, e com isto sustenta toda a sua familia, que pôde, por meio de uma existencia tão frugal, se entregar á ociosidade descuidada que constitue toda a sua felicidade".* (TOLLENARE, 1975, 42).

Como se pode observar, na visão do inglês, os trabalhadores rurais eram mais comedidos, mais obedientes e, portanto, mais preferíveis aos pescadores. Já o francês atribuía aos pescadores a qualidade de preguiçosos. Como apontado por Ramalho (2008), a ideia de que pescadores eram mais ociosos (Tollenare), ou de que causavam desconfiança (Koster), fortalece a tese de que esse grupo laboral possuía hábitos sociais próprios, bem como conservavam e defendiam suas práticas de autonomia.

Em mais outro relato do século XIX de Louis-François Tollenare, desta vez sobre a localidade de Nazaré, área que está inserida na região do empreendimento portuário de Suape, mais especificamente na atual Zona de Preservação Cultural (ZPC) do Complexo, é possível constatar que as atividades pesqueiras eram na região praticadas e muito possivelmente exercidas por pescadores livres e escravos dos engenhos próximos daquele litoral:

> *"Procurei obter uma planta do Cabo Santo Agostinho e do porto de Nazareth, por causa do facto singular que acabo de citar, e que provavelmente dentro de poucos annos não existirá mais. Vê-se nesta planta os fortes e as povoações de Nazareth e do Pontal. Os fortes estão mais ou menos arruinados, e só ha guarnição no de Nazareth, onde se contam apenas umas 200 habitações ruins; no Pontal* ***só ha cabanas de pescadores e alguns galpões para recolher as caixas de assucar****, que vem dos engenhos, emquanto as jangadas esperam vento favorável".* (TOLLENARE, 1975, pág. 70, grifo do autor).

Destarte, ainda sobre as brechas encontradas pelas pessoas escravizadas e as diversas esferas onde foram criadas e manifestadas, é igualmente significativo observar e apontar para a existência das aberturas que transbordavam para além da esfera da produção econômica – apesar de estarem relacionadas –, isto é, que se situavam no terreno da política e socialidade cotidiana. Em outras palavras, dadas fendas abertas ou descobertas dentro da estrutura da *plantation* escravocrata não se reduziam e se manifestavam somente e por meio dos modos de produção, mas igualmente através da construção de socialidades dissidentes (por meio de laços de solidariedade, apoio mútuo, autogestão) que, por sua vez, nutriam ou poderiam nutrir concomitantemente e reciprocamente determinados tipos de agenciamentos, produção, gestões territoriais e imaginários não hegemônicos.

Posto isso, a fim de exemplificação, trago este trecho do relato de Tollenare sobre os escravos do Engenho Salgado que expõe bem como formar conexões uns aos outros era salutar e produzida por aquelas pessoas, ainda que fossem comportamentos mal vistos pela Casa Grande:

> ***"Cada negro devia ter o seu apôsento; mas, o amor e a amizade os impedem geralmente de viverem solitários****. Uma esteira, uma cuia ou cabaia, e ás vezes alguns potes de barro, alguns andrajos, eis toda a mobilia do lar de um casal negro. Todos tem permissão de acender lume nos seus aposentos e della se aproveitam. Os alimentos lhes são fornecidos já preparados, pelo que não têm neccessidade de cozinha;* ***mas, a chamma é para elles uma distração e lhes serve para preparar o peixe ou outro qualquer comestível que logram obter, licitamente ou não. Notei que eram muito cuidadosos, em fechar as suas portas á chave; quando estam trancados em casa, só abrem com repugnancia."*** (TOLLENARE, 1975, pág 80. grifo do autor).

Como apresentado pelo relato acima – e assumindo aqui o risco de possivelmente cair em uma hermenêutica desmedida –, dadas condutas se traduziam em maneiras de forjar diferentes resistências, fugas e facetas daquelas existências. Logo, pode se compreender que as brechas manifestadas se davam não apenas no âmbito da produção, mas simultaneamente na esfera afetiva. Afetos estes que ensejavam a concepção de laços e solidariedades, bem como nutriam a possibilidade de se criar vínculos comunitários e novas conexões com o espaço (nas áreas delimitadas pelo engenho) que passou a ser a nova morada e realidade dos muitos que vieram da África:

> *“Os escravos do Salgado provêm todos do trafico da costa d'Africa, que o Sr. R faz directamente com duas embarcações de sua propriedade, de sorte que não sabe bem quanto lhe custaram os seus 130 a 140 negros”.* (TOLLENARE, 1975, pág. 74).

> *“Os provenientes da África têm os hombros, os braços e o peito cobertos de marcas symetricas, que parecem feitas com ferro em braza; as mulheres apresentam também estas marcas”.* (TOLLENARE, 1975, pág. 82)

Continuando sobre a criação dos espaços afetivos e dissidentes como reflexos das brechas encontradas e concebidas, é importante assinalar para o fato do estado de Pernambuco concentrar o maior número de árvores Baobás (*Adansoniadigitata*) fora da África[56], e que mais especificamente no município de Ipojuca, onde está parte da região de Suape, há quatro[57][58] dessas árvores com idade centenária, ou seja, com aproximadamente 200 anos de idade[59][60]. Apontar a existência dessas árvores seculares nestes territórios na cidade de Ipojuca, trazidas durante a diáspora imposta aos africanos às Américas (CARNEY, 2004), não se trata de apresentar uma curiosidade ou algo de menor importância, haja vista que na verdade se tratam de entes que eram e ainda são considerados sagrados, com significados de grande valor para as diversas tradições orais e cosmologias nas abundantes comunidades existentes no continente africano, bem como para os grupos afrodiaspóricos das Américas (LUCENA, 2009; WALDMAN, 2012; RASHFORD, 2015; SANTOS, 2016). Nesse sentido, perceber que suas existências não eram sem fundamento, mas sim significativa, como parte do alicerce das experiências e histórias, é atentar aos seus influxos e magnitudes nos lugares em que se situavam.

---

[56] Estado concentra o maior número de baobás fora da África. 19/12/2011. Jornal do Commércio. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/canal/cidades/cienciamambiente/noticia/2011/12/19/estado-concentra-o-maior-numero-de-baobas-fora-da-africa-25987.php>. Acesso em 28 de nov. de 2021.

[57] Os quatro Baobás centenários de Ipojuca estão localizados na Fazenda Gameleira, no distrito de Nossa Srª do Ó, no Quilombo Ilha de Mercês e na residência de Frederico Burle.

[58] KACOWICZ, Júlia. Baobás do Recife deve ser protegidos por lei. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/baoba-protegido-por-lei.pdf>. Acesso em: 01 de dez. 2021.

[59] A RIQUEZA do Baobá, árvore símbolo do Ipojuca-PE. [S. l.: s. n.]. 2013. 1 vídeo (4:43 min). Publicado pelo canal “Destino Porto de Galinhas” no YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sZ9-4xOsmMo>. Acesso em: 22 de nov. 2021.

[60] SEMINÁRIO Virtual: Dialogando Sobre o Baobá, Árvore símbolo do Município do Ipojuca. [S. l.: s. n.]. 2020. 1 vídeo (2:48:28 min). Publicado pela página da Prefeitura do Ipojuca no Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/live/?ref=watch_permalink&v=308582173673270>. Acesso em: 22 de nov. 2021.

Dito isso, o cultivo e as, por conseguinte, existências destes baobás não foram à toa e tinham como implicação a consagração das áreas em que estavam situados. Em outras palavras, as relações implicadas pelo efeito de suas presenças nos dados espaços consistia em compor os respectivos territórios com diferentes status relacionais, existenciais e de significados, isto é, com campos de sentidos[61] ligados ao sagrado, aos mitos, aos entes extra humanos e às ontologias específicas. Ou seja, a manifestação dos baobás indica o transbordamento e reordenamento das percepções do espaço para além do trabalho ou dos tormentos vividos[62]. Em suma, a associação com estas árvores para os grupos afrodiaspóricos teve como efeito proporcionar a geração de algumas brechas afetivas, seja com o espaço em torno, seja com os seus semelhantes envolvidos no concernente encadeamento relacional existente, permitindo, por sua vez, a construção de territórios ocultos e dissidentes que escapavam, em alguma medida, da realidade da *plantation*, ainda que esta se mantivesse presente e a espreita.

Ademais, como apontado por Waldman (2012), afora as dimensões de sobrenatureza envolvidas, também havia suas especificidades sensíveis e físicas. Em outras palavras, suas influências, resultantes de seu peculiar porte físico, consolidavam a concepção de uma zona distinta, haja vista que imprimia igualmente nos territórios em questão um caráter de significância dentro da espacialidade em si, isto é, servindo como ponto de encontro, de cerimônias, ou mesmo de referência espacial, influenciando e incutindo certo magnetismo às dinâmicas sociais presentes das áreas contíguas e em volta a ele.

Mais especificamente sobre o baobá localizado na região de Suape, que remonta à época do Brasil colônia (SANTOS JUNIOR, ARANTES, 2022), no qual está em especial assentado no território do Quilombo Ilha de Mercês, tal árvore centenária possui como característica principal uma fenda em seu tronco, que com o passar do tempo está progressivamente se fechando. Entretanto, diferentemente do apontado pela literatura quanto a uma suposta característica natural do Baobá da

[61] De acordo com Markus Gabriel, campos de sentido são *"unidades ontológicas básicas [...], lugares onde algo se manifesta"* (2016, pág. 54).
[62] De acordo com Maria Madalena, uma das quilombolas mais velhas de Ilha de Mercês, sua avó – que foi trazida enquanto escrava do continente africano – relatava que as mulheres traziam presos e escondidos em seus cabelos as sementes de baobá.

comunidade quilombola citada (SANTOS, 2016), dada abertura no seu tronco não se trata de uma qualidade inata, mas consequente dos ataques do empreendimento portuário à árvore no início de sua expansão, na virada da década de 1970 para a de 1980, como relatado por nativos do Quilombo, como Manuel Araújo:

> *"Para derrubar o baobá, fizeram um buraco nele de lado. Botaram o trator para abrir ele e assim depois derrubar… Mas aí o trator não conseguiu derrubar. Isso foi de 1979 para 1980. O buraco que fizeram foi tão grande que depois a gente brincava de se esconder nele. Depois foi fechando, fechando... Hoje está quase fechado o buraco que fizeram com o trator."* (Notas de campo, 2021).

Figura 40. Imagem de satélite da localização do Baobá na região de Suape, 2021

Apesar do Baobá em questão hoje possuir para os quilombolas da Ilha de Mercês significados e sentidos diversos e mais ligados à memória centenária e ancestral da comunidade e sua consequente conexão com a África, moradores da comunidade afirmam que no passado não tão distante, no início do século XXI, havia indivíduos que tomavam a árvore como um ente sagrado. Estas mesmas pessoas eram ligadas às religiões de matriz africana, bem como ocupavam papéis de benzedeiras e rezadeiras da comunidade.

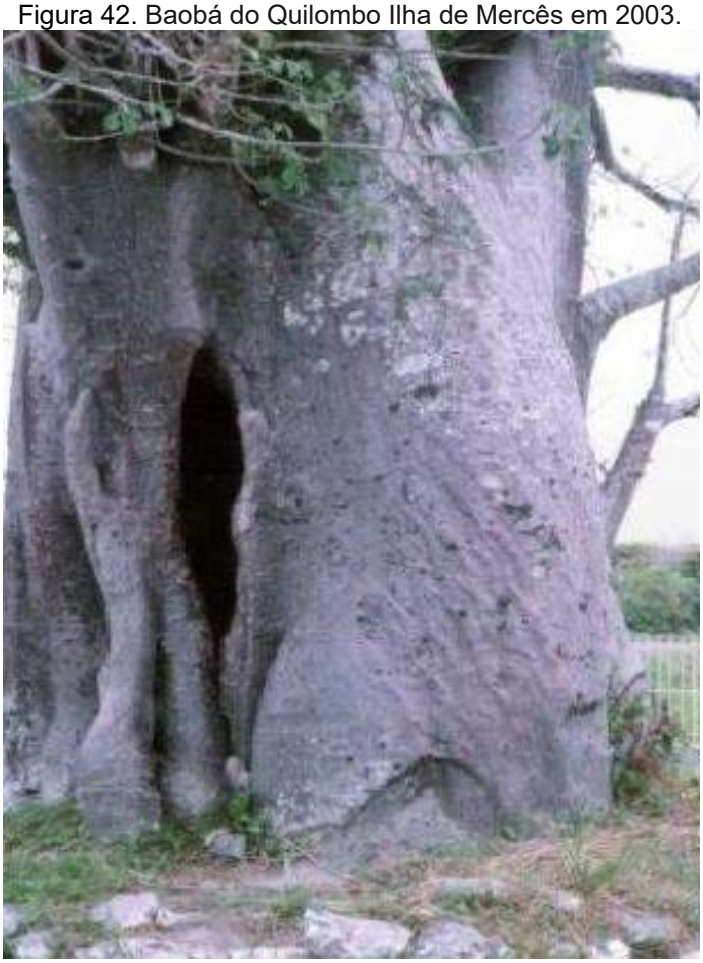
Os relatos sobre a existência dessas modalidades de relação com este Baobá até um passado recente no Quilombo Ilha de Mercês se mostram consonantes com o que é comumente apontado na literatura acerca dos significados, importância e existência dos Baobás para as comunidades afrodiaspóricas (LUCENA, 2009; WALDMAN, 2012; RASHFORD, 2015; SANTOS, 2016). Dado episódio tem como

implicação a constatação da alta probabilidade da ocorrência da travessia e compartilhamento por gerações de práticas e produções de lógicas territoriais muito possivelmente exercidas através das brechas forjadas, que escapavam do sistema de trabalho da *plantation*.

Figura 41. Baobá do Quilombo Ilha de Mercês em 1988, com a fenda em seu tronco ainda larga.

Fonte: Eurico Franca, Santos, 2016

Figura 42. Baobá do Quilombo Ilha de Mercês em 2003.



Fonte: John Rashford, Santos, 2016

Figura 43. Baobá do Quilombo Ilha de Mercês em 2016, com a fenda em seu tronco mais fechada.

Foto: Rui Silva, Santos, 2016

Figura 44. Baobá do Quilombo Ilha de Mercês em 2019, com a fenda já em processo de fechamento total

Fonte: o autor, 2022

Em síntese, é possível perceber que, mais especificamente acerca da região de Suape, as brechas (camponesa, pesqueira e afetiva) realizadas pelas pessoas escravizadas enquanto atividades produtivas e sociais de escape da *plantation* se deram mediante ações ocultas (roças abertas de maneira camuflada, a pesca, a formação da solidariedade entre os escravos, a semeação dos baobás), ou formadas à força, para o caso específico dos Quilombos criados mediante fuga ou revolta, como no caso dos negros que habitavam as matas próximas a Sibiró, como foi relatado por Tollenare (1975).

Convém salientar, entretanto, que chamar atenção a estas nuances não implica dizer que a realidade era branda para as pessoas escravizadas, ou mesmo indicar para alguma espécie de boa índole por parte dos escravocratas. Pelo contrário, a escravidão sempre foi e será sinônimo de opressão, degradação e aniquilação da vida. No entanto, apontar e atentar a estas minúcias é reconhecer – seja na produção e nutrição de novas socialidades, no ato de pescar ou de fazer e ter um roçado próprio e na consequente usufruição das chances obtidas para escapar, ainda que momentaneamente ou ligeiramente, das atividades ligadas a escravidão – a agência e as lutas das pessoas escravizadas no esforço de mudar ou mitigar sua violenta realidade.

***

Considerando o período colonial até aproximadamente a abolição da escravatura, além do grande latifundiário, nos termos da hierarquia da sociedade brasileira da *plantation* do açúcar, também estavam acima da classe dos escravos o conjunto de indivíduos que ocupavam diferentes tipos de formas e vínculos empregatícios com o latifúndio, possuindo eles diversos tipos de categorizações, como lavradores, foreiros, rendeiros, meeiros, entre outros (ANDRADE, 1986; FERREIRA FILHO, 2016). Tais classes tiveram, sobretudo, como momento constitutivo o século XVIII (PALACIOS, 1987). Acerca do significado de suas classificações, muito da associação entre estes rótulos e as práxis contidas podiam possuir diferentes sentidos no que se refere a função a ser executada, que podia variar a depender da relação específica dos indivíduos em questão com os proprietários da terra e com o mercado (SCHWARTZ, 2001; FERREIRA FILHO,

2016). Em suma: os significados dos termos e suas práticas correlacionadas poderiam modalizar geograficamente e circunstancialmente.

Seguindo assim para a apresentação de alguns dos grupos sociais integrantes dos engenhos, no que se refere aos lavradores, dado grupo social trabalhava moendo ou cultivando a cana de açúcar. Eram no geral homens livres, porém, em alguns casos, possuíam até mesmo parentesco com os senhores de engenho. Dada classe podia chegar inclusive a dispor de terras e escravos, no entanto não possuía condições financeiras de instalar a fábrica onde propriamente se produziria o açúcar (ANDRADE, 1986).

Mais especificamente sobre os lavradores do Engenho Salgado, Tollenare expôs:

> *"Os lavradores são rendeiros sem escripturas de arrendamento; plantam canna, porém, não tem engenhos. Enviam ao engenho, de que dependem, as cannas colhidas, que ali são transformadas em assucar; metade pertence ao lavrador e metade ao senhor do engenho; este fica com o mel, mas, fornece as caixas; cada um paga separadamente o dizimo da sua parte. Os lavradores possuem habitualmente de 6 a 10 negros, e manejam ellesproprios a enxada. São Brasileiros, de origem branca, pouco mesclados de mulatos. Contei de dous a tres lavradores por engenho. Esta classe é verdadeiramente digna de interesse porquanto possue alguns capitaes e trabalha; entretanto a lei a protege menos do que aos senhores de engenho. Como não fazem contractos, logo que tornam um terreno productivo, o senhor do engenho tem o direito de expulsal-os sem indemnisação; concebe-se que arrendamentos de apenas um anno de duração são muito pouco favoraveis á agricultura".* (TOLLENARE, 1975, pág. 93).
>
> *"O lavrador só constróe uma miserável cabana, não se occupa em melhorar o sólo, faz apenas cercados provisorios, porque pôde ser expulso de um anno para outro e então todo o seu trabalho fica perdido. Emprega o seu capital em escravos e gado, que pôde sempre levar comsigo".* (TOLLENARE, 1975, pág. 94).
>
> *"O lavrador tem uma habitação mesquinha, pelas razões que deixei apontadas; mas, quando deixa a enxada para ir a Serinhãem ou a igreja, veste-se como um homem da cidade, monta um bom cavallo e tem estribos e esporas de prata".*[63] (TOLLENARE, 1975, pág. 95).

Outros grupos também existentes à época eram os moradores do engenho, que possuíam algum tipo de vínculo com o grande proprietário, que os autorizava a viver em suas terras, e os chamados foreiros, que pagavam uma taxa pelo uso de

[63] Atualmente Sirinhaém é um município localizado na zona da mata sul de Pernambuco.

uma porção de terra para fazer um roçado para sua alimentação e venda ao comércio (ANDRADE, 1986; SCHWARTZ, 2001). Um dos motivos para a existência da cessão de partes das terras e habitações a esses grupos de indivíduos por parte dos senhores de engenho advinham em parte da grande disponibilidade de terras livres dentro de suas respectivas propriedades, haja vista que as más condições viárias que reduzia o espaço de tempo entre a colheita e a moagem, assim como as dificuldades ambientais imposta pelo relevo, que eram em grande parte acidentadas, constituídas por mares de morros, impossibilitava o maior uso do território para a cana de açúcar, logo, existia uma necessidade de manter essas zonas ocupadas e de alguma maneira protegidas (EISENBERG, 1977; AQUINO, 1985; DABAT, 2003; CHRISTILLINO, 2013).

Assim, acerca do uso desses espaços para a agricultura da *plantation*, de acordo com Cristiano Christillilo (2013), até o século XIX, em torno de apenas 20% das áreas dos engenhos eram utilizadas para o cultivo inteiramente voltado à cana de açúcar. Dessa forma, como meio de garantir que as outras áreas se mantivessem ativas, bem como meio de também conseguir maior fidelidade por parte dos trabalhadores, moradores ou não, que concessões eram dadas para se habitar e usufruir dos designados espaços.

Essas classes aqui citadas integravam ao grande conjunto denominado população rural livre, na qual, me referindo aqui mais especificamente ao nordeste brasileiro, se caracterizava majoritariamente por sua pobreza e privação da propriedade de terras. Esses citados grupos de trabalhadores livres, com suas lavouras de pequeno e médio porte, bem como por suas atividades de pesca, para além da própria subsistência, também abasteciam os mercados internos da colônia brasileira, haja vista que os grandes latifúndios com seus produtos se voltavam majoritariamente ao mercado de exportação (PALACIOS, 1987; SILVA, 1988; SCHWARTZ, 2001).

Em resumo: as práticas exercidas por esta parcela da população livre também representavam diferentes modos de existência e manejo territorial que dissidiam e divergiam daqueles que prevaleciam nos territórios hegemônicos. Dadas atividades, que se faziam componente de suas identidades, podem também ser compreendidas

como brechas, haja vista serem realizadas em momentos oportunos, com movimentos que escapuliam das lógicas dominantes da *plantation*[64], e circunstanciais, no sentido de que eram criadas, dado às frequentes crises da lavoura, como modos de produção alternativos e coletivos para dar prosseguimento às suas existências (ANDRADE, 1986, 1987; ALMEIDA, 2008).

Desta vez, acerca dos moradores de engenhos que avistou em suas visitas às lavouras da cana de açúcar da zona da mata sul de Pernambuco no início do século XIX, Tollenare relatou:

> *"Os moradores são pequenos colonos aos quaes os senhores de engenho concederam a permissão de* ***elevar uma cabana no meio do matto e decultivar um pequeno pedaço de terra****. O fôro que pagam é muito diminuto, vale no máximo o dizimo do producto bruto, sem prejuízo do dizimo real. [...].* ***São em geral mestiços de mulatos, negros livres e índios****; os índios e negros puros são raramente encontrados. Esta classe livre é hoje o verdadeiro povo (plebe) brasileiro; é paupérrima porque pouco trabalha. Parece que do seu seio deveria sahir um numero de trabalhadores assalariados; mas, tal não acontece.* ***O morador recusa o trabalho, planta um pouco de mandioca e vive na ociosidade****; a sua mulher faz um pouco de renda. Se a safra da mandioca foi bôa, pôde fazer algumas pequenas vendas e comprar roupa; isto constitue toda a sua despeza, porque a sua mobilia consta apenas de algumas esteiras e pótes de barro; mesmo uma raspadeira de mandioca não se encontra em casa de todos.* ***Os moradores vivem isolados, longe de toda a autoridade civil ou religiosa, sem conhecer, por assim dizer, o valor da propriedade.*** *Substituíram os selvagens brasileiros e valem menos do que elles, porque estes conheciam ao menos um vinculopolitico e nacional; os moradores só conhecem os seus cercados, e consideram quasi como inimigos todos os que lhe são estranhos. [...]. Em geral despreza-se e teme-se esta classe".* (TOLLENARE, 1975, pág. 95,96. grifo do autor).

Pelo relato exposto acima, é possível conjecturar que, na qualidade de população livre, os moradores prezavam pelo máximo de autonomia possível e seu autogestionamento, sem procurar ou almejar por uma vida de servidão e obediência espontânea e voluntária. Se seguirmos afirmativamente a hipótese, é ainda possível daí extrair que, muito possivelmente, territorialidades e relação outras, não

---

[64] Entretanto, como já apontado por Palacios (1987), apesar de se trabalhar com a dicotomia *plantation* x agricultura de subsistência/familiar, convém apontar que o dualismo era dinâmico, logo, dada rigidez não se refletia inteiramente. Isto é, parte da *plantation*, ainda que não se concentrasse, também produzia agricultura de subsistência e vendia aos mercados internos. Da mesma maneira, também existiam agricultores e trabalhadores que focavam sua produção, em geral, de tabaco e mandioca, para o mercado mais amplo.

hegemônicas e dissidentes, eram e foram de fato concebidas e desenvolvidas pelos denominados moradores de engenho.

Cabe também apontar enquanto integrante do quadro não hegemônico, como já indicado pela historiografia e antropologia (MARTINS, 1981; ALMEIDA, 1998, 2008; MYSKIW, 2002; GUIMARÃES, 2009), para a constante presença da figura dos pequenos “posseiros” e “intrusos”, principalmente acerca daqueles que são nativos das respectivas áreas onde atuaram, no qual enfrentaram o poder dos grandes proprietários desde a época colonial. Uma classe que se mantém existente e em luta até os dias atuais. Categoria em si larga, que abrange e integra uma série de diferentes grupos, estando estes indivíduos, categorizados enquanto tal, frequentemente carregando concomitantemente a condição de camponeses livres, posteriormente, proletários rurais, e de ex-moradores das outrora grandes propriedades, bem como muito possivelmente também portavam identidades étnicas específicas. Estes grupos escolhiam por enfrentar o sistema latifundiário, afrontando o espaço da legalidade e a ilegalidade hegemônica em busca de sobrevivência e, ou pela retomada das terras de seus antepassados.

***

Assim sendo, ter consciência dessas zonas dissidentes existentes dentro, nas margens ou nos interstícios da *plantation,* é compreender que foram nestes espaços (seja nos pequenos lotes de terra obtidos, nas andanças pelas matas de maneira oculta, nos mangues, rios e mares) que a infrapolítica[65] e a resistência cotidiana (SCOTT, 2008) se exprimia, sempre testando e sondando os limites do permissível, e onde os diferentes tipos de socialidades (rede de laços associativos entre parentes, vizinhos, amigos e amores) eram criadas, experimentadas e

[65] De acordo com James C. Scott (2008), infrapolítica se refere ao reino discreto da luta política. O local onde a luta diária está, assim como raios infravermelhos, para além do que é possível observar. Ser invisível ou estar fora do radar, portanto, como uma escolha tática advinda de um discernimento prudente do equilíbrio relativo do poder. Uma ação política que assume formas destinadas a obscurecer as verdadeiras intenções, ou a se esconder atrás de um significado aparente. Uma forma, portanto, essencialmente estratégica que os sujeitos em condições subalternas assumem em condições de grande perigo.

desenvolvidas, forjando então vínculos comunitários que foram o germe ou parte da constituição dos futuros e variáveis territórios posteriores.

Dessa maneira, a existência de tais brechas encontradas, abertas de maneira oculta ou mesmo cedidas, seja pelas pessoas escravizadas ou pela população livre dos engenhos da época, assim como o desenvolvimento consequente de possíveis meios e lógicas decorrentes de suas atividades ilustra nitidamente um dos porquês de grupos subalternizados serem dotados de específicas práticas, habilidades, ofícios, criações e relações – que demandam força em comunidade, apoio mútuo, tempo e que não são unilateralmente vinculadas à monocultura, nem a tipos relacionamentos interpessoais integralmente opressivos. Mais, e aqui me referindo à região de Suape: como antes assinalado por Perez (2016), se ainda hoje há ilhas de diversidade na localidade, humana (grupos distintos) e não humana (mata atlântica, rios e mangues), em meio a um deserto de containers, indústrias e monoculturas da cana de açúcar, muito se deve às práxis alternativas não subjugadas completamente aos valores do mercado econômico que são nutridas, exercidas e desenvolvidas pelas variadas comunidades rurais, pesqueiras e quilombos existentes na região.

Sem embargo, é importante frisar que a existência de tais brechas não implica na afirmação da utilização delas por todas as pessoas, mesmo que estivessem ao alcance delas. O mais importante é possuir consciência e destacar a existência das aberturas e que eram utilizadas com muita sagacidade por parte das pessoas escravizadas e da população livre.

***

Feita a exposição dos elementos gerais não hegemônicos, especialmente os existentes do início do século XIX na região de Suape, formadores das primeiras territorialidades, dada apresentação possui, evidentemente, suas limitações, principalmente por questões de escassez e dificuldade de acesso a outros dados históricos daquela área, o que, por consequência, delimita o alcance das hipóteses e asserções realizadas.

Entretanto, ainda que circunscrito, em sua maior parte, a relatos do espaço envolvente de um único engenho específico da referida região, acredito que a exposição prossegue significativa, por dois motivos: (1) possibilitar a reflexão e a conjecturar, ainda que em termos probabilísticos, sobre os possíveis cenários locais existentes da época; (2) o Engenho Salgado, situado na região de Suape, foi um dos principais engenhos da localidade, bem como se transformou, posteriormente, na Usina Salgado, uma das maiores da região – com vários engenhos locais posteriormente integrando ao seu corpo, entre eles o engenho Mercês (MOURA, 1998) –, e que ainda existe nos dias atuais.

Tal usina possuiu conflitos no século XX com os grupos camponeses da região, assim como atualmente ainda possui, que será mais a frente exposto, com o Quilombo Ilha de Mercês, comunidade localizada na região de Suape e sobre a qual presente trabalho se debruça. Em suma, dada propriedade tem sua significância devido aos tipos de relações construídas e impactos ao longo do tempo no referido território, como também por sua proximidade geográfica ao atual empreendimento portuário e à comunidade quilombola em questão.

Posto isso e assumindo, portanto, os riscos e reconhecendo os limites, acredito ser possível afirmar, mediante o que foi exposto dos dados empíricos, que no referido período abordado – início do século XIX – que o cenário da região de Suape, apesar das evidentes, contrastantes e assimétricas relações de poder, não era uniforme, tendo em seu bojo a existência de diferentes e discretos espaços dissidentes (matas com quilombolas, moradores autônomos de engenhos, aldeias indígenas e vila de pescadores), ou de sementes de futuras lógicas territoriais (roças abertas e cultivadas pelas pessoas escravizadas de maneira oculta, práticas pesqueiras) que viriam a existir, por dentro ou nos interstícios da hegemonia territorial imposta pelo latifúndio da cana de açúcar e pelo Estado português e, posteriormente, o brasileiro.

3.2 NOVAS FORMAS DE DOMÍNIO E (NÃO) TRANSFORMAÇÃO DE TERRITÓRIOS NÃO HEGEMÔNICOS

Contudo, a configuração dos elementos não hegemônicos iniciais expostos – tanto no que se refere à estrutura social mais abrangente que existiu na região da zona da mata do nordeste brasileiro da maneira posto pela historiografia, assim como dos componentes constitutivos do início do século XIX na região de Suape – se descaracteriza de fato com as sucessivas crises da *plantation* e o início da derrocada da escravatura, tendo o fim de sua forma marcado de maneira decisiva, já próximo à virada do século XIX para o XX, com a abolição da escravidão (EISENBERG, 1977; ANDRADE, 1983, 1987; AQUINO, 1985; PALACIOS, 1987).

Bem verdade, importante salientar, no século XIX, a sociedade brasileira já se encontrava em plena metamorfose, se compondo não mais apenas de senhores e escravos, mas também de uma classe média em formação e expansão, seja no meio rural, como no meio urbano. Mais especificamente no campo, devido à desintegração de muitos engenhos e crises econômicas, muitas coletividades já se configuravam territorialmente mediante a utilização de sistemas de uso comum (PALACIOS, 1987; ALMEIDA, 2008) Dessa forma, naquele contexto, as elites agrárias logo se encontravam em movimento na intenção de reprimir, domesticar e absorver cada vez mais às suas terras a população livre que estava em absoluto crescimento (ANDRADE, 1983; PALACIOS, 1987).

Isto posto, com o avanço do movimento abolicionista e, consequentemente, com a abolição da escravatura, já se era esperado que o grande contingente populacional escravizado se somasse à volumosa população de trabalhadores livres. O esforço, portanto, por parte das peças hegemônicas foi de não permitir a ocorrência de amplas mudanças na lógica de poder da sociedade com a modificação de status do grande número de indivíduos anteriormente escravizados.

O empenho da oligarquia, nesse sentido perverso, se mostrou um sucesso, haja vista o seu êxito em uma subjugação dupla, tanto do antigo campesinato livre, como dos recentes indivíduos libertos mediante a (1) repressão das revoltas e conflitos surgidos e a (2) não democratização de acesso a terra e a consequente

continuidade e acentuamento da dependência da massa trabalhadora aos trabalhos existentes nas *plantations* (EISENBERG, 1977; MONTEIRO, 1980, 1981; ANDRADE, 1983, 1986, 1987; PALACIOS, 1987). Assim sendo, as alterações emergidas no âmbito institucional da sociedade significaram mais a emergência de uma contradição e acentuamento das desigualdades do que propriamente a modificação do quadro societário e a ascensão de um cenário de justiça social.

Em outras palavras, para os indivíduos já anteriormente livres, a situação que se seguiu foi de uma progressiva pauperização de suas condições de vida e maior sujeição ao latifúndio (PALACIOS, 1987). Pelo lado das pessoas que antes foram escravizadas, mesmo com o novo status de liberto, o que houve foi uma continuidade das imposições e marcas das condições anteriores, isto é, com a relação dos grandes proprietários com seus subordinados ainda se pautando pela lógica escravocrata.

Além disso, outros mecanismos também criados pelo Estado e pela elite foram impostos com o objetivo de manter a dependência dessa então nova população livre e dificultar ainda mais uma possível migração dela, conforme: (1) tecnologias de vigilância, como a necessidade de dispor de documentos ou de algum ofício para poder se deslocar em segurança, haja vista que sem estas comprovações poderiam ser acusados de vadiagem, sendo presos ou remetidos ao alistamento obrigatório da Marinha ou Exército; e (2) a implantação do sistema de morada (DABAT, 2003; SANTOS, 2015; FERREIRA FILHO, 2016).

Em síntese, tendo em vista a não existência da democratização da terra, muito menos a aplicação de direitos à cidadania, o que se sucedeu no geral foi apenas a substituição, em tese[66], do uso da mão-de-obra escrava pela mão-de-obra assalariada, ou, em alguns casos, a troca de um engenho por outro (EISENBERG,

[66] Segundo Dabat (2003, pág 633), o *"sistema era tão perfeitamente orquestrado que lhes extorquia suas forças vivas, geração após geração, mantendo-os na mais profunda pobreza possível. O sítio/roçado, que fora concebido como um modo de fixar a mão-de-obra num contexto de monopólio da terra, isto é, de privação de alternativas rurais, tornou-se um meio de garantir que o trabalhador labutando o dia todo, todos os dias para a empresa na condição de assalariado, tivesse que assumir, ao mesmo tempo, nas suas horas de "folga" e com a ajuda de sua família, o custo - mínimo - de reposição da força de trabalho, que teoricamente deveria estar coberto pelo salário. Isto é, os empregadores conseguiram manter um sistema de exploração da força de trabalho tão próxima quanto possível da escravidão, sem ao menos ter o ônus da compra inicial, imobilizando o capital*".

1977; ANDRADE, 1983, 1986; GORENDER, 1991; DABAT, 2003; SANTOS, 2014, 2015). A ocorrência que se desenrolou dentro do campo não hegemônico, portanto, foi de uma transformação sem mudança. A emersão de um paradoxo no tecido social.

Dessa forma, embora os movimentos migratórios tenham continuado a existir, o que se desenrolou preponderantemente foi a manifestação de uma imobilidade social e espacial para esse grande agrupamento de pessoas. Como apresentado por Emília Santos (2014, 2015), para o caso da zona da mata sul de Pernambuco, mais especificamente nos municípios de Escada e Ipojuca, no momento anterior e posterior à abolição da escravatura, a substituição do emprego da mão-de-obra escrava para a assalariada não se desenrolou de maneira direta, havendo uma continuidade das condições de trabalho escravo para o de trabalhador livre nos engenhos e usinas de açúcar. Logo, devido aos obstáculos – sociais e ambientais – impostos existentes, que o cenário de deslocamento para locais distantes não se tornou um evento comum, com as mudanças acontecendo, em sua maioria, apenas dentro do perímetro intermunicipal, considerando que grande parte daquelas pessoas procurou não ficar vulneráveis e expostos às incertezas, ficando assim perto de seu local de origem, por motivos familiares ou de compadrio, ou não se distanciar de possíveis bens adquiridos ou de outros ganhos que não queriam abrir mão (EISENBERG, 1977; ANDRADE, 1983; GORENDER, 1991; SANTOS, 2014, 2015; FERREIRA FILHO, 2016). Em suma: o grande contingente populacional de camponeses permaneceu em sua maioria em seus locais de origem.

Um exemplo no que se refere à mobilidade limitada da grande massa do campo, é o caso da história de Manoel do Ó – operário, lutador social e um dos antigos patriarcas de uma das famílias mais antigas que residem atualmente no Quilombo Ilha de Mercês[67], que nasceu no distrito de Nossa Srª do Ó em Ipojuca na região de Suape – que no livro sobre sua biografia[68] (Ó, 1971) é narrado que a Usina Salgado foi por um longo tempo "*os limites do* [seu] *mundo*" (pág. 17). Dessa

[67] Informação dada pelos quilombolas da comunidade de Ilha de Mercês.
[68] O referido livro foi resultado de uma entrevista de Alceu Amoroso Lima com Manoel do Ó, já com 100 anos de idade, no qual é reconstruída a sua história de vida da infância até a idade adulta. Embora seja perceptível certa contaminação da narrativa pelas divagações do colaborador, a obra segue valiosa enquanto memória acerca de um tempo-espaço específico.

forma, tendo iniciado seu ofício na cana aos 12 anos de idade, nos seus primeiros 14 anos de trabalho, até 1896, mudou de emprego 36 vezes – sempre na região e adjacências de onde nascera –, sendo os serviços realizados em sua maioria nas usinas de açúcar da localidade. Destarte, cativo ao mundo dos canaviais, suas fugas das lidas diárias se limitavam nas suas idas ao mar.

Outro exemplo é a história da mãe de uma das atuais matriarcas do Quilombo de Ilha de Mercês. De acordo com Maria Madalena, sua mãe, chamada “Mãedia”, costumava contar sua história de sua vida através de suas idas e vindas pelos engenhos da região. A circulação por esses engenhos se dava por necessidades momentâneas, seja por motivos de trabalho, ou mesmo de saúde.

> *Minha avó teve Mãedia em um engenho em Arendepe. Como ela estava grávida e na época só tinha parteira em Arendepe, ela saiu de Mercês e foi para lá. Depois que teve minha mãe, ela voltou de novo para Mercês. Já Mãedia, anos depois, arrumou as trouxas e saiu de Mercês para outros engenhos para trabalhar. Tempo depois ela me teve em um engenho no Cabo, aí quando fiz dois anos, minha mãe me trouxe junto com ela de novo para Mercês, e depois disso nunca mais saímos daqui* (Mercês)*.* Maria Madalena (Notas de Campo, 2022*).*

Logo, como consequência e simultâneo ao novo cenário emergido nas *plantations* de dependência e imobilidade política, econômica, social e espacial, que se foi implementado um novo sistema de morada. Novo porque se tratava naquelas circunstâncias de um suposto atualizado complexo de relações, funções e componentes inaugurados pela e com a grande propriedade, tendo em vista que, anteriormente, os moradores de engenho, existentes desde os tempos coloniais, se reduziam a um conjunto de agregados tolerados pelo senhor de engenho com o propósito de ocupar suas terras e, consequentemente, proteger as fronteiras dos seus domínios, assim como atuar enquanto mão de obra suplementar à *plantations* (AQUINO, 1985; ANDRADE, 1986; DABAT, 2003; FERREIRA FILHO, 2016). Todavia, com a abolição da escravidão, este então “inédito” sistema de morada é instalado como forma dominante de exploração (DABAT, 2003; FERREIRA FILHO, 2016).

Assim sendo, o processo de absorção e transformação dos indivíduos para a condição de moradores passou a ser realizado (1) através da alteração de status de

trabalhador escravizado em assalariado, com a diferença em relação à condição anterior sendo mínima, haja vista que o trabalho se manteve sem condições dignas devidas, o pagamento realizado era irrisório, bem como suas moradias continuavam a serem precárias, seja no mesmo local de antes ou em um novo; (2) ou por meio da admissão de novos indivíduos que efetuavam, mediante uma carta de um antigo senhor ou por emissários, o pedido para ser um “morador”. No geral, para estes casos, a então autorização dos grandes proprietários em permitir a existência de novas moradias em suas terras tornavam aquelas pessoas moralmente endividadas devido à efetivação da concessão de uma suposta “benevolência” por parte do latifundiário (ANDRADE, 1986; DABAT, 2003; PEREZ, 2016; FERREIRA FILHO, 2016).

Ademais, concomitante ao elo opressivo atado com o senhor de engenho ou ao usineiro – que, a depender do local, continuaram ou passaram a existir, haja vista a violência, coerção e medo existentes e contínuos, isto é, as longas jornadas de trabalho, expulsão sem aviso das terras e sem as devidas indenizações, impedimento de acesso à Justiça, ameaças de morte, entre outros (DABAT, 2003; FERREIRA, FILHO, 2016) –, ser “morador de engenho” também implicava mais do que somente habitar em uma dada terra, implicava em ser residente de algo, de alguma propriedade específica, de estar ligado de uma maneira particular a um engenho, ainda que este pudesse estar em posse de uma usina, e de não estar a esmo. Em suma, para o novo contexto emergido, ser morador, apesar de tudo que estava implicado negativamente, significava simultaneamente possuir um ofício, uma casa e dispor de um terreiro coextensivo à residência, ou mesmo de um sítio para plantar algum roçado (PALMEIRA, 2009).

Em vista disso, nascido ameaçado e sob constantes incertezas que a situação do morador-trabalhador se fazia em grande parte intercalando entre o trabalho para a *plantation* e as atividades voltadas para as próprias unidades de produção. Estas, por sua vez, se sucediam, em sua maioria, mediante a escolha de produtos que possuíam um caráter duplo, isto é, que poderiam ser utilizados para

consumo próprio e, ou vendidos nas feiras livres[69], a depender do contexto de necessidade (HEREDIA, 1979; GARCIA, HEREDIA, GARCIA, 1980; SIGAUD, 1981; QUEIROZ, 2009). Dessa maneira, a consequência da indissociabilidade entre a dimensão da produção e do consumo para a própria subsistência proporcionou a existência de tipos de configurações comunitárias específicas, bem como domiciliares, no qual cada membro do grupo assumia atividades específicas no âmbito do roçado com a finalidade de se obter bens relacionados para o sustento do próprio conjunto familiar em seu total (HEREDIA, 1979; GARCIA, HEREDIA, GARCIA, 1980; ALMEIDA, 2008; QUEIROZ, 2009).

Outrossim, paralelo a ascensão de um novo tipo de classe dos chamados moradores engenhos, outros grupos campesinos também surgiram – estes em menor número – em decorrência da decadência e falência dos engenhos banguês frente à expansão das usinas, no qual algumas terras acabaram por serem abandonadas, partilhadas ou vendidas aos antigos habitantes destas propriedades, tornando aqueles indivíduos pequenos proprietários delas. De outra parte, sincronicamente a esse mesmo processo de queda do banguê e ascensão e expansão das novas fábricas de açúcar, o contexto também impeliu para a ampliação do contingente do proletariado campesino através da expulsão dos antigos moradores destas terras devido a expansão e surgimento das novas fábricas de açúcar (EISENBERG, 1977; GARCIA, HEREDIA, GARCIA, 1980; ANDRADE, 1986, 1987, 1990).

Em suma, foi em decorrência do próprio desenvolvimento do sistema capitalista – de expropriação das coletividades subalternas, com o processo histórico de crise da lavoura e expansão do latifúndio – que o gênero da vida desses variados grupos não hegemônicos se sucedeu – muitas vezes antes da abolição da escravatura – na busca e elaboração de alternativas ao sistema econômico

[69] Eram nas denominadas “feiras livres”, existentes na região da zona da mata e realizadas pelos pequenos produtores, com caráter associativo e participativo, que grande parte destes sujeitos conseguia obter alguma renda complementar, haja vista que as terras que dispunham eram insuficientes para a subsistência completa do grupo familiar. Oposto às feiras livres, existiam também os “barracões”, isto é, os armazéns situados dentro dos engenhos que abasteciam os moradores à custa de um grande endividamento deles, e as “feiras de usinas” que eram mercados para venda de produtos, porém subordinados pela dinâmica e preço dos usineiros (GARCIA, HEREDIA, GARCIA, 1980).

dominante com o objetivo de se atingir condições materiais para viver. O que, por conseguinte, desenrolaram-se na criação de modos de produções, apropriações e lógicas territoriais marginais e coletivas (EISENBERG, 1977; ANDRADE, 1986, 1987, 1990; ALMEIDA, 2008; QUEIROZ, 2009).

Assim, dadas manifestações territoriais não hegemônicas – e muitas vezes ocultas – ocorridas tangentes ou por dentro do latifúndio da cana de açúcar, que se davam através do uso dos sistemas de uso comum, ocorreram primeiramente por meio das brechas encontradas (CARDOSO, 1977, 1987) em meio ao império latifundiário existente, por assim dizer, bem como pelos processos de desagregação e decadência destas *plantations* que igualmente transcorreram ao longo da história (ALMEIDA, 2008). Nesse sentido, territorialidades dissidentes desabrocharam e se desenvolveram mediante trabalhos coletivos e com estratégias de apoio mútuo (ALMEIDA, 2008; QUEIROZ, 2009). Em suma, as tecnologias coletivas destes agregados dependiam da atividade do grupo em si, da força em conjunto da comunidade.

Logo, o que se revelou foi a expressão de processos de formação espacial discrepantes no sentido destes espaços estarem abandonados, depauperados e violados com frequência pelo Estado e pela grande propriedade – que amiúde se mostram inseparáveis – ao mesmo tempo em que nestas mesmas áreas ocorria a experimentação e elaboração de sociabilidades específicas – seja com a relação entre humanos, com a criação de autogestões, solidariedades, ajuda mútua, laços e afetos em comum; bem como para as relações interespecíficas, entre os humanos e o ambiente, com atividades ligadas a agricultura, a pesca e ao convívio e conexões com as matas envolventes.

Para o caso mais específico da região de Suape, estas associações se davam por meio da coexistência com rios, mangues, mares, mata atlântica e lavouras, em sua maioria, da cana de açúcar. Em vista disso, o quadro social e espacial não hegemônico que já estava sendo desenhado nos séculos anteriores, e que se acentuou com o momento pós abolição e mais adiante no século XX, se revelou com esta grande massa de indivíduos formando comunidades nas bordas, nos interstícios apesar e, em alguns casos, a partir do latifúndio – considerando as

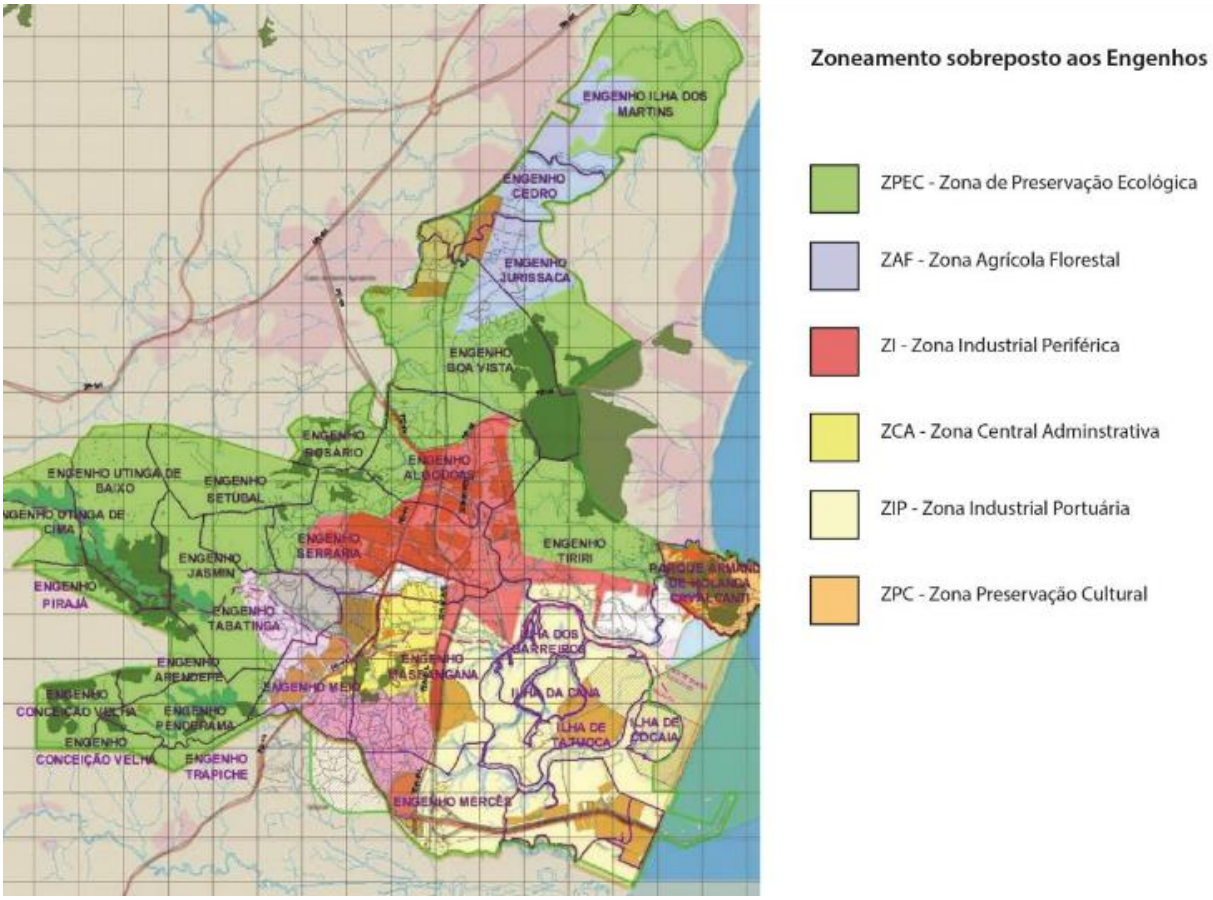
coletividades que adquiriram ou ocupavam terras abandonadas pela grande propriedade (ALMEIDA, 2008). Desta forma, é possível dizer que, em alguma medida, estas áreas engendradas através de uma série de negociações, mediações, concessões, apagamentos e conflitos formavam o que David Graeber (2007) denomina como “zonas autônomas provisórias”, isto é, no sentido destes referidos territórios terem se manifestado, assim como ainda se manifestam, enquanto rachaduras ou fissuras dos espaços hegemônicos, ou seja, como locais que, embora não estivessem fora do radar e dos ataques do poder latifundiário e, ou estatal, também não estavam em uma condição total de transitoriedade.

Ainda sobre a região de Suape, isso pode ser empiricamente observado pelo considerável número de antigas comunidades – surgidas a partir dos antigos engenhos[70] e povoações – que ainda permanecem residindo onde hoje se encontra o Complexo Portuário, como também as que migraram forçosamente, seja no início ou intermédio do processo, ou mesmo mais recentemente com a consolidação e expansão do empreendimento (SILVEIRA, 2010; PEREZ, 2016; SILVA, 2020).

No mapa abaixo é possível observar os engenhos que foram sobrepostos pelo zoneamento do Complexo Portuário de Suape.

[70] Os respectivos engenhos situados na região de Suape são: Arandepe, Pirajá I, Tabatinga I, Tabatinga II, Tabatinga III, Alagado/Penderama, Bita, Campi, Vila Claudete, Praia de Gaibu, Vila Cepovo, Vila de Suape, Vila de Nazaré, Águas Compridas, Engenho Boa Vista, Engenho Jurissaca, Engenho Ilha, Engenho Rosário, Engenho Serraria, Engenho Algodoais, Vila Dois Irmãos, Engenho Massangana, Utinga de Baixo, Utinga de Cima, Engenho Mercês, Ilha de Tatuoca, Engenho Tiriri.

Figura 45. Relação dos engenhos segundo o zoneamento do CIPS, representado por cada cor.



Fonte: Apud, PEREZ, 2016, adaptado de Planave-Projetec por Elisa Serafim, 2015

Em síntese, o panorama que se desenrolou na zona da mata sul pernambucana até aproximadamente o início da segunda metade do século XX tem como processos históricos a abolição da escravatura, a decadência dos engenhos banguês e a ascensão das usinas, caracterizando a persistência da concentração fundiária. Neste contexto, as então novas territorialidades não hegemônicas emergem simultaneamente do fenômeno de proletarização dos trabalhadores da *plantation* e da ascensão de um tipo específico e minoritário de um campesinato livre, limitado com seus espaços continuamente ameaçado pela grande propriedade (GARCIA, HEREDIA, GARCIA, 1980; MARTINS, 1981; ANDRADE, 1986).

Este cenário de desigualdade de acesso e incerteza quanto à permanência nas terras na região de Suape por estes conjuntos de grupos e indivíduos se agrava a partir da década de 1950 e 1960 como consequência da expansão da produção de

cana-de-açúcar pelas usinas, que reduziu ainda mais as antigas áreas dos engenhos, acabando definitivamente com o sistema de morada. Dado cenário impeliu aos moradores destas áreas à busca por outros trabalhos, sendo grande parte destes ofícios de natureza volante, em diferentes setores da economia, inclusive nas próprias usinas das quais foram expulsos (ANDRADE, 1986, 2009; PÉREZ, 2016). Logo, o panorama de crise para estes atores não hegemônicos, que não foi exclusivo da região da zona da mata sul pernambucana, deu origem às organizações e lutas sociais que vieram a surgir no meio rural, entre elas, a mais famosa, as Ligas Camponesas – que se sucederam primeiramente entre os grupos dos pequenos produtores, os denominados foreiros, e, posteriormente, com os restantes dos trabalhadores do campo envolvidos naquela cadeia produtiva e de exploração (GARCIA, HEREDIA, GARCIA, 1980; ANDRADE, 2009; PEREZ, 2016).

Este período de turbulência – não apenas regional, mas também nacional durante a década de 1960 – que se agrava no nordeste brasileiro em geral, relativo às condições de vida dos camponeses e abastecimento das cidades, levou ao governo no âmbito federal – por meio da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) – e estadual de Pernambuco – através da Companhia de Revenda e Colonização (CRC) – a executar planos ao longo da década para a resolução daqueles problemas que geravam tensões sociais entre latifundiários e trabalhadores do campo (ANDRADE, 1986).

Assim, o proposto pela SUDENE para a região foi um programa de migração da mão de obra rural para as regiões do sul da Bahia e noroeste do Maranhão, bem como a modernização da agroindústria da cana-de-açúcar para dessa maneira se conseguir a liberação de terras para lotes familiares com o objetivo de se produzir alimentos (ANDRADE, 1986). Dessa forma, mais especificamente para as áreas da cana de açúcar, o que se pretendia era a utilização das terras devolutas ainda existentes para a conversão delas aos pequenos produtores e suas produções de alimentos, algo que terminou por não ocorrer devido à oposição dos usineiros nordestinos ao plano (ANDRADE, 1986; PÉREZ, 2016). Entretanto, mesmo com os entraves e obstáculos impostos, tamanha pressão social por acesso à terra levou a SUDENE e a CRC a realizar algumas ações visando a organização de núcleos de

colonização. Das intervenções efetuadas, uma foi realizada na imediação de Suape – a comunidade, hoje um Quilombo, Onze Negras – e outra na própria região – a Cooperativa Tiriri (PÉREZ, 2016).

Acerca do Quilombo Onze Negras – a primeira comunidade rural da região metropolitana do Recife a se reconhecer enquanto quilombola –, localizado na cidade do Cabo de Santo Agostinho, nas terras do antigo Engenho Trapiche, conseguiu seu título da terra[71], em 1968, através da CRC que concedeu dadas terras que eram anteriormente indevidamente utilizadas pela Usina Santo Inácio (COSTA, 2011; SANTOS, 2012).

Já a Cooperativa Tiriri, criada em 1963, com apoio da SUDENE, nasceu em consequência da ocupação realizada por 33 camponeses das Ligas Camponesas em parte das terras do Engenho Tiriri (PÉREZ, 2016). À época, devido ao impasse e tensão criado em decorrência da não aplicação do Estatuto do Trabalhador Rural por parte dos latifundiários, isto é, com a não implementação do direito ao salário mínimo, salário de férias, repouso semanal remunerado, que a SUDENE interviu na situação criando a cooperativa com receio de uma suposta instalação do comunismo (DABAT, 2007). Em seu planejamento inicial, que possuiu o apoio do então presidente do Brasil, João Goulart, e do Governador de Pernambuco, Miguel Arraes, a cooperativa deveria ser organizada pelos camponeses dos engenhos locais – Tiriri, Massangana, Algodoais, Serraria e Jasmim –, assim como ser fornecedora de cana de açúcar à Usina Salgado (PÉREZ, 2016).

Ainda sobre sua primeira fase, até o ano de 1968, a organização foi bastante exitosa no que se refere à experimentação de um cuidado coletivo – quanto à parte organizacional, de tomadas de decisão, de educação e saúde dos camponeses locais integrantes (DABAT, 2007). Contudo, a cooperativa não perdurou devido (1) ao contexto de ataques da imprensa quanto a sua suposta inviabilidade econômica; (2) a ascensão da Ditadura Militar e a consequente perseguição às Ligas Camponesas; e (3) a influência direta do Padre Antônio Melo, da ala conservadora

[71] O título de terra obtido pela comunidade Onze Negras não foi enquanto comunidade quilombola, haja vista que a noção de titulação de terras quilombolas só veio a ocorrer apenas com o advento da Constituição de 1988.

católica, que a conduziu, por meio de outras pessoas, à sua desagregação[72] e ao insucesso (DABAT, 2007; PÉREZ, 2016). Por fim, como foi apontado por Solá-Pérez (2016), mais especificamente no ano de 1979, com a cooperativa já bastante debilitada, a área de 13.500 hectares, que correspondia tanto a ela, quanto aos outros 27 antigos engenhos das imediações, foi expropriada para a instalação do Complexo Portuário de Suape.

Posto isso, o processo que se seguiu para os respectivos territórios não hegemônicos – que anteriormente ali germinaram, que se desenvolveram, que se sobrepuseram a outros e que se interligavam entre si em meio a uma coexistência conflituosa ao longo da história desde a era colonial com o grande propriedade da cana de açúcar – foi do acentuamento das expropriações, dos conflitos, das violações e dos apagamentos em decorrência da expansão do empreendimento portuário e de sua tomada quase total da região de Suape. Todavia, tais atores não hegemônicos – em sua maioria, agricultores, pescadores e marisqueiros – das comunidades ali situadas seguiram, bem como ainda segue lutando, traçando e elaborando formas de reproduzir suas vidas e salvaguardar os seus agora reduzidos territórios mesmo que atualmente sejam colocados por terceiros – Estado, empresas e o latifúndio – obstáculos progressivamente maiores para o prosseguimento e conservação deles.

Em outras palavras, as respectivas comunidades da região por meio da manutenção e reelaboração de suas territorialidades – que se atualizam mediante a junção das antigas e novas atividades e relações entre si, seja com a absorção de novas tecnologias, como também ao relacionamento com o próprio meio ambiente local que se transformou fortemente com os impactos portuários – prosseguem enquanto espaços dissidentes que buscam seu auto-sustento, bem como se embebem de memórias ancestrais, afetos e vida através da persistência e continuidade dos laços comunitários, familiares e práticas de cuidado ambiental.

[72]Quanto à sua duração oficial, a Cooperativa Tiriri em si existiu até o ano de 2005, mas com sede na cidade de Paudalho, na zona da mata norte de Pernambuco, em outra região, a 64 quilômetros da antiga sede na cidade do Cabo de Santo Agostinho, com outros mandos e lógicas econômicas (PÉREZ, 2016).

4 A TERRITORIALIDADE DO COMPLEXO DE SUAPE: HOJE, AMANHÃ E DEPOIS

> “Quem vai ficar, quem vai ouvir, quem vai ver?” (Nação Zumbi)

Tendo realizado anteriormente uma apresentação acerca do processo histórico de formação dos espaços hegemônicos e não hegemônicos da região de Suape, o presente capítulo busca descrever com mais detalhes a territorialidade Complexo Portuário de Suape por meio das projeções espaciais produzidas pelo empreendimento que simultaneamente representam, articulam e estabelecem uma lógica territorial na referida área. Para tal, serão realizadas análise e exposição de mapas do território do Complexo Portuário de Suape utilizados em documentos oficiais como o “Plano de Diretor – Suape 2030”; o “Plano de Desenvolvimento e Zoneamento Portuário de Suape”; “Relatório de Sustentabilidade” dos anos de 2017, 2018 e 2019; o “Regulamento de Exploração do Porto de Suape” (2019); o mapa da “Poligonal do Porto Organizado de Suape”; e o “Novo Terminal de Contêineres”. Serão também utilizadas imagens e descrições frutos das observações e caminhadas realizadas durante o período de campo – entre os anos de 2019 e 2022.

A escolha por mapas para desvelar os modos de organização territorial se deu pelo interesse em atentar para o que está registrado, mapeado e diagramado: a asserção e legitimação daquilo que existe ou que possui relevância suficiente para ali se encontrar representado. Ou seja, mapas com seus limites, demarcações, linhas, cores e ícones expressos evidenciam configurações espaciais específicas que, por sua vez, revelam informações, intenções, práxis e relações de poder, bem como ocultam o que está territorialmente assentado em uma dada área. Em outras palavras, os zoneamentos, simultaneamente descritos nos mapas e aplicados territorialmente, servem como instrumentos geopolíticos, isto é, como exercícios de poder que se utilizam preponderantemente da espacialidade para serem aplicados (SOUZA, 2015). Em suma, os mapas possuem a capacidade de simultaneamente representar, imputar e naturalizar um mundo específico, servindo desta maneira

como instrumentos de criação, de validação, de informação e de poder (ALMEIDA, 1995; ANDERSON, 2008; POSTIGO, 2010; ALMEIDA, 2012; MESQUITA, 2013; CARDOSO, 2014; SILVA, FIALHO, 2017).

Dessa maneira, os mapas menos do que serem meros instrumentos inocentes que retratam através de suas projeções, representações e distorções um específico território em um "papel", são, antes de tudo, forjadores e caracterizadores de mundos e de retalhos das realidades que existem (HARAWAY, 2005; POSTIGO, 2010; ALMEIDA, 2012; MESQUITA, 2013) – embora, em alguns casos, possam ser intencionalmente falsos. Assim sendo, as cartografias regularmente produzidas e reproduzidas por indivíduos, instituições, especialistas e pelo próprio Estado, refletem os valores, práxis e visões destes agentes no que se refere ao que defendem e compreendem quanto ao que seja aquele território específico, bem como ao que rege, isto é, em relação aos tipos de coisas que existem ou que podem existir. Logo, a performance dos mapas, por assim dizer, tem por capacidade refletir e evidenciar gramáticas e relações de poder específicas, ou pelo menos parte delas.

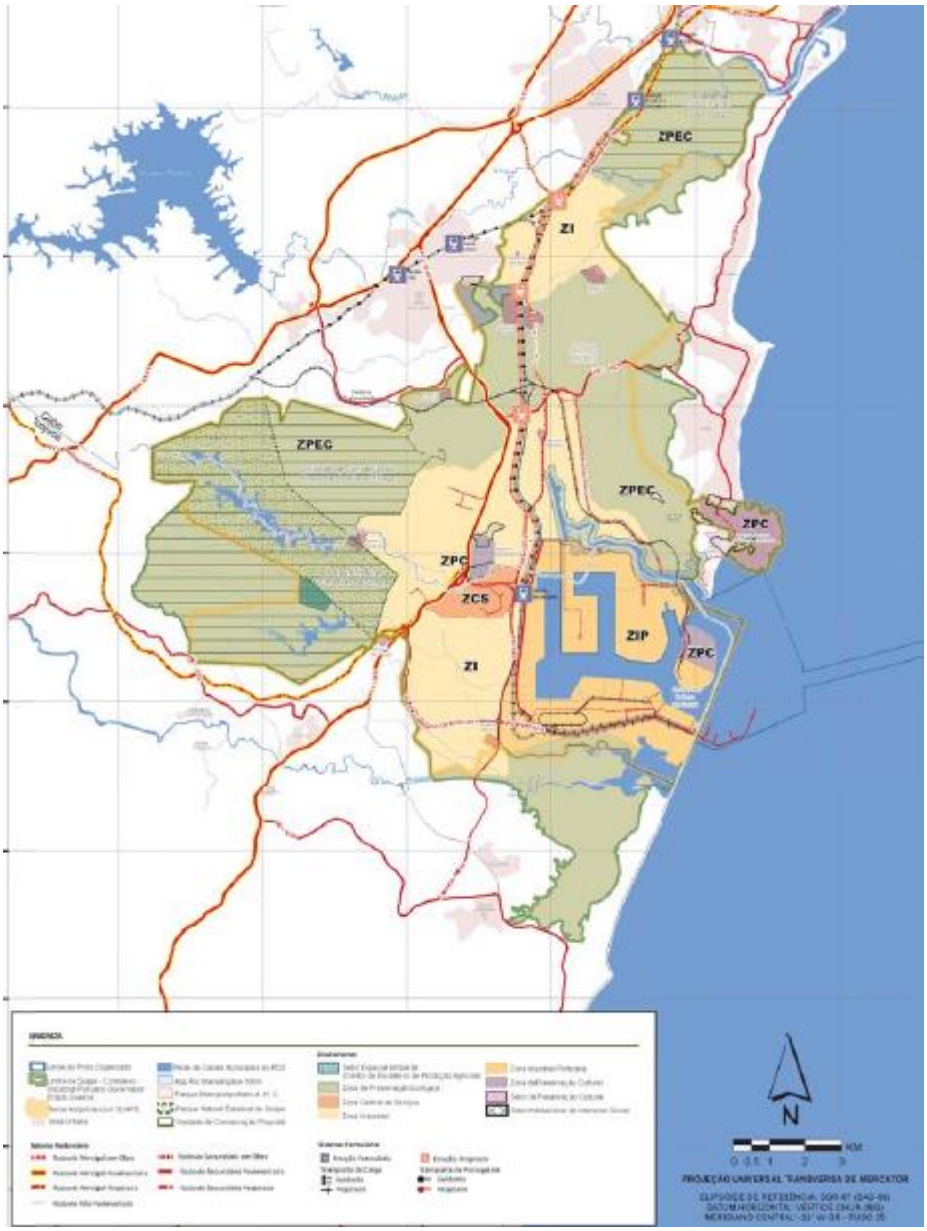
***

As projeções espaciais do território hegemônico do Complexo Portuário de Suape aqui analisadas se baseiam no Plano Diretor – Suape 2030[73], este oficialmente aprovado em 2011, através do Decreto nº 37.160. Nele, o território total de 13.500 ha. é ordenado em cinco zonas: (1) Zona Industrial Portuária (ZIP), com 2.550,68 ha. (19%); (2) Zona Industrial (ZI), com 3.811,59 ha. (28%); (3) Zona Central de Serviços (ZCS), com 304,17 ha. (2%); (4) Zona de Preservação Ecológica (ZPEC), com 6.475,74 ha. (48%); (5) Zona de Preservação Cultural (ZPC), com 365,57 ha. (3%) (RELATO INTEGRADO, 2020[74]). Além dessas citadas, também há outras áreas demarcadas no interior dessas zonas denominadas como Setor

[73] Em 20/12/2022, através do Decreto nº 54.185, foi aprovado o atual "Novo Plano Diretor de Suape – 2035", substituindo assim o agora anterior "Plano Diretor – Suape 2030". Entretanto, até a finalização desse trabalho, o vigente Plano Diretor não havia sido lançado.
[74] Relatório de Sustentabilidade. Disponível em: <https://www.suape.pe.gov.br/pt/transparencia/governanca-corporativa/relatorio-de-sustentabilidade>. Acesso em 1 de fev. de 2022.

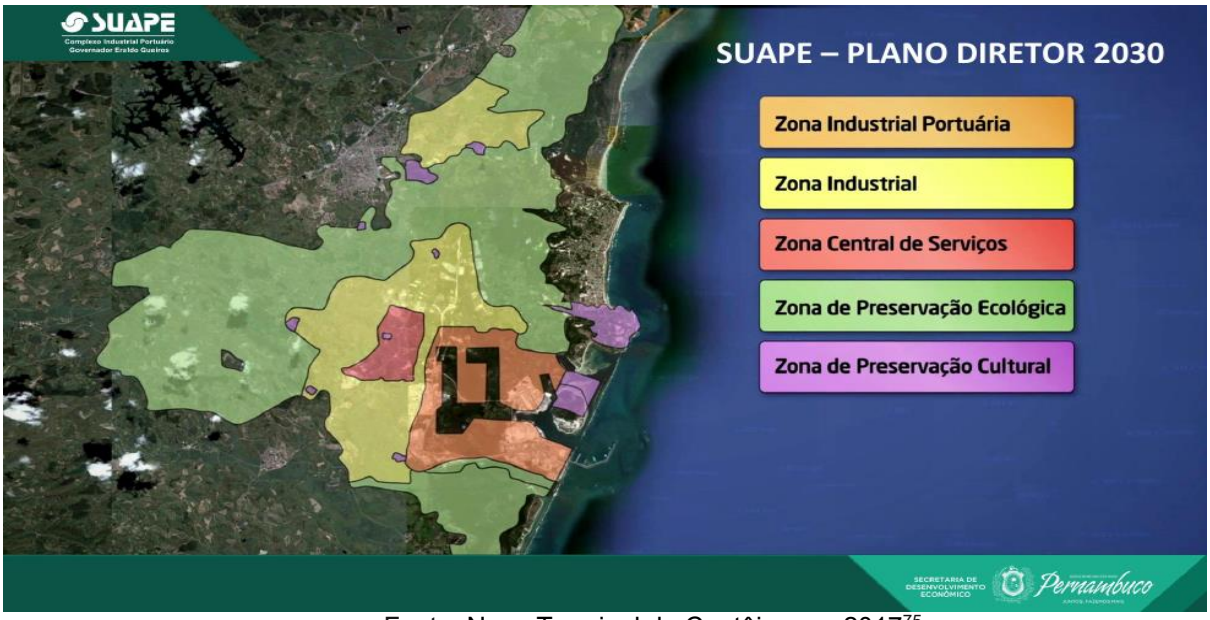
Especial Ambiental (SEA); Setor de Preservação Cultural (SPC); e Setor Especial de Habitação de Interesse Social (SEHIS).

Figura 46. Mapa Oficial do Complexo Portuário de Suape



Fonte: NOVO PLANO DIRETOR, 2011, p. 205

Figura 47. Zoneamentos do CIPS. Fonte: Apresentação sobre o novo Tecon



Fonte: Novo Terminal de Contêineres, 2017[75]

No tocante ao fato dos mapas nunca retratarem por certo o "real", representando sempre aquilo que está na visão de quem a elaborou (BATESON, 1972), sobre as duas cartografias apresentadas anteriormente – as supostamente inocentes figuras 46 e 47 –, é interessante observar nelas como o zoneamento total do Complexo de Suape é, ao mesmo tempo, semelhantemente e diferentemente representado. Ou seja, enquanto a figura 46, que advém do vigente Plano Diretor, estabelece os limites entre as zonas instaladas de maneira mais rígida e exata, com mais informações sobre os limites e especificações do território zoneado, a figura 47, que se encontra no documento de apresentação do Novo Terminal de Containers, possui menos informações, com a delimitação dos zoneamentos se expressando de maneira menos rígida, com cores e um *design* mais atrativo e chamativo, vide estar integrado a um documento que visa à exposição de um novo projeto de um terminal de contêineres para o Porto de Suape. A intencionalidade, portanto, sempre alterando os corolários.

Partindo então para a apresentação das funções de cada zoneamento, a ZIP diz respeito ao espaço terrestre e marítimo das operações voltadas para o porto em

[75] Novo Terminal de Contêineres. Disponível em: <https://www.suape.pe.gov.br/pt/porto/novo-terminal-de-conteineres?highlight=WyJ0ZWNvbiIsMiwiMidzIiwidGVjb24gMiJd>. Acesso em: 27 de nov de 2021.

si, delimitado e definido como “Porto Organizado” por decreto federal. Ademais, nessa mesma área também estão abrigados os empreendimentos industriais de alta dependência e de conexão direta com os terminais portuários. À vista disso, os usos e atividades permitidos são os que envolvem operações nos terminais portuários, nas instalações de armazenamento e na movimentação de cargas, realizadas nos pátios de contêineres e nos terminais de granéis líquidos e sólidos.

Figura 48. Foto aérea de parte do Porto Organizado

Fonte: Novo Terminal de Contêineres. jun. 2017 [76]

A ZI se refere à área reservada aos empreendimentos de produção industrial, principalmente aos que possuem maiores correlações com a estrutura portuária quanto ao fluxo de entrada ou saída de insumos e produtos, porém sem uma dependência absoluta de proximidade do cais.

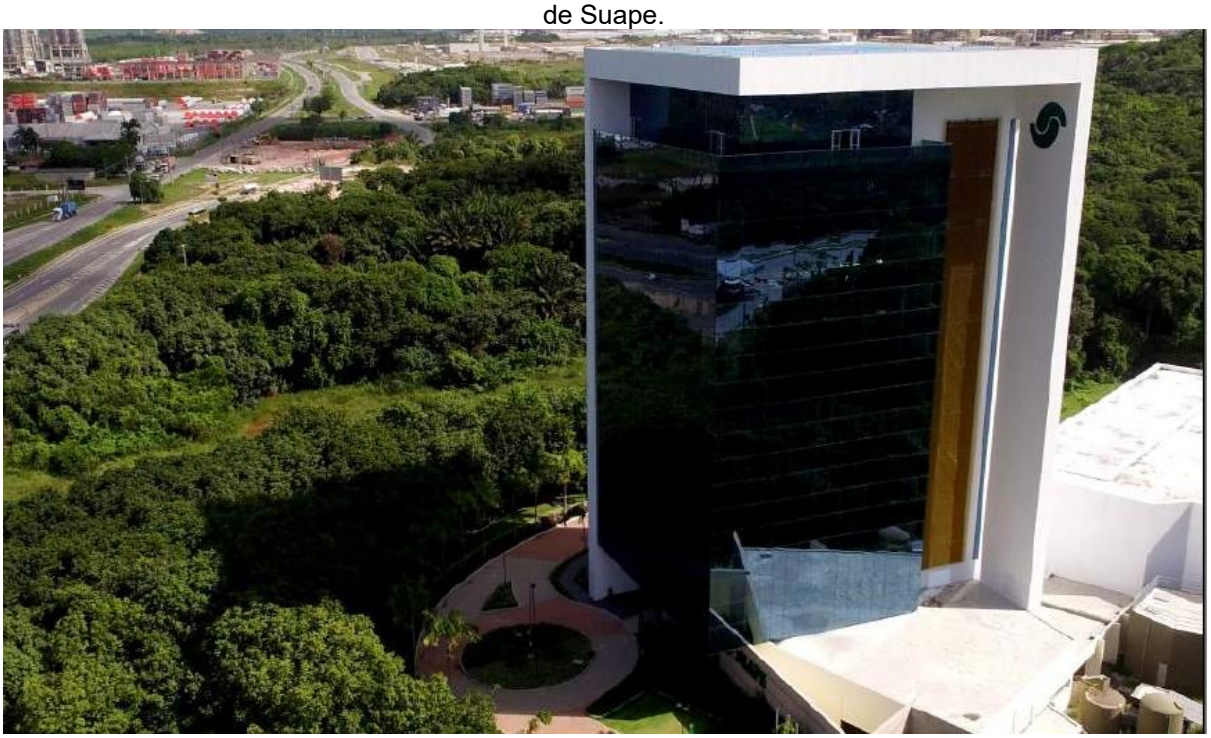
[76]. Disponível em: <https://www.suape.pe.gov.br/images/porto/novo-tecon2/Apresentacao_Tecon-2-Junho2017.pdf>. Acesso em: 1 de fev. de 2022.

Figura 49. Foto aérea da Refinaria Abreu e Lima, localizada em uma parcela do espaço da ZI

Fonte: Brasil de Fato, 3 mai 2019.

A ZCS é um polo destinado à prestação de serviços, um espaço destinado a atividades variadas, tendo como principal função o suporte para o abastecimento e provisão de serviços diversos aos demais conjuntos de negócios instalados no CIPS. Atualmente, o presente zoneamento não se encontra densamente ocupado.

Figura 50. Imagem de parte da ZCS, possuindo como principal ponto o Centro Administrativo de Suape.



Fonte: Relatório de Sustentabilidade, 2017

As ZPEC são áreas que cercam as zonas de produção do Complexo, sendo caracterizada e justificada como um espaço de "*estoque para compensações ambientais*" (p. 43). Ainda de acordo com o Plano Diretor – Suape 2030 (2011, p. 43), esta zona possui "*diversas características ambientais, que não é marcado pelo predomínio de vegetação nativa, mas guarda expressivas parcelas de matas e mangues*", sendo vedado o uso residencial no referido espaço ou a instalação de atividades produtivas (NOVO PLANO DIRETOR, 2011).

Figura 51. Imagem aérea de parte da ZPEC.

Fonte: Relatório de Sustentabilidade, 2019

O ZPC abrange duas áreas distintas: o Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti[77] e parte da Ilha de Cocaia[78]. De acordo com o Plano Diretor (2011, p. 43), a área diz respeito a *"um espaço destinado à preservação histórica, cultural e ambiental"* (NOVO PLANO DIRETOR, 2011).

[77] Localizado no Cabo de Santo Agostinho e tombado pelo Estado de Pernambuco, o Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti é um Sítio Histórico constituído por construções como a Igreja de Nossa Senhora de Nazaré, as ruínas do Convento Carmelita, o Forte Castelo do Mar, ruínas da antiga Casa do Faroleiro, o Forte de São Francisco Xavier de Gaibu, ruínas da capela velha e do casario que forma a Vila de Nazaré.

[78] A Ilha de Cocaia, localizada dentro do Porto Organizado, é uma porção de terra próxima à costa, composta por ambiente de mangue e restinga. Sendo um dos primeiros locais a sofrerem intervenções por parte do empreendimento, anteriormente era formada uma faixa de terra contínua, convertendo-se posteriormente, através da dragagem de seu istmo no final da década de 1970 (PDZ, 2020), em uma ilha. De acordo com o atual Plano Diretor (2011), hoje a área se divide entre dois zoneamentos: a ZIP, referente ao Porto Organizado, e a ZPC.

Figura 52. Imagem de parte do Parque Armando Holanda, localizado na ZPC.

Fonte: Arnaldo Carvalho/JC Imagem, 2015

Figura 53. Imagem aérea da Ilha de Cocaia.

Fonte: Oyama Bastos, 2022

Acerca dos setores internos aos zoneamentos, o SEA compreende uma área especial inserida na ZPEC, no qual foi objetivada a instalação de um Centro de Excelência de Produção Sustentável com o propósito de produção agrícola para fins

de pesquisa e treinamento. O SPC são espaços demarcados onde estão registrados sítios de natureza arquitetônica e arqueológica. Nele, as atividades permitidas são apenas para fins de pesquisa, divulgação e turismo. Devido a sua singularidade histórico-cultural, o setor possui diferentes especificidades quanto às regras de uso e ocupação do solo. Estes locais compreendem localidades historicamente reconhecidas como os Engenhos Massangana, Boa Vista, Jurissaca, Rosário, Algodoais, Tabatinga, Penderama e Mercês. Já o SEHIS se refere aos espaços destinados aos assentamentos habitacionais (NOVO PLANO DIRETOR, 2011).

Prosseguindo dessa maneira para a análise das projeções espaciais hegemônicas do referido território, convém então destrinchá-lo, indicando suas peculiaridades. Dito isso, aponto primeiramente para existência de uma incoerência temporal quanto ao que está representado no “papel” em relação ao que está assentado no território em si. Nesse sentido, o que afirmo diz respeito à representação dos zoneamentos na cartografia oficial que se faz expressa enquanto localizadas em um mesmo presente histórico, quando, a valer, se tratam de junções de territórios desconectados temporalmente, isto é, situados em diferentes espaços-tempo.

Dessa maneira, quanto ao dito espaço desconexo com relação aos demais, me refiro mais especificamente à projeção do território da ZIP, presente no Plano Diretor – Suape 2030 (2011), que, diferentemente das outras zonas, não corresponde predominantemente, em termos perceptíveis e materiais, ao que está no momento presente manifestado territorialmente. Ou seja, enquanto que o mapa da ZIP projeta uma organização territorial mediante linhas geométricas e de maneira integralizada, refletindo uma geografia em perfeito alinhamento e concordância ao porto, por outro lado, o seu território encontra-se atualmente composto e habitado não apenas por infraestruturas portuárias, empresas e agentes do Complexo Portuário, mas igualmente por ambientes e entes nativos, humanos e não humanos, que são, por sua vez, propositalmente apagados do registro.

O apagamento e a alteração promovida pelo mapa oficial revelam, portanto, intenções políticas que não consideram a presença, muito menos as condições daquelas existências, haja vista que tê-las em conta significaria a necessidade de

uma mudança considerável no que é ambicionado, ou mesmo a impossibilidade da continuação da construção do almejado território da maneira como é pretendido. Assim sendo, ocorrendo por meio de um processo retroalimentativo que o apagamento fomentado pelo mapa legitima e reforça a continuidade das intervenções que vêm sendo territorialmente realizadas para deste modo se alcançar o que está representado. Da mesma forma, estas vigentes transformações espaciais também ajudam a aproximar o território do que está projetado.

No mais, sincronicamente a este mesmo processo criação, mapeamento, planejamento e modelação espacial, um conjunto de regras é imposto de modo a gerir o zoneamento de acordo com seus objetivos específicos, restringindo desse modo o território a princípios que não condiz ao nível atual de desenvolvimento em que se encontra. Ou seja, uma série de sujeições é imposta sobre os entes não hegemônicos – através dos decorrentes ordenamentos, intervenções e controles produzidos – que, por sua vez, reforçam e resultam nos seus respectivos apagamentos e arruinamentos.

Figura 54. Mapa da ZIP com aproximação realizada pelo próprio autor

Fonte: NOVO PLANO DIRETOR, 2011, p. 205

No mapa acima da ZIP, utilizado em documentos oficiais e que configura a área do Porto Organizado, é possível visualizar como o referido zoneamento específico está projetado e como é constituído por limites internos precisos, rígidos e

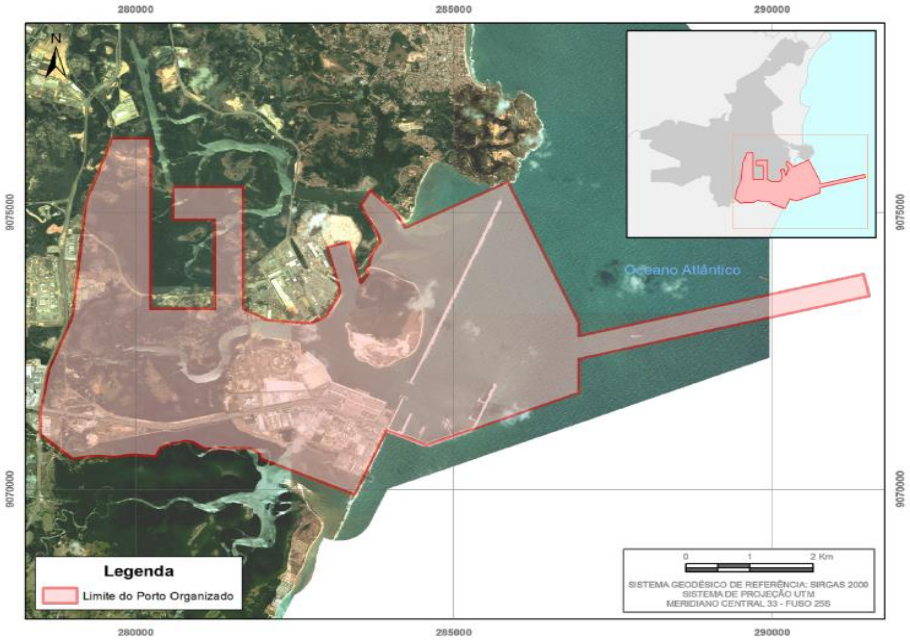
divisas retas que se prolongam para o além-mar. Nele, ainda se é possível observar a existência de grandes dutovias que adentram no interior do continente. Uma lógica e organização territorial que se realiza simultaneamente em ambiente terrestre e marinho.

Figura 55. Imagem de Satélite da ZIP do ano de 2022.

Fonte: Google Earth, 2022

No entanto, para fins de comparação, nesta outra imagem atual da ZIP, agora de satélite, percebe-se que o presente território do Porto Organizado se apresenta de maneira distinta.

Figura 56. Mapa dos limites do Porto Organizado.



Fonte: Regulamento de Exploração do Porto de Suape, 2021

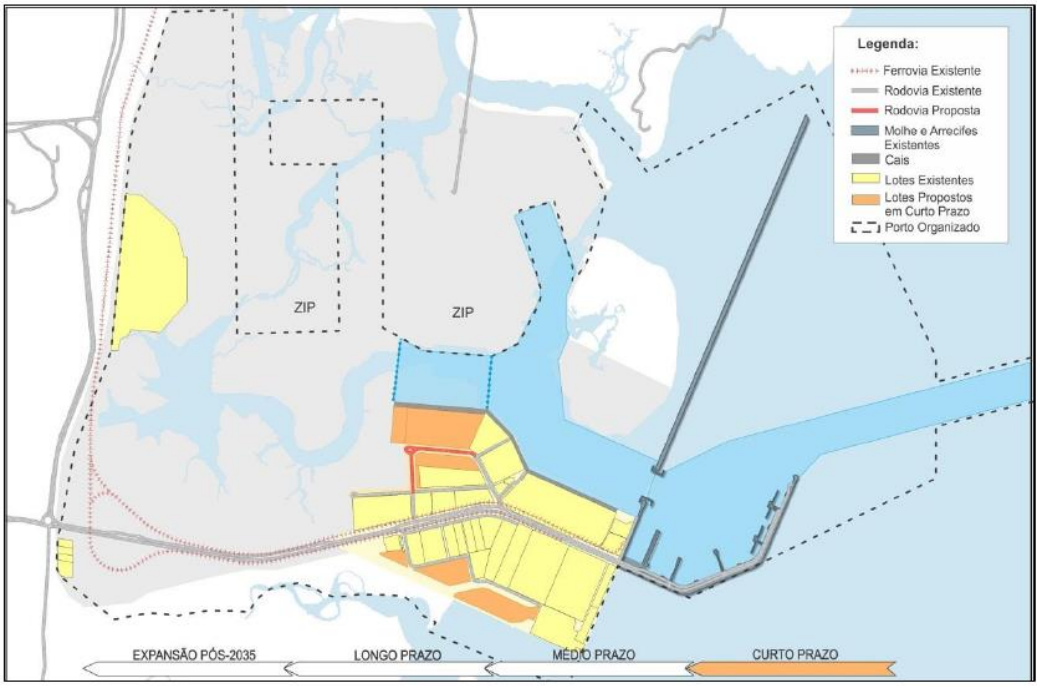
Já na figura acima, na qual se utiliza da sobreposição da imagem da área do Porto Organizado sobre a imagem de satélite da região que corresponde à ZIP, é perceptível notar como aquele território em específico não corresponde ao que é costumeiramente apresentado nos mapas dos documentos públicos. Mas qual a justificativa para tal fato? Arrisco-me a dizer que a razão desta representação oficial se dá devido a uma espécie de teleologia presente no Plano Diretor (2011) que assume o referido espaço exclusivamente para uma única direção e finalidade, isto é, reconhecido e direcionado unicamente às lógicas e atividades voltadas ao Complexo Portuário. Assim, tomado então dessa maneira que toda área do empreendimento é encarada em termos de crescimento, isto é, considerada e planejada através de três cenários: (1) Expansão em Curto Prazo – 2009 - 2011; (2) Expansão em Médio Prazo – 2012 - 2015; e (3) Expansão em Longo Prazo – 2016 - 2030 (NOVO PLANO DIRETOR, 2011).

(1) O primeiro cenário visualizado, dos anos de 2009 a 2011, correspondeu ao próprio período de criação do Plano Diretor, com a subsidiação das tomadas de decisões que perscrutaram a situação da ZIP, com os até então novos

empreendimentos, e efetuaram uma nova delimitação do Porto Organizado. (2) O segundo momento, do período de 2012 a 2015, se referiu ao dimensionamento dos volumes de cargas movimentados e dos espaços demandado as operações portuárias; e (3), por último, entre os anos de 2016 e 2030, está o cenário correspondente ao tempo presente, que concerne à última expansão do porto, com o aumento da extensão da área de contêineres; o erguimento de terminais ferroviário multiuso, automotivo e de açúcar; a construção de espaços portuários multiuso; a implantação de Granéis de Resíduos Sólidos na Ilha de Cocaia; e a construção de acessos marítimos e terrestres (NOVO PLANO DIRETOR, 2011). Dessa forma, em face ao exposto, o que se encontra atualmente no espaço referente à ZIP se trata de um território hegemônico ambicionado ainda não consolidado, ou em estado de consolidação, diferentemente do que está representado nos mapas oficiais no qual se retrata uma área já estabelecida e que está no porvir, em outro espaço-tempo.

Posto isto, outros registros oficiais, como o Plano de Zoneamento Portuário (2015-2035) – um instrumento de planejamento a nível operacional, no qual a responsabilidade para a sua elaboração e desenvolvimento repousa na própria Administração Portuária –, detalham mais a fundo como será ao que tudo indica o processo de desfecho territorial da ZIP em um futuro um pouco mais distante. De acordo com o documento citado em questão, é designado como curto prazo o período até o ano de 2020. Nele, se planejou a sucessão de poucas mudanças espaciais na área do Porto Organizado, com adição de alguns novos terminais de contêineres (PDZ, 2020).

Figura 57. A ZIP no planejamento de curto prazo da CIPS.



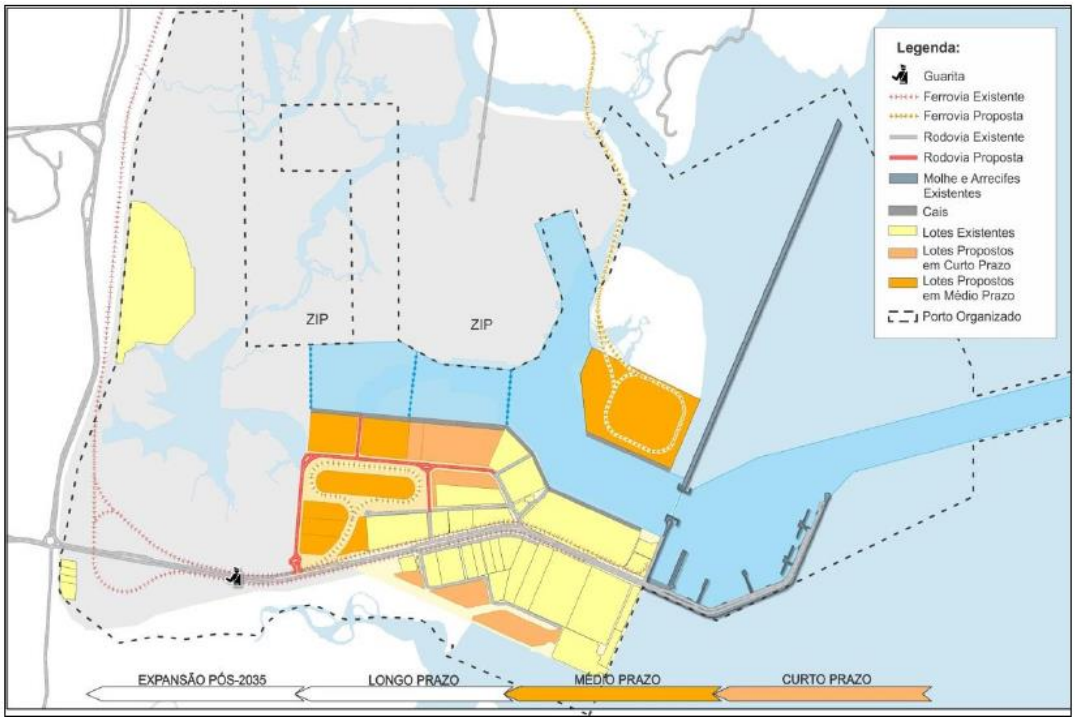
Fonte: Plano de Zoneamento Portuário. PDZ 2015-2035, 2020

Para o que é considerado como médio prazo no documento, entre os anos de 2020 a 2030, é planejado e aguardado que seja o período de maior expansão e transformação da zona portuária, com a implantação da grande parte dos terminais desejados, bem como a inauguração e a reativação das vias férreas. Do ponto de vista do Complexo de Suape, a urgência para esta expansão se dá em grande parte devido ao aumento da demanda por granéis sólidos minerais, o que gera consequentemente a necessidade de erguimento de um novo terminal especializado. Este, por sua vez, está planejado para se localizar na Ilha de Cocaia. Tais exigências coincidem com a previsão da finalização da construção e chegada da Transnordestina[79]. Além disso, o avolumamento territorial intencionado e a consequente transformação espacial neste curto espaço de tempo é também

[79] A ferrovia Transnordestina é atualmente a maior obra linear em execução no Brasil. Possuindo 1.753 km de extensão em linha principal, a ferrovia atravessa por 81 municípios, iniciando no estado do Piauí, em direção aos portos do Pecém, no Ceará, e Suape, em Pernambuco. TLSA. Disponível em: <https://www.csn.com.br/quem-somos/grupo-csn/tlsa/#>. Acesso em: 28 de jan. de 2022.

justificado pela capacidade de promover as ditas condições essenciais que possam atender às expectativas dos horizontes almejados no longo prazo (PDZ, 2020).

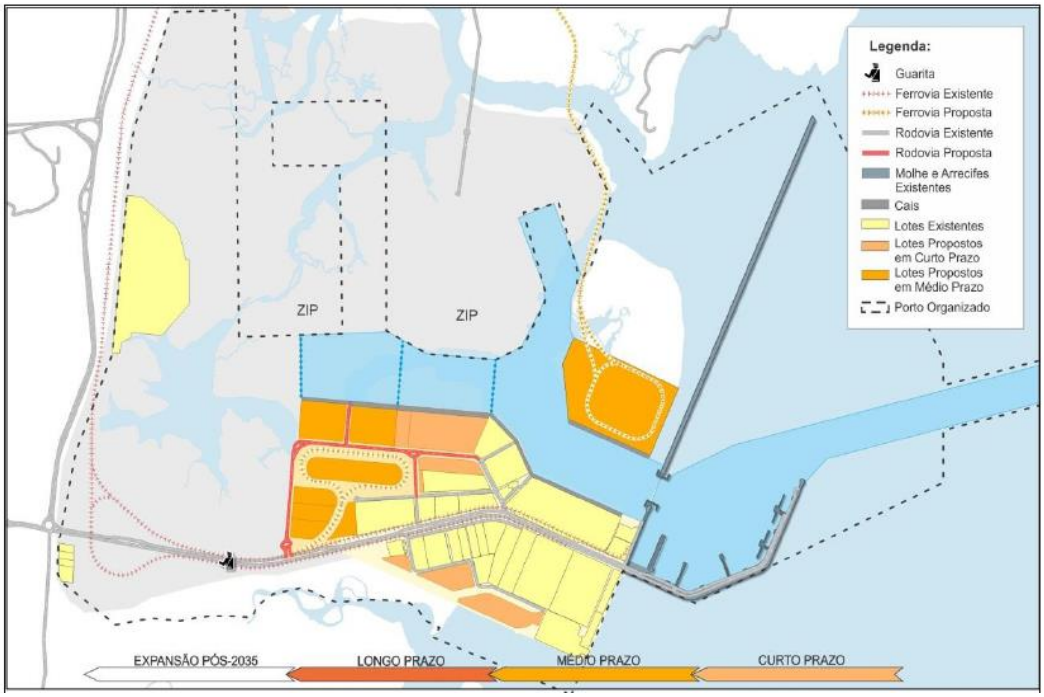
Figura 58. A ZIP no planejamento de médio prazo da CIPS



Fonte: Plano de Zoneamento Portuário. PDZ 2015-2035, 2020

O decurso correspondente ao longo prazo, entre os anos de 2030 e 2035, se refere à consolidação das operações portuárias das novas infraestruturas então implementadas no período anterior – médio prazo (PDZ, 2020).

Figura 59. A ZIP no planejamento de longo prazo da CIPS.

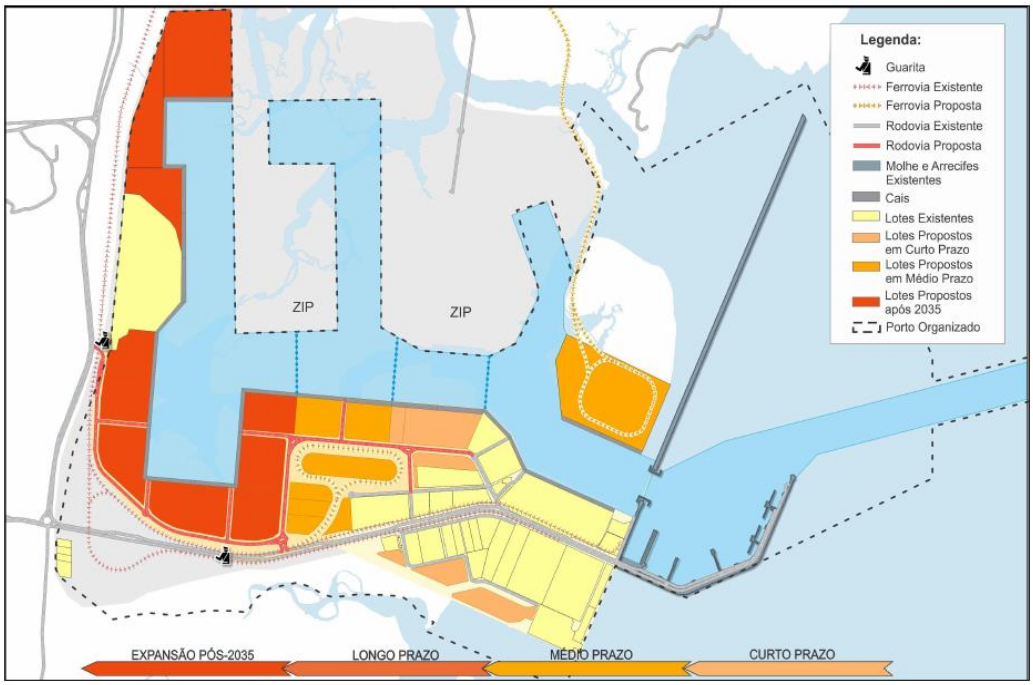


Fonte: Plano de Zoneamento Portuário. PDZ 2015-2035, 2020

Após o ano de 2035, é pretendido realizar a ocupação total da área concebida como o Porto Organizado, com a expansão do designado canal principal e construção de novas instalações para o estabelecimento de novos canais privados à beira de cais, de lotes e empresas ao redor do porto (PDZ, 2020). Ainda sobre a expansão pós-2035, de acordo com o mesmo documento:

> *Essa nova delimitação também facilita a implantação de indústrias e empresas ao entorno do porto, devido à presença de* ***uma gama de terrenos disponíveis*** *próximos a futuros terminais com cais, tornando o conceito porto-indústria ainda mais forte. [...] As justificativas e proposições de expansão portuária tiveram como objetivo propor a integração de todo o território estratégico portuário com o zoneamento ao entorno.* (PDZ, 2020, p 182, 183, grifo do autor).

Figura 60. A ZIP no planejamento da CIPS após o ano de 2035.



Fonte: Plano de Zoneamento Portuário. PDZ 2015-2035, 2020)

Em síntese, esta particular representação e estruturação espacial e temporal inscrita no mapa oficial do Complexo de Suape, que assim se desdobra e legitima práticas e ações no território, revela o poder intrínseco das cartografias no sentido destas trazerem à tona o que deve e tem o direito de existir em uma dada área, bem como revela os desejos e intenções do empreendimento e do Estado quanto àquele espaço. Entretanto, como já dito anteriormente por Bateson (1972) e complementado por Mauro Almeida (2012), um mapa nunca será o "território real", ou a "verdade do chão". Nesse sentido, o conjunto apresentado na cartografia oficial e hegemônica da região de Suape – que, como apresentado, se faz constituído por zoneamentos situados distintos espaços-tempos – indica menos um estado factual de coisas, e mais uma asserção normativa e disputa acerca do que se existe, do que deve existir ou o que tem valor para tal.

Tais incoerências presente no mapa podem ser ainda melhor verificadas por observações *in loco*, bem como através das cartografias dissidentes, não hegemônicas, como, por exemplo, as realizadas pela comunidade Quilombola de

Ilha de Mercês para seu Cadastro Ambiental Rural (CAR)[80]. Nestas projeções espaciais para o documento em questão, para além da busca por maior segurança jurídica e, em alguma medida, busca por certa garantia de preservação daquela área, de acordo com a legislação vigente, o Quilombo também buscou apresentar o que foi perdido, o que se é reivindicado e o que ainda permanece enraizado no espaço ocupado pelo ZIP.

Figura 61. Fotografia das áreas reivindicadas pelo Quilombo Ilha de Mercês

Fonte: Imagem cedida pela AQIM. Cartografia realizada pelo Quilombo Ilha de Mercês

No mapa acima, estão as áreas reivindicadas pelo Quilombo, que se localizam, de acordo com o zoneamento do empreendimento portuário, na ZIP, na ZPC e na ZI. Mais especificamente acerca destes territórios em questão, os

[80] Criado a partir da Lei Federal nº 12.64/12 e seu Decreto nº7.830/12, que dispõe acerca da Proteção da Vegetação Nativa, o Cadastro Ambiental Rural (CAR) é um registro público eletrônico nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, que tem por finalidade integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo, dessa maneira, uma base de dados para o controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico, bem como o combate ao desmatamento. Tal registro é um importante instrumento para a compreensão da realidade rural ambiental do país, possibilitando uma maior eficiência na gestão dos passivos e ativos ambientais existentes.

localizados na Zona Industrial diziam respeito, em sua maioria, aos sítios antes então existentes, aos espaços residenciais, enquanto que as situadas na Zona Industrial Portuária e Zona de Proteção Ecológica se referem às áreas de sociabilidade, de compartilhamento – não apenas entre si, mas também com as outras comunidades que ali viviam – e atuação enquanto sujeitos que vivem e se relacionam com os mangues, rios e mares da região.

Figura 62. Fotografia das áreas atualmente ocupadas pelo Quilombo Ilha de Mercês.

Fonte: Imagem cedida pela AQIM. Cartografia realizada pelo Quilombo Ilha de Mercês

Já na figura acima, está outra imagem produzida pela Comunidade de Mercês referente ao espaço que atualmente a comunidade ocupa. Área que espacialmente corresponde à ZIP e a uma porção da ZI.

Ademais, para fins ilustrativos, a seguir estão fotografias do território quilombola – realizadas durante meu campo entre os anos de 2020 e 2022 –, situado na ZIP e que é simultaneamente apagado do mapa oficial e cobiçado para futuramente ser destruído e dragado para assim se tornar uma dutovia que servirá a completa expansão do Porto Organizado.

Figura 63. Imagem do campo do Poeirinha ao fundo. Um dos espaços de sociabilidades do Quilombo Ilha de Mercês.

Foto: próprio autor, 2022

Figura 64. Imagem de uma roça familiar do Quilombo Ilha de Mercês.

Foto: próprio autor, 2021

Figura 65. Parte da estrutura da Sede em construção da Associação Quilombola Ilha de Mercês - AQIM. 2020.

Fonte: próprio autor, 2022

Figura 66. Horta comunitária do Quilombo Ilha de Mercês.

Foto: próprio autor, 2022.

***

Isto posto, percebe-se novamente como o mapa oficial está fundado em discursos e interesses que, por sua vez, se refletem nas práticas que negligenciam e descartam a existência dos diferentes entes, humanos e não humanos, que ali estão presentemente situados. Ainda sobre o caso específico da ZIP, o que se tem, por meio da representação expressa na cartografia hegemônica, são o desejo e anseio pela ascensão de um ambiente que possibilite a extração, até o seu limite, de sua capacidade de "vocação" enquanto um porto-indústria. Tal pretensão se evidencia mediante o esforço por efetivar a conversão total da área para os objetivos finais ambicionados de completa expansão do porto, que se fazem por meio das dragagens, aterramentos, expropriações, vigilâncias do território e ocupações industriais.

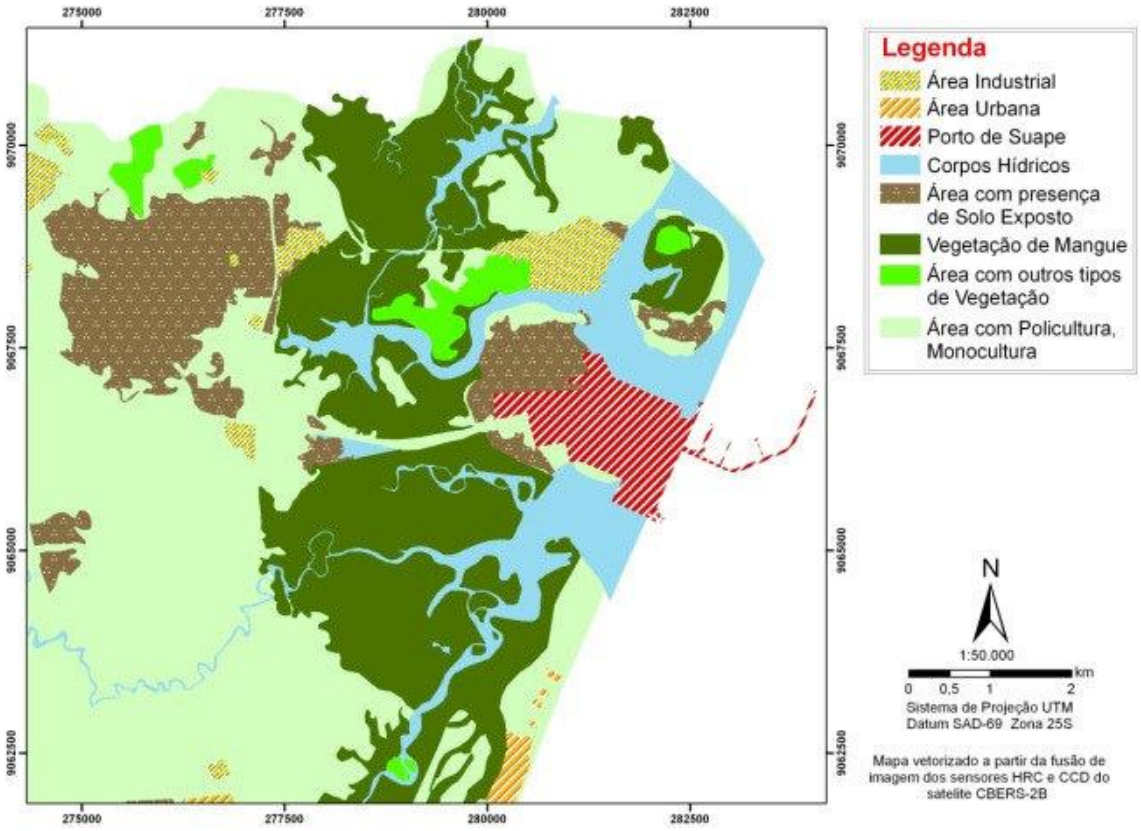
Dessa maneira, para sua realização integral, ainda que situada no porvir, o critério de importância quanto ao que deve ser ponderado no território se guia por meio de parâmetros que se baseiam na obtenção e promoção de um certo tipo de desenvolvimento econômico regional, isto é, por aquilo que é normalmente atribuído e autoproclamado pelo Complexo Portuário e Governo do Estado: a atração de novas empresas e indústrias à localidade, bem como a suposta geração de empregos[81][82] e renda (NOVO PLANO DIRETOR, 2011). Logo, não possuir, por assim dizer, as prerrogativas para essa determinada espécie de desenvolvimento é ser encarado pela indiferença e assumido enquanto um elemento de menor importância e peso. Postura danosa, que foi e continua a ser duramente afligido aos diversos entes ali localizados (rios, lagos, mangues, comunidades nativas) que não se encaixam na lógica e horizonte desenvolvimentista, o que, consequentemente, culmina na moldação, apagamento e, ou descarte destes.

Destarte, para além das consequências sociais e ambientais imediatas que o zoneamento da ZIP gerou e ainda permanece a causar (SILVEIRA, 2010; PEREZ,

[81] Porto de Suape volta a bater recorde de movimentação de cargas. 23/01/2020. Disponível em <https://www.suape.pe.gov.br/pt/noticias/1308-porto-de-suape-volta-a-bater-recorde-de-movimentacao-de-cargas?highlight=WyJlbXByZWdvcyJd>. Acesso em: 1 de fev. de 2022.
[82] Porto de Suape chega aos 42 anos com recorde histórico de movimentação. 06/11/2020 Disponível em: <https://www.suape.pe.gov.br/pt/noticias/1409-porto-de-suape-chega-aos-42-anos-com-recorde-historico-de-movimentacao?highlight=WyJlbXByZWdvcyJd>. Acesso em: 1 de fev. de 2022.

2016; SILVA, 2020), um etnocídio[83] e um imenso ecocídio[84] está em curso, haja vista que, como apresentado nos mapas e imagens de satélite anteriores, a completa expansão do Porto Organizado, se verdadeiramente efetuada – ou seja, após o ano de 2035 – terá como resultado a desterritorialização e descaracterização integral da comunidade quilombola de Ilha de Mercês, localizada no zoneamento em questão, bem como a destruição completa do rio Tatuoca e de toda uma grande área nativa de mangue.

Figura 67. Mapa de Uso e Ocupação do Solo do entorno do Porto de Suape



Fonte: SILVA, MELO, GALVÍNCIO, 2011

[83] Etnocídio é aqui compreendido como um processo realizado por um grupo, órgão ou Estado cujo objetivo é a destruição sistemática de todo um modo de vida específico de uma dada comunidade – o que está incluído técnicas de subsistência, relações de produção, sistema de parentesco, organização política, costumes e tradições (CLASTRES, 2004).

[84] Ecocídio entendido como danos e destruição em massa de ecossistemas (STOP ECOCIDE INTERNACIONAL, 2022).

Pelo mapa acima, que dentre outras coisas apresenta a área de vegetação predominante daquele ambiente e o rio Tatuoca mais ao centro desembocando no Porto de Suape, é possível ter melhor noção, se comparar a imagem com a cartografia oficial, na figura 46 e 54, da dimensão do impacto ambiental que existirá com a finalização completa da ampliação do cais, com a construção e expansão de dutovias. Em suma, sua realização total implicará na destruição completa do rio e de grande parte do ecossistema nativo de mangue. Um completo desastre ecológico e social.

***

Dada magnitude das configurações implementadas, bem como das projeções espaciais ambicionadas esbarram e contradizem o próprio discurso ambiental da empresa no que diz respeito a:

> ***Estar consciente dos impactos sociais dos nossos serviços, protegendo o meio ambiente*** *e a base de recursos naturais no desenvolvimento econômico e social do Complexo.* (RELATO INTEGRADO, 2020, p. 5, grifo do autor).

Da mesma maneira, os supostos anúncios e estabelecimento de “zonas de preservação ecológica” – isto é, de áreas voltadas à preservação ambiental, reservadas à “natureza”, como meios e medidas compensatórias (NOVO PLANO DIRETOR, 2011, p. 133) –, assim exaltadas e propagandeadas pelo empreendimento por corresponder a aproximadamente metade do território do Complexo Portuário (RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE[85], 2017, 2018, 2019; RELATO INTEGRADO, 2020[86]), se mostram, se analisados a fundo, no mínimo, problemáticas, tendo em vista que a presumida proteção ambiental se fundamenta no documento oficial de forma vaga e é posta em prática de maneira contestável

[85] Relatório de Sustentabilidade. Disponível em: <https://www.suape.pe.gov.br/pt/transparencia/governanca-corporativa/relatorio-de-sustentabilidade>. Acesso em 1 de fev de 2022.

[86]Relatório de Sustentabilidade. Disponível em: <https://www.suape.pe.gov.br/pt/transparencia/governanca-corporativa/relatorio-de-sustentabilidade>. Acesso em 1 de fev de 2022.

quanto ao fato acerca do que se visa proteger, o porquê, de que maneira e em proveito de quem.

> *Zona de Preservação Ecológica (ZPEC): Circunda as zonas produtivas e, desde sua origem,* ***a ZPEC caracteriza-se eminentemente como área de estoque para compensações ambientais****. Constitui um território com diversas características ambientais, que não é marcado pelo predomínio de vegetação nativa, mas guarda expressivas parcelas de matas e mangues. Deve ser tratada progressivamente por meio de programas de recomposição, conforme o Plano de Restauração Florestal e Termo de Compromisso nº. 039/2010 firmado entre a CPRH e a Empresa SUAPE. Não se admite qualquer forma de parcelamento, urbano ou rural, e não se permitirá a construção de novas edificações, excetuando-se apenas edificações para equipamentos e instalações de pesquisa, educação ou difusão da temática ambiental, ou ainda de suporte à sua própria proteção, como instalações e edificações para segurança e monitoramento. A análise e aprovação de tais equipamentos estarão sujeitas ao licenciamento da CPRH, com base em projeto apresentado pela instituição proponente, com anuência da Empresa SUAPE.* ***Em princípio, não admite o uso residencial ou instalação de atividades produtivas*** *– da mesma forma como determinado no zoneamento original de Suape, ainda vigente.* (NOVO PLANO DIRETOR, 2011, p. 43, grifo do autor).

Como pode ser visto acima, o discurso ambiental do Complexo Portuário, constituído preponderantemente de justificativas de compensabilidade ambiental, haja vista as abundantes e contínuas intervenções ambientais realizadas nas demais zonas, revela uma certa categoria de mundo, de ideias e de objetivos ambicionados que estão coadunados a um tipo específico de concepção de meio ambiente que se pretende construir e preservar. Sem apontar exatamente o porquê de existir o zoneamento – afora por motivos de contrapeso em relação às intervenções espaciais aplicadas em outras zonas – que a ZPEC se desvela enquanto instrumento geopolítico que expõe uma concepção de meio ambiente que deva ser dotado de certa pureza, longe de qualquer tipo de associação ou intromissão humana, o que, por sua vez, legitima tanto as desapropriações realizadas anteriormente nessas áreas, quanto ocupações que possam vir a ocorrer. Por conseguinte, um suposto conservacionismo e segregacionismo ambiental são defendidos em detrimento de gestões territoriais marginais e dissidentes. Enfim, a natureza, os elementos ou recursos ditos naturais nessa concepção além de estarem submetida a um regime hierárquico dentro de parâmetros do capital econômico, isto é, sujeitado pela determinação da produção capitalista – que decide a respeito de sua distribuição do espaço, bem como o conteúdo a ser preenchido

nele –, também impõe, na acepção que é encarada, uma verticalidade acerca de quem deva a usufruir ou se relacionar.

Dito isso, em princípio, a empresa está ligada a um determinado modelo de natureza que é formada e constituída meramente por materiais manipuláveis, estando estas somente no direito de ser reservadas e sujeitas às manipulações e aos caprichos do empreendimento. Assim sendo, o que se compreende é que a implementação das ZPEC's – que se realizou mediante a desapropriação de uma série de comunidades preponderantemente negras localizadas nos antigos engenhos ali situados (PEREZ, 2016), como apresentado na figura 45 –, bem como suas consequentes normas quanto ao uso e ocupação do solo, evidencia o racismo estrutural – que decorrentemente se faz agregado por práticas de injustiça ambiental e social – que fundamenta a orientação, elaboração e aplicação do referido zoneamento com discursos e ações supostamente ecológicas que incorporam a indiferença e o rechaço aos outros modos de vida em sua maioria tradicionais, ali assentados em prol do "meio ambiente".

Dessa forma, considerando o histórico na região de ocupação não hegemônica anterior ao Complexo, bem como as posteriores alegações para a criação da ZPEC's, é possível afirmar que a criação deste zoneamento, ainda que embebida de justificativas de compensações ecológicas, se deu mediante o sacrifício de comunidades anteriormente assentadas e suas respectivas territorialidades. Assim, mais do que serem desterritorializados, com seus remanejamentos para zonas de sacrifício (conjuntos habitacionais com o aquém do prometido ou mesmo as áreas das periferias das cidades do entorno, com ausência de saneamento e infraestrutura, falta de segurança fundiária, risco de violência, entre outros), estes mesmos entes foram o sacrifício em si para a realização do erguimento do então novo território hegemônico, na medida em que foram expropriados e, ou levados forçosamente a abdicarem de um território e de seus modos específicos de ocupação e relação ambiental, que por sua vez estavam enredados a diversas e específicas sociabilidades (SILVEIRA, 2010; PEREZ, 2016; SILVA, 2020).

De maneira similar, como é possível observar na figura 45, os demais zoneamentos aplicados pelo Complexo Portuário, com os respectivos e distintos propósitos, sejam para os fins industriais (ZI), de prestação de serviços (ZCS) ou de preservação cultural (ZPC), também se efetuaram mediante a condenação e o descarte dos entes não hegemônicos, humanos e não humanos, ali assentados em benefício dos fins almejados, assim como de um certo tipo de ideologia e concepção de mundo desenvolvimentista, fundado em metas de crescimento e lógicas territoriais voltadas para a produção industrial, de infraestrutura e logística. Um regime socioespacial, portanto, que se ergueu e se nutriu em razão de um sacrifício programado e imposto.

Logo, o planejamento e a aplicação dos Planos Diretores na região de Suape – tanto o primeiro, da década de 1970, como o segundo, do ano de 2011 –, bem como as consequentes ações guiadas por estes documentos se trataram e refletiram não apenas de um descaso planejado[87] (SCOTT, 2012) no que se refere às comunidades ali identificadas e anteriormente assentadas nos 27 engenhos da localidade, mas igualmente de um sacrifício planejado no sentido que a exclusão, o descarte e a condenação imposta a esses grupos marginais – através da desterritorialização, a abnegação, a negligência e a renúncia compulsória de suas terras – em prol do processo desenvolvimentista estão desde o princípio programado com vista o alcance das metas quanto à corporalização do Complexo Portuário.

Assim sendo, a maneira como a região está hegemonicamente configurada repousa dentro de discursos e práticas embebidas de razões de engodo, haja vista

[87] Nas palavras de Parry Scott (2012, p. 122,123), Descaso Planejado se refere a *"um termo deliberadamente acusatório e provocador, cujo uso sinaliza um reconhecimento que já está consagrado nas instruções de documentos de planejamento de grandes obras de desenvolvimento. Invariavelmente há duas ordens de objetivos de grandes obras. A primeira está calcada em termos de objetivos de ordem maior que favorecem o alcance de metas mensuráveis em índices de produção associadas à ideia de desenvolvimento, costumeiramente justificada com referências gerais a grandes contingentes de populações beneficiadas. A segunda ordem de objetivos, citada obliquamente, diz respeito à população que será atingida diretamente pelas obras propostas e que precisa de "medidas mitigadoras" para amenizar as suas perdas. Por mais que haja esforços de retraduzir os objetivos de segunda ordem em um linguajar de benefícios diretos, essas medidas terminam por entrar nos balancetes das obras como custos, e não como benefícios, do projeto. Essa lógica subjacente de grandes projetos não se desfaz e, consequentemente, mobiliza grandes números de populações e instituições na busca de direitos de atingidos".*

que por trás das aparentes ações apoiadas dentro da legalidade, de desenvolvimento sustentável – como, por exemplo, o monitoramento da qualidade do ar[88], plantios de mudas nativas da Mata Atlântica[89], Projeto Carbono Neutro[90] –, das certificações[91] e prêmios[92] nas áreas de meio ambiente e responsabilidade social (RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE, 2017, 2018, 2019; RELATO INTEGRADO, 2020) estão os já citados no capítulo anterior processos de violações humanitárias – com as desapropriações forçadas das comunidades locais e condutas abusivas dos seguranças da empresa Suape com esses mesmo grupos – e ambientais – através do vazamento de óleo no mangue do Taveira pela Refinaria Abreu e Lima; o bloqueio do acesso às fontes d'água pelas comunidades locais, reservando o uso destas apenas à Refinaria Abreu e Lima e à Petroquímica de Suape; a emissão de gases tóxicos pela mesma Refinaria; as dragagens e assoreamentos realizados para a construção e expansão do Porto Organizado; o bloqueio de 14 anos de duração do rio Tatuoca; assim como o planejamento para o fim progressivo do citado rio e de toda uma região de mangue de acordo com o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento Portuário (2020).

Obviamente, as ações publicizadas em prol do meio ambiente pelo empreendimento não são em si ruins, entretanto convém salientar que estas mesmas ações são implementadas conforme os padrões de gestão ambiental, que precisam ser efetuadas em virtude dos regramentos legais nacionais e internacionais. Ou seja, há uma aderência a um modelo, que não é apenas nacional, de gestão empresarial sustentável, no qual há a busca para adaptar seus próprios

---

[88] Estação móvel monitora qualidade do ar no Complexo de Suape. 14/01/2022. Disponível em: <https://www.suape.pe.gov.br/pt/noticias/1592-estacao-movel-monitora-qualidade-do-ar-no-complexo-de-suape>. Acesso em 5 de fev de 2022.

[89] Semana do Meio Ambiente de Suape realiza plantio de 1.760 mudas em Ipojuca. 02/06/2021. Disponível em: <https://www.suape.pe.gov.br/pt/noticias/1501-semana-do-meio-ambiente-de-suape-realiza-plantio-de-1-760-mudas-em-ipojuca>. Acesso em 5 de fev de 2022.

[90] Suape lança Projeto Carbono Neutro para combater efeito estufa. 10/02/2022. Disponível em: <https://www.suape.pe.gov.br/pt/noticias/1601-suape-lanca-projeto-carbono-neutro-para-combater-efeito-estufa>. Acesso em 11 de fev de 2022.

[91] Suape recebe certificações por excelência nas áreas de meio ambiente, responsabilidade social e gestão. 22/12/2021. Disponível em: <https://www.suape.pe.gov.br/pt/noticias/1589-suape-recebe-certificacoes-por-excelencia-nas-areas-de-meio-ambiente-responsabilidade-social-e-gestao>. Acesso em 5 de fev de 2022.

[92] Projeto de reflorestamento rende prêmio internacional a Suape. 03/11/2021. Disponível em: <https://www.suape.pe.gov.br/pt/noticias/1572-projetos-de-reflorestamento-rende-premio-internacional-a-suape?highlight=WyJhbWJpZW50ZSJd>. Acesso em 10 de fev de 2022.

processos de acumulação capitalista às práticas e discursos de ecologia e proteção ambiental, incorporando, capturando e ressignificando a noção de conservação e sustentabilidade ambiental, ditando, através dos mecanismos de mercado, o que é ecologicamente correto quanto a práticas e ocupações (GERHARDT, ARAÚJO, 2019). Como apontado por José Sérgio Leite Lopes *(2006, pág 32)*, com o disseminado processo de ambientalização dos conflitos sociais no Brasil:

> *"os empreendedores eles próprios, causadores principais da degradação ambiental, também se apropriam da crítica à sua atuação e procuram usá-la a seu favor. O campo empresarial passa a dividir-se entre o pólo da acumulação primitiva ambiental e o pólo da apropriação da crítica, da "responsabilidade ambiental", e mesmo da produção voltada para a viabilização da produção limpa e ambientalmente correta, acompanhada de novos lucros materiais e simbólicos".*

Em suma, no que se refere ao Complexo Portuário de Suape, o empreendimento segue o movimento corporativo global de adotar discursos de responsabilidade ambiental às suas práticas de gestão empresarial (LEITE LOPES, 2004, 2006; MENEZES, 2007; GERHARDT, ARAÚJO, 2019). Todavia, esses mesmos discursos e ações demonstram a não sinceridade, bem como a dissimulação quanto à verdadeira natureza do impacto que vem ocorrendo com a expansão do Porto, principalmente se colocados na balança o que é supostamente protegido com o que foi e está sendo recorrentemente violado.

***

Em conclusão, tudo isso tem como desenredo considerar o referido território e territorialidade hegemônica enquanto um ambiente produzido e produtor de uma espécie de totalitarismo[93] espacial (AHMED, 2019), no sentido daquela territorialidade ser, desde sua concepção até o seu posterior desenvolvimento, verdadeiramente controlada, delimitada, industrialmente traçada e sem espaço para a criação antagônica e diversa. Poder este que se exerce não apenas em seu interior, mas também em sua entrada e saída, que se dá apenas por acessos

[93] Totalitarismo compreendido aqui para além da visão clássica, isto é, apreendido como um sistema em que sua visão e aspiração se revele pela busca de assumir o controle total e de exercer o poder de maneira ilimitada, independente dos métodos utilizados, bem como de atingir ou não os objetivos almejados (AHMED, 2019).

rodoviários pedagiados realizados pela Concessionária Rota do Atlântico. O território do Complexo Portuário se manifesta, portanto, enquanto um espaço rígido e controlado, com a busca pela eliminação das “diferenças descartáveis”, com as singularidades antagônicas sendo sistematicamente perseguidas, e somente permitidas quando não representa uma ameaça ou impedimento aos projetos previamente definidos.

Figura 68. Casas do Conjunto Habitacional Governador Eduardo Campos.

Fonte: Relatório de Sustentabilidade, 2018

Ainda sobre o controle e rigidez emplacado por sua territorialidade, ele é também bem ilustrado nos documentos oficiais do empreendimento, como, por exemplo, nos Relatórios de Sustentabilidade, realizados entre os anos de 2017 a 2019, e no Relato Integrado do ano de 2020. Neles, as ocupações admitidas como moradias legítimas são as ligadas aos projetos habitacionais elaborados e reconhecidos pelo próprio Complexo Portuário, como: a Vila Claudete, Cepovo, Nova Tatuoca, Massangana 1 e 2, Praia de Suape, Vila Nazaré, Vila Dois Irmãos e Gaibu.

Figura 69. Casas da nova Vila Claudete

Foto: Danielle Coutinho, 2022[94]

No que se referem às outras habitações existentes, as menções relacionadas a estes assentamentos, localizados nos Engenhos Jasmim, Setúbal, Algodoais, Pirajá, Tabatinga e Mercês, quando citados, são tratadas enquanto “ocupações de posseiros”, estando elas submetidas a levantamentos fundiários e em processo de negociação para sua retirada. Mais especificamente sobre a comunidade Quilombola de Ilha de Mercês, a citação a ela se faz mais destacada apenas no Relatório de Sustentabilidade do ano de 2017, sem mais menções nos registros dos anos seguintes:

> *“Engenho Mercês – existem 166 famílias posseiras na área, das quais, em 2017, foram realizadas 72 (setenta e duas) negociações com os moradores, porém não concretizadas por aguardar determinação de processo de reconhecimento de área Quilombola”.* (RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE, 2017, p. 99).

Em suma, como pode ser notado, o Complexo Portuário de Suape impõe um rígido controle sobre o território, segregando, delimitando, fracionando e

[94] Governo de Pernambuco entrega quase 1.500 casas do Habitacional Nova Vila Claudete. 07/02/2020. Disponível em: <https://www.suape.pe.gov.br/pt/noticias/453-governo-de-pernambuco-entrega-quase-1-500-casas-do-habitacional-nova-vila-claudete>. Acesso em 5 de fev. de 2022.

padronizando toda área em zonas autocontidas. Logo, o que se há é o esforço por reificar e monopolizar todo o espaço correspondente com um único propósito de controle através da combinação dos meios tecnológicos de vigilância e ordenação. Dessa maneira, sob formas de produção capitalista, as respectivas zonas se tornam uma só no sentido de todos possuírem valores de troca, sendo quantificado em suas características em termos de valores econômicos.

5 UMA ILHA EM MEIO A UM PORTO

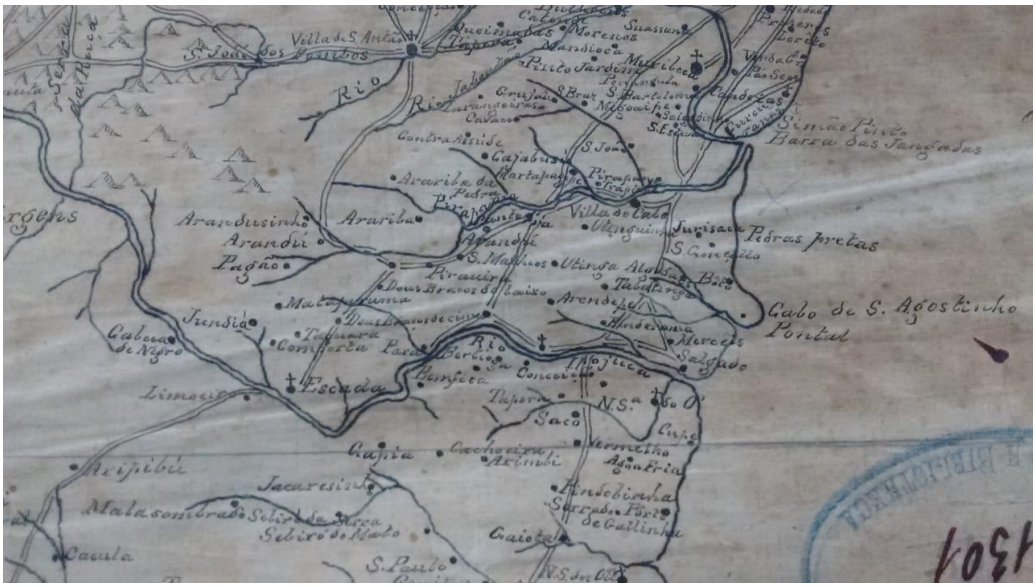
> “Nós sempre fomos quilombolas! Mesmo antes de não dizer ser!”
> (Manuel Adeodato, quilombola mais velho de Ilha de Mercês, 90 anos)

Seguindo então em direção à contraposição, que lógicas territoriais não hegemônicas e antagônicas ao empreendimento, e que ali coexistem na região de Suape, são expostas no presente capítulo. Por conseguinte, o que se objetiva é apresentar e descrever uma das territorialidades não hegemônicas que ainda se faz presente no empreendimento portuário. Refiro-me mais especificamente à lógica territorial da comunidade quilombola de Ilha de Mercês. Para isso, são utilizadas para a análise descrições e imagens, frutos da observação participante realizada entre os anos de 2019 e 2022. Também serão exploradas neste capítulo, conversas, relatos e entrevistas não estruturadas entre os moradores locais acerca daquele espaço, bem como a exposição de mapas elaborados pela Associação do próprio Quilombo acerca de seu respectivo território.

5.1 O QUILOMBO

Certificado pela Fundação Palmares e em processo de titulação do território pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) desde o ano de 2017, o Quilombo Ilha de Mercês é uma comunidade centenária surgida a partir dos longínquos e grandes latifúndios do açúcar da região de Suape, tendo mais especificamente o seu nome derivado de uma antiga propriedade da localidade, o Engenho Mercês, datado do século XIX (AULER, 1952).

Figura 70. Mapa sem nome, de 1842.



Fonte: Arquivo Público de Pernambuco, 1842

No mapa acima, é possível observar as predecessoras propriedades hegemônicas, bem como outros diversos locais da região de Suape, representados pelos nomes dos engenhos ali instalados, entre eles o Engenho Mercês. Além disso, como já apontado antes no segundo capítulo da presente dissertação, nota-se a maneira como a geografia dos engenhos banguês da zona da mata de Pernambuco estava estabelecida, ou seja, por sua proximidade aos rios locais.

Na localidade onde hoje está o Quilombo, esta mesma “narrativa oficial”, isto é, de um ambiente há muito tempo habitado por senhores de engenhos, usineiros, escravos e descendentes de escravos, se funde com as memórias locais e coletivas – a dança de coco, a capoeira, antigos ritos funerários, lendas sobre um guaiamum dourado, os processos migratórios e sazonais à procura de trabalho em torno das grandes propriedades da região, entre outros – juntamente com a relação e prática diária deles com aquele ambiente de mangues, mares e rios, assim como o usufruto da terra em comunidade.

Composto atualmente por aproximadamente 900 habitantes, sendo a maioria destes homens e mulheres pescadores, marisqueiros, catadores de caranguejos e agricultores, o Quilombo Ilha de Mercês ainda mantém seu modo de vida ligado a antigas práticas extrativistas, apesar da destruição que as indústrias integrantes do empreendimento portuário vêm promovendo ao seu ambiente, o que,

consequentemente, vem impondo novos desafios, encruzilhadas e dilemas ao viver daquela população.

Figura 71. Pintura do antigo Engenho Mercês. Datada do ano de 1844.

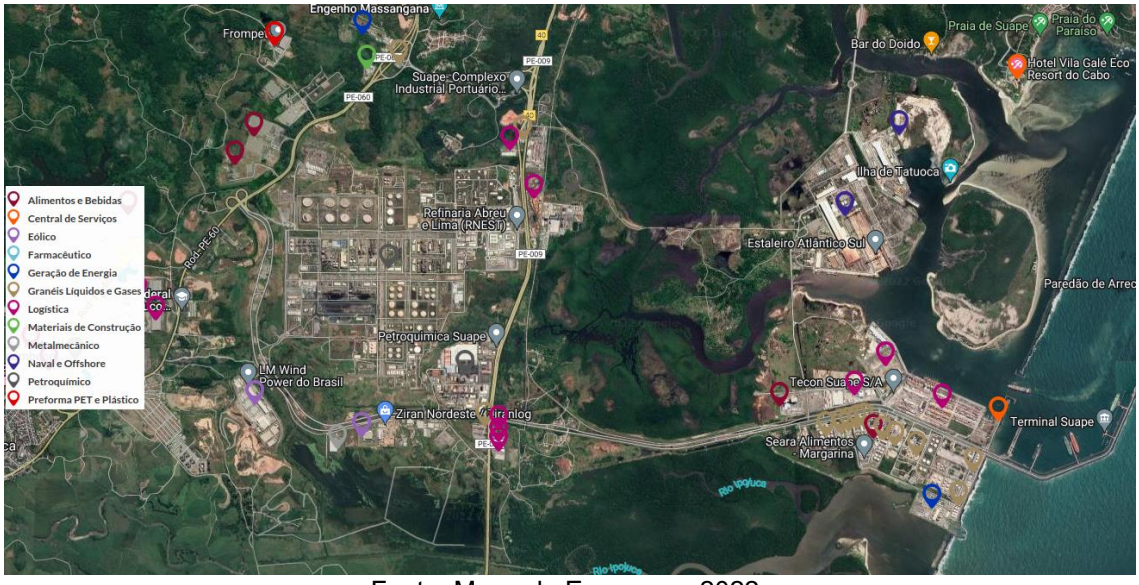
Fonte:Joaquim Candido Gomes, um dos antigos Senhores de Engenhos daquela terra

De acordo com os seus habitantes, no que se refere aos limites originais da comunidade, grande parte deles se encontra hoje englobados, integrados e tomados pelo Complexo Portuário de Suape. O território originário corresponde a uma área que compreendia ao que atualmente se refere a toda ZI, a parte das ZPEC's e a grandes parcelas da ZIP – zona esta onde no tempo presente se encontra preponderantemente ocupada pelas indústrias e empresas petroquímicas, de logísticas, de alimentos, Granéis Líquidos e Gases, bem como pelas infraestruturas do porto em si.

Assim, desde o advento do empreendimento portuário na década de 1970 e sua consequente expansão que a maior parte do espaço quilombola foi tomado e reduzido, estando presentemente circunscrito a uma área que corresponde hoje, comparando ao seu território original, apenas a pequenas porções dos posteriormente vigentes e implementados zoneamentos da ZIP, ZI e ZPEC. Dessa forma, como é possível observar da imagem de satélite da figura 72, aquilo que está

em usufruto da comunidade e fora do domínio das indústrias – seu território atual – compreende a área verde ainda existente e preservada. Informação esta que, por sua vez, se mostra compatível com o mapa elaborado pela própria comunidade de Mercês acerca da área que hoje ocupam as famílias, apresentado na figura 62 da página 166 da presente dissertação.

Figura 72. Parte do Mapa de Empresas hoje instaladas no Complexo Portuário[95] no que compreende ao território do Quilombo Ilha de Mercês e além



Fonte: Mapa de Empresas. 2022.

Em síntese, no que diz respeito ao espaço que a comunidade ocupa no tempo presente, este não se trata mais de um território contínuo. Toda área quilombola atual é contíguo e envolvido pelas empresas, bem como é cortado pelas principais vias que dão acesso ao porto e invadido pelas infraestruturas dos empreendimentos – tubulações industriais, torres de energia e fios de alta tensão –, estas, por sua vez, alógenas àquele ambiente específico.

De maneira geral, caminhar por grande parte de Mercês é isso: avistar indústrias pesadas ao redor do Quilombo, sentir o cheiro de gases industriais e de petróleo sendo cozido advindo da Refinaria Abreu e Lima, presenciar o compartilhamento das residências e espaços de convivência da comunidade com os

[95] Disponível em: <https://www.suape.pe.gov.br/pt/negocios/mapa-de-empresas>. Acesso em 11 de fev. de 2022.

fios de alta tensão advindos das torres de energias mais próximas, observar cargas pesadas sendo transportadas pelos caminhões nas vias que cortam o território, assim como visualizar placas e sinalizações alertando para que não se escave em uma área próxima devido a existência de gasodutos no local. E não apenas isso, andar pelo mangue e navegar no rio Tatuoca, por exemplo, é também perceber o som pertencente àquele ambiente, do barulho da água, dos peixes e aratus no mangue, sendo sobreposto pelos ruídos provenientes das indústrias que margeiam aquele dado espaço, como as fábricas da Bunge, o Estaleiro Atlântico Sul e as Refinarias de Petróleo.

Figura 73. Torres de energias e fios de alta tensão sobre o território quilombola.

Fonte: o autor, 2022

Figura 74. Torre de energia ocupando e impedindo um caminho que antes era bastante utilizado pelos quilombolas de Mercês em seu território.

Fonte:o autor, 2022

Figura 75. Torre de energia em meio a uma roça familiar.

Fonte: o autor, 2022

Foto 76. Placa em pleno território quilombola alertando para a existência de dutos de gás, que por sua vez impossibilita qualquer tipo de uso e trabalho com o solo na área

Fonte: o autor, 2022

Foto 77. Sinalização apontando para existência de um gasoduto da Refinaria Abreu e Lima atravessando a casa de um morador em Mercês.

Fonte: o autor, 2022

Foto 78. Outra sinalização apontando para existência de um gasoduto da Refinaria Abreu e Lima. Este atravessando o quintal de uma casa em Mercês.

Fonte: o autor, 2022

Foto 79. Fábricas da Bunge ao fundo da paisagem às margens do Rio Tatuoca.

Fonte: o autor, 2022

5.2 LUGARES DA MEMÓRIA

Apesar da redução sofrida de seu território e das severas transformações impostas àquele ambiente, no território quilombola da Ilha de Mercês ainda existem lugares da memória, ou seja, locais que se expressam simultaneamente como materiais, simbólicos e funcionais (NORA, 1993). Em processo de retomada e de revitalização simbólica pela comunidade, estes locais de grande importância são caracterizados e exaltados por serem evidências de seu passado, isto é, das antigas ocupações na região como, a fim de exemplificação, a presença de uma antiga senzala; a antiga Igreja de Nossa Senhora das Mercês; a antiga Casa Grande do Engenho Mercês, um antigo pilão de moer café; antigas peças cerâmicas; e o Baobá centenário, indicado ainda no terceiro capítulo.

Assim sendo, possuindo os lugares da memória cada um sua singularidade, suas diferenças se expressam de todo modo em termos de grau, por meio das três dimensões anteriormente citadas que são sempre coexistentes, isto é, material, simbólica e funcional (NORA, 1993). Destrinchando o conceito através das palavras de Pierre Nora, os aspectos dos Lugares da Memória podem ser mais bem compreendidos da seguinte maneira:

> *"**Mesmo um lugar de aparência puramente material**, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de aura simbólica. **Mesmo um lugar puramente funcional**, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. **Mesmo um minuto de silêncio, que parece o extremo de uma significação simbólica**, é, ao mesmo tempo, um corte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, a um lembrete concentrado de lembrar. **Os três aspectos coexistem sempre** (...). É material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante ao mesmo tempo a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vivida por pequeno número uma maioria que deles não participou"* (NORA, 1993, pág, 21,22, grifo do autor).

Percebe-se então que nos denominados lugares da memória existe invariavelmente um componente político, haja vista que há uma "vontade de memória" ou "intenção de memória" (NORA, 1993: 22). Dessa forma, um lugar da memória não diz respeito apenas a um local "digno de lembrança" (GONÇALVES,

2012), mas também um local que é guardado por uma coletividade essencialmente envolvida em sua constante transformação e renovação. Ou, dito de outra maneira, se trata de um lugar com *"sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos"* (NORA, 1993, pág. 13).

Seguindo então para a apresentação destes locais da memória no Quilombo Ilha de Mercês, mais especificamente sobre a citada árvore centenária, aqui a elenco enquanto um lugar da memória baseado nas observações e escutas realizadas durante meu campo do ano de 2019 a 2022. Para grande das pessoas do Quilombo no qual estive em contato, a importância atual da árvore para a comunidade se dá pela concomitante manifestação de sua historicidade naquele território – o fato de ser muito antiga, tendo acompanhado as diversas fases de crescimento da comunidade quilombola –, por sua conexão com os valores da ancestralidade negra – ser uma árvore de origem africana e trazida pelos seus antepassados que foram escravizados –, assim como pela própria expressão de sua resistência e imponência física perante aos ataques já sofridos no passado pelo Complexo Portuário de Suape.

Meu principal interlocutor, Magno Araújo[96], em uma fala sucinta resumiu bem a importância da árvore para o Quilombo:

> *"Para algumas pessoas da comunidade, atualmente em bem menor número, o Baobá é um pai, há questões religiosas por trás. Para outras pessoas, a maioria hoje, por exemplo, o Baobá significa mais a resistência da comunidade, a nossa ancestralidade, da força que ele é e representa para nós"* (notas do campo, 2019).

Sobre outros lugares da memória, como a Igreja e a Casa Grande do antigo Engenho Mercês, da mesma forma como é apontado na literatura (GAMA, 1983; ANDRADE, 1986, 2001a; FOREST, 2006; MENEZES, MUNIZ, SILVA, 2014), estas se revelam e se localizam nas partes topograficamente mais acidentadas daquelas terras, haja vista que no passado dos engenhos isso manifestava e representava as relações de hierarquia social e controle do referido espaço. Hoje em posse do

[96] Um dos líderes quilombolas de Mercês e atual presidente da AQIM.

Quilombo, apesar de manter algumas de suas tradicionais funções – respectivamente religiosa e residencial, desta vez para os próprios habitantes quilombolas – estas edificações, em termos de sentido, estão tendo seus aspectos expandidos, passando a importar à comunidade, se manifestando dessa forma como evidências de um existente passado colonial e tudo mais que isso implicou aos trabalhadores e moradores que dele descenderam, isto é, o herdamento das responsabilidades morais das injustiças passadas devido à cor da pele.

Sobre outros locais da memória – que, entretanto, já não existem mais, mas que se mostram bastantes presentes em suas falas e lembranças –, até um período recente, também existiam antigas casas de farinha, que não tratavam apenas de lugares voltados aos momentos de labuta, mas igualmente de espaços de socialização e solidariedade. Entretanto, infelizmente, elas foram derrubadas a mando do empreendimento portuário de Suape durante sua expansão por meio de tratores, muitas vezes sem qualquer aviso prévio e sem o consentimento dos quilombolas. De acordo com Marinalva, uma das vozes mais ativas da comunidade, acerca de suas recordações acerca da quantidade de casas de farinha, relatou:

> *"A gente era cheio de casas de farinha aqui. Tinha por toda comunidade. Mas não tem mais nenhuma, porque Suape fez questão de acabar com tudo, de derrubar tudo. Tratores eram usados para derrubar as casas de farinha".* (notas de campo, 2020).

Magno Araújo relatando um episódio ocorrido no Paú, uma das regiões de Mercês apagadas pelo empreendimento, comentou:

> *"Mais ou menos em 2008, 2009, foi a saída das pessoas do Paú. E aí numa sexta-feira, pela manhã, o pessoal do Paú tava ligando pra gente… pra a gente ir lá, porque tinha chegado Suape junto com a polícia para fazer a retirada do pessoal… A polícia já estava com os fiscais de Suape… Isso era cinco horas da manhã, a gente acordou e foi direto para lá. Quando a gente chegou lá, começou a ver a destruição que tava… As famílias estavam tirando às pressas seus móveis e botando no quintal de suas casas, e o trator empurrando as paredes das casas… Isso tudo com o pessoal ainda tirando as suas coisas de suas casas… muitos não conseguiram tirar as telhas e outras coisas que queriam tirar… Quando cheguei lá já tinha algumas casas derrubadas. Quem chamou a gente foi Vavá… tinha também o irmão dele, Toinho… E a gente chegou e foi para casa da mãe deles, que era a pessoa mais velha do lugar, pra tirar os móveis e também tirar ela [...]. A gente foi pra lá e começou a tirar os móveis que tinha e colocar dentro do carro. Quando a gente tava na parte mais alta (do terreno), em cima, eles (Suape) estavam embaixo, destruindo a casa de um rapaz, que era em frente a casa de farinha. Aí destruiu a casa do camarada, partiu pra casa de*

> *farinha, aí eles saíram lá empurrando as paredes, quebrou o forno, quebrou as paredes, derrubou o telhado… Aí subiram para a área que a gente tava… tinha quatro casinhas em cima. A gente já tinha tirado as coisas de dentro… aí na hora eu particularmente tava tentando salvar as telhas do rapaz, na parte da cozinha, aí eles já chegaram derrubando a casa pela frente, e eu tive que descer às pressas pela parte da cozinha… Uma das partes mais tristes da saída do pessoal que saiu daqui foi essa, porque, enquanto alguns poucos conseguiram levar isso pro Fórum etc., ter alguma discussão, né? Esses aí não tiveram essa chance… o pessoal (Suape) chegou um belo dia, disse que eles iriam receber um valor por aquilo ali e simplesmente o tiraram na hora… E isso só para fazer empresas, né!?... No Paú se fazia muita farinha… Esse pessoal do Paú em sua maioria acabou indo para Nossa Sr.ª do Ó. Alguns outros foram para Massangana, e a minoria para Recife, Caruaru e outros locais. [...] Perderam isso de ter um local, de ter raízes… Tiveram que seguir... Viver a vida de outro jeito… [...] Mas a maioria, a maioria mesmo (idosa) está morta, depois que saíram do Paú".* (notas de campo, 2022).

Acrescentando sobre a importância dessas casas de farinha à comunidade:

> *"Quem trabalhava com farinha passava uns três dias fazendo isso, era um trabalho contínuo. E a melhor parte era isso, de estar junto, conversando e trocando uma ideia. A casa de farinha, além de ser um trabalho, tinha também o preceito de juntar as pessoas. Era muito bom. Quantas vezes chegavam (os mais velhos) de madrugada lá pra casa para arrancar as macaxeiras…? Depois faziam um amontoado de macaxeira tão grande na cozinha que não dava nem para ver quem estava no outro lado… rodeavam as macaxeiras, sentavam num banquinho, pegavam as faquinhas e começava a descascar a macaxeira… Aí era a noite todinha, até o outro dia de madrugada. Depois de fazer essa parte, pegávamos os sacos com as macaxeiras já raladas, a lenha e levava para as casas de farinha e começava o processo: triturar toda a macaxeira, depois tirar e botar na prensa, depois que prensar, tirar a maniçoba, tirar a goma, depois de prensado botava no coxo, depois do coxo, peneirar pra ficar fininha, depois de fininha colocar no forno e ficar mexendo sem parar até ela ficar no ponto…".* (notas de campo, 2022).

Compreende-se, portanto, que estes entes não humanos (a antiga senzala, a antiga Igreja de Nossa Senhora das Mercês; a antiga Casa Grande do engenho e o Baobá centenário), para além de comporem a antiga e atual paisagem, também carregam as histórias daquele espaço, bem como comprovam, mediante suas presenças físicas ou orais – como as antigas casas de farinha – a narrativa identitária quilombola de Mercês, ou seja, de uma comunidade surgida e concebida por pessoas negras em meio a um ambiente rural de rios, mares e mangues, e que foram escravizadas, resistindo, perdurando e vivendo a partir da área do antigo Engenho Mercês. Assim sendo, esses então denominados lugares da memória, em alguma medida, marcam o peso daqueles que no passado ali construíram e

percorreram suas vidas, se expressando como alicerces memoriais, identitários e afetivos que fundamentam hoje o Quilombo Ilha de Mercês.

Além disso, grande parte desses entes não humanos específicos elencados também desempenha o papel de indicadores da espacialidade em questão, na medida em que servem como referências espaciais para as diversas atividades e travessias no território, que por sua vez estão intrinsecamente ligadas às lembranças afetivas enquanto existências concebidas naquele território. Nesse sentido, tais objetos, através de suas presenças, se entrelaçam com as memórias e as experiências subjetivas e comunitárias, conectando-se espacialmente e temporalmente à parte das raízes da referida comunidade.

> *"Cada um deles (lugares da memória) para nós tem um significado específico… Quando a gente fala de Senzala, que é a parte que seja a mais dolorida que a gente e a comunidade possam ter, é uma lembrança triste que os pais, os avós dos nossos pais, as pessoas daqui da comunidade tinham. Mostra como nossos pais, nossos antepassados sofreram tanto para a gente chegar onde estamos. Eu acho que é de uma importância enorme para a gente. Eu acho que falar do Quilombo (Ilha de Mercês), e não lembrar da senzala, de uma área que as pessoas tinham ali de convívio e sofrimento, não faz muito sentido. Sobre a Igreja (antiga capela de Nossa Srª das Mercês) e a Casa Grande, não tem a mesma importância como a Senzala, por exemplo, porque eram símbolos de poder… a amostra de poderio deles… mas a importância delas (Igreja e Casa Grande) hoje, o significado é de que a gente venceu eles, de que estamos vencemos, independente do poderio de quem ali ocupava. Já o baobá, outro símbolo nosso, ele não só se refere à árvore e sua questão religiosa que existe, a Iroko, etc., mas é também o símbolo de saudade e de resistência. De mulheres que traziam no cabelo as suas sementes para querer plantar, independente para onde ela fosse, e assim ter a lembrança do território que se tinha (em África), sabendo que o baobá duraria anos. É o símbolo que nos mostra de onde a gente veio.* Magno Araújo". (notas de campo, 2022).

Mediante as falas que foram apresentadas, se percebe como os citados Lugares da Memória da comunidade de Mercês não apenas apontam para os locais que acessam e renovam as memórias ilustres e positivas, mas também as de violência e infelicidade. Memórias negativas que, entretanto, são ressignificadas a favor de um horizonte de justiça social e racial. Ou, dito de outro modo, locais que alcançam e manifestam memórias que são evidenciadas e tratadas não apenas como imagens e recordações de um triste passado, mas que fazem parte do corpo social comunitário, embasando assim suas raízes e servindo como combustível para

um programa de reparações por toda uma história constituída por escravidão, colonialismo e expropriação.

Em síntese, todos estes lugares da memória comumente apontados são habitualmente relembrados, resgatados, valorizados e, na medida do possível, protegidos pelos quilombolas de Mercês, visto que estes entes são concebidos e tomados como partes constituintes de suas malhas histórico-existenciais, isto é, como componentes que possibilitam o assentamento da raiz de suas origens, fornecendo parte das bases que compõem a identidade quilombola dos habitantes de Mercês.

Figura 80. Baobá do Quilombo Ilha de Mercês.

Fonte: o autor, 2022

Figura 81. Igreja de Nossa Srª das Mercês, do século XIX, construída por volta de 1835.

Fonte: o autor, 2022

Figura 82. Parte do que foi a antiga Casa Grande do Engenho Mercês.

Fonte: o autor, 2022

Figura 83. Antigo Pilão da comunidade.

Fonte: Fernando Martinho, 2017[97]

[97] Os caminhos sinuosos de Suape. 11/2017. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2017/11/suape/#>. Acesso em: 10/02/2022.

Figura 84. Senzala pertencente ao antigo Engenho Mercês. Localizada atrás da Igreja de Nossa Srª. das Mercês.

Fonte: o próprio autor, 2022

Figura 85. Parte interna da antiga Senzala sem as telhas devido a um recente ataque da Usina Salgado no ano de 2020

Fonte: o autor, 2022

Para além das lutas contra o Complexo Portuário pela preservação destes lugares da memória, há também os conflitos com a Usina Salgado, historicamente estabelecida na região. Como se pode observar pela figura 85, atualmente, parte

interna da senzala está sem os telhados devido a um recente ataque promovido pela Usina, sem qualquer tipo de aviso. Tal episódio chegou a virar um caso de Justiça, com os quilombolas impedindo sua derrubada e denunciando, posteriormente, a empresa ao Ministério Público Estadual, que, quando acionado, pediu explicações por parte do agressor pelas ações cometidas, o que, por sua vez, apenas foi respondida com a alegação de que não se tratava de uma senzala, mas sim de uma construção da própria Usina, e que, portanto, teria ela o suposto direito de derrubá-la. Todo impasse não resultou em nada, apenas no desmonte parcial da antiga senzala e em sua agora maior vulnerabilidade às intempéries sem parte de sua cobertura e ao avanço da vegetação no seu espaço interno.

Acontecimentos desse tipo expõem claramente como muito ainda está em disputa naquele espaço, não apenas em termos fundiários, que de fato é o mais visível, latente e urgente, mas também no nível do que verdadeiramente se tratam estes referidos entes ali localizados, isto é, acerca da natureza destes “objetos”, bem como seus status de valores quanto aquilo que é presumido como significativo. Nesse sentido, estes lugares da memória se manifestam também como arenas de disputas à medida que por um lado simultaneamente se revelam enquanto referências espaciais, memoriais, políticas e afetivas para aquela identidade e territorialidade quilombola de Mercês, ao mesmo tempo em que de outro lado, seja por parte do Complexo Portuário, ou mesmo da Usina Salgado, se apresentam como objetos meramente inertes e irrelevantes, como passíveis de serem destruídos ou substituídos sempre que os interesses econômicos em questão estiverem em jogo.

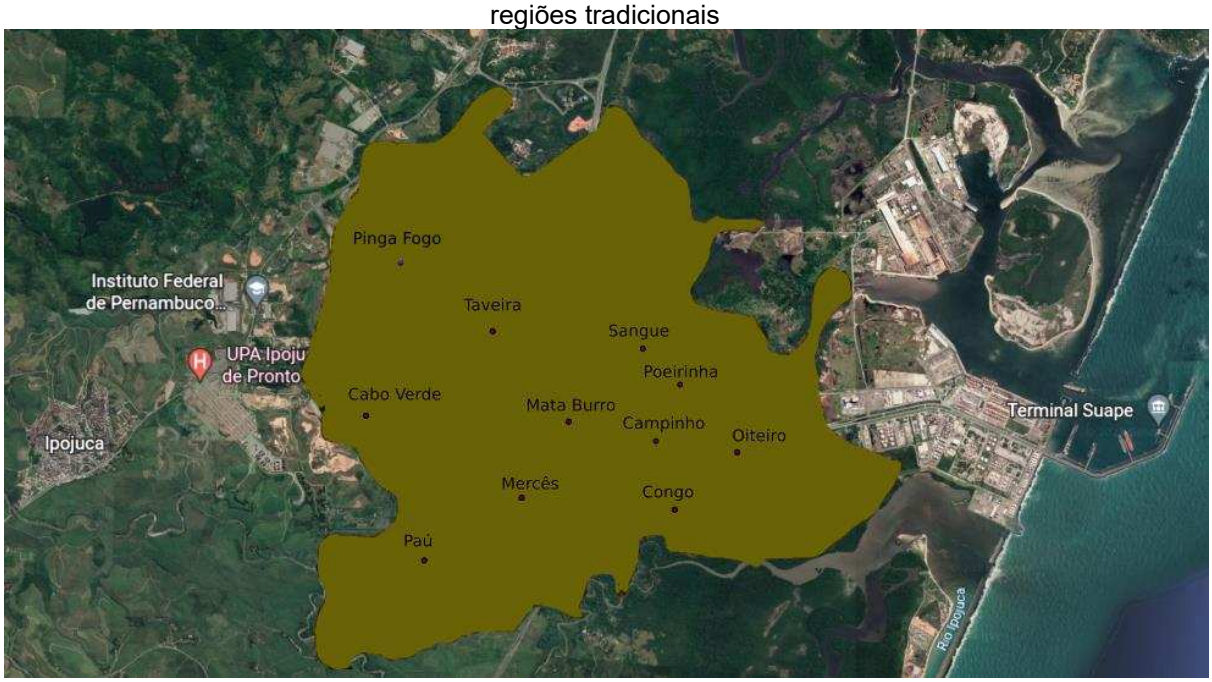
5.3 DOS TOPÔNIMOS

Para além dos denominados lugares da memória que caracterizam e georreferenciam parte do espaço quilombola em termos paisagísticos, memoriais, afetivos e identitários, as denominações nativas acerca de áreas específicas de seu próprio território também revelam histórias do processo de ocupação daquela área e seus sentidos, ou rastros de um antigo passado. Em outras palavras, topônimos mais do que serem meras designações e marcações territoriais de um ambiente

específico, funcionam concomitantemente como modos de transmissão de histórias antepassadas sobre um dado local (CRUIKSHANK, 1990). Ou seja, seus significados funcionam logicizando, à maneira nativa, os meios pelos quais as territorialidades em questão, antigas ou atuais, foram ou são expressas, bem como igualmente se conectam a memória, a identidade e às relações com o território. Em suma, como anteriormente já afirmado por Julie Cruikshank (1990), os nomes próprios dos lugares estão sempre inseridos e relacionados a um contexto específico, funcionando com pontos de entrada para o passado, com seus significados servindo como gatilhos que trazem à tona uma série de incidentes históricos, pessoas mais antigas, apegos à paisagem e informações pragmáticas de um espaço ligado a uma mitologia específica.

Assim sendo, trazendo para o caso do Quilombo Ilha de Mercês, dentro do seu território, nomes de suas tradicionais regiões como, por exemplo, “Cabo Verde”, ”Congo”, "Poeirinha", “Mata Burro”, ”Oiteiro”, bem como de outros lugares específicos tal qual “Porto da Pedra”, “Rego de Mãedia”, “Poço do Zumbi”, “Camboa do Maracujá”, entre outros, indicam eventos, metáforas, apontamentos de antigas ocupações, bem como codificam a fauna e flora e assim por diante.

Figura 86. Mapa colaborativo e aproximado, criado pelo autor e Magno Araújo – um dos líderes quilombolas da comunidade de Mercês –, do que seria o território originário do Quilombo com suas regiões tradicionais



Fonte: Luis Paulo Santana e Magno Araújo, 2021

Na imagem acima – sobreposição de uma aproximação dos limites originários do Quilombo sobre a imagem de satélite atual da região –, primeiramente é possível observar como a implementação dos zoneamentos do Complexo Portuário soterra, esmagando uma série de regiões locais, memórias e referências históricas à comunidade. Uma territorialidade que se faz hegemônica asfixiando as lógicas territoriais outras. Nesse sentido, comparando com os mapas anteriores expostos, o que se nota é que com a desterritorialização imposta e ainda em andamento, antigos locais como “Cabo Verde”, ”Pinga Fogo”, “Taveira” já não existem mais – enquanto locais de ocupação, ainda que os nativos continuem a se referir a estas regiões por seus tradicionais topônimos –, assim como praticamente toda região do “Paú”. Todos estes lugares foram apagados e destruídos para a elevação da Zona Industrial.

Dessa forma, sobre os tradicionais topônimos de Mercês, estes, como dito anteriormente, trazem à tona marcações espaciais, memórias de eventos passados, como ainda permanecem também, em alguns casos, a refletir bases de uma lógica territorial que ainda se conserva. É o caso específico da região do “Poeirinha”.

Localidade do Quilombo nomeada em referência ao campo de futebol e time da comunidade, o Poeirinha F.C. De acordo com Martins, filho do criador do time de futebol da comunidade e atual diretor da equipe:

> *"O campo existe desde a década de 60, 70. O nome é Poeirinha, porque antigamente era de terra batida, aí quando os meninos corriam a poeira se levantava, era muita poeira"* (notas de campo, 2020).

De acordo com um dos líderes quilombolas, Magno Araújo, o time, que já foi campeão da Copa Rural de Ipojuca, costuma, ocasionalmente, revelar jovens jogadores para times profissionais, principalmente os do interior de Pernambuco. O futebol é algo que move a comunidade. Fácil de presenciar, em dias de jogos o fluxo de pessoas da comunidade se intensifica profundamente. Bastante comum também escutar dos próprios quilombolas que *"as pessoas daqui não vivem sem futebol"*. Hoje, o campo possui mais grama, embora ainda possua partes de barro. Além disso, o local quando não utilizado para treinos e jogos de futebol, é também ocupado pelas brincadeiras das crianças.

Figura 87. Martins e o campo do Poeirinha ao fundo

Fonte:o autor, 2022

Figura 88. Dia de jogo do Poeirinha F.C.

Fonte: o autor, 2022

Figura 89. Quando o espaço não está ocupado pelo time, frequentemente as brincadeiras das crianças tomam conta.

Fonte: o autor, 2022

Entretanto, antes desta região específica do Quilombo ser denominada como “Poeirinha”, seu topônimo era “Sangue”, por motivos que, pelo menos até o momento, nenhum quilombola de Mercês soube exatamente dizer. Porém,

independente de ser coincidência ou não, nessa mesma região da comunidade também há um lugar chamado “Porto da Pedra”, local este onde ficam as jangadas e materiais dos pescadores. Nas palavras de Manoel Adeodato, o mais velho da comunidade de Mercês, o nome “pedra” faz referência a uma antiga pedreira ali existente, e que era pertencente à Usina Salgado – próxima ao local onde hoje ficam as embarcações quilombolas –, onde os nativos, bem como outras pessoas no passado nela trabalhavam diariamente:

> *“Porto da Pedra porque tinha uma pedreira. Por todo canto aqui era pedra, e eu ficava por aqui, vivia tirando pedra com o povo.* Manoel Adeodato”. (notas de campo, 2020)

Figura 90. Porto da Pedra, localizado na antiga área chamada Sangue, hoje comumente conhecido por Poeirinha.

Fonte: o autor, 2022

Outros topônimos codificam a fauna, flora e relevos do território quilombola, tais quais alguns casos como: “Cabo Verde”, “Oiteiro”, “Croa da Cachoeirinha”, por exemplo.

> *“Antigamente, naquela região, tinha pedaço de terra naquela área com um grande matagal, um verde bonito muito grande, parecia um cabo, daí o porquê do nome ‘Cabo Verde”*. Manuel Adeodato. (Notas de campo, 2022).

> *“Se chama Oiteiro porque é uma terra mais alta. Dava para ver tudo dali, toda a região, porque o terreno é mais alto”*. Manuel Adeodato. (Notas de campo, 2022).

> *“Croa da Cachoeirinha porque a correnteza do rio (Tatuoca) era tão forte que embaixo da terra dava escutar um som como se fosse uma cachoeira passando”.* Maria Madalena. (Notas de campo, 2022).

Por sua vez, o nome de outros locais revela a natureza de atividades rurais que na localidade se experienciava, como é o caso da região denominado “Mata Burro”:

> *“Mata Burro porque tinha uma estrada ali… que era da Usina (Salgado). Não queriam colocar e usar uma porteira, aí colocava um mata burro, que é uns trilhos em forma de xadrez… qualquer veículo passava, mas se o burro passasse, ou qualquer outro animal, eles quebravam as pernas e não passavam. Por isso que ali desde antigamente se chama Mata Burro”.* Elizeu Pedro do Nascimento. (Notas de campo, 2022).

Existem também antigas localidades como “Poço do Zumbi” que, embora não se saiba exatamente o porquê desse termo para a respectiva área, possua seu nome atribuído a sentidos e ao mito de ser um local de passagem da figura histórica de Zumbi dos Palmares:

> *“Desde que eu era menina, que as pessoas, os mais velhos diziam que ali tinha sido o caminho que tinha passado Zumbi”*. Maria Madalena. (notas de campo, 2022).

> *“Poço do Zumbi porque sempre ouvimos é que ali foi onde Zumbi passou, quando estava fugindo… É um poço muito fundo, dizem que não tem fim…”* (notas de campo, 2022).

Outros nomes fazem referência às origens africanas, como o núcleo do Congo:

> *“Moro no Congo desde que nasci, há 59 anos. Sempre foi chamado Congo. Costumavam falar que aqui foi chamado de Congo porque era um lugar que só tinha gente muito preta. [...] Igual aquele lugar lá da África”*. Antônio. (notas de campo, 2022).

Além disso, outros pontos específicos se referem às memórias da existência dos mais antigos, de pessoas que residiam muito perto de referidas áreas de pesca e que delas viviam, como é o caso dos topônimos como “Rego de Mãedia”, “Camboa do Ivanildo”, “Camboa de Isabel”, “Camboa da Maria”, “Porto da Hilda”, “Porto do Arlindo” e assim por diante.

Figura 91. Rio Tatuoca com seus topônimos nativos.

Fonte: Imagem cedida pela AQIM/ Giuliane, Fórum de Suape, 2021

5.4 PRÁTICAS E RELAÇÕES SOCIAIS

Para além da territorialidade de Mercês terem parte de seu ordenamento operado e sinalizado mediante a existência dos lugares da memória – que atuam enquanto referências paisagísticas, memoriais, políticas e afetivas –, como também por seus topônimos – que deixam rastros temporais e produzem efeitos mnemônicos (CRUIKSHANK, 1990) fixando histórias, memórias coletivas e relações sociais preponderantes, passadas ou atuais, a um único termo –, relações e práticas sociais geracionais, mediante o tecer cotidiano com a terra, com o mangue e com os rios da região, igualmente operam caracterizando a lógica territorial quilombola. Da mesma

forma, essas mesmas práticas e relações sociais desenvolvem e se fortalecem mediante uma conexão com aquele espaço.

Em outras palavras, enquanto que seus costumes e hábitos cotidianos roceiros e pesqueiros almejam e buscam um entorno minimamente equilibrado, o mesmo ambiente entorno, quando em condições normais, também proporciona o fortalecimento e elaboração dos sentidos das práticas e relações sociais locais, que ali são criadas, atualizadas e transmitidas de geração a geração através de uma educação da atenção[98] (INGOLD, 2010), demarcando e afirmando, portanto, aqueles arranjos existenciais. É nesse sentido que por meio de uma espécie de retroalimentação o ambiente e as práticas e relações sociais dos quilombolas de Mercês reforçam um ao outro. Em síntese, os conhecimentos corporais adquiridos na e pela experiência permitem um engajamento multisensorial dos corpos dos quilombolas com o ambiente entorno. Assim, dado engajamento, por sua vez, permite tornar aquele espaço um ambiente quilombola, por assim dizer.

Visto *in loco* e escutado facilmente através de conversas entre e com os de Mercês, percebe-se que as atividades ligadas à terra são constituintes daquelas vidas e indispensáveis a elas, assim como funcionam como delimitadores espaciais entre as terras das famílias.

> *"Não sei exatamente como aprendemos a plantar, fazer e a marcar as (próprias) roças, só sei que nasci aqui, cresci fazendo isso e vivemos disso". Martins.* (Notas de Campo, 2021).
>
> *"Bem antigamente, íamos plantando pé de coco… onde tinha o pé de coco queria dizer era um sítio seu. Fui plantando aqui e ali e fui tendo os meus sítios". Maria Madalena.* (Notas de Campo, 2021).
>
> *"Onde tinha uma plantação sua, ou um pé (cultivo) seu, queria dizer que o terreno ali pertencia a você. Manuel Adeodato"*. (Notas de campo, 2022).

Por algumas dessas falas, percebe-se como as atividades ligadas à agricultura envolvem um contato desde cedo, mediante uma socialização com a

[98] De acordo com Ingold (2010), educação da atenção diz respeito a um processo de não transmissão de informação, ou de um redescobrimento dirigido. Em outras palavras, no que se refere à maneira como cada geração contribui para cognoscibilidade da geração seguinte, o desenvolvimento pedagógico se expressa mediante um misto das práticas de imitação – por meio da cópia, sob orientação, das atividades envolvidas – e improvisação – dado que o conhecimento gerado se efetua pela descoberta dos iniciantes por si mesmos. Conhecimentos, portanto, que se cristalizam pelo envolvimento situado e atento.

terra. Da mesma forma, esse mesmo relacionamento, por meio de plantações, cultivos de frutas e roçados demarcam “sistemas de posse” individuais ou familiares, ainda que limites e fronteiras dessas propriedades não sejam rigorosamente apontados ou vistos, pelo menos para quem não é um nativo. Assim, é fácil se deparar no Quilombo Ilha de Mercês com roçados pertencentes às famílias ao lado, por trás de suas casas e, ou adjacências.

Apesar da violência causada pela expansão do Complexo Portuário, com o aumento progressivo das dificuldades para a continuidade de tais práticas, visto as desapropriações e cerceamento efetuado pelo empreendimento, ainda há uma predominância nas terras quilombolas da agricultura familiar. Não apenas para consumo próprio, os produtos advindos destes pequenos modos de produção são igualmente utilizados para obtenção de renda, com vendas, em sua maior parte, para atravessadores, comerciantes e consumidores diretos.

Figura 92. Plantação familiar em Mercês vista por cima.

Fonte: o autor, 2022

Figura 93. Martins e sua plantação de macaxeira

Fonte: o autor, 2022

Para além da agricultura familiar, outras atividades extrativistas fazem parte do viver dos quilombolas. Dessa maneira, a colheita das safras de frutas de seus pomares (tomate, laranja, caju, cajá, jaca, manga, acerola, limão, araçá, mamão, banana, abacaxi, abacate, graviola, melancia, uva, pitanga, jambo, fruta-pão, coco, entre outras frutas) também é realizada. Ademais, criações de animais também são praticadas, como avicultura, cunicultura, bovinocultura e suinocultura.

Figura 94. Alimentando os porcos com lavagem.

Fonte: o autor, 2022

Figura 95. Suinocultura familiar praticada no Quilombo Ilha de Mercês.

Fonte:o autor, 2022

Aliás, é importante assinalar que a territorialidade quilombola de Mercês e as práticas sociais nela inseridas não se restringem apenas ao meio terrestre, mas se prolongam, por assim dizer, nos ambientes aquáticos, ou seja, nos mangues e rios da região de Suape, como o Massangana e, principalmente, ao rio Tatuoca e Ipojuca. Para fins de exemplificação, como apresentado na imagem de satélite da figura 91, cada trecho do rio Tatuoca é nomeado e profundamente conhecido, sendo esse conhecimento vivido e difundido entre os viventes da comunidade se efetuando por meio de um aprendizado situado, isto é, por meio da afinação daquelas percepções para com aquele ambiente. Simultaneamente, estes saberes – não só – territoriais dos rios e mangues são igualmente sistematizados e classificados por suas características e geografias próprias, isto é, por termos como “camboa”, “rego”, “salina”, “croa”, “poço” e assim por diante.

> *“Croa’ é uma porção de areia que forma dentro do rio, aí fica aquela porção mais alta do que o leito do rio. ‘Salina’ é uma parte areada que fica dentro do manguezal. Igual a uma praia, uma parte toda areada. ‘Camboa’ são os braços de maré que despejam dentro do rio. ‘Rego’ são braços de água que despejam dentro das camboas. Regos despejam nas camboas, camboas despejam dentro do rio. Os regos são bem mais estreitos que as camboas. Já o ‘Poço’ é o lugar mais fundo do rio. Sempre fica em curvas ou nas bocas de encontro com as camboas que descem no rio. Nesse encontro das águas do rio com o das camboas sempre formam redemoinhos, fortes correntezas na água. A água bate uma com a outra e começam a rodar, aí*

> *formam os poços". Martins e seu conhecimento nativo sobre a geografia territorial do rio Tatuoca.* (notas de campo, 2022).

Experienciar e ter conhecimento do rio, de suas áreas adjacentes e de suas especificidades engajam os habitantes de Mercês a viver de um modo particular com aquele ambiente. Assim, por meio desse envolvimento com seu entorno que realizam e vivem das atividades como a pesca de camboa, pesca de arremesso, pesca de anzol, mariscagem, catação de caranguejos, de siris e de outros animais marinhos. Tais experiências e práticas são enredadas com o meio envolvente, ou seja, estão comprometidas e implicadas com os horários e os tipos das marés, com as fases da lua, com os estágios de desenvolvimento e reprodução dos peixes e crustáceos e a alternância dos locais das pescas de acordo com o dia que ela foi realizada. Dialogando com Anna Tsing (2019), é possível descrever as relações dos moradores de Mercês com o mangue e o rio como uma assembleia de relações entre entes humanos e não-humanos, em uma coordenação de distintos ritmos (Silveira, 2020). Esta particular coordenação se dá por uma coexistência entre os humanos e as outras espécies, respondendo entre si ao longo do tempo, conformando, dessa forma, uma paisagem.

Figura 96. No Porto da Pedra durante a preparação para a saída de madrugada para a pesca de camboa.

Fonte: o autor, 2022

Figura 97. A lua e seu brilho, ou “maré de claro” como é chamado pelos quilombolas, nos acompanhando na ida pela madrugada à camboa do Maracujá.

Fonte: o autor, 2022

Figura 98. Ajustando as redes de camboas durante a madrugada.

Fonte: o autor, 2022

Figura 99. Espera para a baixa da maré.

Fonte: o autor, 2022

Figura 100. Raiar do dia e ajustes às redes de camboa de acordo com diminuição da maré.

Fonte: o autor, 2022

Figura 101. Estaleiro Atlântico Sul, integrante do Complexo Portuário, enquanto desestabilizador ecológico, social e paisagístico

Fonte: o autor, 2022

Figura 102. Coleta dos peixes presos às redes de camboa.

Fonte: o autor, 2022

Figura 103. Devolvendo filhote de peixe Mero, em risco de extinção, ao rio.

Fonte:o autor, 2022

Figura 104. Cooperação, socialização e alegria são integrantes da pesca de Camboa

Fonte: o autor, 2022

Figura 105. Viver e trabalhar em família

Fonte: o autor, 2022

Figura 106. Fim de pesca e limpeza dos peixes enlameados.

Fonte: o autor, 2022

Assim, viver da terra, do rio e mangue, modo de existir que sinaliza e caracteriza e molda a territorialidade de Mercês, implica estar enredado em um jogo das forças e relações entrelaçadas e coordenadas. Logo, a adição de variáveis de grande impacto no referido ecossistema, vide a própria construção do Porto de Suape, bem como o episódio do bloqueio e o recente desbloqueio parcial do Rio Tatuoca, é suficiente para afetar significativamente as forças anteriormente ali envolvidas e assentadas, promovendo dessa maneira inibição da variação da maré, o assoreamento do mangue, prejudicando a reprodução e desenvolvimento dos peixes e crustáceos, assim como, consequentemente, a vida dos quilombolas que daquele ambiente vivem. Em outras palavras, é o que Tsing (2019) denomina como "perturbação lenta", no sentido que alterações repentinas e violentas nos ciclos, bem como na composição de espécies por poluição, destruição de habitats e extinções podem provocar o colapso dessas assembleias dos quais os quilombolas de Mercês fazem parte.

Como escutado entre conversas e repetidamente relatado a mim desde o início do meu contato em 2019 com eles, as atividades pesqueiras desde o final da década de 1970, com a chegada do porto, vêm sendo amplamente afetadas, tornando cotidiano, o que era no passado bastante incomum, como, por exemplo, dias de pescaria em que quase nenhum pescado é obtido, ou, no que se refere a catação de crustáceos, os volumes obtidos serem bem abaixo do que normalmente era extraído e esperado[99].

5.5 A TERRITORIALIDADE DE MERCÊS

Mediante o que foi descrito, compreende-se como a territorialidade da comunidade quilombola Ilha de Mercês vem se expressando até o presente momento, apesar da descaracterização, redução e retalhamento de seu espaço. Ou

[99] De acordo com os moradores de Mercês, atualmente, após o desbloqueio parcial do Rio Tatuoca, os catadores de aratus, siris e outros crustáceos conseguem em um dia obter em média 3 a 4 kg de pescado. Anteriormente, sem a plena expansão do porto e o bloqueio do rio, conseguiam em um único dia de catação aproximadamente 8 kg. Já durante os 14 anos em que o Rio Tatuoca esteve bloqueado, obtiam uma média diária de apenas 1 a 2 kg de crustáceos.

seja, através de experiências de ocupação e gestão territorial baseadas em práticas tradicionais de agricultura familiar e extrativismo. Como apresentado neste capítulo, tal lógica espacial pode ser mais bem captada e compreendida através dos aqui denominados lugares da memória, por meio dos tradicionais topônimos e por suas gestões e relações particulares com a terra, rios e mangues. Destarte – sabendo dos riscos e da responsabilidade advinda de certa e inescapável autoridade etnográfica[100] –, esses três eixos por mim observados da territorialidade de Mercês manifestam suas inteligibilidades, sobretudo por meio de quatro aspectos, que não se revelam de maneira isolada, mas sim aglutinados, nutrindo uma à outra, isto é: (1) por redes de parentesco; (2) por práticas de solidariedade comunitária; (3) pela consciência de uma ancestralidade negra; (4) e por meio de relações territoriais específicas.

Indo mais a fundo na elucidação das maneiras como esses elementos são expressos, no que se refere aos lugares da memória elencados, ou seja, os entes assentados e muito antigos naquele território (o Baobá, a Senzala, a Igreja Nossa Sr.ª das Mercês, a Casa Grande e o antigo Pilão), estes, enquanto referências espaciais, memoriais e afetivas, manifestam ou se conectam, ainda que negativamente em alguns casos, com aspectos de sua ancestralidade negra, vide que são tomados como evidências e parte do fundamentos de suas origens e singularidades, o que, por sua vez, corrobora simultaneamente com a aparição do aspecto de identificação territorial, haja vista estes “objetos” estarem enraizados na localidade, bem como – por consequência de sua narrativa histórica – caracterizarem e imprimirem sentidos nos seus territórios que possibilitem uma identificação e apropriação mais robusta daquele espaço.

[100] Considero aqui a ideia de autoridade não em termos de uma posição de domínio que, por sua vez, reflete diretamente em uma desigualdade de poder entre os envolvidos, mas sim como produto inexorável de relações sociais, no qual se sucede no oferecimento, por meio de um acordo, o direito de um indivíduo ou grupo de exercer o que se foi estipulado. Assim sendo, trazendo para o âmbito do debate metodológico na antropologia, os termos de autoridade que sustento se baseia, à maneira dos zapatistas, em um “mandar-obedecendo”, isto é, de minha evidente autoridade etnográfica funcionar operacionalizando os saberes e informações obtidas em um firme compromisso dialógico com aqueles com quem eu trabalhei, sem almejar, nem desembocar, portanto, em alguma espécie de submissão.

No que diz respeito aos topônimos tradicionais, tais termos, se encarados enquanto sinalizações e vestígios históricos de antigas territorialidades, ou mesmo enquanto meios que indicam como certa territorialidade ainda hoje opera, podem ser compreendidos como janelas para mitos, histórias, memórias coletivas e relações sociais passadas ou presentes, possibilitando assim a visualização da presença de aspectos vinculados à ancestralidade negra, principalmente no que se refere aos nomes como “Poço do Zumbi” e “Congo”.

Da mesma forma, outros nomes locais, como, por exemplo, “Rego de Mãedia”, “Camboa do Ivanildo”, “Camboa de Isabel” e assim por diante, indicam aspectos ligados às redes de parentesco, pois levam às memórias e às histórias no que tange a existência de antigos parentes que ali viveram. Novamente, estes aspectos juntos, nunca isolados em si mesmos, fortalecem a concepção, bem como fomentam o reconhecimento de uma percepção de identidade territorial daquele espaço, levando em consideração que ter esses conhecimentos memoriais e orais proporcionam aos nativos de Mercês disporem de uma consciência e sentimento de pertencimento e direito à herança daquele espaço que antes pertencia aos seus parentes e antepassados.

> *“Mãedia foi minha mãe, filha de uma escrava, morreu com 107 anos. Morava próximo àquele rego. Ivanildo foi meu antigo compadre. Isabel eu também conheci de muito tempo atrás. Ela foi (da região) de Cocaia”. Maria Madalena.* (notas de campo, 2022).

Enfim, também orientada de geração a geração, as práticas extrativistas, bem como os seus meios e ações cotidianas de lidar e viver com o referido ambiente, que simultaneamente proporcionam a permanência, educação, reprodução e atualização daquela lógica territorial quilombola, exprimem três dos quatro aspectos indicados anteriormente, ou seja: as redes de parentesco, as práticas de solidariedade comunitária e o senso de uma específica identidade territorial. Dito de outro modo: as maneiras de se relacionar intimamente com a terra, os rios e mangues passam por se apoiar pelas redes de parentesco e solidariedade comunitária, haja vista que viver por meio de um estilo de vida da e pela terra implica em estabelecer redes de apoio e cooperação, bem como da partilha de funções e responsabilidades para se alcançar o adequado sustento.

Figura 107. Depois de pescar o aratu, é necessário cozinhá-lo.

Fonte:o autor, 2022

Figura 108. Depois de cozinhado, o trabalho seguinte é tirar o filé do aratu

Fonte: o autor, 2022

Além disso, o cotidiano através dessas práticas tradicionais, de viver e se familiarizar com o “território concreto”, isto é, ter o estreito contato com chão, a terra

batida, a paciência para plantar, a lama do mangue, os maruins, o intenso Sol diário, o frio e chuva da madrugada rio adentro, os machucados e acidentes não esperados, o calejamento das mãos pelo uso de ferramentas manuais, tem como consequência adquirir um entendimento profundo do espaço que os rodeia, da mesma forma que existir emaranhado a estes outros entes os conectam em alguma medida ao ambiente, tornando perceptivelmente unidos, pertencidos e identificados a ele. Um sentido territorial, portanto, que desenvolve e perdura de maneira coparticipativa, criado pela e na interação com e entre humanos e não humanos.

> *"Você sai de casa cheio de problemas e lá no mangue você esquece… Lá me sinto feliz. Quando encontro dificuldades no mangue, eu boto é para rir. Prefiro estar no mangue do que ficar em casa… Ali não tem zuada, não tem quem lhe perturbe… Todo problema que você tiver, no mangue você esquece, porque eu mesma esqueço de tudo… Posso sair de casa estourando de raiva, mas é botar o pé no mangue que aí acaba. É como um calmante, todas as coisas ruins você esquece… No mangue, você fica só, só tem eu, as águas e os aratus… Trabalho para mim mesmo, não tenho que escutar gritos de outras pessoas, como já escutei em tantos outros trabalhos por aí fora que já fiz. Não tem ninguém para ditar nada a mim, tenho minha autonomia, trabalho sossegada, vou no momento que quero ir, volto na hora que quero voltar, só respondo a mim mesmo. No que eu puder lutar pelo mangue, vou lutar".* Marinalva. (Notas de Campo, 2022).

Figura 109. Mãos calejadas de uma vida por e pela terra.

Fonte: o autor, 2022

***

Em conclusão, o que se observa da territorialidade não hegemônica de Mercês é que ela apenas por sua existência em si se faz antagônica à territorialidade do Complexo Portuário. Se expressando, portanto, sem objetivos de expansão, controle e hiperprodução, mas com propósitos de subsistência, nutrição, autonomia, permanência, enraizamento e vínculo com aquele ambiente em torno. Ademais, o referido manejo e concepção do Quilombo sobre seu próprio espaço se efetuam sob uma escala e objetivos micro, dado que suas práticas extrativistas e de agricultura familiar, bem como a própria apropriação espacial – as áreas de residências, socialização e lazer – se sucederem, como ainda se sucedem, tendo em vista uma geografia da felicidade (SOUZA, 2013), isto é, almejando a constituição de locais tecidos pelos bons encontros, por confluências, buscando a manutenção da vida no sentido mais sincero.

Em suma, é possível afirmar que se trata de uma existência e experiência comunitária anterior que expressa uma territorialidade que espontaneamente se opõe às práticas de supremacia territorial que vem sendo efetuadas na região pelo Complexo Portuário. Assim sendo, o que se observa da lógica espacial quilombola de Mercês e da, por conseguinte, erosão, retalhamento e redução de seu território com a implantação do Complexo Portuário de Suape é a constatação de um quadro, à moda século XXI, do colonialismo. Ou seja, o que existe se trata antes de tudo de uma atitude colonial do Estado brasileiro e do governo pernambucano, através do empreendimento, para com os nativos daquele território, no qual se baseiam na imposição da força (WEIL, 2019) e na consequentemente e coercitiva criação de fronteiras – oficialmente denominadas como zonas –, ignorando toda uma anterior organização social e espacial nativa. A contar da época que os 27 engenhos destinados a se tornarem a área do Complexo, que a região passa a ser a submetida a intervenções, expropriações, expulsões, bem como a aderir um sentido territorial outro, contrário, não dialógico e não pertencente ao que antes foi.

Porém, é importante salientar e relembrar, que anterior ao advento do empreendimento portuário, a existência da relação da territorialidade hegemônica dos engenhos e usinas com as territorialidades não hegemônicas das brechas

também se desenrolava por meio da expropriação e violência, ainda que se manifestassem de outra forma. A lógica territorial do Complexo de Suape, nesse sentido, vem agir de maneira a substituir as duas territorialidades antagônicas antes presentes – a dos banguês e usinas com as não hegemônicas.

Dessa maneira, a partir do que foi descrito ao longo do trabalho, se observa que a implementação do Complexo Portuário produziu uma cadeia de efeitos perversos para e na comunidade de Mercês, como: a poluição e destruição do ecossistema envolvente; redução de suas terras; impedimentos e incremento na dificuldade para a continuidade de suas práticas extrativistas; separação e desestabilização de famílias, no qual alguns núcleos foram transferidos para localidades como Nossa Srª do Ó, Vila Claudete, Massangana, Cabo de Santo Agostinho; o adoecimento, mental e físico, dos quilombolas; a extinção de antigos locais tradicionais; bem como o isolamento espacial de áreas, antes coesas, da comunidade, devido à construção de rodovias e espaços para as indústrias.

Por sua vez, este conjunto de violações vem acarretando transformações na própria territorialidade nativa, haja vista que a série de impedimentos e obstáculos vem obrigando aos habitantes locais – simultâneos às suas lutas para continuar com suas tradicionais práticas extrativistas – a procurarem dar novos sentidos às suas vidas e ao seu espaço por meio de outros modos de subsistência para assim se manterem fixados no território, como a limitação exclusiva do seu terreno para moradia e não mais para atividades de lavoura, a busca por diferentes empregos nas cidades vizinhas, a venda de serviços (alimentar, mecânico, entre outros) para trabalhadores e funcionários do Complexo Portuário e aos transeuntes que vivem a trafegar por aquela área. Nesse sentido, o que se há preponderantemente hoje no Quilombo com as transformações impostas e ataques sofridos é um processo de etnocídio, que por sua vez acarreta na insegurança ontológica da comunidade de Mercês, tendo em vista que toda uma série de relações sociais e existenciais, que antes eram minimamente estabilizadas, foi quebrada e, ou corrompida.

Atualmente, por sua localização específica, situada no “coração” do empreendimento portuário, a comunidade representa a maior barreira para a expansão completa da ZIP, considerando seus prazos almejados de expansão da

maneira como está registrado nos documentos oficiais. Entretanto, apesar dos pesares, o Quilombo Ilha de Mercês permanece e se reinventa: antes, apenas uma antiga comunidade rural, sem conhecimento de seus direitos fundamentais; hoje, não apenas uma antiga e resistente comunidade rural, mas também um Quilombo, consciente de sua identidade e ancestralidade negra e de seus direitos originários, bem como está articulado com instituições da sociedade civil e com outras instâncias do Estado, como a Defensoria Pública do Estado de Pernambuco e o Ministério Público Estadual e Federal.

Em outras palavras, através de um complexo processo de luta pela existência que a comunidade quilombola de Ilha de Mercês ao mesmo tempo em que experiencia o andamento de um etnocídio, no sentido que há uma destruição sistemática de seus anteriores modos de vida e pensamento (CLASTRES, 2004), também busca se reerguer por meio de um processo de etnogênese (BARTOLOMÉ, 2006), isto é, por meio de uma reinvenção, reconfiguração e readaptação das dinâmicas internas da comunidade às externalidades, bem como pelo autorreconhecimento enquanto quilombolas, ou seja, enquanto sujeitos coletivos de direito conscientes das especificidades de suas práticas e modos de vida, principalmente no que se refere às relações estabelecidas com seu território e à conformação de sua territorialidade, como também capazes de elaborar os próprios projetos de gerência e defesa de seu território e de luta política por justiça social para assim sobreviver às frentes de expansão capitalista. Um processo em que vida e morte caminham juntas.

Sendo assim, quanto ao futuro, duas perguntas então emergem: dada a intensidade e continuidade dos ataques do Complexo Portuário, até quando durará a resiliência dos quilombolas de Mercês? Ou, será o Estado, por meio do empreendimento portuário, capaz de cessar sua expansão, bem como reparar e garantir os direitos do Quilombo e de seu território?

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS OU A PARTIDA PARA UM REMATE QUE NÃO SE FINDOU

"Quem nasce aqui é daqui
Quem vem de lá é de fora
Que foi pra lá, foi embora"
(Mauricio Baia)

Chegando ao findar da presente dissertação, o que nela principalmente se almejou foi apresentar a dinâmica de esmagamentos, apagamentos e invisibilidade promovida pela territorialidade do Complexo de Suape sobre a específica territorialidade do Quilombo Ilha de Mercês. Para isso, primeiramente foi realizada uma exposição histórica do desenvolvimento da constituição do que denomino por elementos e espaços hegemônicos (desde os primeiros colonizadores, os engenhos, os senhores de engenho, as usinas, os usineiros, o latifúndio, o Complexo Portuário de Suape, o empresariado e a classe política), bem como pela posterior da apresentação da lógica territorial que se faz hoje preponderante na região por meio da análise dos vigentes arquivos oficiais. Em seguida, com a finalidade de contrapor e evidenciar o processo de entrelaçamento daqueles elementos descritos com outros antagônicos que igualmente se efetuou um levantamento histórico do desenvolvimento do processo de concepção dos componentes denominados como não hegemônicos (desde os Caetés, moradores de engenhos, as pessoas escravizadas, o campesinato livre e suas terras, os libertos, o proletariado rural, os pescadores, os quilombos, os quilombolas, os mangues, os rios e o mar) até o momento de irrupção da CIPS. Destarte, após se chegar à compreensão do constitutivo e intrincado enredo atual na região de Suape, apresentou-se uma das comunidades que se encontra em processo de desterritorialização e luta contra o empreendimento portuário: o Quilombo Ilha de Mercês.

Dessa forma, ainda que a apresentação do que denomino por elementos hegemônicos e não hegemônicos tenha sido realizada por meio, por assim dizer, de uma abordagem segregadora, isto é, os descrevendo e analisando separadamente, o que se foi intencionado principalmente com isso foi alcançar uma maior clareza quanto aos seus respectivos papéis, contextos e naturezas constitutivas, embora

tenha ficado claro – assim espero – que estes componentes e seus decorrentes territórios nunca foram deslocados entre si, mas sim adjuntos, entrelaçados, acumulados e sobrepostos uns aos outros, se manifestando simultaneamente enquanto reagentes e produtos de um encadeamento histórico socioespacial específico.

Isto posto, a apreensão desta conclusão, a de um emaranhamento da existência de elementos diversos e diferentes entre si, leva diretamente a outro corolário, isto é, o da consciência da existência histórica de uma heterogeneidade constitutiva da região que compreendemos por Suape. Nesse sentido, perceber a composição histórico-territorial não uniforme, que se permeia e prossegue através de desigualdades estruturais diversas, é compreender a gravidade das violações que vem ocorrendo na localidade, ou seja, da subjugação e transformação de uma gama de territórios e territorialidades não hegemônico a uma mesma lógica territorial, à homogeneização compulsória em prol da soberania do Estado e do mercado.

Nesse sentido, é possível perceber que as raízes dos conflitos que atualmente ali repousam, pelo menos em sua grande maioria, se reproduzem e se fortalecem pela ausência de uma redistribuição e democratização fundiária naquela área, haja vista que, do contrário, um reconhecimento, partilha e acesso às terras permitiria proporcionar e assegurar a multiplicidade territorial não hegemônica que ainda se faz constitutiva na região. Em síntese, a “Problemática Suape”, isto é, o entendimento do conflito no sentido mais amplo, ou, melhor dizendo, o distúrbio socioambiental causado em ocorrência de uma asfixia promovida pela territorialidade hegemônica do empreendimento sobre as territorialidades não hegemônicas se manifesta enquanto um processo obliterador e degenerador de existências e vínculos que se dá através de um movimento de silenciamento e desenraizamento.

Destarte, por mais que possa soar uma solução menor, de impacto diminuto frente à magnitude da problemática – não só, mas majoritariamente – fundiária existente na região, creio, no entanto, que existe, a necessidade de se realizar uma

ressemantização do que é normalmente entendido ou acionado quando se fala, escuta ou lê a palavra “Suape”.

Como pode ter sido observado ao longo da dissertação, “Suape” nunca foi citada de maneira isolada, mas sempre acompanhada por um substantivo e adjetivo que a melhor especificasse: “Região de Suape” ou “Complexo de Suape”. Isso não foi sem motivo, mas um cuidado em razão ao que se é normalmente visto e percebido em jornais, trabalhos acadêmicos e no próprio cotidiano pessoal. Ou seja, embora muito se tenha consciência de que “Suape" se trata de uma microrregião, de uma localidade, a principal conexão mental imediata que se faz atualmente é com o Complexo Portuário ali presente, como uma área completamente voltada e pertencente somente ao referido empreendimento. Este fato em si tem raízes no passado, tendo em vista que desde outrora não há o reconhecimento da diversidade ali vivente, com a tendência por parte dos atores hegemônicos sempre de dotar a região com um caráter, ambientalmente e socialmente, segregacionista e homogêneo.

Este apontamento, por sua vez, não é sem fundamento. Tal dado foi igualmente percebido por leituras realizadas referentes à localidade, bem como pelo o que foi observado em meu campo, entre os anos de 2019 e 2022, com os quilombolas da Ilha de Mercês, cujo território se sobrepõe a um dos 27 engenhos que compõem a região.

Para fins de exemplificação, primeiramente cito um estudo clássico sobre a localidade: “O Povoado de Suape: Economia, Sociedade e Atitudes”. Nele, Roberto Motta (1978) se refere ao conjunto de pessoas da área como o “povoado de Suape”. Inquieto com o referido termo – haja vista que, pelo que pude escutar e observar, as pessoas da região sempre referenciam através dos nomes específicos acerca de seus locais de origem e residência –, fui perguntar a alguns dos mais velhos de Mercês sobre a localização deste suposto povoado, ou se por acaso Mercês já foi chamada por “povoado de Suape”. As respostas seguiram a mesma direção: “*Nunca ouvi falar desse lugar.*” (Notas de campo, 2020), *“Se existe, eu não conheço.”* (Notas de campo, 2020), bem como também teve quem complementou como Maria Madalena: “*Nunca escutei isso de povoado de Suape, e Mercês sempre foi Mercês.*

Sempre chamamos aqui por Mercês." (Notas de campo, 2020). Com isso não quero abrir polêmica, ou mesmo querer dizer que os dados levantados pelo referido autor foram errôneos, mas apenas para apontar especificamente que a terminologia por ele utilizada para se referir àquelas coletividades não pode ser tomada como única, mas sim como mais uma dentro das múltiplas possibilidades existentes, considerando a variedade de comunidades ali anteriormente assentadas.

Ademais, como igualmente já exposto no primeiro capítulo através das imagens dos jornais da época, Santos et al (2013) e Rebelo Neto (2018) em seus trabalhos também apresentam como a grande mídia pernambucana, por meio dos grandes jornais, sempre foi tendenciosa e favorável desde a gênese do Porto e seus empreendimento integrantes até o período mais recente. E isso não é pouco significativo. Principalmente considerando que se trata da construção de um discurso e imagética de um território, que além de se fincar no imaginário cotidiano mais amplo, atraindo dessa forma juízos a favor, também ressoa até mesmo entre as pessoas que são contrárias ou que possuem algum tipo de crítica ao Complexo Portuário.

E isso pôde ter sido melhor constatado em meu próprio campo profissional, no qual sempre que me apresentava, até mesmo para pares da mesma área de atuação, enquanto pesquisador que estava atuando junto ao Quilombo Ilha de Mercês, uma comunidade quilombola situada na região de Suape. As expressões nos rostos, em sua grande maioria, era sempre a mesma: de espanto; de estranheza; de desconhecimento de que naquela área residem pessoas, ou que há uma comunidade – ou comunidades, é verdade – mais antiga que o próprio empreendimento.

Da mesma maneira, isso foi igualmente observado durante a segunda participação da Cooperativa Quilombola Ilha de Mercês (COOPERQIM) no evento do 27º Agrinordeste[101] em 2019, sendo a primeira participação deles no ano de

[101] Maior evento indoor do agronegócio do Norte e Nordeste do Brasil, realizado no Pavilhão do Centro de Convenções de Pernambuco de 24 a 26 de Setembro de 2019. Através de uma parceria com a Prefeitura de Ipojuca que a comunidade quilombola Ilha de Mercês conseguiu se inscrever e participar.

2018. Com o *stand* possuindo o nome “Produtos do Quilombo”, lá pude observar como a maioria das pessoas se impressionaram ao ter conhecimento da localidade da comunidade, pois, como dito por uma cliente: “*nunca imaginei que lá (na Região de Suape) tinha um Quilombo*” (Notas de campo, 2019). Ainda que para o evento tenha existido uma grande junção de energias para levar parte da produção da cooperativa (doces em compotas; chips de banana, cará e batata-doce; águas de coco; bolos de massa; trufas de frutas; e caldo de aratu) à venda, porém, em muitas situações pude observar que os quilombolas de Mercês presentes se importavam menos em vender do que conversar com os clientes e, ou curiosos com o nome do *stand* para explicar o que é um Quilombo, quem são eles, onde residem, complementando muitas vezes suas informações com convites de visita à comunidade e, ou denunciando os ataques sofridos por eles pelo Complexo de Suape.

Quando questionei a Magno Araújo, atual presidente da Associação Quilombola Ilha de Mercês (AQIM) e meu principal interlocutor, o valor de estar em um evento daquele tipo, sua resposta foi:

> Mais *do que o lucro, mais importante é a visibilidade que a comunidade ganha com o evento, [...] as pessoas de fora devem saber quem é a comunidade e que ela existe* (Notas de campo, 2019).

Visibilidade, portanto, se apresentando como uma ideia chave em seus planos. Um termo muito usado pela AQIM e COOPERQIM justamente por serem constantemente apagados pelo empreendimento portuário que, de acordo com as próprias pessoas de Mercês, até recentemente, os chamavam de invasores, dado que, em sua justificativa, no passado o território se encontrava em uma espécie de “vazio demográfico”.

Figura 110. Stand da COOPERQIM durante o 27º Agrinordeste, em 2019.

Fonte: o autor, 2019

Tais dados exemplificam claramente como o discurso da mídia – em total concordância com o Complexo de Suape e a classe política – é efetivo e povoa grande parte do imaginário social com a imagem de um espaço homogêneo do e para o empreendimento, apagando assim Mercês e as diversas outras restantes comunidades ali enraizadas, transformando e uniformizando um imenso território somente a favor e nos pressupostos da lógica empreendedora portuária. Assim, “Suape” nesses termos se torna, portanto, sinônimo do próprio Complexo Portuário ali presente.

Nesse sentido, a construção e legitimação da imagem de um território homogêneo, isto é, antes vazio e agora pertencente e direcionado somente ao CIPS justifica qualquer tipo de ação que parta do empreendimento, haja vista o espaço se tornar, por essa perspectiva, sua propriedade. Dessa maneira, ter atenção à astúcia na concepção desse discurso é perceber que o empreendimento do Porto (o Estado) junto aos seus aliados (grandes empresas e classe política), simultâneo à execução de qualquer ação concreta nos territórios, promove não apenas processos de expropriação e desterritorialização das comunidades assentadas, mas também uma política do esquecimento e esmorecimento mediante o não reconhecimento da existência e da não legitimidade dos grupos sociais e de suas inerentes

territorialidades não hegemônicas, bem como pela autopropaganda[102] e a consequente difusão[103] por sua disseminada relevância econômica.

Nesse sentido, ter sua imagem e discurso legitimados e reconhecidos, além de validar suas intervenções naquele espaço, o torna isento da responsabilidade de promover grandes reparações às vítimas. Afinal, olhando por seus termos, o que se é desterritorializado quando não há nada territorializado? O resultado desse processo é a promoção de uma não visibilidade e apagamento que termina por desembocar na deterioração e na consequente eliminação completa dos antigos grupos sociais que ali residem. Um agressivo processo etnocida. Dito isso, elaborar outra imagem, ressemantizando a noção de “Suape”, ou retomar ao significado que antes se tratava, e, consequentemente, repovoar o imaginário social quanto à ideia que se transmite e representa não é algo irrelevante, mas sim necessário. Um primeiro passo, considerando que se manter dentro dos pressupostos que são amplamente difundidos apenas contribui para o discurso que legitima e efetiva a invisibilidade e a obliteração das variadas comunidades que ali estiveram situadas, como de outras também que lá ainda estão.

Sendo assim, é preciso voltar e ampliar. Voltar no sentido de compreender “Suape” de fato como uma região, geograficamente falando, ou seja, enquanto uma entidade espacial, entendendo que enquanto tal nele se ocupa distintos e múltiplos entes e ecologias. Por conseguinte, ampliar o sentido da percepção daquilo que está semanticamente reduzido, ou seja, de que “Suape” possa exprimir e identificar a ideia do que verdadeiramente é: de um espaço constituído pela existência de pluralidades (múltiplas comunidades) e de possibilidades (novas associações, reconhecimento e criações identitárias). O movimento, portanto, é sobre tentar resgatar o que é constantemente tornado invisível e apagado, isto é, retomar, reconhecer e proteger aquilo pelo que denominei por não hegemonia, ou seja, as

[102] Importações pelo Porto de Suape batem recorde e ultrapassam US$ 900 milhões em agosto. 13/09/2021. Disponível em: <https://www.suape.pe.gov.br/pt/noticias/1550-importacoes-pelo-porto-de-suape-batem-recorde-e-ultrapassam-us-900-milhoes-em-agosto>. Acesso em 20 de março de 2022.

[103] Importações pelo Porto de Suape batem recorde e ultrapassam US$ 900 milhões em agosto. 10/09/2021. Disponível em: <https://www.folhape.com.br/economia/importacoes-por-suape-batem-recorde-e-ultrapassam-us-900-milhoes/197173/> Acesso em 20 de março de 2022.

diversas histórias, tradições, gestões territoriais e socialidades dissidentes e específicas que surgiram no mar da história da região.

Dessa maneira, é encarar “Suape” como uma encruzilhada, não com a concepção usual que se dá de um beco sem saída, mas sim enquanto uma possibilidade, como um espaço de cruzamento onde emergem as oportunidades de vida e criação (SIMAS, RUFINO, 2019). Pensar então aquele espaço como uma abertura, isto é, não como uma área acabada e engessada, mas aberta às chances, às boas perspectivas e permeada pelas invenções diárias e cotidianas. Encará-lo como um local que proporcione o vislumbre de múltiplos caminhos, não de apenas um, mecânico, monocultor, sem criatividade e artificial, mas sim – fazendo jus ao seu significado na língua tupi – sinuoso, com suas complexidades e nuances. Como um espaço, portanto, do encontro, atravessado e composto pelo diverso, como historicamente foi, mas fundamentalmente permeado e centrado nas relações criativas e autônomas. Em suma, compreender que por Suape ser uma encruzilhada, ela é incapturável, não podendo ser resumida a apenas um mundo, mas a múltiplos caminhos que se sobrepõem e se cruzam. Dessa forma, o movimento tem que ser de ampliação, e não de redução como o Complexo Portuário visa arrematar.

Evidentemente, pensar uma ressemantização sem ações concretas não tem efeito. Nesse sentido, é imperioso que atitudes, intervenções e práticas conjuntas também sejam realizadas para se atingir tal objetivo. Logo, se ainda há algum interesse por parte do Estado em atingir alguma espécie de justiça social e ambiental, que seja complexificando o Complexo Portuário, buscando torná-lo legitimamente múltiplo, dado que seu nome não parece refletir o que nele existe e é almejado hoje no CIPS, isto é, uma sobreposição de uma hiper territorialidade voltada a fins puramente econômicos – ambientalmente segregadora, assim como constituída em grande parte por indústrias, galpões e containers – sobre lógicas territoriais minoritárias e antagônicas. O Complexo, por seu viés e busca por hegemonia, tal como as antigas usinas quando ali foram preponderantes que sempre necessitavam aumentar, não possui uma existência autossuficiente, estando sempre precisando se conectar a outros territórios e projetos para capilarizar,

dinamizar e tornar cada vez mais eficaz a logística para a expansão de sua tensão produzida e recebida.

Assim sendo, para isso, não basta, seguindo a mesma lógica produtivista capitalista, realizar medidas e gastar energias na tentativa de tornar compatíveis elementos que são incompatíveis. É preciso então enfrentar, diminuir e findar em grande parte os meios que são verdadeiros degradadores existenciais: as indústrias pesadas, a monocultura, o automatismo e a gramática neoliberal. Em outras palavras, é necessário que em Suape se realize um decrescimento planejado: que, inicialmente, se cesse as desapropriações e ameaças diretas e indiretas, que se reconheça e devolva, pelo menos, a grande parte das terras que foram tomadas para a construção do Complexo Portuário, que se interrompa os meios poluidores e arruinadores das ecologias remanescentes e que se incentive as economias populares locais. Afinal, é preciso levar em consideração principalmente o fato de que, simultâneo ao contexto mundial de emergência climática e ambiental, os grupos afetados na região de Suape pelas ações do Estado se tratam de antigas comunidades negras que herdaram consequências de injustiças raciais e sociais passadas, bem como infelizmente ainda vivem estes abusos. Portanto, é preciso garantir não só a terra, mas também o direito à memória, o direito a não ser submetidos a uma “amnésia” estatal.

Destarte, de fácil percepção, os grandes projetos de desenvolvimento, como o Complexo Portuário de Suape, permanecem e perduram – apesar dos variados e distintos governos marcados com ideologias diferentes –, porque antes de tudo são projetos de Estado. O grau de investimento e importância podem até mudar, mas a natureza da ambição para sua completa realização permanece principalmente em razão de o Estado estar sempre embebido e regido pela “ideologia de desenvolvimento”, no sentido de adotarem em sua constituição a concepção e buscarem, consequentemente, a supremacia, expansão e o crescimento econômico, e não reconhecerem plenamente outros meios de existência que fuja de seus domínios (DAHL, HJORT, 1985). Dessa forma, longe de uma especificidade radical, o Complexo Portuário segue a tendência global, onde Estados, aliados a grandes empresas, promovem processos de expulsão (ZIAI, 2019) em prol do discurso de

modernização e crescimento. Empreendimentos e negócios dessa natureza, portanto, funcionam como dispositivos que permitem a operação da continuidade e manutenção do “destino” do Estado, nos termos de um ente possuidor de uma compulsão por supremacia.

Nesse sentido, é obviamente necessário que o pensamento, os desejos e a conduta do Estado estejam em oposição ao que foi antes e ao que hoje é por ele próprio ambicionado e planejado, haja vista que a maneira como o Complexo de Suape presentemente se configura não permite a abertura para outros tipos de existências naquela região. Logo, a partir da mudança desses pressupostos, é possível avistar algum horizonte de justiça ambiental, econômica, social e racial, do contrário, as ruínas só vão se proliferar.

Entretanto, é importante salientar que o horizonte de mudança da conduta do Estado só se transformará caso forças opostas a ela também alcancem a desconstrução do Complexo de Suape como um grande projeto do governo pernambucano, isto é, tirando a sustentação política do empreendimento como um projeto de futuro. Para isso, torna-se necessário expor as violações de direito existentes das comunidades que ali residem e visibilizar o Complexo de Suape não mais como um símbolo e vetor de desenvolvimento econômico, mas como um produtor de ruínas sobre as ruínas da hegemonia anterior, isto é, a dos canaviais.

Enfim, apesar dos acúmulos de 500 anos de ruínas, a vida na região tem resistido por meio das comunidades que surgiram e que resistem com suas territorialidades não hegemônicas. Sendo assim, para um horizonte de reparações, é necessário que, como apontado por Olúfémi Táíwò (2022), elas sejam antes de tudo pensadas e realizadas no sentido de engajar a construção de uma ordem social futura melhor, isto é, que vise o fortalecimento dos aspectos comunitários dos grupos historicamente afetados da área, e, para isso, redes de solidariedade, apoio político, redistribuição e retomada da terra a estes sujeitos se tornam essencial.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. São Paulo: Martins Fontes, p. 497, 2007;

AHMED, Saladdin. Totalitarian space and the destruction of aura. SUNY Press, 2019;

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: companhia das letras, v. 8, 2000;

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Carajás: a guerra dos mapas. Belém: Seminário Consulta, 1995;

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Quilombos: sematologia face a novas identidades. Frechal–terra de preto, quilombo reconhecido como reserva extrativista. São Luís: SMDDH/CCN-PVN, 1996;

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Quilombos: repertório bibliográfico de uma questão redefinida (1995-1997). Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, p. 51-70, 1998;

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras de Preto, Terras de Santo, Terras de Índio - Uso comum e conflito. In: Terras tradicionalmente ocupadas: terras de quilombo, terras indígenas, babaçuais livres, castanhais do povo, faxinais e fundos de pasto. Manaus: Ed. UFAM, 2008;

ALMEIDA, Leonardo Monteiro Crespo. Universalismo e fragmentação contemporânea dos movimentos sociais: um diálogo entre Ernesto Laclau, Chantal Mouffe e Gilles Deleuze. Cadernos de Ética e Filosofia Política, v. 1, n. 34, p. 55-72, 2019;

ALMEIDA, Lucíola Perez de. Análise da efetividade dos estudos ambientais: o caso do complexo industrial portuário de Suape. 2003. 120 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003;

ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. Narrativas Agrárias e a Morte do Campesinato. Ruris: Revista do Centro de Estudos Rurais, v. 2, p. 157-186, 2007;

ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. Outros Mapas (Conferência de encerramento - INJPS). 2012;

ALMEIDA, Silvio. Racismo estrutural. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019;

ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, p. 71-96, 2010;

ALVES, José Luiz. Suape e sua trajetória histórica: um olhar geográfico. 2011. 259 f. Tese (Doutorado). Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011;

ALVES, Stevam Gabriel. Injustiças socioambientais e interferências na saúde de populações localizadas na área do Complexo Industrial Portuário de Suape. 2016. 138 f. Dissertação (Mestrado). Pós Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016;

ANDERSON, Benedict. Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008;

ANDRADE, Gilberto Osório; LINS, Rachel Caldas. Pirapama: um estudo geográfico e histórico. Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1984;

ANDRADE, Manuel Correia de. Transição do trabalho escravo para o trabalho livre no nordeste açucareiro: 1850/1888. Estudos Econômicos (São Paulo), v. 13, n. 1, p. 71-83, 1983;

ANDRADE, Manuel Correia de. A terra e o homem do Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 5ª Edição. São Paulo: Atlas, 1986;

ANDRADE, Manuel Correia de. “Introdução”. In: MILET, Henrique Augusto. Os quebra-quilos e a crise da lavoura. [Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1876] São Paulo: Global, INL, 1987;

ANDRADE, Manuel Correia de. História das Usinas de Pernambuco. Pernambuco, Fundação Joaquim Nabuco, 1990;

ANDRADE, Manuel Correia de. Modernização e pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994;

ANDRADE, Manuel Correa de. Espaço e tempo na agroindústria canavieira de Pernambuco. Estudos Avançados, v. 15, n. 43, p. 267-280, 2001a;

ANDRADE, Manuel Correia de. História das usinas de açúcar de Pernambuco. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2001b;

ANDRADE, Manuel Correia de. As Tentativas de Organização das Massas Rurais - As Ligas Camponesas e a Sindicalização dos Trabalhadores do Campo (1963). BRAUN, Lídia Baumgarten. WELCH, Clifford A.; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa S. Barbosa; WANDERLEY, Maria de Nazareth B.(Orgs.). Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas. V. 1. São Paulo: Editora UNESP, 2009;

AQUINO, Aecio Villar de. Nordeste Agrário do Litoral numa Visão Histórica. Recife: Asa, 1985;

ARAUJO, Rodolfo Jorge Vale de. Avaliação toxicológica da água e utilização de diferentes métodos na avaliação toxicológica de sedimentos do complexo estuarino de Suape, PE, Brasil. 2008. 78 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Oceanografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008;

AULER, Guilherme. D. Pedro II - Viagem a Pernambuco em 1859. In: Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, 1952;

AZEVEDO, Esterzilda Berenstein. Engenhos do Recôncavo Baiano. Monumenta, IPHAN, Ministério da Cultura, Brasil, Governo Federal, 2009;

BARBOSA, Cristiane Lucena. A construção do território e a conservação da Mata Atlântica no Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros-Suape, Pernambuco. 2015. 130 f. Dissertação (Mestrado). Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015;

BARROS, Nilson Cortez Crocia. A PRODUÇÃO/ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO NO NORDESTE CANAVIEIRO DO SISTEMA ENGENHO — Ensaio de geografia histórica. BoletimPaulista de Geografia, n. 62, p. 109-118, 2017;

BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político. Mana, v. 12, n. 1, p. 39-68, 2006;

BATESON, Gregory. Steps to an Ecology of Mind: Collected essays in anthropology. Psychiatry, evolution, and epistemology, v. 381, 1972;

BEY, Hakim. Superando o turismo. 2007;

BLASER, Mario. Political ontology: cultural studies without ‘cultures’?.Cultural Studies, v. 23, n. 5-6, p. 873-896, 2009;

BOBBIO, Norberto et al. Dicionário de Política. vol. 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, v. 674, 1998;

BORGES, Jorge Luis. Elogio da Sombra. Uma oração. Obras Completas, Tomo II, Editora Globo Rio de Janeiro, 1999, página 416;

BOURDIEU, Pierre. Rethinking the State: Genesis and Structure of the Bureaucratic Field. In: G. Steimentz (ed.). State/culture: state formation after de cultural turn. Cornell: Cornell University Press, 1999;

BRONZ, Deborah. “O Estado não sou eu”. Estratégias empresariais no licenciamento ambiental de grandes empreendimentos industriais. Campos-Revista de Antropologia, v. 14, n. 1/2, 2013;

CARDOSO, Ciro Flamarion. A Brecha Camponesa no Sistema Escravista (1977). BRAUN, Lídia Baumgarten. WELCH, Clifford A.; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa S. Barbosa; WANDERLEY, Maria de Nazareth B.(Orgs.). Camponeses

brasileiros: leituras e interpretações clássicas. V. 1. São Paulo: Editora UNESP, 2009;

CARDOSO, Ciro Flamarion. A brecha camponesa no Brasil: realidades, interpretações e polêmicas. Escravo ou camponês?: o protocampesinato negro nas Américas. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987;

CARDOSO, Thiago Mota. Malhas cartográficas técnicas, conhecimentos e cosmopolítica do ato de mapear territórios indígenas. Anais da ReACT-Reunião de Antropologia da Ciência e Tecnologia, v. 1, n. 1, 2014;

CARNEY, Judith. Navegando contra a corrente: o papel dos escravos e da flora africana na botânica do período colonial. África, n. 22-23, p. 25-47, 2004;

CARVALHO, Marcus J. M. de; ALBUQUERQUE, Aline Emanuelle De Biase. Os desembarques de cativos africanos e as rotinas médicas no Porto do Recife antes de 1831. Almanack, Guarulhos, n. 12, p. 44-64, abr. 2016;

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Notes And Documents. Introduction To 'On The Amelioration Of Slavery' (1816) By Henry Koster. SLAVERY AND ABOLITION. A JOURNAL OF COMPARATIVE STUDIES, v. 2, n.3, p. 368-376, 1991;

CESARINO, Letícia. What the Brazilian 2018 elections tell us about post-truth in the neoliberal-digital era. Cultural Anthropology, Hot Spots, 2020;

CHAGAS, Alessandra Carla Oliveira. Níveis de metais pesados e hidrocarbonetos em sedimentos do Complexo Industrial Portuário de SUAPE-PE-Brasil. 2003. 95 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Oceanografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003;

CLASTRES, Pierre. 2004. Arqueologia da violência - pesquisas de antropologia política. São Paulo: Cosac & Naify. 325pp;

COELHO, Frei Milton. Blog ARCA. Um Pouco da História de Ipojuca - Os engenhos de Ipojuca durante a ocupação holandesa. 26 abr. 2009. Disponível em: http://freimilton-ofm.blogspot.com/2009/04/um-pouco-da-historia-de-ipojuca_26.html. Acessado em 05 jan. 2022;

CONDEPE/FIDEM. Plano Estratégico de Suape. Recife, 2008;

COSTA, Heitor Scalambrini. Suape: Belo Monte esquecida. 03/05/2017. In: <https://www.ecodebate.com.br/2017/05/03/suape-belo-monte-esquecida-artigo-de-heitor-scalambrini-costa/>. Acesso em: 11/07/2022;

COSTA, Luciana Rodrigues. Representações de paisagem através de registros fotográficos da Comunidade Quilombola Onze Negras no entorno do complexo industrial e portuário de SUAPE-PE. 2011. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011;

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. “A Zona da Mata Pernambucana e a Serra Gaúcha: apontamentos sobre a estrutura fundiária em meados do século XIX”. CLIO – Revista de Pesquisa Histórica, n.30.2, Recife, UFPE, 2013;

CRUIKSHANK, Julie. Getting the words right: Perspectives on naming and places in Athapaskan oral history. ArcticAnthropology, p. 52-65, 1990;

CUNHA, Paulo Gustavo de Araújo; LUCENA, Vinicius Guerreiro de. Do sonho à realidade. Negócio Editora Ltda/Elsevier: Rio de Janeiro, 2006;

DABAT, Christine Paulette Yves Rufino. Moradores de Engenho: Estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. 2003; 742 f. Tese (Doutorado). Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003;

DABAT, Christine Paulette Yves Rufin. Os Primórdios da Cooperativa Agrícolas de Tiriri. CLIO. Série História do Nordeste (UFPE), v. 23, p. 129-169, 2007;

DAHL, Gudrun; HJORT, Anders. Development as message and meaning. Ethnos, v. 49, n. 3-4, p. 165-185, 1985;

DE CARLI, Gileno. Aspectos açucareiros de Pernambuco. Leuzinger, 1940;

DE CARLI, Gileno. Aspectos da economia acucareira [Brasil]. 1942;

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil Platôs-capitalismo e esquizofrenia-Vol. 4-trad. Suely Rolnik-Rio de Janeiro: Editora, v. 34, 1997a;

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil Platôs-capitalismo e esquizofrenia-Vol. 5-trad. Suely Rolnik-Rio de Janeiro: Editora, v. 34, 1997b;

DERRIDA, Jacques. Espectros de Marx: o estado da dívida, o trabalho do luto e a nova Internacional. Rio de Janeiro: Relume-Dumará. 1994;

DIAS, E. S.; ENDLICH, A. M. O papel da logística no processo de globalização e de integração territorial brasileira. Acta Scientiarum. Human and Social Sciences, Maringá, v. 26, n.1, p. 135-144, 2004;

DIAS, J. P., BORBA, M., VANZOLINI, M., SZTUTMAN, R., SCHAVELZON, S., DIAS, J. P., & AVERY, M. (2016). Uma ciência triste é aquela em que não se dança. *Revista de Antropologia*, *59*(2), 155-186;

EISENBERG, Peter L. Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco (1840/1910). São Paulo: Paz e Terra/UNICAMP, 1977;

FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. Arquitetura espacial da plantation açucareira no Nordeste do Brasil (Pernambuco, século XX). 2016. 369 f. Tese (Doutorado). Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016;

FISHER, Mark. Realismo Capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo? Autonomia Literária, 2020;

FÔNSECA, Francinete Torres Barreiro da. Copépodos parasitas de peixes Mugilidae, Centropomidae, Gerreidae do canal de Santa Cruz e área de Suape (Pernambuco-Brasil). 2003. 159 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Oceanografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003;

FOREST, Melânia Gaudêncio Noya. Engenho Maranguape: uma leitura arqueológica. 2006. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006;

FREYRE, Gilberto. Nordeste. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2015;

GABRIEL, Markus. Por que o mundo não existe. Editora Vozes, 2016;

GALLOIS, Dominique Tilkin. Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades. Terras indígenas e unidades de conservação da natureza: o desafio das sobreposições. São Paulo: Instituto Socioambiental, p. 37-41, 2004;

GAMA, Ruy. Engenho e tecnologia. Livraria Duas Cidades, 1983;

GARCIA, Afrânio R.; HEREDIA, B. M. A.; GARCIA, Marie France. Campesinato e "plantation" no Nordeste'. Anuário Antropológico, n. 78, p. 267-287, 1980;

GASPAR, Lúcia. Usinas de Açúcar de Pernambuco. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>. Acesso em: 5 jan. 2021;

GERHARDT, Cleyton H.; ARAÚJO, Lair. Ambientalização dos conflitos sociais e a adequação 'sustentável' da injustiça ambiental ao capital. Desenvolvimento Rural Interdisciplinar, v. 2, p. 266-294, 2019;

GIDDENS, Anthony. Modernity and Self-identity. Cambridge: Polity Press, 1991;

GOMES, Geraldo. Engenho & Arquitetura–tipologia dos edifícios dos Antigos Engenhos de açucar de Pernambuco. Editora Fundação Gilberto Freyre, Recife, 1998;

GONÇALVES, Janice. Pierre Nora e o tempo presente: entre a memória e o patrimônio cultural. Historiae (impresso), v. v.3, p. 27-46, 2012;

GORENDER, Jacob. A escravidão reabilitada. São Paulo: Editora Ática, 1991;

GRAEBER, David. Possibilities: Essays on hierarchy, rebellion and desire. AK Press, 2007;

GUIMARÃES, Alberto Passos. Formação da Pequena Propriedade: Intrusos e Posseiros (1963). BRAUN, Lídia Baumgarten. WELCH, Clifford A.; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa S. Barbosa; WANDERLEY, Maria de Nazareth

B.(Orgs.). Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas. V. 1. São Paulo: Editora UNESP, 2009;

GUMIERO, Rafael Gonçalves. A concepção de desenvolvimento nos quatro momentos de implementação do complexo industrial portuário de Suape: 1955 a 2015. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 20, n. 1, p. 32-50, 2018;

GUMIERO, Rafael Gonçalves. Dimensões do desenvolvimento do complexo industrial Portuário de Suape: política econômica e política social. 2015. 347 f. Tese (Doutorado). Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos, 2015;

GÜNEL, Gökçe; VARMA, Saiba; WATANABE, Chika. 2020. "A Manifesto for Patchwork Ethnography." Member Voices, Fieldsights, June 9. https://culanth.org/fieldsights/a-manifesto-for-patchwork-ethnography;

HAN, Byung-Chul. Sociedade do cansaço. Tradução: Enio Paulo Giachini. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015;

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Cadernospagu, n. 5, p. 7-41, 1995;

HARAWAY, Donna. Deanimations: maps and portraits of life itself. Routledge, 2005;

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e terra, v. 7, p. 164, 1979;

INGOLD, Tim. Da transmissão de representações à educação da atenção. Educação, v. 33, n. 01, p. 06-25, 2010;

INGOLD, Tim. Similaridade e diferença. In: Antropologia: Para que serve?; tradução: Beatriz Silveira Castro Filgueiras, Petrópolis, RJ, Editora Vozes, 2019;

INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. Horizontesantropológicos, v. 18, n. 37, p. 25-44, 2012;

INGOLD, Tim. Temporality of the landscape. In: T. Ingold, *The Perception of the Environment. Essays in livelihood, dwelling and skill,*Londres, Routledge, 2000;

JENSEN, Casper Bruun; MORITA, Atsuro. Infrastructures as ontological experiments. Engaging Science, Technology, and Society, v. 1, p. 81-87, 2015;

KOSTER, Henry. Viagens ao Nordeste do Brasil / Henry Koster; tradução e notas: Luiz da Camara Cascudo. Cia. Ed. Nacional, 1942;

LAMB, Thomas. Ship design and construction. United States of America: The Society of Naval Architects And Marine Engineers, Society of Naval Architecture and Marine Engineering, 2003;

LEMOS, Rafael Thompson de Oliveira. Origem e distribuição de hidrocarbonetos no estuário de Suape-PE. 2013. 73 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Oceanografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013;

LEWIS, M. Paul (ed.), 2009. Ethnologue: Languages of the World, Sixteenth edition. Dallas, Tex.: SIL International. Online version: http://www.ethnologue.com/;

LIMA, A. C. C.; LIMA, J. P. R. Estimulando o investimento no setor produtivo via renúncias fiscais: o programa de desenvolvimento do Estado de Pernambuco. Revista Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, 2010;

LISBOA, Breno Almeida Vaz. ENGENHOS, AÇÚCARES E NEGÓCIOS NA CAPITANIA DE PERNAMBUCO (c.1655? c.1750). Clio. Série História do Nordeste (UFPE), v. 32.1, p. 196-213, 2014;

LEITE LOPES, José Sérgio (coord.); ANTONAZ, Diana; PRADO, Rosane; SILVA, Gláucia (orgs.). A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 2004;

LEITE LOPES, José Sérgio. Sobre processos de "ambientalização" dos conflitos e sobre dilemas da participação. Horizontes antropológicos, v. 12, p. 31-64, 2006.

LUCENA, Francisco Carlos. Uma etnografia dos significados da Louvação a Boabá: Sentidos da África no Brasil. Revista África e Africanidades, v. 2, p. 1-13, 2009;

MARQUES, Katlyn Kelly Duclerc. Moradores invisíveis: o sofrimento social dos moradores da Ilha de Tatuoca, Ipojuca-PE, em seu processo de desterritorialização. 2014. 80 f. Dissertação (Mestrado). Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, 2014;

MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981;

MATTOSO, Arnaud. Ipojuca: passado, presente e futuro do Município que mais cresce em Pernambuco. - Recife: Carpe Diem Edições e Produções, 2013;

MENDES, Diego Costa. Para além do desenvolvimento econômico: O Programa de Aceleração do Crescimento e a qualidade de vida de uma comunidade autóctone de Suape (PE). 2015. 134 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015;

MENDONÇA, Renato. A influência africana no português do Brasil/Renato Mendonça, apresentação de Alberto da Costa e Silva, prefácio de Yeda Pessoa de Castro. ─ Brasília: FUNAG, 2012;

MENEZES, Catarina Agudo; MUNIZ, Bianca Machado; SILVA, Maria Angélica. OS ENGENHOS DE AÇÚCAR E A CONSTRUÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL ALAGOANO. 2014;

MESQUITA, André Luiz. Mapas Dissidentes: proposições sobre um mundo em crise (1960-2010). 2013. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo;

MILLET, Henrique Augusto. Os quebra-Quilos e a crise da lavoura. São Paulo: Globo, 1987;

MILLS, C. Wright. Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

MITCHELL, Timothy. “State, Economy, and the State Effect”. In: G. Steimentz (ed.). State/culture: state formation after de cultural turn. Cornell: Cornell University Press, 1999;

MONIÉ, Frédéric. Desenvolvimento territorial nas cidades-porto da América do sul. In: XII Encuentro de Geógrafos da América Latina, 2009, Montevidéu, Uruguai. Caminandoen una América Latina entransformación, 2009;

MONTEIRO, Hamilton de Mattos. Crise agrária e luta de classes: o Nordeste brasileiro entre 1850 e 1889. Brasília, Horizonte, 1980;

MONTEIRO, Hamilton de Mattos. Nordeste insurgente:(1850-1890). 1981;

MORAES, Alex Souza. Geoestatística aplicada à Geoquímica Ambiental no estudo da qualidade dos sedimentos do Rio Tatuoca, complexo industrial portuário de Suape. 2009. 73 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geociências, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009;

MOTTA, Roberto. O povoado de Suape: economia, sociedade e atitudes. Revista Pernambucana de Desenvolvimento, p. 209-247, 1978;

MOURA, Severino. Senhores de engenho e usineiros, a nobreza de Pernambuco. Recife: FIAM/CEHM/Sindaçúcar, 1998;

MYSKIW, Antonio Marcos. Colonos, posseiros e grileiros: conflitos de terra no Oeste paranaense (1960/66). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói/RJ: 2002;

NASCIMENTO, Erianne Farias do. Impactos da contração da atividade canavieira e expansão das atividades urbanas na microrregião Suape. 2018. 44 f. Dissertação (Mestrado). Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2018;

NASCIMENTO, M.J.S.; COELHO FILHO, P. A.; CASTRO, N.A. Aspectos sócio-econômicos da pesca artesanal em Suape, Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco (Brasil). Revista Brasileira de Engenharia de Pesca / Brazilian Journal of Fishing Engineering, v. 9, p.65-76, 2016;

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. *Revista Projeto História*. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993;

NOVO PLANO DIRETOR – SUAPE 2030. Disponível em: <http://www.suape.pe.gov.br/images/institucional/plano_diretor/P14-Plano_Diretor.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2021;

OLIVEIRA, Eniel Sabino de. Memória e identidade no contexto do Complexo de Suape. 2016. 207 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016;

OLIVEIRA, Rinaldo Thomaz de. O território e as questões socioespaciais: uma análise dos processos de transformação do espaço a partir da implantação do Complexo Industrial e Portuário de Suape-PE. 2016. 114 f. Dissertação (Mestrado). Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016;

Ó, Manoel do. 100 anos de suor e sangue: homens e jornadas da luta operária do Nordeste. Petrópolis; Rio de Janeiro: Vozes, 1971;

PALACIOS, Guillermo. Campesinato e escravidão: uma proposta de periodização para a história dos cultivadores pobres livres no Nordeste oriental do Brasil: 1700-1875. Dados (Rio de Janeiro), 1987, v.30, n.3, p.325-56;

PALMEIRA, Moacir. Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na plantation tradicional (1977). BRAUN, Lídia Baumgarten. WELCH, Clifford A.; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa S. Barbosa; WANDERLEY, Maria de Nazareth B.(Orgs.). Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas. V. 1. São Paulo: Editora UNESP, 2009;

PDZ, Plano de Desenvolvimento e Zoneamento Portuário de Suape. Ipojuca PDZ Suape 2015-2035. 2020;

PEDROSA, Fred Rego Barros. Embates Sociopolíticos na Implantação do Complexo Industrial Portuário de Suape: Por Uma Política Pública de Proteção ao Meio Ambiente de Pernambuco (1973-1980). XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2015;

PÉREZ, M. S.; GONÇALVES, C. U. Desenvolvimento e Conflito Territorial: primeiras reflexões sobre as comunidades atingidas pelo complexo industrial portuário de Suape –PE, Brasil. Revista de Geografia (Recife), v. 29, n. 2, p. 167–179, 2012;

PÉREZ, Mercedes Solá. R-existências dos camponeses/as do que hoje é Suape: justiça territorial, pós-desenvolvimento e descolonialidade pela vida. 2016. 253 f. Tese (Doutorado). Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016;

PLATAFORMA DE DIREITOS HUMANOS. DHesca Brasil. Complexo Industriais e Violações de Direitos. O caso de SUAPE – Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros. 2018;

PONTES, Mariana Silva. Planejamento para o desenvolvimento: sustentável? Análise dos instrumentos de ordenamento territorial da faixa litorânea do Ipojuca. 2009. 123 f. Dissertação (Mestrado). Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano. Universidade Federal de Pernambuco;

POSTIGO, Augusto. A terra vista do alto: usos e percepções acerca do espaço entre os moradores ro rio Bagé, Acre. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Estadual de Campinas, 2010;

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. Uma categoria rural esquecida (1963). BRAUN, Lídia Baumgarten. WELCH, Clifford A.; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa S. Barbosa; WANDERLEY, Maria de Nazareth B.(Orgs.). Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas. V. 1. São Paulo: Editora UNESP, 2009;

RAMALHO, Cristiano Wellington N. A formação histórica da pesca artesanal: origens de uma cultura do trabalho apoiada no sentimento de arte e de liberdade. Cadernos de Estudos Sociais, v. 24, n. 2, 2008;

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. O sentir dos sentidos dos pescadores artesanais. Revista de Antropologia (USP. Impresso), v. 54, p. 315-352, 2011;

RAMOS, Pedro. financiamentos subsidiados e dívidas de usineiros no brasil: uma história secular e... atual?. História econômica & história de empresas, v. 14, n. 2, 2011;

RASHFORD, John. The uses of the baobab flower (Adansonia digitata L). Ethnobotany research and applications, v. 14, p. 211-229, 2015;

REBELO NETO, Antônio Júlio. Uma refinaria em Pernambuco: do discurso desenvolvimentista à constatação do fracasso. 2018. 103 f. Dissertação (Mestrado). Pós-Graduação em Comunicação. Universidade Federal de Pernambuco;

REIS, Thiago Nogueira de Vasconcelos. Biodiversidade de macroalgas: uma ferramenta indicadora de tensores ambientais na região do Complexo Portuário de Suape, Pernambuco, Brasil. 2012. 123 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Oceanografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012;

RIBEIRO, Gustavo Lins. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. Novos estudos CEBRAP, p. 109-125, 2008;

RODRIGUES, Victor de Oliveira. Para não dizer que não falei das flores: as lutas dos trabalhadores da construção civil no complexo industrial e portuário de Suape (PE). 2012. 82 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012;

RODRIGUES, Gelze Serrat de Souza Campos; ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. In: A trajetória da cana-de-açúcar no Brasil: perspectivas geográfica, histórica e ambiental. EDUFU, 2020;

ROGERS, Thomas D. The deepest wounds: a labor and environmental history of sugar in Northeast Brazil. Univof North Carolina Press, 2010;

ROSSI, Amanda Caroline. Análise dos processos de otimização no projeto de um navio Roll-on/Roll-off. TCC (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina. Campus Joinville. Engenharia Naval. 2018;

SAHLINS, Marshall. (1990). Ilhas de história. Rio de Janeiro: Zahar;

SANTOS, Cecília Barreto Monteiro dos. A governança dos conflitos socioambientais nos limites do complexo industrial portuário de SUAPE-PE. 2011. 128 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011;

SANTOS, Fernando Batista dos. Igioṣè no reino de obaràyí: Uma etnografia acerca da presença do baobá no Ilê axé opôaganju, Bahia. 2016. 283 f. Dissertação (Mestrado). Pós-Graduação em Antropologia. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016;

SANTOS, Luciana dos; AMOROSO, Marta Rosa. Controvérsias em torno das práticas e terapias de cura: a epidemia de cólera-morbus em Pernambuco (1855). 2013. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-28052013-103345/>;

SANTOS, Maria Emília Vasconcelos. Os significados dos 13 de maio: a abolição e o imediato pós-abolição para os trabalhadores dos engenhos da Zona da Mata Sul de Pernambuco (1884-1893). 2014. Tese. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014;

SANTOS, Maria Emília Vasconcelos. Caminhos e Descaminhos da Liberdade para os Trabalhadores dos Engenhos da Zona da Mata Sul de Pernambuco entre os anos de 1884 E 1893. Métis: história & cultura, v. 14, n. 27, 2015;

SANTOS, Maria José dos. Mulheres quilombolas: memória e acervo de nossa história. Cadernos Imbondeiro. João Pessoa, v. 2, n. 1, 2012;

SANTOS, Mariana Olívia Santana dos, et al. Análise crítica do discurso da mídia impressa sobre a saúde e o ambiente no contexto da instalação da refinaria de petróleo em Suape, PE. RECIIS - Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde, Rio de Janeiro, v. 6, n. 4, p. 1-17, fev. 2013;

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 4. Ed 7ª reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012;

SANTOS, Thiago Antônio Pereira dos. Os sinuosos caminhos do desenvolvimento: pobreza e desigualdade social no município de Ipojuca/PE em tempos de crescimento econômico. 2013. 111 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013;

SANTOS JUNIOR, J. E. ; ARANTES, Adlene Silva. HERANÇAS AFRICANAS EM IPOJUCA/PE: das configurações raciais aos desafios sociais. TEIAS (RIO DE JANEIRO. IMPRESSO), v. 23, p. 324-340, 2022;

SCHWARTZ, Stuart B. Sugar plantations in the formation of Brazilian society: Bahia, 1550-1835. Cambridge University Press, 1985;

SCHWARTZ, Stuart B. Escravos, roceiros e rebeldes. Edusc, 2001;

SCOTT, James C. Domination and the Arts of Resistance. Yale university press, 2008;

SCOTT, Parry. Descaso planejado: uma interpretação de projetos de barragem a partir da experiência da UHE Itaparica no rio São Francisco. In: Andrea Zhouri. (Org.). Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais. 1ed. Brasília: ABA, 2012, v. 1, p. 122-146;

SEGUNDO, PND. Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979). 1974. Disponível em: https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/777/24. Acesso em 25/01/2023;

SIGAUD, Lygia. Trabalho assalariado e trabalho familiar no Nordeste'. Anuário Antropológico, v. 79, 1981;

SILVA, Carlos Alberto Franco da. O complexo industrial portuário de Suape enquanto instrumento de política territorial. Cadernos de Estudos Sociais, v. 8, n. 2, 1992;

SILVA, Daniele Mesquita da Costa. Expansão do espaço urbano e o desenvolvimento local: uma análise da atuação do turismo em Porto de Galinhas, Ipojuca, PE. 2012. 98 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2012;

SILVA, Dweison Nunes Souza da. Desafios e perspectivas socioambientais presente e futuro: reflexões a partir do complexo industrial portuário de Suape-Brasil. 2018. 121 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018;

SILVA, Elisabeth Regina Alves Cavalcanti; MELO, José Gustavo da Silva; GALVÍNCIO, Josiclêda Domiciano. Identificação das áreas susceptíveis a processos de desertificação no médio trecho da bacia do Ipojuca - PE através do mapeamento do estresse hídrico da vegetação e da estimativa do índice de aridez. Revista Brasileira de Geografia Física, v. 04, p. 156-178, 2011;

SILVA, Jeissy Conceição Bezerra da. Análise geoambiental do Complexo Industrial Portuário de Suape-PE. 2016. 110 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016;

SILVA, Laudiélcio Ferreira Maciel da. A educação ambiental de Pernambuco (1979 a 1988). 2013. 134 f. Dissertação (Mestrado). Pós Graduação em Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013;

SILVA, Luclécia Cristina Morais da. Pesca artesanal no Litoral Sul de PE: dinâmicas identitárias e territoriais. 2014. 112 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014;

SILVA, Luiz Geraldo. Os pescadores na história do Brasil: colônia e império. Comissão Pastoral dos Pescadores, 1988;

SILVA, Marcus André. Modelagem matemática do transporte e dispersão de uma pluma de hidrocarbonetos na região costeira de Suape - PE, Brasil. 2004. 121 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Oceanografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004;

SILVA, Rebeca Gomes de Oliveira. “O ESTADO NUNCA SE VÊ, MAS APARECE SEMPRE A TIRAR-NOS AS NOSSAS COISAS”: o papel do Estado no processo de expropriação das comunidades impactadas pelo Complexo de Suape. 2020. 184 f. Dissertação (Mestrado). Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020;

SILVA, Sirley Vieira da. Pião trecheiro: trabalho, sexualidade e risco no cotidiano de homens em situação de alojamento em Suape (PE). 2013. 162 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013;

SILVA, Tarcisio Augusto Alves da. O sindicalismo rural e os caminhos para a autogestão: uma superação ao assistencialismo?. 2004. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004;

SILVA, Whodson; FIALHO, Vânia. Sobre sujeitos e mapas: ausências e emergências dos indígenas nas cartografias do Sertão de Itaparica. In: Ranyére Silva Nóbrega. (Org.). Reflexões sobre o semiárido: obra do encontro do pensamento geográfico. 1ed. Ananindeua: Editora Itacaiúnas, 2017, v. , p. 34-51;

SILVEIRA, K. A. Conflitos socioambientais e participação social no Complexo industrial Portuário de Suape, Pernambuco. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2010;

SILVEIRA, Pedro Castelo Branco. Caminhando pelos manguezais do fim do mundo. Clima Com, Campinas-SP, p. 1 - 11, 25 jun. 2020;

SIMAS, Luiz Antonio; RUFINO, Luiz. Fogo no mato: a ciência encantada das macumbas. Mórula editorial, 2019;

SIMONSEN, Roberto C. História Econômica do Brasil. 1500-1820. Brasília: Senado Federal, 2005;

SOUZA, Elza Coelho de. Engenhos e Usinas in Tipos e Aspectos do Brasil. Departamento de Documentação e Divulgação Geográfica e Cartográfica/Instituto Brasileiro de Geografia/Fundação IBGE. Rio de Janeiro, 1970;

SOUZA, Marcelo Lopes de. A dimensão espacial dos processos participativos, essa esquecida. In: A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006;

SOUZA, Marcelo Lopes de. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, p. 57-72, 2009;

SOUZA, Marcelo Lopes de. Proteção ambiental para quem? A instrumentalização da ecologia contra o direito à moradia. Mercator (Fortaleza), v. 14, p. 25-44, 2015;

SOUZA, Marcelo Lopes. ‘Sacrifice zone’: The environment–territory–place of disposable lives. Community Development Journal, v. 56, n. 2, p. 220-243, 2021;

SOUZA, Maria Adélia Aparecida. Geografia, paisagens e a felicidade. GeoTextos, 2013;

STOP ECOCIDE INTERNACIONAL. What is ecocide?, 2022. Disponível em: <https://www.stopecocide.earth/what-is-ecocide>. Acesso em: 1 de fev de 2022;

SZMRECSÁNYI, Tamás; MOREIRA, Eduardo Pestana. O desenvolvimento da agroindústria canavieira do Brasil desde a Segunda Guerra Mundial. Estudos avançados, v. 5, p. 57-79, 1991;

TOLLENARE, Louis-François. Notas dominicais. Recife, Secretaria de Educação e Cultura de Pernambuco, 1978;

TSING, Anna Lowenhaupt. Friction. In: Friction. Princeton University Press, 2011;

TSING, Anna Lowenhaupt. Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no antropoceno. Edição Thiago Mota Cardoso, Rafael Victorino Devos. Brasília, DF: IEB Mil Folhas, 2019;

VAINSENCHER, Semira Adler. *Suape - Porto e Complexo Industrial*. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php>. Acesso em: 10 out. 2020;

WALDMAN, Maurício. O Baobá na paisagem africana: singularidades de uma conjugação entre natural e artificial. África, p. 223-235, 2012;

WILHELM-SOLOMON, Matthew; BUKASA, Peter Kankonde; NÚÑEZ, Lorena. Vital instability: ontological insecurity and African urbanisms. 141-151, 2017;

WEIL, Simone. Contra o colonialismo. Bazar do Tempo Produções e Empreendimentos Culturais LTDA, 2019;

WOLF, Eric; MINTZ, Sidney. Fazendas e Plantações na Meso-América e nas Antilhas. MINTZ, S. O poder amargo do açúcar: produtores escravizados, consumidores proletarizados: coletânea de artigos de Sidney W. Mintz. EditoraUniversitária UFPE, 2003;

ZIAI, Aram. The legitimation of expulsion in development discourse. A comparative analysis of World Bank projects in sub-Saharan Africa. 2019.